

A PROMOÇÃO DAS ILHAS COMO DESTINO TURÍSTICO: HETEROTOPIAS E PRESSUPOSTOS ANTROPOLÓGICOS DO TURISMO INSULAR

Adalberto Dias de Carvalho

Per citar o enllaçar aquest document:
Para citar o enlazar este documento:
Use this url to cite or link to this publication:

<http://hdl.handle.net/10803/666379>

ADVERTIMENT. L'accés als continguts d'aquesta tesi doctoral i la seva utilització ha de respectar els drets de la persona autora. Pot ser utilitzada per a consulta o estudi personal, així com en activitats o materials d'investigació i docència en els termes establerts a l'art. 32 del Text Refós de la Llei de Propietat Intel·lectual (RDL 1/1996). Per altres utilitzacions es requereix l'autorització prèvia i expressa de la persona autora. En qualsevol cas, en la utilització dels seus continguts caldrà indicar de forma clara el nom i cognoms de la persona autora i el títol de la tesi doctoral. No s'autoritza la seva reproducció o altres formes d'explotació efectuades amb finalitats de lucre ni la seva comunicació pública des d'un lloc aliè al servei TDX. Tampoc s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant als continguts de la tesi com als seus resums i índexs.

ADVERTENCIA. El acceso a los contenidos de esta tesis doctoral y su utilización debe respetar los derechos de la persona autora. Puede ser utilizada para consulta o estudio personal, así como en actividades o materiales de investigación y docencia en los términos establecidos en el art. 32 del Texto Refundido de la Ley de Propiedad Intelectual (RDL 1/1996). Para otros usos se requiere la autorización previa y expresa de la persona autora. En cualquier caso, en la utilización de sus contenidos se deberá indicar de forma clara el nombre y apellidos de la persona autora y el título de la tesis doctoral. No se autoriza su reproducción u otras formas de explotación efectuadas con fines lucrativos ni su comunicación pública desde un sitio ajeno al servicio TDR. Tampoco se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al contenido de la tesis como a sus resúmenes e índices.

WARNING. Access to the contents of this doctoral thesis and its use must respect the rights of the author. It can be used for reference or private study, as well as research and learning activities or materials in the terms established by the 32nd article of the Spanish Consolidated Copyright Act (RDL 1/1996). Express and previous authorization of the author is required for any other uses. In any case, when using its content, full name of the author and title of the thesis must be clearly indicated. Reproduction or other forms of for profit use or public communication from outside TDX service is not allowed. Presentation of its content in a window or frame external to TDX (framing) is not authorized either. These rights affect both the content of the thesis and its abstracts and indexes.



TESE DOUTORAL

**A PROMOÇÃO DAS ILHAS COMO DESTINO TURÍSTICO:
HETEROTOPIAS E PRESSUPOSTOS ANTROPOLÓGICOS DO
TURISMO INSULAR**

Adalberto Dias de Carvalho

Programa de Doutoramento Interuniversitário em Turismo

Diretor: Professor Jaume Guia

2018



TESE DOUTORAL

**A PROMOÇÃO DAS ILHAS COMO DESTINO TURÍSTICO:
HETEROTOPIAS E PRESSUPOSTOS ANTROPOLÓGICOS DO
TURISMO INSULAR**

Adalberto Dias de Carvalho

2018

Programa de Doutorado Interuniversitário em Turismo

Diretor: Professor Jaume Guia

**Tese apresentada para obtenção do título de doutor da Universidade de
Girona**

CRITERIOS DE FORMATO DE LA TESIS DOCTORAL EN LA UNIVERSIDAD DE GIRONA

ANEXO 3: Modelo de certificado de dirección de tesis



El Dr. Jaume Guia de la Universidad de Girona del program de Doctorat Interuniversitari en Turisme

DECLARA:

Que el trabajo titulado "A promoção das ilhas como destino turístico: heterotopias e pressupostos antropológicos do turismo insular", que presenta Adalberto Dias de Carvalho para la obtención del título de doctor se ha realizado bajo mi dirección.

Y para que así conste y tenga los efectos oportunos, firmo el presente documento.

Firma:

Girona, 08/01/2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao ISCET – Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo bem como ao Professor Jaume Guia e à Universidade de Girona todo o apoio que deram para a concretização deste trabalho.

Firma:

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a final vertical stroke, representing the name Adalberto Artur Vieira Dias de Carvalho.

Adalberto Artur Vieira Dias de Carvalho

EVENTOS E PUBLICAÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESTA TESE

Congressos e outros eventos científicos

Dias de Carvalho, Adalberto, “As ilhas como destinos turísticos: entre a realidade e o imaginário”, in CIT-Congresso Internacional de Turismo sobre o Mar e o Turismo, ISCET, Porto, 2015

Dias de Carvalho, Adalberto, conferência de abertura “Social and Human Sciences: Current Situation about its Epistemological Status and Importance to Contemporary Society”, in Summer Conference of the Biannual International Conference For Social Sciences Debate”, Universidade Católica do Porto, 17-20 julho 2014

Dias de Carvalho, Adalberto, comunicação "Les héros de notre jeunesse entre la mémoire d'une gloire passée et les nuages d'un oubli présent: un paradoxe pour l'éducation?", in Colloque Sophied “Les après guerre et l'éducation”, Université Paris Descartes, 25-27 junho 2014

Livros

Dias de Carvalho, Adalberto (2016), *Acerca del exilio de la condición humana* (trad.), Bogotá, Editorial Magisterio. ISBN: 978-9-582-01212-0

Carvalho, Adalberto Dias de (2014), *Anthropologie de L'Exclusion ou l'exil de la condition humaine* (trad.), Paris, L'Harmattan. ISBN: 978-2-343-04136-0

Carvalho, Adalberto Dias de (2013), *Antropologia da exclusão ou o exílio da condição humana*, Porto, Porto Editora. ISBN: 978-972-0-34861-6

Capítulo de livros

Carvalho, Adalberto Dias de (2014), “Hospitalidade: do conceito à prática antropológica” in Santos, M. M. Capellano dos e Baptista, I. (org), *Laços sociais: por uma epistemologia da hospitalidade*, Caxias do Sul, RS: Educs. ISBN: 978-85-7061-737-8

Carvalho, Adalberto Dias de (2005), "From Contemporary Utopias To Contemporaneity as a Utopia", in Vieira, Fátima; Freitas, Marinel (ed.), *Utopia Matters: theory, politics, literature and arts*, Porto, Editora da Universidade do Porto. ISBN: 972-8025-40-8

Artigos

Carvalho, Adalberto Dias de (2017), "De l'île comme représentation anthropologique à l'île comme statut ou visée des projets éducatifs", in *Klésis*, n.º 38, Bordeús, pp. 8-17. ISSN: 1954-3050

Dias de Carvalho, Adalberto (2016), "The islands as tourist destinations: between the reality and imaginary", in *Percursos & Ideias*, nº7, 2ª série. ISSN: 0874131

Carvalho, Adalberto Dias de (2015), "Os novos parâmetros antropológicas da ética de hospitalidade", in *Cadernos de Pedagogia Social*, n.º especial "Hospitalidade, Educação e Turismo", Porto, Universidade Católica Editora, pp.7-16. ISS-online: 2186-4614

Índice

1.a Resumo	7
1.b Resúmen	9
1.c Abstract	11
1.d Resum	13
2. Introdução e apresentação do projeto	15
2.1. As ilhas segundo as populações insulares e continentais	16
2.2. As Ilhas Selvagens como paradigma insular	18
2.3. As ilhas como entidades inspiradoras de um universo imaginário e ficcional	23
3. Apresentação da estrutura do estudo	25
4. Revisão da literatura	30
4.1. Principais referenciais bibliográficos das problemáticas englobantes... 30	
4.2. Bibliografia de referência sobre o conceito de ilha	31
4.3. Bibliografia sobre o impacto do turismo nos ecossistemas insulares ... 32	
4.4. Estudos sobre a resiliência dos estados insulares	35
5. Paradigmas de referência	36
5.1. As ilhas enquanto objeto de estudo da antropologia cultural	36
5.2. Referenciais epistemológicos das ciências sociais e humanas	38
5.3. Complexidade e irredutibilidade das leituras conflituais da realidade .. 39	
5.4. Realismo crítico.....	40
5.5. Contributos para uma reflexão científica com contornos filosóficos	42
6. Metodologia e problemática	46
6.1. Do marketing turístico como comunicação à identificação de conceitos operacionais	50
6.2. Fundamentos de uma abordagem hermenêutica	52
6.3. Metodologia fenomenológica e a construção de sentido em turismo ... 54	
6.4. O turismo insular na perspetiva hermenêutica e fenomenológica. 55	
6.5. Identificação dos pressupostos do marketing turístico	58
6.6. Questão de partida e hipóteses	60
Parte I. Complexidade e carácter antropológico do fenómeno turístico	64

Capítulo I. Complexidade e referenciais do turismo contemporâneo	64
1.1. Impacto económico e social do turismo	64
1.2. Para uma definição de turismo	67
1.3. O turismo como relação	71
Capítulo II. O fenómeno turístico como problemática antropológica: questões e interrogações.....	74
2.1. Turismo e realização do humano: a ideia de “paraíso perdido”	74
2.2. Turismo e a busca da superação do quotidiano	78
Capítulo III. Aventura, limite e acontecimento como limiares antropológicos da alteridade	81
3.1. Os conceitos de aventura, limite e acontecimento	81
3.2. Interatividade e alteridade como dimensões da aventura	84
3.3. Aventura e acontecimento: aproximação crítica das figuras do turista e do viajante.....	89
Capítulo IV. Viagem e turismo	96
4.1. Viagens e destinos	96
4.2. A incompletude do humano e a busca do algures	103
Parte II. Interculturalidade, hospitalidade e o turismo como evasão	108
Capítulo V. Importância da problemática da interculturalidade	108
5.1. Da interculturalidade ao alocronismo	108
5.2. Interculturalidade e interatividade no turismo	111
Capítulo VI. Sentidos da hospitalidade	118
6.1. A hospitalidade como princípio ético e prática social	118
6.2. Os sentidos da hospitalidade	124
Capítulo VII. Autenticidade, fantasia e busca da felicidade	133
7.1. Análise crítica do conceito de autenticidade	133
7.2. O olhar do turista na relação com a promoção do turismo insular: encenação e mercantilização das culturas das sociedades de acolhimento	140
Parte III. Utopia, heterotopia e turismo insular	151
Capítulo VIII. Da utopia à heterotopia como referenciais filosóficos	151
8.1. Das ilhas à utopia como conceito	151

8.2. Itinerância antropológica e as ilhas como imaginário utópico	157
Capítulo IX. As heterotopias insulares e o ser do limite	174
9.1. Os princípios das heterotopias segundo Foucault	163
9.2. A relação dialética entre heterotopias e utopias	165
Capítulo X. A noção de insularidade	172
10.1. Insularidade e isolamento: a ambivalência das ilhas como realidades históricas e representações sociais	172
10.2. Os conceitos de ilha	177
10.3. “Ileidade” e insularidade	182
Capítulo XI. Por uma filosofia das ilhas	190
11.1. A conceção de ilha para Camus	190
11.2. A noção de “ilha deserta” em Deleuze	193
11.3. Françoise Péron e o conceito de “desejo de ilha”: a insularidade mítica como expressão da necessidade de ilha	197
Capítulo XII. Das ilhas como destino à sua promoção como produto turístico: estudos de casos	201
12.1. Instrumentos e pressupostos	201
12.2. As Seychelles	209
12.3. As ilhas do Pacífico	214
12.3.1. Barbados	214
12.3.2. Tuvalu	219
12.3.3. Grenada	222
12.3.4. Taiti	224
12.3.5 Ilhas Fiji	231
12.4. A ilha Prince Edward, Canadá	234
12.5. Ilhas da Bretanha	236
12.6. As ilhas gregas: alguns casos	249
12.7. Ilhas alemãs do Mar do Norte	255
12.8. Ilhas do litoral continental português	263
12.9. Ilha do Corvo: uma ilha oceânica portuguesa	313
Conclusões e pistas	321
Referências bibliográficas	329

Figura 1. Um grupo de turistas de passagem pelas Selvagens	19
Figura 2. Ilhas Selvagens	22
Figura 3. A ilha de Tikopia.....	37
Figura 4. Versão simplificada do losango da problematização de Fabre e Musquer	45
Figura 5. Esquematização da confluência orgânica de conceitos/categorias que orientam a análise de conteúdos.....	61
Figura 6. Retrato de três personalidades turísticas de aventura	92
Figura 7. Enclave turístico em Bora Bora	160
Figura 8. A ilha de Bishop Rock:	188
Figura 9. Brochura Solférias.....	208
Figura 10. Seychelles	211
Figura 11. Seychelles considerado o melhor destino para ir em lua de mel...	212
Figura 12. Bottom Bay Beach in Barbados.....	215
Figura 13. Barbados	217
Figura 14. Barbados Magazines.....	218
Figura 15. Imagem múltipla de ilhas.....	223
Figura 16. Grenada	224
Figura 17. A areia branca, as palmeiras, o mar turquesa e, ao fundo, um “enclave” turístico.....	226
Figura 18. As vahinés sempre sorridentes e festivas	227
Figura 19. Fiji.....	232
Figura 20. Recifes de corais.....	232
Figura 21. Cartaz promocional da Ilha do Príncipe Eduardo.....	236
Figura 22. Île de Béniguet Image	237
Figura 23. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	240
Figura 24. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	240
Figura 25. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	241
Figura 26. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	242
Figura 27. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	243
Figura 28. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	243
Figura 29. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	244

Figura 30. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	245
Figura 31. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	245
Figura 32. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	246
Figura 33. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	247
Figura 34. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	248
Figura 35. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.	248
Figura 36. Naxos.	250
Figura 37. Leros.	251
Figura 38. Leros.	254
Figura 39. Amrum.	256
Figura 40. Baltrum.	256
Figura 41. Borkum.	257
Figura 42. Île de Föhr.	257
Figura 43. Heligoland.	258
Figura 44. Les Halligen.	258
Figura 45. Île de Juist.	258
Figura 46. Ostrov Oland.	259
Figura 47. Hallig Gröde.	260
Figura 48. Hallig Hooge.	261
Figura 49. Hallig Langeneß.	261
Figura 50. Hallig Nordstrandischmoor.	262
Figura 51. Hallig Oland.	262
Figura 52. Ínsua, uma ilha deserta só para nós.	263
Figura 53. Ilha do Pessegueiro.	269
Figura 54. Berlenga.	278
Figura 55. Berlengas.	280
Figura 56. Berlengas.	281
Figura 57. Berlenga.	282
Figura 58. Ilha de Tavira.	294
Figura 59. Ilha da Armona.	300
Figura 60. Ilha de Cabanas.	313
Figura 61. Ilha do Corvo.	314

Figura 62. Ilha do Corvo.....	316
Figura 63. Ilha do Corvo.....	317
Figura 64. Esquematização parcial do processo de análise de conteúdos	323

1.a Resumo

O presente estudo assume uma natureza interdisciplinar e privilegia o pressuposto assumido como hipótese de que há uma relação de natureza antropológica dos seres humanos com as pequenas ilhas, a qual, condicionando as opções dos turistas na escolha dos seus destinos, tende a ser explorada pelos promotores turísticos nas suas campanhas de marketing e publicidade. A partir daqui, apresentam-se os resultados de uma pesquisa bibliográfica intensa através da qual se recolheram informações e organizaram redes conceituais consideradas pertinentes. Este processo culmina numa seleção de casos de promoção do turismo insular, os quais, pela análise dos respetivos textos e imagens, permitem ilustrar as pistas abertas por artigos e outros trabalhos de referência bem como por exercícios de raciocínio que foram, entretanto, postos à prova quanto à sua coerência, adequação e fundamentação.

A noção de “heterotopia” assume, neste contexto, especial relevância ao significar algo de diverso e socialmente importante que existe num algures tornado acessível, o qual emprestará originalidade à problematização das questões enunciadas, constituindo um recurso conceitual que acarreta consigo outros conceitos-chave. Desde logo, o conceito de “autenticidade” em correlação com os de “hospitalidade” e de “interculturalidade”. Pela sua complexidade intrínseca, proporcionam, no seu conjunto, a mobilização crítica de noções como as de “ileidade” e de “limite”. Em termos da reflexão hermenêutica produzida, salientam-se aqui as noções de “desejo de ilha” e de “ilha deserta” em tudo quanto as mesmas invocam o papel motivador de estereótipos como os de exotismo e tropicalidade, amplamente aproveitados pelo marketing turístico no terreno da busca pelos visitantes de imaginários alternativos devido ao seu isolamento e carácter paradisíaco. Tudo isto por regressão a uma suposta humanidade primitiva e pura potencialmente superadora das rotinas de um quotidiano urbano próprio das sociedades ocidentais. Fica por apurar o impacto da perspectiva autónoma do turista nas escolhas efetivas.

Trata-se, portanto, de uma investigação predominantemente qualitativa e conceitual num domínio que, apesar da existência de análises importantes dispersas por artigos e livros, carece ainda de um aprofundamento e extensão para o que o presente estudo pretende ser um contributo. Mobilizámos naturalmente aquisições anteriores construídas em domínios de pesquisa diferentes na convicção de que este tipo de cruzamentos pode ser fecundo.

Mais do que chegar a conclusões, pretendemos abrir pistas.

Palavras-chave:

Pequena ilha / heterotopia / autenticidade / ileidade / ilha deserta / felicidade / aventura

1.b Resumen

El presente estudio tiene naturaleza interdisciplinaria y parte del supuesto que hay una relación de naturaleza antropológica de los seres humanos con las islas pequeñas, la cual, condicionando las opciones de los turistas en la elección de sus destinos, tiende a ser explorada por los promotores turísticos en sus campañas de marketing y publicidad. A partir de aquí, se presentan los resultados de una investigación bibliográfica intensa a través de la cual se recogieron informaciones y se organizaron diversos marcos conceptuales. Este proceso culmina en una selección de casos de promoción del turismo insular, los cuales, por el análisis de los respectivos textos e imágenes, permiten ilustrar las ideas derivadas de los artículos y otros trabajos de referencia, así como de los razonamientos realizados durante la investigación.

La noción de “heterotopia” asume, en este contexto, especial relevancia al significar aquello diverso y socialmente importante que existe en algún lugar que se ha vuelto accesible, la cual dará originalidad a la problemática investigada, constituyendo un recurso conceptual que acarrea consigo otros conceptos clave, como los de “autenticidad”, “hospitalidad” e “interculturalidad”, los cuales, por su complejidad intrínseca, proporcionan, en su conjunto, la movilización crítica de nociones como las de “insularidad” y de “límite”. En términos de la reflexión hermenéutica realizada, se destacan aquí las nociones de “deseo de isla” y de “isla desierta”, las cuales invocan el papel motivador de estereotipos como los de exotismo o de trópico, ampliamente aprovechados por el marketing turístico en el terreno de la búsqueda de espacios imaginarios alternativos por los visitantes, debido al aislamiento y carácter paradisíaco de estos destinos insulares. Todo ello asume la regresión a una supuesta humanidad primitiva y pura potencialmente superadora de las rutinas del cotidiano urbano propio de las sociedades occidentales.

Se trata, por tanto, de una investigación predominantemente cualitativa y conceptual en un dominio que, a pesar de la existencia de análisis importantes

dispersos en artículos y libros académicos, carece aún de un estudio a fondo y extenso para lo que el presente estudio pretende ser una contribución.

Palabras clave:

Islas pequeñas / heterotopia / autenticidad / insularidad / isla desierta / felicidad / aventura

1.c Abstract

The present study assumes an interdisciplinary nature and privileges the undertaken assumption as hypothesis that there is a relation of anthropological nature of the human beings with the small islands, which, by conditioning tourists' options when choosing their destinies, tends to be exploited by the tour operators in their marketing and advertising campaigns. From this point on, the results of an intense, bibliographic research are presented, through which information was gathered and conceptual networks considered pertinent were organized. This process culminates in a selection of cases of island tourism promotion, which, through the analyses of the correspondent texts and images, allow to illustrate the clues opened not only by papers and other works of reference but also by reasoning exercises that were, in the meantime, put to test regarding their coherence, adaptation and reasoning.

The notion of "heterotopia" assumes, in this context, special relevance by meaning something diverse and socially important that exists somewhere made accessible, which will lend uniqueness to the problematisation of the announced issues, constituting a conceptual resource that entails other key-concepts. At once, the concept of "authenticity" in correlation with the ones of "hospitality" and of "interculturality". They provide altogether, due to their inherent complexity, the critical mobility of notions like "illeité" and "limit". Regarding the produced hermeneutic reflection, the notions of "island desire" and of "desert island" are emphasized as they invoke the motivating role of stereotypes like the ones of exoticism and tropical lands, largely used by tourism marketing for visitors searching for alternative imaginary due to their isolation and idyllic character. All this by regression to a supposed primitive and pure mankind that may potentially overcome the daily urban routines of the western societies. It remains to determine the impact of the autonomous perspective of the tourist in his effective choices.

It is, therefore, an investigation predominately qualitative and conceptual in a domain which besides the existence of important analyses dispersed over papers

and books, still lacks a further development and extension for which the present study intends to be a contribution. We naturally mobilized previous acquisitions constructed in different research fields in the conviction that this kind of crossing may be fruitful.

More than reaching conclusions, we intend to open clues.

Keywords:

Small Island / heterotopy / authenticity / islandness / desert island / happiness / adventure

1.d Resum

El present estudi té naturalesa interdisciplinària i parteix del supòsit que hi ha una relació de naturalesa antropològica dels éssers humans amb les illes petites, la qual, condiciona les opcions dels turistes a l'elecció dels seus destins, i tendeix a ser explorada pels promotors turístics en les seves campanyes de màrqueting i publicitat. A partir d'aquí, es presenten els resultats d'una recerca bibliogràfica intensa a través de la qual s'han recollit informacions s'han organitzar diversos marcs conceptuals. Aquest procés culmina en una selecció de casos de promoció del turisme insular, els quals, per l'anàlisi dels respectius textos i imatges, permeten il·lustrar les idees derivades dels articles i altres treballs de referència, així com dels raonaments realitzats durant la investigació.

La noció de "heterotopia" assumeix, en aquest context, especial rellevància al significar allò divers i socialment important que existeix en algun lloc que s'ha tornat accessible; la qual donarà originalitat a la problemàtica investigada, constituint un recurs conceptual que aporta altres conceptes clau com els de "autenticitat", "hospitalitat" i "interculturalitat", els quals, per la seva complexitat intrínseca, proporcionen, en conjunt, la mobilització crítica de nocions com les de "insularitat" i de "limiti". En termes de la reflexió hermenèutica realitzada, es destaquen aquí les nocions de "desig d'illa" i de "illa deserta", les quals invoquen el paper motivador d'estereotips com els d'exotisme o de tròpic, àmpliament aprofitats pel màrqueting turístic al terreny de la recerca d'espais imaginaris alternatius pels visitants, a causa del aïllament i caràcter paradisiac d'aquestes destinacions insulars. Tot això, assumint la regressió a una suposada humanitat primitiva i pura, potencialment superadora de les rutines del quotidià urbà propi de les societats occidentals.

Es tracta, per tant, d'una investigació predominantment qualitativa i conceptual en un domini que, tot i l'existència d'importants anàlisis disperses en articles i llibres acadèmics, no disposa encara d'un estudi a fons i extens per la qual cosa el present estudi pretén ser una contribució.

Paraules clau:

Illes petites / heterotopia / autenticitat / insularitat / illa deserta / felicitat / aventura

2. Introdução e apresentação do projeto

Os territórios pequenos, designadamente os estados-minúsculos continentais ou insulares, sempre exerceram sobre mim um fascínio muito especial, designadamente pela sua contínua e incontornável relação com os limites de que decorre, em larga medida, a sua própria identidade. Acontece, porém, que os limites destes espaços, de um qualquer espaço, tanto constituem obstáculos que circunscrevem percursos – físicos, psicológicos, culturais, sociais, económicos e simbólicos – como são linhas de intercâmbio, de passagem, real ou imaginária, política e legalmente aceites ou clandestinas. Na marcha do tempo, são as peripécias da história que traçam estes limites; na escala natural, são os acidentes do terreno e a sua fisionomia que os constroem; por vezes, é a história e a natureza que condicionam a sua emergência.

Se pensarmos, por exemplo, no estado da Cidade do Vaticano, com 44 hectares, mas detentor de soberania e de um regime de governação muito específico, estamos claramente perante linhas que a história delineou, designadamente com o processo da unificação italiana, constituindo um espaço que, sendo político, para os crentes é também sagrado. As suas fronteiras marcadas por ruas e edifícios, são, entretanto, mais simbólicas do que físicas. Contudo, se considerarmos a República de São Marinho ou o Principado de Andorra, trata-se de países, de territórios, concebidos pelas vicissitudes da história, é certo, mas em grande escala também pela orografia dos terrenos que ocupam e favorecem a sua relativa independência. Por curiosidade, São Marinho deixa de ser a república mais pequena do mundo apenas quando Nauru, um estado insular, se torna independente em 1968. Todavia, permanece como a república e até como o país mais antigo do mundo.

No caso das ilhas, nomeadamente das pequenas ilhas, é claramente a relação estreita da terra com o mar, assumido este enquanto barreira, extensão ou fator de auto-centração, no que tal significa de intimismo e/ou de afastamento de outras terras que influencia a edificação das suas identidades, sem prejuízo do

impacto de constrangimentos estratégicos, tanto políticos como militares decorrentes da sua geografia e das relações de força regionais e globais. Na verdade, as identidades insulares, como de resto quaisquer outras, para além da influência das suas fisionomias naturais marcadas – no caso das pequenas ilhas - sob a presença incontornável do mar, ora pelo predomínio das suas praias, ora das suas montanhas como ainda pelo seu posicionamento económico e geopolítico, têm de ser compreendidas sempre na assunção das perspetivas humanas que as configuram. Devem assim ser valorizadas tanto as representações dos seus habitantes como as daqueles que as visitam ou pura e simplesmente as imaginam com base em narrativas, estereótipos ou arquétipos. Mais ainda, umas não são estranhas relativamente às outras, imbricando-se frequentemente.

2.1. As ilhas segundo as populações insulares e continentais

Quanto à duplicidade dos limites enquanto barreiras ou linhas de passagem que fazem deles tanto espaços de separação como limiares de encontro, em terra, há duas possibilidades, conforme nos situamos no interior de espaços continentais e de grandes ilhas, ou, em alternativa, no âmbito da relação física com a água, se considerarmos as margens das pequenas ilhas. À exceção da União Europeia que, em situação normal, mantém a livre circulação de pessoas e bens no seu interior, há fronteiras políticas e económicas praticamente em todos os outros territórios pelo mundo fora e entre estes e a própria União Europeia, fronteiras estas que são marítimas, terrestres e aéreas. Estas fronteiras estão normalmente muito bem demarcadas seja por dispositivos físicos, seja por alfândegas, seja por controlos de passaportes, seja ainda pela presença de forças policiais e militares. Estes condicionamentos e até interdições à circulação, quanto mais rígidos são, mais tendem a gerar ao mesmo tempo trocas ilegais, como é o caso do contrabando, tornando-se algo contraditoriamente espaços de encontro, mesmo que clandestinos ou fugazes. Há, por outro lado, como vimos já, os meios de comunicação, desde a rádio à televisão e cada vez mais, a internet, meios que são, por isso, asperamente

controlados por todos os regimes autoritários que, para garantir o exercício autocrático do seu poder, se estribam no fechamento exponencial e múltiplo das fronteiras. Mas sempre que um espaço físico, histórico, político ou social se fecha, abrem-se, no mínimo, os horizontes da transmigração dos que nele residem e os da curiosidade e até fantasia dos que, de fora, a ele não podem aceder ou experimentam dificuldades em lá chegar.

Nas ilhas, de modo especial nas ilhas de reduzida dimensão, independentemente das conjunturas políticas, o mar, se encerra os seus habitantes na terra que por ele é circundada, abre-lhes também a expectativa da viagem e os devaneios da imaginação. Daí estas ilhas serem frequentemente sedes de diásporas. É curioso que em algumas ilhas se chegue até a procurar, de preferência, as casas próximas do aeroporto onde chegam e partem passageiros, noutras, mais isoladas, o dia da chegada do avião ou do navio é o dia do “Santo Avião” ou do “Santo Navio”, aquele em que aterram ou desembarcam amigos, conhecidos, familiares ou estranhos. Em São Tomé, contaram-me a história de um aristocrata que lá viveu, numa casa grande que ainda existe, mas que, de quando em quando, desaparecia por temporadas mais ou menos longas. Disseram-me ainda que isso acontecia por que ele tinha uma gruta debaixo do mar que o levava até Lisboa. Depois da sua morte nunca encontraram a entrada. Presumem os habitantes que estará escondida debaixo da casa, mas nunca ninguém ousou desventrar o chão para nela entrar com receio do castigo do espírito desse senhor...

Do exterior, as ilhas – as pequenas ilhas – quanto mais afastadas mais ficam envoltas em mistério, alternando ou misturando-se sentimentos de admiração e igualmente, por vezes, preconceitos de alguma superioridade. Assim, são olhadas ao longo dos séculos, precisamente pelo seu isolamento, como lugares onde foram guardados ou perdidos tesouros, como espaços originários onde a humanidade nasceu e conserva essa ancestralidade, como paraísos perdidos e reencontrados de pureza, de frugalidade e simplicidade, dimensões estas que suportaram valorações contraditórias. Todas estas representações envoltas em

lendas e mitos mais ou menos lembrados, mais ou menos esquecidos, mas, apesar de tudo, tendencialmente encantatórios.

2.2. As Ilhas Selvagens como paradigma insular

Esta mescla de imaginário e realidade aparece nos nossos dias, por exemplo, nas Ilhas Selvagens, situadas algures no Atlântico entre a Madeira e as Canárias, distando 250 quilómetros do continente africano e mil quilómetros do continente europeu. Este pequeno arquipélago é constituído por duas ilhas principais e várias ilhotas de origem vulcânica, muito agrestes, com uma área total de 273 hectares. Rodeado por uma barreira de recifes, a navegação junto às suas costas é difícil, a que acresce o facto de o mar ser nestas paragens frequentemente muito agitado. É um refúgio para aves, várias em risco de extinção, para além de possuir uma fauna marítima muito rica. Pertencendo a Portugal tem sido, contudo, objeto de disputa com a Espanha por causa da zona económica exclusiva alargada que proporciona. As Selvagens são habitadas em permanência por dois vigilantes da Natureza, que vivem numa casa na Selvagem Grande, dois elementos da Polícia Marítima, num posto construído para o efeito e um elemento da Capitania do Funchal.

Simples rochedos ou ilhas, este é o grande debate que se levanta, argumentando-se, de um lado, que, em concreto, não têm atividade económica bem como condições para serem habitadas e, do outro, que têm essa possibilidade. A verdade é que, ao longo dos tempos, houve tentativas de se criarem condições para a fixação de populações, designadamente pela implantação de condições de subsistência, desde logo de recursos alimentares, através da existência de gado caprino bem-adaptado a situações de adversidade. Estes projetos acabaram por ser definitivamente abandonados em favor da preservação da fauna e flora originais.

O acesso, apenas por mar, é atualmente limitado e sujeito a autorização prévia. Com exceção dos cientistas, por que atrai os turistas, ou simplesmente os curiosos, este inóspito pedaço de terra? Precisamente, pensamos nós, pelo seu

isolamento e pela marca indelével dos seus iniludíveis e omnipresentes limites na imensidão do Oceano Atlântico.

Destacamos, a este propósito, passagens de trabalhos sobre a história das Ilhas Selvagens referenciados na bibliografia (Albuquerque et al., 1987; Ângela et al., 1990):



Figura 1. Um grupo de turistas de passagem pelas Selvagens.

Foto Joana Bourgard/RR

in rr.sapo.pt/noticia/62243/dez_peruntas_e_respostas_sobre_as_ilhas_selvagens.pt, 26.08.16

“As Ilhas de Arguim desconhecidas da maior parte dos madeirenses, sempre contribuíram e alimentaram o “sebastianismo insular”, na visão das ilhas encantadas na salvação e refúgio de El-Rei D. Sebastião. Mas as Selvagens e o seu tesouro e as suas raridades ocultas contribuíram para a internacionalização destas Ilhas do Atlântico.”

(...)

«Um fabuloso tesouro pertencente à catedral de Lima, no Perú, escondido, nas Selvagens, pelo pirata Kidd, o Temerário. Levou-o àquelas paragens um navio espanhol vindo de Baltimore (E. U. A.), que o saqueou e a três navios mexicanos, e naufragou perto das Selvagens.

O único sobrevivente expirou nas Canárias, revelando à hora da morte, a

um marinheiro inglês, o segredo de que fora testemunha e também agente. O inglês, como bom patriota, não se conteve, ao regressar a Londres, de comunicar o facto ao Departamento da Marinha. Desde então sucederam-se as pesquisas nas Selvagens que foram cavadas e revolvidas pelos Morgados, seus primitivos donos, e por inúmeros argonautas e aventureiros.

A. Mellersh, comandante da corveta inglesa “Rattler”, por exemplo, esteve quatro vezes nas Selvagens, nos anos de 1848 a 1851, à procura do velo de ouro tão cobiçado, em cuja empresa gastou umas 3.000 libras esterlinas. O próprio Almirantado inglês participou nesta tentativa, mandando a corveta “Myrmidow” fornecer água aos exploradores. O insucesso levou Mellersh a escrever ao cônsul britânico no Funchal, a 22 de Novembro de 1851, que 'têm sido feitas escavações em ambas as Ilhas (Pitão Grande e P. Pequeno), e acho poucas probabilidades de encontrar o tesouro, não obstante crer bem que ele esteja aqui enterrado'.

Com a certeza desta realidade passou na Madeira, em 1923, o explorador inglês Sir Ernest Shackleton que, dirigindo-se ao Polo Sul, procurou, no Funchal, Luís da Rocha Machado, proprietário das Selvagens, a quem pediu autorização para pesquisar aquelas Ilhas, no regresso da sua viagem polar, dizendo-se portador de dados descobertos no Ministério da Marinha relativos ao tesouro de Kidd. A morte surpreendeu Shackleton em viagem, e o tesouro continuou sepultado no fundo pitoresco da lenda ou da esperança duma illusória realidade.

Outros exploradores, nacionais e estrangeiros, têm demandado as Selvagens com igual fito e trazido de lá a mesma decepção.”

(“Ilhas de Zargo - O tesouro ainda continua nas Selvagens!?” in imadeiras-lugares.blogspot.com/2007/09/ilhas-selvagens.html, 29.03.2011)

Como expõem estes pequenos extratos sobre a história destas ilhas – e repare-

se que, mesmo desertas, têm uma história! - para além do tesouro, subsistiu a lenda, desde o séc. XVI, que o jovem rei D. Sebastião, desaparecido numa batalha em Alcácer-Quibir, no norte de África e que voltaria a Portugal numa manhã de bruma, para libertar o reino da ocupação espanhola, estaria escondido nas Selvagens...

Eis um cenário, ou melhor, uma narrativa perfeita capaz de reforçar o desejo de ir às Selvagens. Há aqui, no fundo, três ingredientes nesse sentido: o isolamento das ilhas devido à distância a que se encontram do continente europeu e à dificuldade do acesso, o facto de serem “selvagens” de nome e condição e as lendas que as envolvem.

Neste caso, não há um marketing comercial que as promova turisticamente. É o próprio mistério que assim as preserva, mistério a fazer com que todos os anos estas ilhas sejam procuradas por iates que aí ancoram, sempre sob o olhar atento das autoridades. Juntam-se a estes privilegiados muitas outras pessoas, visitantes frustrados que vivem na esperança de um dia lá poderem ir... No *síte* do turismo da ilha da Madeira lê-se apenas esta referência, a qual acaba por despertar ainda mais a sedução pelo mistério:

“Daqui de cima (do pico do Areeiro, na ilha da Madeira), em dias de céu limpo, enxerga-se longe. E o que se vê quase sempre é de tirar o fôlego. (...). Para sul, mais ou menos na direção do Funchal, a sinuosa Ponta de São Lourenço e as Ilhas Selvagens.”

(in <https://portugalpatrimonios.com/tag/ilhas-selvagens>, 21.06.2016)

Entretanto, são noticiadas informações sobre a implementação do turismo científico nestas ilhas como forma de desenvolver uma atividade turística que, sendo economicamente rentável, não afetará o seu património natural, antes valorizando-o e assegurando a soberania portuguesa:

“Passados que estão sete anos sobre a aprovação dos Planos de

Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens e das Ilhas Desertas, o Governo Regional vai proceder à sua revisão, com o objectivo de os adequar às novas situações de tendência e evolução, nos domínios económico, social, cultural e ambiental, nomeadamente com a criação e regulamentação da actividade do turismo científico, informou a governante. (...)



Figura 2. Ilhas Selvagens
in <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/a-madeira/selvagens>

Para o Governo Regional, estas áreas protegidas devem ser, cada vez mais, geridas com uma clara e objectiva orientação no sentido de as tornar um incontornável recurso económico e, nesse sentido, é importante definir estratégias que permitam compatibilizá-las com uma maior presença humana, designadamente na vertente lúdico-turística.

Uma vez que o turismo científico é praticado por pessoas informadas e com elevada especificidade ao nível dos seus interesses na área do conhecimento, é um tipo de turismo que, na perspectiva governamental, não colide com os valores subjacentes à criação das Áreas Protegidas da RAM. Por isso, o Conselho de Governo decidiu incluir a actividade de turismo científico nos Planos de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens e das Ilhas Desertas.”

(<https://funchalnoticias.net/.../governo-quer-rentabilizar-turismo-cientifico-nas-desertas.pt>, 06.05.2016)

2.3. As ilhas como entidades inspiradoras de um universo imaginário e ficcional

Ainda no contexto português, mas numa dimensão literária, o canto IX de *Os Lusíadas* de Luís de Camões constitui uma referência incontornável na formação de um inconsciente mágico em torno das ilhas, aqui na sua representação erótica, sensual e idílica. Neste canto surge a Ilha dos Amores, uma quase-utopia que, em termos espaciais, representa a terra, o mar e o céu mas também, no plano temporal, o passado, o presente e o futuro: o passado realizar-se-ia na terra em que o reino português se formou; o presente residiria no mar através do qual a expansão se realiza; a ilha em si mesma proporcionaria o conhecimento das grandes conquistas do futuro que conferirão ao país e ao seu povo a grandeza que merecem, inclusive pela descendência que o acasalamento dos marinheiros com as ninfas irá proporcionar. É que, segundo a descrição camoniana, por vontade de Vénus executada por Cupido, a armada portuguesa vai ter a uma ilha em que um grupo de ninfas os acolhe com uma liberdade amorosa isenta de todos os tabus impostos pela religião e pela sociedade da época, recompensando-os pela sua heroicidade e dos sofrimentos por que passaram. A Ilha dos Amores representa, na sua transcendência, a harmonia, a catarse das misérias do mundo, a consagração e a transfiguração mítica dos heróis. Tudo ingredientes que contribuem para uma visão utópica das ilhas.

Mas, esta versão ficcional que envolve as ilhas constitui um ingrediente insistentemente presente no enorme universo das narrativas do mundo ocidental. Bastaria lembrarmos desde a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero e as grandes utopias clássicas - a *Utopia* de Tomás Moro, *A Cidade do Sol* de Campanella, *A Nova Atlântida* de Francis Bacon – a romances emblemáticos como *As vidas e aventuras de Robinson Crusó* de Daniel Defoe, *A ilha misteriosa* de Júlio Verne e *A Ilha o Tesouro* de Stevenson...

Nestas obras, as ilhas aparecem tanto como etapas de uma errância como sítios onde viver se torna um desejo e até um sonho. Lugares de mistério marcados

pelo desconhecido, inóspitas até, elas correspondem também, muitas vezes, a representações paradisíacas em que o selo da criação emerge com a própria imagem de pontos de terra emergentes na imensidão do mar. Como espaço fechado, a ilha tende a despertar devaneios de independência, liberdade e evasão.

Ao mesmo tempo, como destaca Nora Philippe (2003), a ilha, aparecendo como virgem e deserta, surge como o lugar de todos os possíveis, fazendo despontar a vontade de intervenção e de fundação: “se a ilha simboliza a negação da geografia e do tempo (atopia *versus* utopia e sempre acronia), ela revela (no sentido de ser catalisadora, de desencadear) toda a memória coletiva, o saber-fazer que o indivíduo traz *com ele*” (p. 7).

Por outro lado, acrescenta a mesma autora, “a ilha tornada objeto literário está já alterada, colonizada, na medida em que se fala da ilha a partir de um outro lugar, a partir do continente” (p. 8). Mas, finalmente, as ilhas que constituem o terreno destas ficções acabam por não ser mais ilhas desertas pois, para se falar delas, eis que elas têm de ser habitadas, valorizadas, representadas, organizadas segundo modelos que são transpostos do exterior de onde provém quem nelas entra. Por isso, a ilha deserta enquanto forma circular pura e fechada, “símbolo de eternidade e de auto-suficiência” procurada ou encontrada, torna-se sempre algo que já não existe e é assim motivo de fabulação e desejo. Como escreveu Lapouge (p. 497) de uma forma enfática, “as ilhas são a felicidade dos náufragos. E um homem é sempre uma espécie de náufrago”.

3. Apresentação da estrutura do estudo

O presente trabalho desenvolve-se ao longo de três tópicos e doze capítulos, para além desta introdução, na qual, em todos os momentos, ressalta a importância atribuída à elucidação dos universos conceituais que subjazem à atividade turística e à investigação que sobre a mesma se desenvolve.

Na “Revisão da literatura” foram selecionadas e distribuídas por temáticas apenas as obras mais significativas em cada uma delas, portanto, sem preocupações de exaustividade. De toda a maneira releva-se a circunstância destas obras se vincularem a campos disciplinares diversos que vão da antropologia à ética, da sociologia ao marketing e da geografia à filosofia, incluindo-se aqui também naturalmente o universo da investigação específica do turismo e aqui muito especialmente do turismo insular.

Nos tópicos sobre os paradigmas de referência, a problemática e a metodologia descreve-se a complexidade e confluência das perspetivas metodológicas instrumentalmente utilizadas sem que qualquer uma delas abranja a totalidade do campo problemático, nem esgote por isso a plenitude da sua própria especificidade interna. Chama-se à colação pensadores como Michel Serres, Gaston Bachelard, Michel Foucault, Derrida, Gilles Deleuze, Georg Simmel, Raymond Boudon e Michel Fabre. De salientar principalmente o cruzamento da hermenêutica com a fenomenologia e da genealogia com a arqueologia que permitem o exercício de uma radicalidade epistémica sempre entre os esforços de compreensão e de interpretação bem como o aprofundamento das virtualidades, da exploração da complexidade, das conexões subjetividade-objetividade e da pluralidade *versus* conflitualidade. Os pressupostos e importância da investigação conceitual, na sua relação com um quadro de conceitualização das imagens utilizadas pelo marketing turístico, são aqui particularmente valorizados. A questão de partida emerge no final deste capítulo.

No capítulo “Complexidade e referenciais do turismo contemporâneo” permite

que ponha desde logo em relevo o carácter polissémico da própria definição de turismo fazendo-se, neste contexto, algumas opções preliminares. Optou-se por apresentar, de uma forma sistemática, elementos caracterizadores da atividade turística, valorizando-se a ótica antropológica que acabará por ser aquela que sustenta a globalidade deste trabalho. É assim que a noção de “pessoa relacional” assume particular relevância, o que influenciará toda a abordagem muito concretamente dos pressupostos do turismo insular.

Logo no capítulo seguinte subordinado ao título “O fenómeno turístico como problemática antropológica: questões e interrogações” são valorizadas as preocupações com a dimensão antropológica do turismo e dos turistas, o que conduz a um desvendamento de universos tradicionalmente escamoteados pela investigação turística, empobrecendo-a irremediavelmente. A identificação de ideais como a de “paraíso” e “utopia” são então trabalhadas numa ótica neo-humanista que privilegia a condição humana, situada entre constrangimentos de vária ordem e a persistente ambição de transgressão dos limites do contexto quotidiano, fatores que alimentarão o “desejo de ilha”.

Coerentemente, faz-se entrar no capítulo “Aventura, limite e acontecimento como limiares antropológicos da alteridade” a conexão entre a referida e sempre conflitual relação face ao limite com a problemática da alteridade. As noções de “aventura” e de “acontecimento”, referenciadas ao âmbito da interatividade e da alteridade e à aproximação crítica entre “situação e horizonte” permitem polemizar a conflitualidade entre subordinação à envolvimento e construção autónoma e implicada do futuro. A oferta dos operadores turísticos, designadamente de destinos insulares, como universos privilegiados de aventura, oferece, neste espaço concetual, pistas de reflexão algo inéditas.

O capítulo “Viagem de turismo” aborda a interessante questão da deslocalização física da viagem e a inerente anulação virtual do local em ligação com a evolução do desejo de viajar e a crescente importância do destino na procura dos turistas. Ainda neste capítulo aprofunda-se a temática do sentido da viagem e da busca do algures transcendental, imaginário, geográfico e histórico de que as ilhas

constituem especial concretização.

A “Importância da problemática da interculturalidade” surge a par das questões da tolerância e do seu bloqueamento com a emergência de atitudes alocrómicas. Procura-se, através da identificação dos pressupostos ideológicos, que com frequência adulteram a interculturalidade, apreender o significado da viagem como oportunidade de uma envolvência horizontal de visitantes e visitados em prol de uma autêntica hospitalidade.

A hospitalidade, na sequência do capítulo anterior, e de uma operacionalização antropológica da interculturalidade dá corpo ao capítulo “Sentidos da hospitalidade”, entendida esta como o empenhamento em convivermos com a diferença e a estranheza das pessoas de outras culturas. A hospitalidade emerge normalmente na interatividade supostamente promovida pelo marketing turístico, sendo geradora de perplexidades críticas no caso das ilhas enquanto destino em que, muitas vezes, a admiração pelo “exótico” e “primitivo” redundava numa homogeneização das diferenças, levando à sua real marginalização, incompreensão e exclusão.

O capítulo “Autenticidade, fantasia e busca da felicidade” centra-se na descodificação da “autenticidade” enquanto conceito que na prática se traduz frequentemente em manipulação pelos agentes turísticos e na busca de um alçures impossível pelo regresso às origens por parte de turistas ocidentais cansados de um quotidiano que rejeitam sem, todavia, o quererem perder definitivamente. É neste contexto que a busca da felicidade na suposta autenticidade dos destinos insulares redundava numa “autenticidade existencial” enquanto experiência alternativa de que as ilhas como “paraíso perdido” constituem o ambicionado objetivo do turista. Neste capítulo analisa-se também as consequências da busca da autenticidade nas vidas e culturas das comunidades de acolhimento.

O capítulo “Da utopia à heterotopia como referenciais filosóficos” é aquele que

imprime explicitamente pela primeira vez a dimensão filosófica do presente trabalho trazendo para o texto uma reflexão crítica sobre a noção de utopia e de heterotopia, sempre em conexão com o pressuposto do “fascínio pelas ilhas” e a criação de heterotopias como utopias alcançáveis que enquanto lugares míticos mas também reais que se apresentam como espaços de contestação de que as ilhas, as pequenas ilhas, são exemplo.

É assim que chegados ao capítulo “As heterotopias insulares e o ser do limite”, entendidas na linguagem de Foucault como “heterotopias do desvio”, se identificam os principais pilares deste conceito e se delinea o limite como “encruzilhada onto-lógica” e o “círculo fronteiriço” de que o mar entre o continente e as ilhas é expressão antropológica.

“A noção de insularidade” é um capítulo que sistematiza conceitos fundamentais para a lógica do presente trabalho como os de “ileidade” e de “insularidade” que emprestam às pequenas ilhas a “ambivalência da insularidade”. As ilhas surgem então como representação do encontro íntimo e inspiração do itinerário salvífico de que o mar como horizonte é metáfora e realidade ao projetar-se para o longínquo e retrair-se para o que nos é mais próximo. Por fim, este capítulo apresenta uma lista das ilhas/estado mais pequenas do mundo.

O capítulo “Por uma filosofia das ilhas” retoma por inteiro a abordagem filosófica trazendo ao debate os contributos de pensadores como Albert Camus, Nietzsche, Jean Grenier, Deleuze e Françoise Péron. De salientar a particular importância da noção de “ilha deserta” de Deleuze, associada por este filósofo à metáfora do “ovo cósmico”, a qual veio revolucionar o tratamento da problemática das ilhas enquanto espaços de liberdade e de encarceramento que permitem, perante a infinitude, que o homem assumira a consciência da sua própria finitude e que permite um notório aprofundamento do estudo das ilhas no contexto da atividade turística.

O último capítulo, depois de sistematizar as principais variáveis, referenciais

epistemológicos e pressupostos hermenêuticos da investigação, proporcionamos um conjunto de casos práticos de marketing turístico que ilustram as teses defendidas, das quais ressaltam as ideias de paraíso aliadas aos pressupostos de autenticidade, primitivismo, beleza, isolamento e felicidade que as ilhas parecem impor, mas que os seres humanos, num determinado contexto histórico e cultural, nelas imprimem e o marketing explora pondo em evidência através das palavras, das gravuras e dos ditos implícitos, sendo que todo um universo de narrativas e de informação oferecida pelos media incrementa também.

A conclusão, se apresenta uma síntese dos resultados alcançados e dos meios que os proporcionaram, deixa ficar também em aberto aspetos importantes como a interferência da resiliência própria das visões próprias dos turistas relativamente à pressão motivadora do marketing turístico, sem prejuízo de se continuar a considerar a importância das condicionantes antropológicas na atração pelas ilhas, com certeza também aqui presentes.

4. Revisão da literatura

Por razões de pragmatismo, dispensamo-nos de proceder aqui à inventariação exaustiva de toda a produção que aparece referenciada e tratada no corpo do presente trabalho, destacando-se aqui apenas a identificação das temáticas e orientações que são privilegiadas em algumas das produções que na área de estudo do fenómeno insular, na sua vertente turística, interessam direta ou indiretamente para o núcleo das problemáticas que ocupam as nossas preocupações.

Desde logo, importa considerar que a maioria da informação disponível insere-se na área disciplinar da geografia humana e não tanto do turismo em particular. Curiosamente também, muitas das publicações tendem a valorizar as questões que se prendem com a vulnerabilidade das ilhas agudizada pelas mutações climáticas e também pelos “excessos de carga” decorrentes da massificação do turismo. Entretanto, verifica-se igualmente que há um conjunto de artigos e livros que se preocupa com as questões concetuais, desde logo com a própria definição de “ilha” a partir de perspetivas mais físicas ou de pendor mais psicológico e socio-antropológico, bem como com problemáticas englobantes sobre as noções de turismo, viagem, hospitalidade, interculturalidade e imaginário turístico.

4.1. Principais referenciais bibliográficos das problemáticas englobantes

Estas problemáticas englobantes, identificadas e analisadas neste trabalho, têm como referenciais destacados as obras de Jean-Didier Urban (2011) sobre o carácter proteiforme do turismo em contraste com os estereótipos oferecidos ao turista enquanto mero consumidor, Thierry Paquot (2014), Gaston Pineau (2009) e Bernard Fernandez (2001) sobre a experiência da viagem, desde a partida à chegada numa perspetiva antropológica de mudança de si, e Richard Amirou (2012) acerca do imaginário turístico que facilita a aproximação ilusória ao que é misterioso e fascinante. Derrida (1997) e Innerariti (2008), com perspetivas

diferentes, são, por sua vez, pilares incontornáveis na abordagem das questões da hospitalidade. Finalmente, Abdallah-Pretceille (1986), ao ter introduzido a concepção de que o encontro entre culturas é, antes de mais, um encontro entre pessoas, afigura-se como um referencial incontornável para a compreensão da essência relacional da hospitalidade.

4.2. Bibliografia de referência sobre o conceito de ilha

A necessidade de se trabalhar sobre uma concepção multidimensional de ilha surge já, por exemplo, em Bertrand (1982) que dá uma particular atenção ao papel das representações e em Huetz de Lempis (1994) que alerta para a importância de se considerar a temporalidade de cada ilha cuja identidade se constrói significativamente pela sua história. Por seu turno, Chérubini (2002) representa uma outra corrente que indexa a genuinidade do conceito de ilha ao seu tamanho, considerando que as verdadeiras ilhas são as pequenas, marcadas pela “maritimidade”, isto é, pela forte influência do mar e das tempestades que as assolam, fatores que condicionam toda a sua existência, a par da presença constante do litoral dada a relação muito evidente, nestas ilhas, entre a terra como emergência no meio do oceano e os limites que este lhe traça. Já Emanuel de Martonne, geógrafo francês da primeira metade do séc. XX, defendia que apenas as pequenas ilhas oceânicas possuíam características de insularidade pois as outras seriam simples prolongamentos dos continentes ou que, pela sua grande extensão, teriam um perfil idêntico ao dos continentes. Françoise Péron (1993) aparece neste debate como uma referência central ao valorizar nas pequenas ilhas, no seu caso designadamente as do litoral francês da Bretanha, a consciência e a resiliência insular dos seus habitantes diante dos desafios que a modernidade veio a colocar à preservação da sua identidade.

Abraham Moles (1982) introduz a ideia da “nissinologia” como ciência das ilhas, a par do conceito de “ileidade” para caracterizar o isolamento profundo das pequenas ilhas oceânicas, noções que Bonnemaïson (1990b) aprofunda, servindo de referência para a maioria dos estudos ulteriores sobre o fenómeno

da insularidade.

Curiosamente, muita da produção das últimas décadas, sobretudo a partir da década de noventa, vai valorizar, como já dissemos, a problemática da vulnerabilidade das ilhas e do seu desenvolvimento sustentável, frequentemente na sua relação com o turismo. Alguns exemplos: Beller e d’Ayala, eds. (1990); Butler (1991); Albuquerque e McElroy. (1992); Lockhart et al., eds. (1993); Conlin et Baum, eds. (1995).

4.3. Bibliografia sobre o impacto do turismo nos ecossistemas insulares

O artigo de Klaus de Albuquerque e Jerome McElroy foi particularmente relevante por ter aplicado o chamado “destination life-cycle model” de Butler (1980) à realidade das ilhas do Caribe, o qual parte do princípio de que as ilhas passam por três estádios no que respeita ao desenvolvimento do fenómeno turístico, começando por uma exploração de baixa densidade, depois por um rápido e consolidado crescimento e, finalmente, por uma maturação em que as atrações naturais tendem a substituir o que é feito pelo homem. A partir daqui, com vista a garantir um turismo sustentável, procura-se compatibilizar as estratégias seguidas com a peculiaridade das estruturas locais.

De realçar ainda a obra coletiva dirigida por Yorghos Apostolopoulos e Dennis Gayle (2002) intitulada precisamente *Island tourism and sustainable development*, a qual agrupa, a este propósito, um conjunto de interessantes contributos sobre as ilhas do Pacífico Sul, das Caraíbas e do Mediterrâneo. Estas três regiões insulares são aí caracterizadas pela sua similitude em termos de geomorfologia e de um florescente setor turístico sem alternativas económicas, embora diverjam no que se refere às suas identidades sociopolíticas e níveis de desenvolvimento. No caso das Caraíbas e do Pacífico Sul, estas ilhas viveram um certo impasse na sequência da ocupação colonial, tendo-se tornado progressivamente locais de lazer ou “periferias de prazer” para os nacionais das potências a que estão historicamente ligadas. Com afluxos muito grandes de

turistas, foram alvo de significativos impactos nas suas paisagens, nas suas identidades e, em termos gerais, em todo o seu equilíbrio ecológico, os quais, segundo os autores desta obra, poderão mesmo pôr em causa, de forma algo dramática, o próprio futuro do turismo de que agora dependem economicamente. O seu equilíbrio é tanto mais sensível por se tratar de pequenas ilhas, por isso muito expostas às consequências nefastas decorrentes de ameaças à sua estabilidade natural e social, a exigir um adequado planeamento da atividade turística para defesa dos interesses quer dos visitantes, quer dos residentes.

Num outro estudo, MacElroy e Albuquerque (2002) realçam, neste âmbito, a relação estreita entre a vulnerabilidade destas ilhas em termos ecológicos, o turismo de massas, a inerente intensificação da construção, o abandono das atividades tradicionais como a agricultura e as pescas, a dependência dos ciclos económicos dos países de onde são oriundos os visitantes e progressivamente das importações, tudo isto acompanhado da destruição das linhas de costa e da subordinação, de uma forma geral, aos gostos e interesses dos estrangeiros, designadamente das empresas do setor turístico de países terceiros. Complementarmente, regista-se, ainda segundo o mesmo investigador, a ausência de alternativas e a falta de planificação das autoridades locais.

É bom não esquecer que a noção de sustentabilidade, considerando-se a definição que nos foi legada por Butler (1993), implica a salvaguarda de três princípios fundamentais: a preservação a longo prazo da prática do turismo, a defesa do meio envolvente e do património, bem como a possibilidade de existência de outras atividades económicas. Entretanto, a 70ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a *2030 Agenda for Sustainable Development* de que consta, nos objetivos 8, 12 e 14, o seguinte:

- “- devise and implement policies to promote sustainable tourism that creates jobs and promotes local culture and products;
- increase the economic benefits to Small Island developing States and least developed countries.”

Já na primeira década do séc. XXI, Scheyvens e Momsen (2008), fazendo uma apurada crítica das políticas neoliberais, procuram demonstrar como em pequenos estados insulares em desenvolvimento, o turismo, sendo frequentemente a única fonte de criação de riqueza, em vez de proporcionar a prosperidade dos respetivos povos e a diminuição das desigualdades, conforme é apregoado, agrava o empobrecimento de significativos estratos das populações. A superação deste efeito perverso do turismo, agravado precisamente pela particular vulnerabilidade das pequenas ilhas, sugerem os autores, só poderá ocorrer se os governos locais se implicarem efetivamente na regulação da atividade turística pela implementação de políticas sustentadas e abrangentes, as quais passarão pelo envolvimento dos habitantes no seu conjunto e por uma equitativa e compensadora distribuição dos benefícios alcançados.

Por seu turno, Rodriguez et al. (2008) aplicam este mesmo modelo a Tenerife, defendendo, numa visão prospetiva, que uma política de turismo sustentável será possível apenas se se considerar, de modo integrado, o conjunto dos recursos naturais, culturais e humanos, combinando-se harmoniosamente as decisões tomadas interna e externamente, no caso de Tenerife, pelas autoridades locais e regionais.

Mas acontece que, apesar dos múltiplos e continuados alertas e das variadas propostas para se desenvolver o turismo nas pequenas ilhas de uma forma equilibrada em termos naturais e sociais, a verdade é que os desequilíbrios persistem, conforme o demonstra a intensidade dos debates em curso que fazem eco de uma preocupação crescente. A realização, em 2013, das Jornadas Mundiais do Turismo Responsável dedicadas precisamente à preservação dos patrimónios insulares é disso uma clara demonstração.

Curiosamente, Jean-Christophe Gay (2013), apurando um saldo dos ganhos e perdas do turismo nas ilhas, conclui que, apesar dos inconvenientes do turismo de massas, à partida, o turismo proporciona uma segunda via aos vários tipos

de património, bem como novas sociabilidades que são uma das causas da evolução das sociedades insulares.

4.4. Estudos sobre a resiliência dos estados insulares

Por outro lado, Soile Veijola et al. (2014), sobre as reflexões de Derrida acerca da abertura ao acontecimento e ao pensamento disruptivo, põem em causa a imposição hegemónica e indiscriminada dos modelos de gestão neoliberal, assentes numa racionalidade do mercado, às economias das sociedades periféricas que vivem do turismo sob o pretexto de que estarão assim a velar pela sustentabilidade destas. Todavia, negarão assim, no fundo, a possibilidade de existência de alternativas eventualmente inesperadas às suas propostas, mesmo que essas vias alternativas sejam, eventualmente, intrinsecamente válidas.

Estudos mais recentes, como o de Weaver (2016), o qual faz ressaltar a emergência de um “virtuous periphery syndrome” revelador da capacidade de resiliência dos pequenos estados insulares para promoverem formas de turismo diferenciado e compatíveis com os seus recursos, autonomia e identidades, revelam algum otimismo no que respeita à conciliação harmónica entre a dependência económica do turismo, o poder das grandes potências mundiais e o desenvolvimento socialmente equilibrado. Com efeito, em vez de apostarem simplesmente em pequenos nichos alternativos ao turismo de massas, como o fizeram no final do século passado diversos governos das Caraíbas e do Pacífico Sul, assumem agora como prioridades a planificação, a educação turística, a adequada distribuição dos turistas e o respeito pelos limiares críticos em termos da sua acomodação.

5. Paradigmas de referência

A emergência das ciências sociais e humanas ocorre historicamente no contexto da afirmação dos pressupostos positivistas enquanto paradigma da própria cientificidade. Todavia, se estas ciências à partida se afirmaram deste modo, adotando modelos que nem sempre lhes são ajustados, em nome da objetividade e do rigor metodológico, a verdade é que foi também com elas que o próprio paradigma de cientificidade prevalecente acabou por ser questionado, aceitando-se progressivamente a multiplicidade de referenciais epistemológicos de referência.

5.1. As ilhas enquanto objeto de estudo da antropologia cultural

As próprias investigações da antropologia social e cultural, com autores emblemáticos como Claude Lévi-Strauss, Bronislaw Malinowski, Raymond Firth e Marshall Sahlins, percorreram um caminho que passou pelo estudo das pequenas ilhas. As ilhas do Pacífico, identificadas como autênticos laboratórios etnográficos, foram amplamente visitadas e estudadas dando origem a obras de referência como, respetivamente, *Pensamento selvagem*, *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, *Nós, os Tikopia* e *Ilhas de história*. Traço comum a todas elas: o fascínio por um certo exotismo suscitado por fenómenos como o totemismo, os rituais e o sentido da comunidade, especialmente envolvidos pelo isolamento da insularidade. O caso de Tikopia é aqui particularmente curioso por se tratar de uma pequena ilha que faz parte da Ilhas Salomão, tendo apenas 5 kms² de superfície e 2 000 habitantes que partilham entre si uma forte vivência comunitária radicada na cultura polinésia e que persiste apesar da presença relativamente recente de missionários da igreja anglicana. Tão pequena e marítima que o cheiro do oceano se sente mesmo nas profundezas da sua floresta... Esta ilha tornou-se um ícone das ilhas idílicas e utópicas a que a antropologia não foi alheia, promovendo-o até, certamente ao acolher a perspectiva de Lévi-Strauss que considerava existir, a par de uma ciência objetiva e racional, uma outra, mais próxima do senso-comum, em que o olhar subjetivo

da intuição sensível e do imaginário desempenha um papel crucial.

Daí os estudos etnográficos com um perfil mais próximo da investigação participante, os quais vieram a descobrir, por exemplo, que, o povo desta ilha, numa atitude de auto-centração e autossuficiência, de alguma forma se via a si mesmo como sendo a humanidade. Do lado dos antropólogos registou-se uma certa euforia na medida em que ilhas como a Tikopia surgiam, no seu ilusório isolamento e fechamento geográfico e social, como autênticas dádivas que subitamente ofereciam a materialização do quesito epistemológico positivista que impunha, em nome da cientificidade, a necessidade de objetos de estudo bem circunscritos e delimitados. Ou seja, as ilhas renovavam assim, agora junto dos cientistas, a singularidade do seu estatuto a que acrescia a pureza das suas populações, supostamente conservando um estado originário enquanto *selvagens, primitivos, sem escrita* ou *povos sem história*. Estado este que permitiria a observação e recolha de dados com uma objetividade reforçada pela pretendida isenção que a rutura entre os universos culturais daqueles que estudavam e aqueles que eram estudados garantia.

Curiosamente, a este propósito, numa revisão hipercrítica do itinerário da antropologia social e cultural, Levi-Strauss (1973, p. 69) acaba por escrever:

“A antropologia é filha de uma era de violência; e se ela conseguiu alcançar uma visão mais objetiva do que antes dos fenómenos humanos, deve esta vantagem epistemológica a um estado de facto pelo qual uma parte da humanidade se arrogou o direito de tratar a outra como um objeto.”



Figura 3. A ilha de Tikopia
in www.atomvoyages.com

Este nosso estudo, tratando-se de um trabalho científico e filosófico, ainda que liberto das amarras reducionistas do positivismo, deve assim ter em conta a multidimensionalidade do fenómeno insular e a sua complexidade concetual, aliás, sempre aberta. Daí, serem tomados em consideração no enquadramento epistemológico da investigação os contributos dos diversos enfoques de abordagem que nos são disponibilizados pelas ciências humanas – nomeadamente por ciências como a psicologia, a sociologia e a antropologia, pela geografia humana e física, pela literatura e, num plano meta-científico de radicalidade crítica, pela filosofia. Só a partir deste conjunto de conhecimentos e reflexões será possível configurar a problemática de que se parte, a metodologia de investigação, e a questão de partida, dimensões que na sua globalidade sustentam o criticismo que procura ser o perfil hermenêutico do presente trabalho.

5.2. Referenciais epistemológicos das ciências sociais e humanas

Da evolução recente das ciências sociais e humanas que se projeta na sua identidade atual complexa e por vezes difusa ou até mesmo contraditória, retivemos os seguintes referenciais epistemológicos:

- Subalternização das chamadas “filosofias do sujeito” com a emergência das “filosofias do conceito” ou “filosofias da ausência”;
- Retorno do sujeito, passando este a ser entendido no seu carácter iminentemente relacional e vulnerável;
- Afirmação da intersubjetividade como dimensão inalienável e matricial do sujeito;
- Apogeu e crise das correntes estruturalistas com o afloramento da questão da responsabilidade do indivíduo enquanto sujeito das suas ações;

- Concomitante crise das “ontologias do sujeito” e consequente abertura à alteridade;
- Emergência do ser humano como sujeito no quadro da decadência do humanismo tradicional e das suas certezas enquanto “pobre saber sobre a grandeza do Homem” e da configuração de um novo humanismo: um humanismo em que o sujeito das iniciativas explora as possibilidades a partir dos seus próprios limites;
- Na sequência da crítica ao dogmatismo e ao universalismo, construção de uma nova concepção do universal a partir da pluralidade de perspectivas, sem prejuízo da rejeição do relativismo;
- Rejeição do universalismo racionalista e do pensamento único com abertura ao chamado conhecimento sensível;
- Crise da noção de Verdade transcendente e recusa dos monolitismos ortodoxos;
- Emergência de uma “hermenêutica dos conflitos” no quadro de uma “razão hermenêutica”;
- Prevalência das teorias estocásticas e da complexidade sobre o determinismo, o pensamento escatológico e o pensamento disjuntivo.

5.3. Complexidade e irreducibilidade das leituras conflituais da realidade

Assumimos especificamente as posições de Jacques Ardoino (2000) quando este autor encara a complexidade como uma nova racionalidade que contempla “a inteligência de uma pluralidade de constituintes heterogêneos, inscritos numa história, ela própria aberta às surpresas e às aleatoriedades do que vai advindo” (p. 121). A partir daqui é apontada a experiência do encontro com o outro

“enquanto limite do nosso desejo, do nosso poder e da nossa ambição de domínio” (p. 125) como sendo simultaneamente a mais cruel e a mais rica. A radicalidade epistémica do significado do plural não residirá então nem apenas na alteração fenomenal pelo reconhecimento ou aceitação do outro e muito menos somente na alteridade eidética provinda da ideia do outro mas na sua simbiose que nos levará a considerar a heterogeneidade constituída pelo conjunto de desejos, interesses, intencionalidades e estratégias antagónicas. Valoriza-se deste modo a irredutibilidade própria de uma pluralidade de olhares e, com ela, o conflito pela produção de efeitos de sentido inesperados e nunca totalmente apreendidos ou apreensíveis no tempo. Dela decorre, em simultâneo, a experiência do vazio que angustia e a que se associam os imaginários produzidos entre a simulação e a facticidade na direção dos jogos afetivos e inteligentes da invenção em que se cruzam as “hermenêuticas conflituais” como leituras plurais das realidades.

5.4. Realismo crítico

Parece-nos ainda ser importante em todas estas reflexões não dicotomizar as interpretações que são feitas, o que aconteceria se optássemos ou por uma perspectiva objetivista que tendesse a sobrevalorizar as dimensões pretensamente reais do destino turístico - identificando as encenadas e as originais -, ou por uma abordagem de cariz mais subjetivo em que fossem as representações e motivações dos turistas a passar, redutoramente, para primeiro plano. Esta oposição de pressupostos surge de maneira evidente a propósito da problemática da autenticidade. Optamos por isso, tal como proposto por Platenkamp e Botterill (2013), por um realismo crítico que concilia e correlaciona as abordagens ontológicas e epistemológicas do fenómeno turístico e, muito concretamente, a apreensão que se faz da natureza dos destinos turísticos, com especial relevância para as ilhas, desde o marketing aos impulsos e vivências do próprio turista que as procura.

É assim que se admite a existência de uma realidade intransitiva independente

do pensamento no “horizonte de cada discurso”. Realidade que, para além das estruturas e propriedades dos objetos, inclui também uma dimensão de irracionalidade dionisíaca, em conjugação com os contributos transitivos que reúnem as representações do turismo, desde as teorias científicas às fotografias e *blogs* de viagens, por exemplo, e que, no seu conjunto, formam “os discursos epistemológicos de vozes situadas e a sua subjetividade reflexiva” (*op. cit.*, p. 121).

Desta conjugação devem emergir “juízos racionais” que evitem quer o relativismo das posturas perspectivistas, quer a recusa da complexidade e diversidade das abordagens possíveis de que o empiricismo positivista aparece frequentemente acusado. A fenomenologia e a hermenêutica, transcendendo os limites de um reducionismo interpretativista e aceitando, sem prejuízo do seu incessante questionamento, a existência de horizontes de uma parte intransitiva da realidade, ganham assim um novo fôlego.

A concetualização, construída essencialmente por raciocínio abstrato, é do tipo sistémico, o que significa assentar preferencialmente no exercício do rigor dedutivo e sintético (cf. Raymond Quivy, Luc Van Campenhoudt, 1995). Adota-se igualmente, a partir de Deleuze (1991), a ideia de criatividade e questionamento, própria dos conceitos filosóficos, em oposição ao caráter realista dos conceitos induzidos da experiência na sua aceção positivista. Importará mesmo conceber “ontologias alternativas para o turismo” ou um “pluralismo ontológico”, tal como o defende Soile Veijola et al. (2014), o qual aceita, por exemplo, a ideia de um “turismo disruptivo” que permita reinventar o turismo com base numa aceitação do imprevisto inclusive em termos da hospitalidade. O turismo disruptivo seria então aquele que, em vez de criticar apenas as disrupções negativas do fenómeno turístico no que se refere ao equilíbrio das sociedades de acolhimento, promoveria as “potencialidades de estar com outras pessoas”, através precisamente de práticas turísticas com menos organização e menor gestão do tipo prevalecente.

Pensamos que este conceito de “turismo disruptivo” é, muitas vezes, utilizado na publicidade relativa a destinos insulares, despertando – através da oferta ou da simples insinuação do insólito e da transgressão - o imaginário inerente às motivações inconscientes de potenciais consumidores. As ilhas aparecem então não tanto como um paraíso divino, mas como um paraíso humano por serem idealmente, antes de tudo, libertadoras desse humano contido pela rotina e pela alienação própria das sociedades contemporâneas.

5.5. Contributos para uma reflexão científica com contornos filosóficos

Mobilizamos também na nossa investigação, em coerência com as preocupações e propósitos enunciados, alguns daqueles que consideramos ser os principais contributos da problematização como atitude e itinerário de uma reflexão científica com contornos filosóficos (cf. Dias de Carvalho, 2016). Discriminamos, a este propósito, os seguintes:

- “Via exódica”: trata-se de uma proposta de Michel Serres (1985) na qual se compara o método clássico que, em busca de uma via ótima e prévia, desenha um percurso – reduzindo o mais possível a zero toda a perturbação - e a via exódica em que os desvios e os imprevistos se entrecruzam no próprio caminho que se percorre, sendo valorizados pela sua incessante interpelação. Nesta investigação, deu-se uma abertura de princípio à correção dos caminhos traçados em função da renovação das interrogações que foi sendo colocada pelas consultas bibliográfica e pelo confronto com os materiais promocionais analisados.
- “Materialismo racional” de Gaston Bachelard (1940) e “fenomenotécnica” como intervenção da “consciência retificante” relativamente às convicções, intuições e imagens da consciência espontânea. Um certo pendor fenomenológico decorrente da busca de sentidos nas práticas turísticas foi sempre condicionado pela tentativa de superação dos truísmos e lugares-comuns muito presentes nestes domínios.

- “Antropologia completa” também de Bachelard enquanto dupla via do “homem noturno” e do “homem diurno” que consagra “a dupla situação de todo o psiquismo entre tendência para a imagem e tendência para a ideia”, ou seja, entre o devaneio e a razão. Os elementos de fascínio implícitos no “desejo de ilhas” colocam os visitantes invariavelmente entre o imaginário e o racional, componentes essenciais a considerar para se poder compreender e aceitar o humano como uma totalidade complexa.
- A “duração múltipla” de Michel Foucault (2001) enquanto valorização do acontecimento como “uma relação de forças que se inverte” em oposição ao pensamento clássico em que sobretudo se procuravam e retinham as continuidades. Na verdade, constituiu nossa preocupação a valorização das irrupções singulares de sentido sobre a imposição de coerências lineares em tudo quanto foi considerado para reflexão.
- O “acontecimento” segundo (2001) Derrida, autor para quem aquele escapava a toda a possibilidade de previsão, sendo mesmo o que aparece como uma impossibilidade surpreendendo a consciência. Este procedimento foi adotado de acordo com o que ficou explicitado no ponto anterior.
- A noção de “conceito filosófico” de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1991) enquanto este incorpora uma dimensão criativa, albergando precisamente o acontecimento na sua imprevisibilidade, demarcando-se assim do estatuto que assume na ciência ao ser apenas a constatação da vivência de um estado de coisas e das suas condições. O conceito filosófico não se refere ao vivido, destinando-se antes, pela sua própria criação e na dimensão do devir, “a envolver um acontecimento que sobrevoa todo o vivido” (p. 37).
- A partir da perspectiva sociológica de Georg Simmel (2002), um acontecimento, sempre marcado pela sua contingência, torna-se aventura quando “faz parte integral da natureza e da determinação do indivíduo que vive essa vida”. Esta noção de aventura transparece, por definição nos

propósitos do viajante aventureiro, constituindo para o turista comum, designadamente o que procura as ilhas, um desafio e, por vezes, uma ilusão. De toda a maneira, é importante olhar o turismo também por esta ótica da relação com a alteridade como abertura ao inesperado.

- Raymond Boudon (1999), na sequência de Max Weber, situa a “racionalidade axiológica”, de perfil prescritivo, entre a “racionalidade cognitiva” – que é um sistema de razões, próprio da ciência, com a força de uma coerência lógica - e a “racionalidade instrumental” – cujos procedimentos de natureza teleológica optam por um determinado meio para atingir um determinado fim. A racionalidade axiológica acaba por ser também uma manifestação da racionalidade cognitiva no domínio ético-prático. Com efeito, consideramos a aceitação desta conceção de uma racionalidade axiológica como sendo um pressuposto decisivo para o esforço de interpretação do fenómeno turístico em geral e do turismo insular em particular, do que muito dependerá a adequada intervenção dos diversos atores no terreno.
- Michel Fabre (2009), a propósito da problematização, esclarece-nos que entre o problema como relação sujeito/tarefa e a problemática como estrutura objetiva, há o problemático enquanto modalidade de sentido. Daí que seja a objetividade das ideias ou das problemáticas, a par do juízo que sobre estas incide que intervêm na problematização. O problemático, por seu turno, articula o sentido subjetivo e o sentido objetivo do problema.

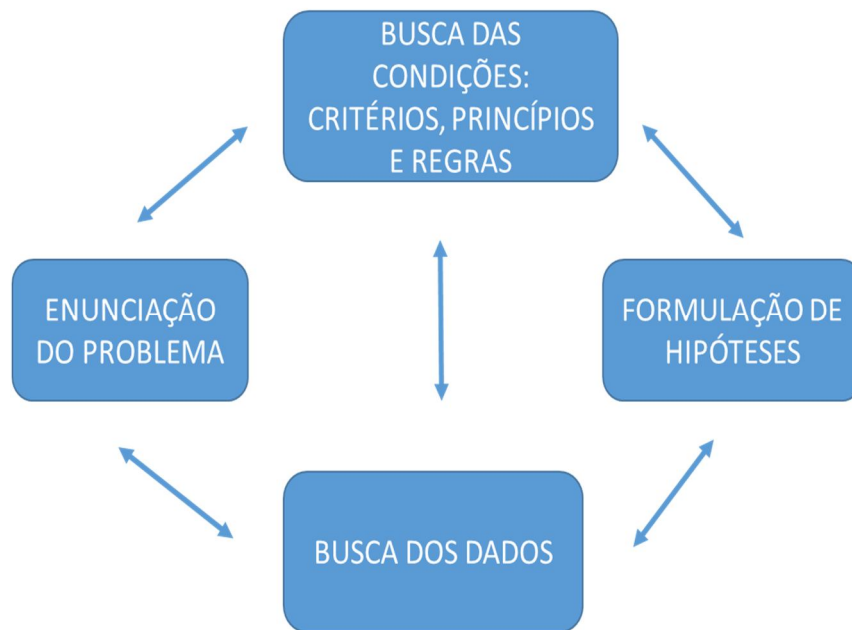


Figura 4. Versão simplificada do losango da problematização de Fabre e Musquer, a partir de FABRE, Michel (2009), *Philosophie et pédagogie du problème*

Esquematisam-se as conexões entre o enunciado do problema, a busca de condições, a pesquisa de dados e a formulação de hipóteses no âmbito da sequência posicionamento do problema ⇒ clarificação do problema ⇒ hipóteses com vista a uma eventual resolução do problema.

6. Metodologia e problemática

No caso concreto da presente investigação, a “problemática” reside na identificação das formas de promoção turística das ilhas, o “problema” surge com o esforço de caracterização das estratégias e metodologia de implementação da pesquisa, o “problemático”, por fim, é delineado pela reflexão antro-po-filosófica que é desenvolvida, a qual articula as motivações dos agentes das promoções publicitárias e dos turistas com os interesses de natureza hermenêutica do investigador.

Na componente da análise de conteúdo, de natureza intensiva, qualitativa e meramente exploratória, incidirá sobre o significado das palavras, frases e imagens utilizadas em documentos tais como prospectos, cartazes e outros materiais de divulgação turística em suporte de papel ou eletrónico na perspectiva de neles apreender e interpretar as mensagens explícitas e subliminares aí veiculadas. Trata-se, pois, de uma análise sumária dos pressupostos das estratégias e processos de difusão utilizados a fim de ilustrar as análises concetuais desenvolvidas anteriormente. Esta documentação reportar-se, assim, sem preocupações de exaustividade ou de amostragem, a casos de publicidade turística em Portugal e noutros países que consideramos conter mensagens que fazem, por denotação ou conotação, apelo preferencial ao imaginário e aos afetos, reportando-se significativamente a alguns dos principais destinos turísticos e insulares.

É, entretanto, importante nunca esquecer que a viagem turística se alimenta em larga medida de uma busca de sentido.

Podemos, de alguma forma, dizer que se abre deste modo uma crise de crescimento, uma crise que é, antes de mais, a crise de uma ortodoxia. Michel Foucault (1966), nas suas deambulações arqueológicas e genealógicas, alerta-nos para um fenómeno a este propósito muito significativo: é que, com as ciências sociais e humanas e o delineamento do Homem simultaneamente

enquanto sujeito e objeto de conhecimento, configuram-se, no próprio interior do seu campo de investigação, os sintomas daquelas que serão as ameaças à ortodoxia positivista. Referimo-nos aqui expressamente aquelas que o filósofo designa como “contra-ciências”, a saber, a psicanálise, a linguística e a etnologia. Com efeito, estas ciências humanas, no caminho do desvelamento do seu objeto para o sujeito que o procura conhecer, acabam por, algo contraditoriamente, encontrar nesse mesmo objeto aqueles que serão os próprios obstáculos no que se reporta ao estatuto daquele sujeito. Estão aqui em causa, nomeadamente, os vastos patamares individuais e coletivos que, alojados a nível do inconsciente, escapam por isso à consciência do sujeito. O desafio e a perplexidade que aqui se colocam questionam a autocracia do sujeito-consciência de Descartes e de Kant, isto é, do sujeito de uma modernidade herdada pelo positivismo e que assim fica definitivamente abalada.

A propósito do objetivismo e da crise do sujeito que sucede à crítica da sua autossuficiência, Hans Jonas (2006) alerta-nos para a circunstância de as ciências humanas, enquanto encarceradas numa aura científica, todavia redutora pela sua inspiração positivista, acabarem por pagar o preço de tentar escapar à ambivalência da condição humana. Como? Recusando-a, por, em última instância, esta não se subordinar às normas de uma epistemologia canónica que, entretanto, obrigaria a que se escamoteasse a ambivalência que será, afinal, constitutiva dessa mesma condição e que, sendo negligenciada, acarretará uma perda de focalização na sua singularidade e na sua identidade.

Xin, Tribe e Chambera (2013) denunciam a circunstância de o objetivismo não conceber o trabalho de concetualização como podendo constituir uma investigação autónoma, isto por se considerar que a investigação concetual e a empírica asseguram necessariamente no seu conjunto uma complementaridade imprescindível para a produção de conhecimento. As óticas subjetivistas e qualitativas, por seu turno, designadamente as etnográficas ou as baseadas em entrevistas e *focus groups*, parece a estes autores estarem indexadas à confirmação por dados qualitativos, mas também empíricos.

A esta luz, apenas a investigação concetual, que seguimos no presente estudo, estará a coberto do recurso imediato a dados empíricos para aprovar ou desaprovar resultados e produzir conhecimento, exigindo-se-lhe em contraposição lógica, plausibilidade, transparência, adequação ao esclarecimento do problema em questão, auto-reflexão e utilidade para a compreensão humana antes de mais pela sua capacidade para criticar conceitos existentes e criar outros. A noção de utopia – e a de heterotopia que dela decorre e é uma aplicação concreta e específica – constitui, talvez, de entre as que utilizamos no presente estudo, aquela que melhor se integra nesta proposta de investigação concetual que assumimos como prioritária. Pelo seu capital de risco e pelos inusitados potenciais que abre à reflexão. Mas, entre outras, noções como as de heterotopia, autenticidade, hospitalidade, viagem, aventura, ileidade e interculturalidade no âmbito da investigação sobre o turismo em geral e o próprio conceito de ilha para o turismo insular em particular são por nós contempladas neste trabalho investigativo.

Assim, ao optarmos por uma abordagem hermenêutica, nos moldes de seguida definidos, assumimos claramente a via da investigação concetual na sua relativa autonomia e coerência metodológica como sendo a que baliza e caracteriza o presente trabalho. Isto por nos parecer urgente este tipo de pesquisa num domínio que permanece demasiadamente indexado aos pressupostos dos estudos subjacentes às lógicas aplicacionistas e às fundamentações da programação e organização de muitas das atividades turísticas, as quais ficam frequentemente reféns de truísmos e lugares-comuns que prejudicam, inclusive, as suas aspirações à inovação ou à subsistência de determinados produtos tidos como valiosos mas que requerem alguma evolução. Com efeito, nestes domínios teórico-pragmáticos é decisivo perceber-se que os conceitos não só nos ajudam a compreender ideias que são complexas como abrem caminho ao estabelecimento de conexões entre ideias anteriormente alheias entre si. Será o caso, por exemplo, dos conceitos de autenticidade e de felicidade desde que os relacionemos com o turismo (ele mesmo a ter de ser necessariamente envolto por uma perspetiva concetual) enquanto prática que requer a assunção de

sentido(s) pelos seus atores para poder ser considerado como sustentável de um modo integrado e não simplesmente economicista. Aspetos estes particularmente relevantes no caso dos projetos turísticos nas pequenas ilhas. Seguindo e assumindo os principais tópicos do estudo de Xin, Tribe e Chambera acima referenciado, consideramos que sem se opor à investigação empírica, da qual poderá utilizar mesmo alguns dos seus dados, a investigação concetual incorpora um certo relativismo subjetivo ao não se subordinar nomeadamente aos cânones do verificacionismo ou da falsificabilidade popperiana para assegurar a produção de conhecimento válido, o que não significa a pura e simples arbitrariedade dos seus processos. Por isso, não se remete para um simples papel heurístico ou introdutório como o que o objetivismo, ao valorizar finalmente os dados e não tanto os conceitos, lhe atribui. A pesquisa concetual, para ser coerente e válida, para além de uma exigente revisão da literatura – à qual, todavia, também não se reduz! - exige a mobilização, pelo questionamento, de um ceticismo sistemático, a par de uma adequada estruturação da argumentação, a triangulação através do estabelecimento de constelações de conceitos vizinhos, a correlação entre as conclusões e os problemas levantados, a fundamentação documentada dos processos conducentes aos resultados, a contribuição efetiva desses resultado para o progresso do conhecimento e a utilização da reflexividade para se perceber o papel dos sujeitos na construção do conhecimento assim obtido.

Para Drehers (2003, *apud op. cit.*, pp. 83, 84), a investigação concetual é:

“a set of activities that focus on the systematic analysis and profound understanding of tourism concepts. Research can cover the antecedents, origin, history and development of the concept as well as its current use, facets, controversies, applications, characteristics and idiosyncrasies, points of differentiation, discourse and ideological analysis and deconstruction. Its major outcomes include the clarification of a concept, the proposing of a new concept, the modification of an existing one (reconceptualization) or ideological or other critique”.

Propõem os nossos autores que complementemos esta definição com a de Frascati (1993, apud, *op. cit.*, p. 84) que nos diz:

“Research...comprise(s) creative work undertaken on a systematic basis in order to increase the stock of knowledge, including knowledge of man, culture and society...”

E concluem Xin, Tribe e Chambera (*op. cit.*, p. 84):

“The power of conceptual research in tourism is important from its impact on both the world of thought (e.g. embodiment, tourist mobilities, authenticity) and the world of practice (e.g. tourism area life cycle, pro-poor tourism, responsible tourism). Given its theoretical inadequacies, the tourism canon relies heavily on the development of its concepts.”

6.1. Do marketing turístico como comunicação à identificação de conceitos operacionais

Assim, o tratamento das formas de comunicação mais comuns utilizadas na promoção das ilhas enquanto destino turístico pode inspirar-se na conjugação efetivamente problematizadora entre a utilização e exploração das intuições imaginárias dos potenciais consumidores destas ilhas – sempre as pequenas ilhas na economia da nossa pesquisa – e as realidades profundas destas mesmas paragens, nem sempre compagináveis com o caráter idílico maioritariamente prometido e ansiado. Tudo isto sujeito ao enquadramento proporcionado pela abordagem dos conceitos inerentes às conceções contemporâneas do que se entende por turismo e viagem nas suas relações com os conceitos operacionais de interculturalidade, hospitalidade e aventura e, entre outros conexos, os conceitos teóricos de limite, utopia e heterotopia.

Em busca de conceitos operacionais, socorremo-nos da concetualização de Camprubi, Guia e Comas (2009), nomeadamente da sua definição de “imagens induzidas” como “aquelas que foram promovidas através de ações do marketing (edição de folhetos, páginas web, relações públicas, etc.) por parte dos promotores turísticos do destino ou operadores com o objetivo de influir sobre o

processo de decisão dos turistas na seleção do destino para passar as suas férias” (p. 258). Neste âmbito, os referidos autores, apoiando-se numa apurada revisão da literatura especializada, caracterizam a imagem turística como uma construção mental em cuja constituição intervêm fatores relacionados com o conhecimento, impressões e crenças sobre um certo destino turístico, o que significa haver nela uma componente cognitivo-percetiva e uma componente afetiva. As imagens induzidas fazem parte das “imagens turísticas emitidas”, juntamente com as “imagens universais” – plasmadas pela história, tornam-se arquétipos do imaginário coletivo - e as “imagens efémeras” – produzidas pelos meios de comunicação, pela música, pelo cinema e pela arte. Todas estas dimensões das imagens turísticas emitidas condicionam as imagens percebidas pelos turistas, ou seja, as suas perceções *a priori*, *in situ* e *a posteriori*. Como protagonistas deste processo de formação das imagens turísticas surgem os “agentes indutivos” (responsáveis pelas imagens induzidas), os “agentes autónomos” (autores de artigos, reportagens, música, filmes, etc.) e os “agentes orgânicos” (as pessoas que viajam e dão testemunhos).

Na organização de toda esta engrenagem é fundamental que haja uma coerência entre a imagem induzida e o produto turístico para o que importa que os agentes indutivos tenham a capacidade de recolher informação e de conhecer as características sociodemográficas e motivacionais dos turistas, a par da competência para assimilar e adaptar a informação recolhida influenciando o processo de seleção e decisão dos turistas.

Como nos assinala Amirou (2012), há efetivamente um registo cognitivo que subjaz à elaboração dos materiais de divulgação turística desde logo pela recolha e inclusão de informações objetivas sobre os espaços turísticos em causa e que incidem normalmente em aspetos como o clima, as distâncias, os transportes, etc. Mas, a este registo, junta-se uma seleção criteriosa de pontos de atração, ou seja, uma “leitura do território” que assenta num outro registo, o da afetividade e do prazer, o qual contorna tudo o que possa comprometer o incentivo a emoções positivas e motivadoras.

É aqui que as condicionantes das leituras do real enquanto representações subjetivas terão de estar obrigatoriamente presentes nos agentes que organizam as ofertas turísticas de modo a que, como veremos mais adiante, estas adquiram um sentido motivacional para os seus potenciais consumidores. Condicionantes que, tendo por vezes um estatuto algo inconsciente, incorporam e formam os referenciais culturais das pessoas conforme é o caso de narrativas clássicas como as citadas anteriormente e que constituem as “imagens”.

6.2. Fundamentos de uma abordagem hermenêutica

Em termos genéricos e de acordo com os pressupostos e objetivos enunciados, bem como das dificuldades e constatações descritas, optámos pela utilização de uma abordagem predominantemente de natureza hermenêutica. Mas, esclareça-se, por referência ao que Hans-Georg Gadamer (1976) caracterizou como sendo a hermenêutica, ressaltando-se que a não concebeu especificamente como uma metodologia pois, para ele, “a hermenêutica ultrapassa os limites colocados pela ideia de método tal como o concebe a ciência moderna” (p. 11), sem deixar, por isso, de se afirmar como conhecimento em conexão com a “experiência da verdade” na sua filiação com a “experiência da filosofia” e a “experiência da arte”, sempre reconhecendo que as “ciências do espírito”, pela via da compreensão, percorrem já esse caminho. Acrescente-se que estas “experiências” obrigam a perceber os limites do método científico, designadamente nos moldes positivistas.

Privilegia-se assim a dialética compreensão *versus* interpretação, sendo que, para Gadamer, “compreender é já interpretar”, ou seja, o entendimento de que a compreensão do sentido dos factos e dos textos – o seu “horizonte hermenêutico” - passa necessariamente pela mediação dos conceitos e da linguagem do sujeito que busca essa compreensão: “Querer evitar os seus próprios conceitos na interpretação é não só impossível, mas manifestamente absurdo. Interpretar é precisamente pôr em jogo os nossos próprios conceitos prévios a fim de que, para nós, a perspectiva do texto chegue realmente a

expressar-se” (H.-G. Gadamer, *op. cit.*, p. 419). A interpretação é mediadora mesmo que os seus conceitos não sejam explícitos e tendam a desaparecer ficando incorporada no próprio conteúdo do que é compreendido. Não se parte, pois, da ideia de uma verdade única, abstrata e universal como foi próprio do paradigma da ciência moderna. Na realidade, “A/a hermenêutica deve trazer à luz do dia o dogmatismo de um “sentido em si”, tal como a filosofia crítica trouxe à luz do dia o dogmatismo da experiência” (*idem*, p. 498).

Mas as perspectivas gadamerianas são por nós cotejadas com as propostas habermasianas, pelo que procuramos seguir a ótica de uma “hermenêutica crítica” ou de uma hermenêutica como um “saber reflexivo crítico”. Assim, perante situações em que os significados não são aparentes ou em que os significados aparentes dissimulam os significados autênticos, tentaremos desvendar ou propor, através de processos construtivos de argumentação, uma interpretação dos sentidos – ou de intencionalidades significantes – que lhes são imanentes. Com efeito, recusando um modelo nomológico para as ciências sociais, Habermas defende um “reconstrucionismo hermenêutico” em que os enunciados produzam saberes simultaneamente objetivos e teóricos. Como nos sintetiza Aguirre Oraa (1998, p. 254), trata-se da “imbricação constitutiva de uma dimensão hermenêutico-interpretativa com uma força de explicação empírica e de produção de saber teórico”, mas em que a interpretação não decorre da presunção de se ter um estatuto privilegiado como o de um observador e de uma pretensa e inerente capacidade de descontextualização.

Importa esclarecer também que o cruzamento da hermenêutica com a fenomenologia se reporta diretamente às redefinições da fenomenologia operadas por Michel Henry (2003, p. 107), designadamente quando este autor esclarece que o objeto da fenomenologia é constituído “não pelas coisas mas pela maneira como elas se dão, não pelos objetos mas pelos objetos no Como (*Gegenskude im Wie*)”, sendo o Como da doação de um fenómeno “a sua fenomenalidade pura, não o que aparece mas o modo do seu aparecer, quer dizer finalmente, a sua aparição como tal”.

Da arqueologia e da genealogia de Michel Foucault (1969) destacamos, a título de complementaridade, mas também de alguma atenuação de um subjetivismo porventura latente nas posições de Gadamer, a valorização que aquele autor faz da singularidade dos acontecimentos, das descontinuidades para além de supostas evoluções progressivas e contínuas bem como dos seus jogos de sentido de superfície. Decorre daqui a contingencialidade, a co-presença e não precedência fundacional dos sujeitos relativamente aos campos de relações conflituais em que atuam.

É assim finalmente definido o caráter multireferencial e até fusional dos horizontes hermenêuticos da significação.

6.3. Metodologia fenomenológica e a construção de sentido em turismo

A este propósito, privilegiámos a metodologia fenomenológica adotada por um interessante estudo no domínio do ecoturismo desenvolvido por Simona Soica (2016) que, partindo da semiótica de Peirce e da teoria dos sistemas de significação de Barthes, assenta na definição do turismo como “uma prática de fazer-sentido” (“*as a meaning-making practice*”) em que os mecanismos subjetivos do conhecimento, experiência e compreensão assumem um papel central. No reconhecimento desta prática de personalização e de interação com o mundo são valorizados diversos atores desde os próprios turistas – as suas representações e relatos - aos promotores turísticos e meios que estes utilizam para transmitir sentidos e gerar expectativas quanto aos locais visados. A partir daqui Soica mobiliza o conceito de “intertextualidade vertical” de Fiske (2001) com o qual procura apreender a circulação dos sentidos em jogo desde o primeiro nível de significação que é o próprio lugar objetivamente considerado até aos relatos dos turistas, passando pelos *websites* promocionais em que ocorrem processos de conotação de sentido sobre as denotações de base. Processos em que, segundo Peirce, o significante se torna forma, o significado conceito e o signo significado. Elementos motivadores em termos de autenticidade, descoberta e aventura, nomeadamente aspetos tradicionais ou

pitorescos, são então especialmente acentuados, não coincidindo normalmente com a imagem ou significação dos lugares segundo a visão das comunidades residentes, mas proporcionando a personalização, a subjetivação das experiências vividas ou prometidas.

Destacamos, por ser esclarecedora, a seguinte passagem do estudo de Soica que estamos a considerar:

“The semiotic construction of touristed landscapes involves multiple actors, namely tourism promoters and tourists. Tourism promoters (re)construct the signs of a place for the purpose of building a particular experience of a particular destination. Tourists, in their turn, (re)construct the signs, supplying them with significance based in their own experience.” (p. 97)

Esta construção de sentido – entre a expectativa criada e a experiência realizada – é entendida como uma prática ativa integral que envolve todas as faculdades humanas, mobilizando como um todo as componentes psicológicas e físicas do turista que o conceito de “embodied experience” exprime. Deste modo, o processo de construção de sentido revela-se não só complexo como contínuo e até ilimitado através dos discursos e imagens - das responsabilidades dos promotores - que precedem as viagens, as experiências vividas durante as deslocações e as alterações que posteriormente as mesmas induzem nos turistas.

6.4. O turismo insular nas perspetivas hermenêutica e fenomenológica

Um estudo antropológico do turismo insular nas perspetivas hermenêutica e fenomenológica impõe a superação das abordagens reducionistas dominantes, quer as que reivindicam a sua legitimidade dentro dos contornos de um cientismo, quer as que se fundam em pressupostos ideológicos de cariz pós-colonial, sem que umas excluam as outras.

No primeiro caso, a vinculação epistemológica exclusiva em referenciais metodológicos que impõem o objetivismo empírico conduz ao afunilamento das variáveis consideradas, sejam estas de natureza geográfica, demográfica, económica ou física. As ilhas são então sobretudo olhadas como espaços, como territórios, com uma determinada localização, dimensão, relevo, natureza e estrutura de recursos a que eventualmente se juntam preocupações de ordem ecológica.

As abordagens de pendor neocolonial tendem a fixar-se, por seu turno, em observações, análises e conclusões em que perduram as representações características dos tempos da dominação política exercida pelo mundo ocidental na maioria das paragens insulares. Então, as ilhas são olhadas como universos periféricos, o que se traduz em adjectivações em torno das ideias de exotismo, de tropicalidade e do seu carácter paradisíaco, noções que, tendo historicamente surgido numa fase já tardia da colonização, lhes ficaram, contudo, indexadas.

O cientismo confunde-se, por fim, com os olhares neocoloniais quando se assume como uma postura universal, ignorando que a objetivação das ilhas pelos estudos científicos decorre, no quadro da sua história recente circunscrita pelos postulados positivistas, da assunção soberana e central do etnocentrismo que os promoveu e justificou como plataforma de aparente neutralidade em que labora o sujeito enquanto cientista. Plataforma em que se foi cristalizando uma dialéctica entre justificações ideológicas e legitimações epistemológicas, a qual se traduziu num autêntico círculo vicioso pelo qual a racionalidade lógica se torna uma redundância implícita da racionalidade axiológica. Então, os fundamentos confundem-se com os princípios que, sendo-lhes imanentes, proporcionam as proposições de onde derivam os factos eleitos como demonstrativos da veracidade dos enunciados científicos.

Acontece, contudo, que as ilhas constituem espaços humanizados e de humanização, ou seja, cada uma delas, desde que habitada, integra e qualifica-se pelos costumes, pela cultura, pelos hábitos, pelas representações e modos

de vida das suas populações, os quais lhes conferem identidade e, com isso, capacidade tanto de hospitalidade como de resistência. No fundo, nem mais nem menos como todos os outros territórios. Porém, a verdade é que as ilhas – mormente as pequenas ilhas – tornaram-se, pelo seu isolamento natural mais ou menos notório, reservas do passado. Porquê? Porque esse isolamento se traduziu em muitos casos por uma preservação mais forte das tradições, fenómeno este reforçado por um certo revivalismo nostálgico que o ocidente foi acerca delas alimentando com um evidente deslumbramento.

É nossa opinião que qualquer estudo sobre o mundo insular tem de considerar estas várias vertentes subjetivas que o enformam no seu interior e no seu exterior, sob pena de ficar à margem da sua própria realidade que é multidimensional. Vertentes em que deverão entrar inclusive os mitos e as fantasias, desde que tal não redunde numa infantilização ou subalternização dos povos autóctones muitas vezes dissimuladas precisamente pelas atitudes de admiração fantasiosa que ocultam as dinâmicas evolutivas das populações insulares, impondo-lhes estereótipos que, finalmente, as não respeitam desde logo porque não atendem às suas idiossincrasias e sentimentos individuais e coletivos. É que o isolamento insular está hoje em dia muito mitigado ou transformado, entre outros aspetos, por efeito dos meios de transporte e de comunicação e, de uma forma geral, por ação da globalização a que as ilhas numa certa medida resistem, noutra acedem inclusive porque daí decorrem vantagens económicas em termos das relações com o exterior.

Todas estas reflexões são particularmente pertinentes por incidirem em condicionantes que moldam as estratégias e o marketing da atividade turística, sendo aqui necessário, julgamos nós, como se depreende igualmente das nossas considerações, encontrar um justo equilíbrio que efetivamente valorize os capitais humanos das pequenas ilhas – porque é delas que nos ocupamos neste trabalho – ao mesmo tempo que se percebe a força do potencial de atração que elas exercem sobre os seus potenciais e atuais visitantes. E as ilhas são, na transversalidade que percorre a sua diversidade geográfica e humana, bem

como na singularidade de cada uma delas, um universo complexo construído também, entre outros vetores, pelas representações dos que nelas habitam e dos que as procuram como locais de lazer.

Este deverá ser o importante contributo da antropologia do turismo – de teor filosófico, hermenêutico e fenomenológico – para a compreensão do fenómeno turístico que se desenvolve em seu redor e no seu interior. Uma compreensão que trará consigo a valorização da dimensão privada do turista como um sujeito que, no exercício da sua humanidade plena, não se reduz ao papel de um ator social submetido à normatividade da esfera pública, reivindicando antes, enquanto indivíduo, novas formas e novas possibilidades de realização e de assunção de si, tal como Alain Touraine (1984) anunciara já como apanágio da nova modernidade, em contraposição aos ideais públicos das Luzes.

6.5. Identificação dos pressupostos do marketing turístico

Entretanto, por marketing turístico adotámos a conceção de Mário Beni (2003), o qual considera que este compreende cinco etapas, a saber:

1. Pesquisa de mercado: descoberta do que os turistas desejam;
2. Planeamento do produto: desenvolvimento de serviços turísticos adequados;
3. Publicidade e promoção: informação junto dos turistas do que está disponível;
4. Intervenção dos operadores turísticos e das agências de viagens para aquisição de produtos e serviços;
5. Definição do preço.

Neste trabalho interessaram-nos apenas os três primeiros tópicos e as formas publicitárias que assumem, tendo-se presente que o produto turístico é de

natureza intangível, procurando em princípio corresponder aos interesses e motivações dos clientes potenciais de modo a que haja da parte destes uma adesão. Em qualquer dos casos, como mais adiante se esclarecerá, nunca se poderá reduzir o marketing turístico, na sua relação com a hospitalidade, à promoção do mercado hoteleiro. Isto, por uma tal conceção, para além de amputar o contexto objetivo da atividade turística, não respeitar as dimensões ética e antropológica subjacentes à hospitalidade considerada esta enquanto vetor axiológico da atitude de acolhimento onde, entre outras, as questões da dignidade e da autonomia de todos os intervenientes estão presentes, não sendo nunca uma mera componente logística da oferta turística. Esta perspetiva tem de ser tida em conta muito especialmente quando se trata do turismo insular, em que intervêm normalmente emoções e visões utópicas. O marketing tem de ser aqui ponderado à luz da globalidade das expectativas que induz, suscita ou potencia bem como em função das consequências daquelas emoções e utopias nas relações de hospitalidade complexas de que a comunidade hospedeira é uma das protagonistas, não sendo nunca um sujeito passivo ou neutro e muito menos alheia, por adesão ou resiliência, ao que se passa no terreno estrito do acolhimento institucional. Entretanto, os turistas, enquanto consumidores, são também agentes ativos e não simples objetos do marketing.

Por outro lado, consideramos, na sequência das conceitualizações de Foucault no âmbito da clínica, da loucura ou da escola, que, tal como Hollinshead e Kuon (2013) propuseram, há uma conexão entre as visões dos turistas – induzidas, suscitadas ou potenciadas pelo marketing – e o exercício institucional do poder assente em conhecimentos que se traduzem em saberes que tendem a normalizar e regularizar comportamentos.

Eis um interessante extrato do referido trabalho destes autores que explicita a transferência do conceito foucaultiano de *regard* para o campo epistemológico da investigação em turismo:

“Now, while it is the sustained thesis of Foucault that panopticism thrives in the barracks,

in the schools, in the hospitals and in the prisons of the Western world, may one also assume it is pervasively present at the tourism sites and settings of the world – and also in the administrative ‘palaces’ where the themes, programmes and packages for tourist visitation are conceived and projected? While those who investigate who is doing what to whom, where and when through tourism will not be expected to literally look for Benthamite circular gaols or all-seeing concrete watchtowers, it would be propitious in many locations for Tourism Management/Tourism Studies research teams to inspect for panoptic forms of authoritarian governmentality.” (p. 15)

Importa esclarecer que esta investigação não prossegue qualquer objetivo interior ao marketing mas apenas o de utilizar os seus meios e recursos com estritas preocupações de pendor antropológico.

6.6. Questão de partida e hipóteses

A recolha e análise crítica de mensagens próprias da publicidade turística – sob a forma textual e imagética, seja em desdobráveis e em cartazes, seja em vídeos ou outras mensagens virtuais - permitiram-nos organizar um conjunto de leituras que, simultaneamente atestaram intuições do nosso quotidiano como sugeriram novas e interessantes indagações.

Conforme dissemos já, operou-se aqui a mobilização de uma análise de conteúdos do tipo qualitativo e intensivo que, inspirada nos pressupostos da genealogia foucaultiana e da hermenêutica gadameriana, procurou identificar contextos e horizontes múltiplos de significação, designadamente os que, nas superfícies dessas mensagens, revelam, com e para além das intencionalidades dos sujeitos envolvidos, os jogos de sentido nelas implícitos.

Estes princípios metodológicos e inerentes condicionalismos epistemológicos serão aplicados, para além do espaço de definição concetual, à análise de conteúdos sempre que se trate de abordagens documentais, nomeadamente no âmbito do marketing e da publicidade turística. Como elementos que constituem categorias de referência para as análises de conteúdo são previamente

desconstruídos e esclarecidos, precisamente no âmbito de uma investigação concetual, sobretudo os conceitos de heterotopia, utopia, autenticidade, interculturalidade, ileidade, maritimidade, insularidade, felicidade, hospitalidade, paraíso, exotismo, aventura, “ilha deserta” e “desejo de ilha”. Estes conceitos foram escolhidos pela sua presença no âmbito da investigação e desenvolvimento das atividades turísticas bem como por uma homogeneidade que complementa entre si os respetivos sentidos. A análise de conteúdo aqui prosseguida é assim exploratória, procurando não ficar prisioneira de formalismos epistemológicos que prejudicariam a oportunidade, em cada momento, das leituras interpretativas – revelando aspetos intencionalmente explícitos e consciente ou inconscientemente ocultados – dos documentos escritos ou imagéticos mobilizados e analisados pela sua representatividade em alguns estudos de caso (cf. Bardin, 2013).



Figura 5. Esquematização da confluência orgânica de conceitos/categorias que orientam a análise de conteúdos in Lawrence Bardin (2013), *Análise de Conteúdo*

Não nos moveram assim preocupações de exaustividade quantitativa que, por amostragem, permitissem eventualmente retirar conclusões generalizáveis, mas tão-somente objetivos de detecção e comprovação de uma significativa impregnação utópica de cariz ideológico do diálogo entre quem oferece e quem utiliza os serviços de promoção turística. A interseção entre o imaginário e o real em tudo quanto isso representa a emergência e mobilização, na atividade turística, de traços antropológicos caracterizadores da espessura do humano, interessou-nos muito particularmente. O caso das ilhas é aqui paradigmático.

A questão de partida – ou pergunta de investigação - é a seguinte:

- Que razões motivam a forte procura das pequenas ilhas como destino turístico e são utilizadas na sua promoção?

Esta pergunta leva-nos a pesquisar como as pequenas ilhas concebidas enquanto heterotopias são o principal dispositivo do marketing turístico porque, numa perspetiva antropológica, o “desejo de ilha”, consciente ou inconscientemente presente nos seres humanos, condiciona direta ou indiretamente as estratégias da promoção turística. Deste modo, nunca é demais acentuar, neste trabalho interessam sobretudo os pressupostos antropológicos da relação dos seres humanos com os universos insulares, sintomaticamente explorados pelo marketing turístico, explicando muitas das suas estratégias assim como dos seus sucessos ou insucessos por falta de sustentação científica e/ou por não valorização, ainda que dentro das mesmas motivações antropológicas, do fator resiliência.

Justifica-se assim que se coloque como hipótese principal a seguinte:

- As pequenas ilhas concebidas como heterotopias são o principal dispositivo do marketing turístico.

A estreita correlação entre motivações antropológicas dos turistas e estratégias do marketing que lhes é dirigido, leva-nos a introduzir como hipótese secundária, a seguinte:

- O “desejo de ilha” condiciona as estratégias da promoção turística.

No contexto de uma investigação concetual como a nossa, estas hipóteses, decorrentes da questão de partida, não servem qualquer propósito de verificação empírica mas tão-somente a busca de uma desconstrução de conceitos e de exploração da sua interconexão com vista a controlar a univocidade ou equivocidade dos seus sentidos e da sua utilização. Utilização esta em termos das práticas implementadas na promoção turística bem como daqueles que constituem os pressupostos das abordagens investigativas no domínio da investigação em turismo em geral e, muito particularmente, no terreno do turismo insular. A hermenêutica crítica e a reflexividade fenomenológica constituem, neste âmbito, instrumentos metodológicos decisivos.

Parte I. Complexidade e caráter antropológico do fenômeno turístico

Capítulo I. Complexidade e referenciais do turismo contemporâneo

O turismo tende a surgir nos nossos dias para os países, agentes e populações que, recebendo os turistas, beneficiam do seu incremento, sobretudo como uma atividade com relevância económica e, para estes últimos, como uma forma de ocupação de tempos livres e de conhecimento de outras paragens. Assim, de um lado, temos os hospedeiros, do outro, os hóspedes ou também, de um lado, os vendedores ou mediadores de um dado produto, do outro, os seus clientes. É desde logo curioso e sintomático que o termo “produto” tenha feito aqui carreira, revelando o caráter essencialmente mercantil de uma oferta que é dirigida ao consumo. Trata-se de facto de ofertas de serviços e bens entretanto envoltos pelo marketing que, tantas e tantas vezes, lhes procura imprimir – ou restituir – marcas de real autenticidade ou, em alternativa, traços de fantasia. Muitas vezes ainda, é a própria autenticidade – enquanto mescla entre exotismo e alteridade - que é fantasia.

1.1. Impacto económico e social do turismo

Para muitas nações, o turismo tornou-se mesmo uma das principais frentes de produção de riqueza com impacto determinante nos respetivos PIB. Entretanto, alguns desses países, nomeadamente das Antilhas ou da Polinésia, quase viram a sua identidade reduzida à de destinos turísticos exóticos junto do senso-comum das pessoas que os procuram para as suas férias. Ou seja, não é tanto a oferta que desenha a procura, mas é a procura que impõe a oferta, do que frequentemente resulta o sacrifício de muitos em nome da satisfação de alguns. Mais ainda, nestes casos ocorre uma dissociação entre os interesses dos agentes turísticos e dos responsáveis políticos relativamente às necessidades e

expectativas das comunidades de acolhimento, beneficiando finalmente apenas algumas franjas destas comunidades.

O impacto destes fenómenos e a extensão do turismo - mais de 1 000 milhões de turistas no mundo e igual cifra no que respeita às receitas dos destinos em dólares, as quais se situam no primeiro lugar de muitos dos países em desenvolvimento e entre os cinco primeiros da maioria dos países desenvolvidos - são tão grandes que podemos dizer que a face do mundo se alterou substancialmente com a massificação do turismo. Pela positiva e pela negativa. Positivamente enquanto fator inquestionável de um incremento do bem-estar ao nível pessoal e coletivo. Negativamente na exata medida em que, quando distorcidos os seus pressupostos e potencialidades, constitui a mola da desagregação de equilíbrios comunitários e naturais.

Em qualquer das circunstâncias, é claro o seu valor económico e, portanto, o seu impacto nas perceções das pessoas em geral e dos decisores em particular. Assim, as preocupações dos diferentes atores implicados e os estudos efetuados remetem preferencialmente para estritas análises de mercado, marketing, proventos e proveitos cuja importância não deve ser escamoteada, não podendo igualmente, contudo, fazer esquecer outras perspetivas que, entrando no perímetro socio-económico do chamado turismo sustentado, não é possível atirar para um lugar subalterno ou pura e simplesmente deixado vazio. Se as ponderações de natureza económica são cada vez mais acompanhadas por reflexões em torno de envolventes como o emprego e o ambiente, a par de variáveis como as motivações e opiniões dos próprios turistas, a verdade é que toda esta panóplia de pesquisas se subordina normalmente, em última instância, a parâmetros privilegiados como os da rentabilidade dos investimentos ou da prospeção de novos produtos e raramente a preocupações de outra natureza.

Daí a importância de um documento como o *Código Mundial de Ética do Turismo*, o qual contém diversas recomendações que apontam para um enquadramento multidimensional e exigente da atividade turística. Aliás, logo no

preâmbulo, os seus subscritores condensam algumas das suas principais preocupações afirmando estar “/intimamente convencidos que sempre que se respeitem determinados princípios e observem certas regras, um turismo responsável e sustentável não é incompatível com uma liberalização acrescida das condições que presidem ao comércio de serviços e ao abrigo das quais operam as empresas deste sector, e que é possível, neste domínio, conciliar economia e ecologia, ambiente e desenvolvimento, abertura às trocas internacionais e proteção das identidades sociais e culturais”.

Ou seja, ao tornar-se um fenómeno de massas com evidente importância para os seus protagonistas diretos - os turistas -, para os seus promotores – agências de viagens, operadores turísticos e entidades públicas - e para os seus potenciais beneficiários – as comunidades recetoras -, o turismo surge como um veículo que se quer ao serviço do desenvolvimento económico e social, desenvolvimento este tão decisivo quanto sensível. Decisivo pelos serviços, empregos e investimentos que desencadeia; sensível por serem múltiplos os fatores que o condicionam assim como as consequências que tem sobre o complexo ecossistema natural e social que sempre o rodeia e percorre.

Para a presente investigação é assim importante privilegiar a identificação e caracterização de conceitos pertinentes na área que lhe é própria bem como a recolha e compilação de materiais relativos à publicidade de destinos turísticos relevantes precisamente para a problemática em estudo. Em coerência com a conceção da utopia como categoria antropológica, privilegiámos as ilhas como destino. Não se trata, pois, de fazer uma pesquisa sobre a publicidade e o marketing enquanto fenómenos comunicacionais e gestores autónomos, mas de procurar identificar as valências antropológicas do turismo em si como uma atividade que, longe de se reduzir à organização de estruturas e funcionalidades de lazer, é, na sua essência, uma emergência da identidade do humano, nomeadamente em termos da dinâmica de busca e realização de si mesmo. Dessa dinâmica decorrem projeções em termos de idealização, oferta e escolha de destinos turísticos.

1.2. Para uma definição de turismo

Com este propósito, confrontámo-nos desde logo com dificuldades quando tentámos encontrar uma definição do turismo que nos permitisse suportar as nossas perspetivas de reflexão. Nestas circunstâncias, optámos por estabilizar uma definição mínima de “turismo” que permitisse reunir outras noções substantivas no contexto do presente trabalho. Provisoriamente, adotámos assim como referencial aquela que é proposta por Pascal Cuvelier (2012, pp. 9, 10): «o turismo designa as práticas associadas a um contexto de afastamento temporário do lugar de residência por razões de relaxamento e (ou) razões de carácter sociocultural”.

Ao tratar-se de uma definição extremamente restrita e, portanto, potencialmente restritiva, suscetível de servir propósitos de teor mais positivista ou pragmático, requer, para aqueles que são os nossos objetivos que, de imediato, se destaquem os seguintes aspetos complementares:

- O turismo não é um fenómeno que se possa subordinar a uma conceção universal, estandardizada e estática. Está de facto sujeito a uma evolução que se insere na própria transformação histórica de perspetivas, estilos e objetivos de vida bem como nas culturas que coexistem num mesmo contexto histórico. Importa realmente considerar que as representações que são feitas da atividade turística dimanam, por continuidade ou contraste, dos valores e práticas do quotidiano reinante nas diversas organizações sociais, sendo que, correlativamente, as práticas do turismo influenciam, elas mesmas, muitas das dinâmicas designadamente das comunidades de acolhimento.
- O turismo é um fenómeno com características de totalidade e de complexidade. Significa isto que não é redutível a nenhuma abordagem disciplinar estrita. O reducionismo mais frequente é o economicista que tende a esquematizar a emergência e funcionalidade do fenómeno turístico por referência aos cânones da ciência económica. Daí resulta a sua análise por

indexação às categorias de “produto” e “consumo” de que decorrem as categorias subjacentes de “consumidor”, “serviço” e “prestador de serviços”. Todavia, dentro da própria abordagem económica, é possível alargar os enquadramentos e desenvolver aproximações críticas com uma maior densidade epistemológica. De valorizar aqui, por exemplo, as abordagens que contemplam as concepções de política económica prevaletentes como o fordismo ou o pós-fordismo e o seu impacto nos modelos de organização da oferta turística, por exemplo, ao nível do turismo de massas ou seletivo e de qualidade.

- Enquanto fenómeno total e complexo, o turismo requer outro tipo de estudos para além das investigações de índole económica, o que requer contributos de natureza histórica, sociológica, psicológica e antropológica. Sem prejuízo de óbvias conexões interdisciplinares, um olhar retrospectivo permite-nos perceber designadamente a evolução da relação do turismo com noções como as de “trabalho” e de “lazer” enquanto a sociologia nos proporciona a compreensão do turismo como “prática social” que envolve modelos de comportamento e quadros axiológicos diversificados conforme as sociedades e as culturas. Uma antropologia filosófica e transdisciplinar, por seu turno, abre-nos aqui as portas para a hermenêutica dos sentidos do mundo e da alteridade como prática de si e do humano, preocupando-se a psicologia com as motivações do turista entendido como um sujeito que se rege por motivações e escolhas mais ou menos inconscientes. A conceção do turismo de Simona Soica como “uma prática subjetiva que produz continuamente sentido” que anteriormente convocámos é, neste âmbito, particularmente relevante.

- É o turista que, em última instância, imprime a dimensão turística às vivências e iniciativas no domínio da mobilidade precisamente quando lhes confere o carácter lúdico, de lazer e de repouso temporário. Deste modo, podemos distinguir, antes de mais, o turista do viajante, socorrendo-nos a este propósito, do livro de Thierry Paquot *Le voyage contre le tourisme*. De um

modo algo antitético, ainda que sem preconceitos relativamente ao turista, o autor distingue-os considerando que o turista, fazendo um *tour*, tem sempre como perspectiva o regresso ao lugar de onde partiu, a par de ir ao habitat do outro sem, contudo, se confrontar com a sua efetiva presença. Complementarmente, o viajante estará aberto sobretudo às surpresas dos acontecimentos, sendo assim a sua temporalidade livre e aberta ao outro e ao algures enquanto o turista pretende lidar principalmente com acontecimentos anunciados e previstos em espaços e tempos controlados.

- É fundamental olhar-se o fenómeno turístico a partir das motivações do turista. Contudo, para este efeito, importa superar, conforme Pearce e Packer (2013) sugerem, a pirâmide das necessidades humanas de Maslow, substituindo-se desde logo o enfoque hierárquico que este lhes imprimiu, para se privilegiar a sua complexidade horizontal nos momentos de tomada de decisão, a qual configura perfis motivacionais multifatoriais. Acresce que, contemporaneamente, temos de considerar aquelas que serão outras motivações como os novos padrões de relação e de estatuto que estão presentes na escolha e preparação das deslocações turísticas.

Valerá a pena recordar, a um tal propósito, que Maslow (1943) estabeleceu uma hierarquia de necessidades categorizadas segundo necessidades primárias e secundárias e distribuídas desde as necessidades fisiológicas até às necessidades de autorrealização, passando pelas necessidades de segurança, sociais e de estima, sendo que as quatro primeiras não dependem tanto da vontade humana mas sobretudo de fatores extrínsecos e que cada etapa só é satisfeita depois de alcançada a anterior, tornando-se então a seguinte o elemento motivador. Ora, esta estrita hierarquia revelou-se inadequada pela sua rigidez e exagerada simplificação, ainda que Maslow tenha posteriormente acrescentado as necessidades de conhecimento do mundo e de satisfação estética. Os modernos contributos da psicologia positiva e das neurociências acabaram por revolucionar aqui a investigação sobre as motivações que determinam as escolhas dos turistas, privilegiando-se a ideia de que estes são

em larga medida atores e autores das suas opções em função de aspirações ao bem-estar e das necessidades de mudança e de relacionamento social, necessidades estas que Pearce e Packer traduzem pelos conceitos de “seeking” e de “care”, sempre com os contornos próprios dos processos afetivos. O primeiro exprime a necessidade de lidar com a mudança e a novidade num determinado contexto; o segundo reporta-se à necessidade de construir relações sociais.

- A complexidade do fenómeno turístico prende-se ainda com o seu carácter proteiforme. Jean-Didier Urbain destaca esta característica no seu livro *L'envie du monde*, p. 10: «Le tourisme est à son tour un terme trop simple au regard du *phénomène* complexe qu'il entend «recouvrir» ou désigner. Outre qu'elle est faite d'espaces, de lieux, de séjours et d'itinéraires, cette réalité «touristique» est également faite d'une pluralité d'attitudes et de comportements qui, par le voyage d'agrément, ses faits et gestes, ses projets et leurs impacts, ont la propriété de requalifier le monde en permanence». É assim que as motivações do turista, ainda segundo este mesmo autor, oscilam entre os destinos e os *anti-destinos* bem como entre a descoberta e a *anti-descoberta* quando a partida é sobretudo consequência de um desejo de fuga às rotinas do quotidiano e não tanto por uma busca de algo. Daí podermos falar, nestes casos, de uma *mediação do vazio* que não contraria o desejo de viajar desde que se encontre deste modo igualmente uma motivação e uma *vontade de mundo* (cf. *idem*, p. 17).
- Wearing e Wearing (2001) definem turismo como uma experiência que envolve complexas e subtis interações entre o turista, o local e a comunidade de acolhimento, as quais proporcionam um espaço psíquico que permite a sua interação e compreensão recíproca.
- Segundo Bénédicte Auvray (2012, pp. 55, 56), há uma desconfiança generalizada nos meios universitários e mediáticos relativamente aos discursos sobre o turismo bem como no que respeita às práticas turísticas,

aos próprios turistas e à sua busca de autenticidade. Refere a este propósito Marc Augé (1997) e o desdém com que este autor, com a perspetiva de um etnólogo, olha os lugares turísticos – na sua linguagem, catalogados mais precisamente como «não-lugares» por lhes faltar a dimensão antropológica -, achando mesmo que importa viajar, mas não fazer turismo por este representar uma atividade passiva em lugares temporários e an-históricos que não permitem o conhecimento...

1.3. O turismo como relação

A grande valia da ótica antropológica, tal como aqui a consideramos, é a de valorizar a noção de pessoa mais do que a de sujeito, o que significa, a partir daqui, nunca se poder olhar o outro apenas como um objeto – para um sujeito, impondo-se sempre antes a exigência da interatividade. Deste modo, o outro tem de ser perspetivado como alguém que, por sua vez, é, como eu, um sujeito que faz de si mesmo uma certa representação e que tem de mim igualmente uma dada representação. Trata-se da “pessoa relacional”, tal como Francis Jacques (cf. 1982, pp. 9-58) a definiu e que é expressão do reconhecimento do seu carácter primordialmente interlocutivo, ou seja, congregando o seu posicionamento como “eu”, como “tu” e como “ele” que atesta o seu estatuto inalienavelmente relacional. A subjetividade não é assim nem primeira – como o quiseram as metafísicas do sujeito que fizeram deste uma instância fundacional – nem nula, como o afirmaram as correntes estruturalistas que lhe retiraram autonomia por força do papel organizativo e determinante das conexões sociais, culturais, económicas e linguísticas que lhe subjazem.

A “antropologia de um ponto de vista relacional” de Francis Jacques aborda a problemática da diferença a partir da ideia de uma alteridade pessoal, o que significa denunciar a insuficiência de, em nome do respeito pela diferença, se ir à descoberta do outro, de se pôr à sua escuta, escamoteando-se que assim se julga o outro sempre a partir de mim, impondo-se o preconceito da diferença negativa. Isto é, faz-se em última instância do outrem o outro do mesmo, de que

decorre o erro simétrico de se encarar o mesmo a partir do outro, como acontece com as ideologias que pretensamente entronizam o diferente como referencial. Ora, para a antropologia relacional que valoriza a precedência da comunicação, pelo contrário, interpelamos os outros e somos interpelados por eles quando estamos próximos, sendo que os outros também estão muitas vezes afastados, conservando, porém, em todas as circunstâncias, a sua identidade pessoal que não depende de nós: com efeito, a pessoa engloba os efeitos do exercício da subjetividade sobre os outros mas conjuntamente com o sujeito enquanto atividade de identificação pessoal, o que, desqualificando as abordagens individualistas e autocráticas, preserva sempre as identidades das entidades pessoais. As identidades pessoais são, aliás, construídas por um esforço de identificação e não são dadas por natureza.

Trata-se de processos em que cada pessoa está ligada alocutiva e delocutivamente às outras, havendo assim uma relação indissolúvel entre o “eu”, o “tu” e o “ele” que cada um de nós é em cada momento e em sucessivos momentos. Inclusive o “ele” é um “parceiro potencial de uma relação interlocutiva” pois é “virtualmente interpelável” pelo “eu” ou pelo “tu”: “O/o outro enquanto *ele* apenas existe para mim como recordação no passado ou como parceiro de uma ação futura” ou, por outras palavras, “um eu pessoal está *ausente* ou *presente*, conforme a posição que pode assumir no ato de comunicação “(*op. cit.*, p. 57, 58). Ou seja, recusando-se as concepções substancialistas ou transcendentistas de sujeito em favor de uma perspectiva *transinstancial*, conclui-se que não há eguidade sem alteridade assim como também não há identidade pessoal sem relação com o terceiro – o ele – que pode estar ausente ou apenas afastado.

Estes aparentes paradoxos devem ser entendidos como expressões precisamente da complexidade do turismo desde que os olhemos segundo um ponto de vista antropológico que correlacione a objetividade dos lugares e das práticas com a dinâmica das representações subjetivas de sentido e, portanto, de inteligibilidade, as quais fazem desses lugares e dessas práticas emergências

de um mundo humano. Como escreveu Rachid Amirou (2000, p.1), “c’est d’abord un imaginaire qui transforme un lieu neutre en destination touristique”.

Capítulo II. O fenómeno turístico como problemática antropológica: questões e interrogações

2.1. Turismo e realização do humano: a ideia de “paraíso perdido”

Há aspetos de ordem subjetiva ou, mais precisamente, pessoal que tendem a ser sistematicamente subalternizados e até ignorados na maioria dos estudos empreendidos pelas diversas organizações nacionais e internacionais do setor, mesmo quando com pretensões de apreensão da complexidade do fenómeno turístico. Certamente porque um certo pendor positivista desses estudos leva a protelar aspetos dificilmente quantificáveis e objetiváveis, a par da prevalência de preocupações de pendor economicista. Mas a verdade é que tais aspetos são, entretanto, profunda e profusamente utilizados para fins publicitários, designadamente no que se reporta à sua mobilização com a finalidade de despertar ou criar motivações e anseios naqueles que partem ou pretendem partir em viagens turísticas. Motivações e anseios que, decorrendo da própria condição humana objetivada nos apelos das mensagens publicitárias, suscitam expectativas e interesses que servem, antes de mais, os objetivos dos operadores turísticos.

Ora, é precisamente a correlação entre sentimentos, motivações e expectativas induzidas, correlação expressa nessas mensagens, que constitui a principal preocupação deste estudo e que suscitou a sua realização.

Interessa-nos, na decorrência do exposto, analisar as formas como a publicidade, consciente ou inconscientemente, explora as virtualidades da aventura, do limite e da utopia entendidos enquanto categorias antropológicas que se traduzem potencialmente em motivações e em impulsos e, portanto, em necessidades. Contudo, para aí chegarmos, teremos de aprofundar previamente os sentidos que emanam destas categorias.

Valorizamos de modo muito especial as preocupações com a dimensão

antropológica do turismo e dos turistas porque a sua importância é crucial ao direcionar-nos para todo um universo muitas vezes oculto, mas não sendo por isso menos importante. Preocupa-nos principalmente perceber o que tende a ficar escondido nas mensagens do marketing turístico na sua conexão com as motivações daqueles que viajam ou pensam viajar como turistas. Tratar-se-á de procurar compreender o que, transcendendo aquilo que fica explícito, permanece implícito sem por isso, muito pelo contrário, deixar de desempenhar um papel fundamental no terreno das preferências ou rejeições dos vários atores em presença. No caso concreto das pequenas ilhas, o marketing deixa muitas vezes ficar apenas insinuada – pelo recurso a imagens e frases cativantes - a conexão entre a sensualidade e as ilhas enquanto paraíso terreno.

Por outras palavras, o que procuramos e o que nos é oferecido – em termos de realização do humano - quando hesitamos, escolhemos ou viajamos como turistas? Será a sedução da utopia enquanto expressão e sede de uma alternativa ou, pelo contrário, a sua negação enquanto alteridade radical? A este propósito, haverá aqui diferenças significativas entre o turista que busca o insólito longínquo e aquele que pretende tão-somente o descanso e o prazer numa estância da moda? Haverá diferenças também entre o turista que, aspirando ao convívio, quer fugir da solidão e aquele que, querendo escapar à proximidade quotidiana das pessoas, a procura? Ou será que, mesmo constatando-se divergências de critérios e projetos, há invariantes antropológicas? Haverá sempre uma sedução pelo que é diferente, tanto quando dele nos aproximamos para o tocar como quando dele fugimos com medo de por ele sermos tocados? Como se aplicam todas estas questões ao universo muito específico das ilhas enquanto destino turístico?

Estas são as nossas questões de partida e a tese que queremos controlar – portanto mais do que uma hipótese – é a de que as mensagens publicitárias contêm e veiculam expressa ou subliminarmente a utopia do humano. Uma utopia vislumbrada enquanto felicidade perdida ou procurada que está tão distante quanto próxima, tão transcendente quanto imanente, mas sempre

envolta numa alteridade que se (des)vela numa densidade identitária onto-antropológica cujo sentido se busca sem nunca se esgotar dado o caráter hermenêuticamente insaciável do humano.

A própria ideia de “paraíso” que, no quadro do devaneio utópico, alimenta fortemente o imaginário turístico decorre de um impulso e até de uma necessidade que é consubstancial ao ser humano e que transforma os espaços geográficos, descritíveis por critérios e conceitos científicos, em espaços turísticos impregnados de sentimento e emoções. Em favor desta conceção antropológica do fenómeno turístico, Richard Amirou (*op. cit.*, p. 124) mobiliza o contributo de Edgar Morin enquanto este considerou que as férias e o turismo significam “por um lado, o retorno ao seio da natureza materna e, por outro, a viagem ao além”. A preocupação que os prospetos turísticos têm em assegurar a segurança e o conforto, designadamente com as unidades hoteleiras apresentadas como envolvências protetoras num contexto exótico que, sendo igualmente procurado e por isso oferecido, não deixa de ser ameaçador, representam assim essa ambivalência antropológica. A partida, por seu turno, é sempre de algum modo sede de inquietude enquanto nela se cristaliza a insatisfação do desejo alimentado pelo cansaço e até insatisfação do quotidiano e a perspectiva de um destino, de um paraíso (!) que, por oposição e compensação, promete – e dele se espera – felicidade e bem-estar, esboçando-se aqui de novo a presença do conforto materno a que inconscientemente se pretende regressar.

Não deixa de ser sintomático o facto de haver mesmo um *resort* nas Maldivas que se chama Paradise Island, o qual, no seu site, sob o título “The Island”, oferece precisamente a ideia que se associa a um tal destino:

“This five star resort called Paradise Island has the local name Lankanfinolhu. Paradise Island, opened in 1994 is located in North Male' Atoll, which is 9.6km from the Airport. Paradise Island is 1km long and 230 meters wide and has beach all around with an excellent marine life around.

Paradise Island Resort is one of the most striking features in Maldives. The islands attraction lies in its first class service with a variety of strategically located restaurants and the widest possible range of sports both on land and on the sea.

If you want a tropical island holiday in this land with white sands, clear lagoon, five star setting with excellent service, Paradise will cater to all your needs.”

(in www.paradiseislandmaldives.net, 30.09.2017)

Deste modo, o retorno a um “paraíso perdido”, cuja perda é sempre inconformada, torna-se a metáfora antropológica central da viagem turística. É neste contexto crítico que, ainda Amirou (*idem*, pp. 121-123), nos propõe, na sequência de Winicott, a apreensão do imaginário turístico como um “espaço transicional”, o qual identifica o “espaço do turista” como um “espaço de ilusão”. Porém, é por este espaço e graças a uma mediatização operada por valores e imagens, que o turista acede ao lugar que visita de uma forma mediatizada e não brutal, mecanismo pelo qual ele reencontrará o papel protetor da mãe quando esta proporciona ao recém-nascido uma entrada protegida e prometedora num mundo em que este terá de mergulhar. A revolta surge com redobrada força quando esta promessa não é cumprida frustrando uma necessidade que, pela sua natureza, será atávica. Assim, o imaginário “une o aqui e o alhures, o exterior e o interior”, tendo cada um o seu paraíso, sendo naturalmente a ilha o seu simulacro mesmo quando não constitui o seu real destino geográfico... A fórmula de Boorstin, igualmente retomada por Amirou (*idem*, pp. 118, 119) é, a este propósito bem expressiva: no turismo “olhamos para um espelho em vez de nos pormos à janela”!

Na verdade, quando o turista parte em busca do que é diferente procura-se consciente ou inconscientemente a si mesmo, podendo inclusive descobrir formas alternativas de viver, de ver e de ser e, portanto, assumir posições críticas relativamente ao seu próprio modo de vida corrente. Pelo seu lado, a comunidade de acolhimento, se pode ter atitudes de subserviência por razões de interesse económico ou fragilidade, pode igualmente tornar-se resiliente em

nome da preservação da sua identidade, ou ainda alterar alguns costumes, estruturas sociais e modos de vida, não tanto por simples mimetismo ou contágio mas por, ao conhecer e contactar com os visitantes, achar que a sua própria cultura e organização social, sendo dinâmica, deve evoluir, tirando disso vantagens coletivas e individuais, designadamente no âmbito dos direitos e do acesso aos bens materiais e culturais.

Aceitemos ou não a singularidade destas posições de inspiração psicanalítica, teremos sempre de aceitar, em qualquer das circunstâncias, que o turista se move por uma conjugação dinâmica das dimensões objetivas e subjetivas da motivação e do projeto que suportam a decisão de partir ou tão-somente a vontade de partir e a fruição e avaliação da realização da mesma.

Esta interpretação do fenómeno turístico é por nós assumida como neo-humanista por conjugar um “humanismo da transgressão dos limites”, esta “faculdade de superação dos códigos naturais e históricos”, no dizer de Luc Ferry (1998, p. 157), com uma alteridade ela mesma libertadora e não opressora. Assumimos, aliás, a este propósito, a proposta de Francis Guibal (2013, p. 239), quando, neste contexto, escreve: “Em lugar de então se opor, de modo demasiado brutal, a consciência da liberdade à exterioridade alienante da autoridade, tratar-se-ia de pensar uma dupla articulação paradoxal, a de uma autonomia aberta e frágil, vulnerável e inspirada, e a de uma alteridade ou de uma heteronomia não opressiva, de perfil formador e até libertador”.

Vivemos assim como “habitantes do limite” (cf. Eugénio Trías, 1991) os desafios da utopia.

2.2. Turismo e a busca de superação do quotidiano

Entretanto, mais do que viver em função dos limites mesmo daqueles que decorrem da sua capacidade construtiva, contemporaneamente o homem vive – ou procura viver - para além dos limites inerentes à sua existência natural e à

sua condição histórica e socio-cultural. Com efeito, aspira mesmo, com frequência, a não ter quaisquer limites, quer estes sejam resultado de irrupções de desordens próprias do seu meio de vida ou de outras ordens, no caso de ruturas de paradigmas e até de cataclismos ou desastres, quer como decorrências de possibilidades iminentes meramente ficcionais, projetivas ou resultantes de previsões científicas. O acontecimento não epifânico, na sua intempestividade, desafia o continuísmo das narrativas e da história vetorial, impõe-se mesmo como ocasião de mudança. Daí que os paradoxos e o carácter irresolúvel de muitos problemas passem das periferias para o centro tornando-se matrizes e até placas giratórias da existência em vez de se perfilarem como simples limites indicativos da proximidade de uma exterioridade que, precisamente ao ser excluída, de alguma maneira se desprendia da ansiedade e dos temores da existência quotidiana e assim reduzia a intensidade da inquietação.

Uma sociedade mundializada como a nossa, profundamente marcada pelos fluxos pessoais e comunicacionais, apesar da reemergência de preconceitos identitários e territoriais, vive assim um espaço e um tempo em que o homem tende a afirmar-se, nos limiares críticos dos limites, como habitante do limite. É exatamente com este espírito que, com frequência, ele não só vive como idealiza os lugares que procura – e constrói de algum modo – como turista.

Somos herdeiros de utopias, fomos e somos ilusórios beneficiários de utopias, de utopias ideológicas carregadas, em nome da verdade ou de verdades, de propósitos totalitários porque cerceadores de sentidos alternativos. Corremos o risco de sermos sobretudo as suas vítimas.... Acontece que passamos precipitadamente da militância utópica para a sua recusa, também ela, finalmente, totalitária ao recusar o espaço das utopias de pendor filosófico enquanto espaço hermenêutico em que a capacidade de idealização de novos possíveis – portanto de inconformismo – ultrapassa sempre os ideais em curso de realização ou apenas formulados, gerando continuamente, na linha do devir, novos excedentes utópicos. Tornamo-nos deste modo, mais do que vítimas da

realização das utopias, vítimas do vazio da sua ausência. É que a representação ideológica do nosso presente como uma utopia, não o torna, por isso, realmente uma utopia. Pelo contrário, é por isso mesmo que não o poderá ser. Mais do que encontrar significados, o ser humano precisa de buscar e construir sentidos: nos outros e, quantas vezes, através destes, em si e para si mesmo. É este âmbito antropológico da motivação, busca, construção, fruição e avaliação de destinos pelo turista que constitui um polo importante para a investigação.

Se o turismo, designadamente o chamado turismo de massas, é, em larga medida, uma emanção da sociedade de consumo, a verdade é que o fenómeno turístico em si, enquanto expressão da afirmação da liberdade individual alicerçada na nossa história recente, pode proporcionar também a fuga ao enclausuramento ideológico em que a sociedade da comunicação e do consumo nos poderá encerrar por força da sua lógica de globalização dos espaços e de totalização dos sentidos. Trata-se, de alguma maneira, de retomar a inquietação de Kant e perguntar “que posso esperar” para, na mesma linha interrogar igualmente “que devo fazer?” e, nas articulações deste questionamento, esperar. Todavia, esperar, agindo mentalmente e fisicamente! Ou seja, no caso concreto das dimensões antropológicas do turismo, concebendo e/ou realizando as deslocções em busca de solidão ou de companhia, do deserto ou da cidade, de patrimónios tradicionais ou alternativos, de sociedades passadas que nostalgicamente se imaginam ou de sociedades do futuro, por ânsia de encontro ou por fuga. Sempre, contudo, por uma necessidade - primária ou secundária? – de bem-estar...

Capítulo III. Aventura, limite e acontecimento como limiares antropológicos da alteridade

Se aceitarmos, em toda a sua extensão, a correlação que se estabelece entre, por um lado, a necessidade no sentido exato de emergência humana, essencialmente volitiva, enquanto expressão de uma carência antropológica e, por outro, a *organização de respostas* em termos de serviços propostos ou prestados, chegamos ao delineamento de espaços conceituais de indagação hermenêutica onde se destacam, em constelação, no âmbito do fenômeno turístico – ou, talvez melhor, das representações organizadas em seu torno –, os conceitos de *aventura*, de *limite* e de *acontecimento* que estão implícitos no de *utopia*. Todos os três estão presentes desde os momentos que precedem uma viagem, inspirando a ideia e o impulso de viajar bem como o próprio projeto de viagem no que respeita à escolha do destino e à estratégia para concretizar o correspondente percurso e a estadia que se lhe associa. Com oportunidade um *slogan* publicitário da ANA – Aeroportos de Portugal proclama, com uma curiosa aproximação ao “real imaginado” de Lacan, que “todos os destinos são imaginários antes de os conhecermos” ...

3.1. Os conceitos de aventura, limite e acontecimento

As passagens seguintes de Marc Augé (cf. 2009) inspiram a nossa problematização:

“As paisagens (ruínas incluídas) tornaram-se um produto como qualquer outro (...) nos catálogos e nas pantalhas das agências turísticas” (p. 56). No séc. XIX, a burguesia, os poetas e os pensadores “sentiam que o espectáculo das ruínas lhes falava mais da humanidade do que da história”, do “efêmero da sua própria existência”; contemporaneamente, o alargamento destas experiências redundava “num quadro de conjunto que privilegia a ubiquidade e a instantaneidade” sendo que “esta diversidade espacial (da oferta das agências turísticas) absorve a diversidade temporal” (pp. 56, 57). Acrescenta ainda Marc Augé que o turista

“consome o exotismo, a areia, o mar, o sol e as paisagens (para não falar de outros eventuais tipos de consumo) mas permanece em sua casa, mesmo quando está algures” (p. 61) diferentemente do etnólogo que “submete a sua identidade à prova dos outros. Viaja fora de si mesmo” (...) “Neste sentido, ele não pode começar a compreender os outros a não ser reconhecendo-lhes o lugar que estes lhe atribuem. Não tem o estatuto de extraterritorialidade que confere ao turista o nome do seu clube de férias ou da sua cadeia hoteleira” (p. 62).

Interessa-nos assim, na decorrência do exposto, valorizar as formas como o turismo contemporâneo, consciente ou inconscientemente, explora as virtualidades da aventura, do limite e do acontecimento entendidos enquanto categorias antropológicas inerentes à de utopia e que se traduzem potencialmente em motivações e em impulsos e, portanto, em necessidades, eventualmente alienadas. Necessidades alienadas, mas muitas vezes paradoxal e estrategicamente recuperadas inclusive pelo próprio turismo de massas.

Sandro Carnicelli-Fillho (2013), na sequência de autores como Bentley & Page, Cater, Swarbrooke e outros, chama a nossa atenção para o aparecimento da aventura “como um importante tópico na literatura sobre turismo e lazer” e enquanto um campo de recreação. Mais ainda, “os operadores comerciais de circuitos de aventura vendem mais do que uma simples atividade envolvendo riscos. Vende-se uma experiência de ar livre envolvendo percepções de saúde e segurança como componentes do produto vendido” (p. 102).

Mas, para podermos clarificar melhor as afirmações que temos vindo a produzir, teremos de aprofundar previamente os sentidos que emanam dos principais conceitos mobilizados.

Em investigações anteriores, de natureza antropológica e filosófica, nós próprios privilegiámos o desenvolvimento dos conceitos de limite, de utopia e de diferença, por vezes em correlação com o de hospitalidade, dos quais, por nos parecerem agora pertinentes, destacaremos algumas passagens:

“Estamos deste modo perante perguntas, aproximações a respostas e desafios que, no seu distanciamento crítico, se no fundo nos deixam mais perplexos, também nos colocam mais próximos de nós mesmos e da nossa condição. Condição de seres que, se têm limites – e têm-nos com certeza! –, também os julgam a partir de limiares que permitem olhá-los precisamente como isso, como limites que tanto constroem como proporcionam o vislumbre da sua superação”. (Dias de Carvalho, 2014)

“ (...) As sociedades, ao nível local, regional, nacional e internacional, com a globalização, sofrem mutações aceleradas e múltiplas em que a cultura urbana e comunicacional faz recuar o peso que a tradição tinha como garante de estabilidade e fundamento de legitimidade. A mudança e a inovação tornam-se os grandes referenciais de comunidades que recusam o peso recorrente das rotinas e do passado imposto pela inércia das culturais rurais por passarem a considerá-lo como um anátema. A mobilidade social e a rápida alteração dos modelos organizacionais e comportamentais talvez sejam as faces mais visíveis de um processo que rejeita a indexação a limites, pelo menos aos que encontravam o seu enquadramento e perenidade em dogmas religiosos ou ideológicos herdados”. (*ibidem*)

“(…) A verdade é que os próprios antropólogos tiveram dificuldade em se desprenderem dos preconceitos ideológicos que, entretanto, se tornaram verdadeiros preceitos epistemológicos, olhando no fundo os povos visados como objetos de estudo incapazes de interagirem, de gerarem espaços de intersubjetividade. O alocronismo, ou seja, o olhar para o outro como alguém que se situa numa época civilizacionalmente retrógrada e que, portanto, pode ser convertido num objeto de estudo, emerge aqui como um autêntico obstáculo à transversalidade e horizontalidade de uma relação humana verdadeiramente respeitadora da diferença. Daí a célebre conclusão de Claude Lévi-Strauss (1973, p. 69) de que a antropologia – referia-se aos primórdios da antropologia cultural científica - “é filha de uma era de violência”. (*ibidem*)

Importa realçar que a comunicação de massas, sempre que olha os seres humanos como simples objetos de conhecimento e de ação, acaba por destruir a sua condição subjetiva e relacional, designadamente por os privar da autonomia e da dialogicidade que constituíam o reduto e o *élan* da sua privacidade e da sua abertura ao encontro com os outros.

Constituem então bases teóricas para a exploração dos sentidos dos conceitos

de referência, as seguintes:

A aventura é para Simmel (cf. 2002) algo que, desprendendo-se das rotinas da vida, todavia desponta de sentimentos profundos, acabando por fazer parte da própria vida. Nela, contrariamente à racionalidade, à segurança e à continuidade da existência quotidiana, prevalece o acontecimento, a dinâmica dos processos e a intensidade do vivido em resposta a estímulos exteriores, mas sempre em conjugação com intencionalidades e forças vitais que, em última instância, nos são intrínsecas.

A partir daqui valoriza-se, designadamente com o apoio, para além de Simmel, de autores como Gadamer, Derrida, Deleuze e Marc Augé, o encontro com a alteridade como acontecimento, interpelando-a, questionando-a, mas também respeitando-a e acolhendo-a: “Reconhecer no estranho o que nos é próprio e conseguir habitá-lo, este é o movimento fundamental do espírito cujo ser não é mais do que o retorno a si a partir do ser-outro” (Gadamer, 1976, p. 30); para Deleuze (2010), pensar é a abertura de possibilidades sobre o inverosímil, é confronto com um acontecimento, é encontro com o heterogéneo.

Para Derrida (2001), o acontecimento implica tornar possível o impossível pois o acontecimento não é apenas o que ocorre, mas antes a surpresa imprevisível que interrompe precisamente a corrente do possível; Deleuze (*op. cit.*), por seu turno, reúne as problemáticas do encontro e do acontecimento no processo de busca do sentido na heterogeneidade que, como tal, solicita o pensamento.

3.2. Interatividade e alteridade como dimensões da aventura

Marc Augé (1992) introduz as noções de “lugar antropológico” e de “não-lugar”. A primeira remete para o reconhecimento da existência de características identitárias, relacionais e históricas, reais ou mitificadas, sendo frequentemente os seus habitantes “turistas do íntimo”. Na geografia do espaço social que lhe é próprio encontram-se itinerários que passam por fronteiras e limites, corredores

ou praças em que as pessoas se cruzam e centros mais ou menos monumentais que definem fronteiras relativamente a outros homens, estes, por sua vez, com outros centros e símbolos. Os não-lugares, produtos da sobremodernidade, vão, segundo o autor, desde os hospitais e os campos de refugiados aos aeroportos, às grandes cadeias de hotéis e clubes de férias. Estão tendencialmente desprovidos, pelo seu perfil estereotipado, de características identitárias, relacionais e históricas.

Importa aqui, todavia, atentarmos nas reflexões críticas de autores como Ankor e Wearing (2012) que retomam um interessante conjunto de contributos unânimes em valorizar as dimensões da interatividade e da alteridade no fenómeno turístico esbatendo, deste modo, a visão negativa de Augé, fundamentada precisamente num alegado e persistente alheamento do outro por parte do visitante, isto em confronto com a abertura que este autor, por seu turno, pressupõe existir na atividade do etnólogo. Ankor e Wearing reportam-se desde logo a trabalhos anteriores deste último - Wearing B. e Wearing S. (1996); Wearing et al. (2010) – para destacar a noção de *choraster*, em contraponto à visão unilateral e dominante do *flâneur*, o qual, pura e simplesmente, observava a partir do seu ponto de vista sem se preocupar em entrar em contacto com os outros e abrir-se ao intercâmbio de valores e perspetivas. Realça-se agora, a partir de uma atitude classificada como pós-moderna, a importância do “encontro” como o momento em que o conhecimento do outro proporciona necessariamente uma reação, tornando sempre situada e interativa a presença - e o olhar - de quem chega.

Escrevem, a este propósito, os nossos autores:

“The ‘chora’ is any place given meaning by those using it, talking it from simply a place to a special context of engagement and response. (...) the chora gives life to and is given life by, the chorasters who use it. Chorasters can be tourists who bring meaning to the chora from their own cultures and who creatively incorporate into their sense of self the experiences of interaction in the tourist space. Chorasters are also the everyday users of the space”. (*op. cit.*, p. 181)

A conexão entre situação e horizonte ganha, nesta argumentação, especial relevância, sendo que o segundo está estreitamente ligado à primeira: “O horizonte é o campo de visão que compreende e inclui tudo o que se pode ver de um ponto preciso” (Gadamer, *idem*. p. 324). Logo, a ausência de horizonte implica uma sobrevalorização do que está próximo e a perda da capacidade para olhar mais além ou de outro modo, podendo valorizar o que é diferente. É no quadro destes referenciais metafóricos que a consciência e a situação hermenêuticas emergem, mais precisamente quando se adquire “o horizonte de interrogação apropriado às questões que se nos colocam” (*ibidem*), percebendo-se que o horizonte, para além de ser algo em que penetramos gradualmente, nos convida a “recolocar-nos” afirmando-nos, sempre como nós próprios, mesmo quando entramos na situação de um outro. Só deste modo, aliás, se poderá compreender o outro na plenitude da sua irreduzível alteridade e individualidade.

A partir daqui valoriza-se o encontro com a alteridade como acontecimento, interpelando-a, questionando-a, mas também respeitando-a e acolhendo-a:

“Reconhecer no estranho o que nos é próprio e conseguir habitá-lo, este é o movimento fundamental do espírito cujo ser não é mais do que o retorno a si a partir do ser-outro” (*idem*, p. 30).

Ora, a aventura representa ou exprime precisamente o percurso do encontro com a alteridade enquanto acontecimento, entendido este como emergência objetiva do inesperado num itinerário pessoal que, para ser acolhido, precisa que o olhar do sujeito que o procura – ou por ele é surpreendido – o valorize. Isto é, a aventura é sempre uma busca cuja finalidade, pressentida e idealizada, a realiza, mas extingue-a também na medida em que, conferindo um sentido a essa busca, anula-a quando é encontrada, perdendo paradoxalmente o seu sentido para a viagem que inspirou. O mistério acalenta o risco da procura e dá conforto aos riscos e até aos sofrimentos de quem se propõe confrontar-se com a alteridade que desafia a rotina da mesmidade das rotinas do seu quotidiano.

Deste modo, a aventura é, ou envolve, uma experiência dos limites pela expectativa do encontro com um mundo diferente suscetível de proporcionar uma alternativa à fadiga, ao cansaço do que incessantemente se repete e perdeu, por isso, brilho e significado em termos de realização pessoal. A aventura surge então como o desafio de quem quer e ousa viver experiências que lhe permitam assegurar-se, por si mesmo, do que pretende para si e, em muitos casos, para a humanidade, recusando-se assim a repetir o que, por legado e imposição social, lhe é proporcionado. A nostalgia de um passado imaginário e paradisíaco surge frequentemente como a inspiração da aventura que o procura algures.

Daí a importância, por exemplo, de uma certa memória dos tempos coloniais que empresta ânimo par partir junto de populações dos países europeus ou de americanos fascinados pela chamada conquista do Oeste. Em ambos os casos impõe-se a ideia da superação de fronteiras do mundo conhecido, seja pela aventura no mar, seja pela aventura em terras onde o desconhecido – e o misterioso –, pleno de perigos, ameaças e oportunidades, se encontrava sempre mais à frente. Daí, muitas vezes também, o fascínio exercido pelas pequenas ilhas em que um suposto isolamento favorecerá, com os seus riscos e atrativos, uma liberdade alternativa e renovada em oposição ao destino de um quotidiano que nos amordaça impedindo o que sentimos poder ser a nossa realização.

Ora, Jankélévitch (2017), justamente a propósito da ideia de aventura, valoriza uma distinção entre “destin” e “destinée”, ou seja, entre um destino que, imposto pelo passado e pelo presente ou transcendentemente pelos deuses, é inevitável e um outro de que é artífice o próprio homem no uso da sua liberdade, manifestando a força da sua presença no mundo. Presença criadora de que é expressão a aventura enquanto “tentação do porvir”, desejo e experiência da novidade e antecipação do acontecimento que inspira a aventura, diferente da segurança do porvir próprio da rotina imóvel do quotidiano. A aventura amorosa é apresentada por Jankélévitch como aquela que constitui o paradigma de referência desta experiência (“elle est peut-être un élément de toute destinée”,

op. cit., p. 239), a qual, superando a rotina do cotidiano, abrindo nela uma brecha, recusa o destino fechado e rígido e focaliza-se na totalidade significativa da vida, sendo imprevisível o limiar que poderá atingir. Acontece, porém, que esta aventura vive, segundo o filósofo, a instabilidade do funâmbulo ao tentar encontrar um equilíbrio entre, por um lado, a “urgência” própria do seu polo masculino em que prevalece o jogo, a fantasia e o poder de que deriva a primordialidade do possível e, por outro lado, a “iminência” própria do seu polo feminino caracterizado pela expectativa do acontecimento que porá termo ao jogo e é condição da abertura ao mundo implícito na aventura bem como de acolhimento do mistério que nela reside.

Gauguin, resalta a título de exemplo Jankélévitch, teria como destino viver em Paris frequentando galerias e vendendo – ou não – as suas telas, mas, num sentido bem mais profundo despertado e realizado pela aventura amorosa, eis que ele parte para o Taiti.

Mas, ainda segundo Jankélévitch, a vida é “peninsular”, metáfora através da qual se expressa na aventura a síntese entre o “continente” enquanto espaço das obrigações em que ficamos implicados e determinados no decurso da nossa existência e a “ilha”, entendida esta como um enclave na vida que nos permite experimentar o prazer do que é lúdico, tal como ocorre com a arte e a festa. Da ilha, a aventura guardará a liberdade criativa do começo, rebelde relativamente ao decurso das obrigações rotineiras, impelindo-nos para o desconhecido e para a recusa da monotonia do cotidiano; do continente, a aventura acabará por receber o peso do destino que tenderá a encerrar a sua abertura inicial, amortecendo o ímpeto do seu ato criador enquanto “avènement de l’événement”, significando a primeira destas noções “o instante em instância” e a segunda, desde que em conexão com aquela, exprimindo o “advento de um mistério”, da indeterminação que é o futuro e não uma simples data do calendário pois o “porvir é um eu-não-sei-o-quê (‘je-ne-sais-quoi’)” embora eu saiba que acontecerá. Por isso, a aventura suscita sentimentos híbridos de medo, horror e atração. Escreveu Jankélévitch:

“Mais do que à contemporaneidade, a aventura está ligada à extemporaneidade da improvisação. Há uma aventureira futurição, intermediária entre por um lado o porvir longínquo, abstração concetual e ideal contemplativo mantido a boa distância do presente, e por outro lado a atualidade do homem de ação, vivida no momento e com a sua fragrância.” (*idem*, p. 101)

Na realidade, o nosso autor lida com uma conceção dissimétrica do tempo a propósito da distinção entre o tempo passado, tempo do que, na sua nostálgica irreversibilidade, já sucedeu, e o porvir que, na sua contingencialidade, é o tempo dos possíveis e da esperança, fazendo jus ao desenvolvimento de uma filosofia da aventura.

A aventura acabará assim, na sua ambiguidade, por representar um equilíbrio instável entre a sua dimensão insular e a continental, por significar o ímpeto do ser humano para questionar a inexorabilidade do destino bem como a circularidade da existência quotidiana e privilegiar a novidade e a rutura por intermédio da fantasia do possível e a atração pelo porvir na vertigem do instante que nos coloca na linha do devir existencial e do contínuo recomeço. Assim, a aventura não é, sem mais, uma simples procura do algures pois, como o quis dizer Baudelaire ao escrever que “eu estarei sempre bem aí onde não estiver”, desde que esse “algures” se torna um “aqui”, o aventureiro procurará outro algures. Mas a aventura também não poderá ser julgada como uma fuga roçando a marginalidade. Ela é antes expressão e provação do humano enquanto este se desprende das amarras e do encobrimento operado pela rotina para se tentar afirmar na sua autenticidade.

3.3. Aventura e acontecimento: aproximação crítica das figuras do turista e do viajante

Na verdade, a aventura é antes de tudo uma partida para algo que não se conhece bem ou é mesmo um mistério que pode residir dentro de nós e se situa nos confins, nos limiares que o porvir dos possíveis nos proporciona. Contraria assim a circularidade do recomeço, privilegiando a reposição da ordem em favor

da linha reta em que o recomeço se pauta sempre por uma iniciação, por uma construção ou descoberta do novo em que, por isso, a partida é sempre sem retorno. É neste contexto que Jankélévitch coloca reservas ao reconhecimento de Ulisses como um autêntico aventureiro por ele, diferentemente do herói moderno, aspirar sempre ao regresso a Ítaca, constituindo os riscos do imprevisto e da novidade, pelo contrário, desvios indesejáveis na medida em que prejudiquem esse fim.

Por sua vez, Giorgio Agamben (2016) coloca a tónica da aventura não tanto no que acontece e que, sem mais, não passará de um acidente, mas sobretudo no modo como alguém se apropria do que se passou, designadamente pela narração poética e, de toda a maneira através da palavra. E porquê a palavra? Porque ela exprime, na sequência de Deleuze, o que me acontece enquanto assume para mim um sentido pois o acontecimento aventuroso é o que eu perceciono e me solicita, incitando-me a agir, a implicar-me integralmente numa aventura em que me jogo e que exprimo. Depreende-se que, para Agamben, a aventura não é algo de racional, pressupondo decisões, projetos ou conclusões. Trata-se mais da resposta a um apelo em que nos deixamos perder indo para além dos nossos limites, mas também eternizando com a força performativa da palavra o que ocorreu e nos proporciona sentido, deixando os factos em causa de ficar ignorados e de ser ultrapassados pelo seu carácter passageiro. Há realmente aqui uma coincidência entre a palavra e o facto que se assume como um acontecimento aventuroso porque a palavra, sendo inaugural, renova o passado conferindo-lhe a dimensão do porvir que sempre nos espera. Por isso, a aventura não deixa nunca de acontecer procurando continuamente a nossa adesão. Trata-se de um tempo inventado que confere á recordação a força do que é prometido não deixando mais de acontecer.

Ora é precisamente aqui que, para o nosso autor, ganha especial relevância a Esperança na medida em que nos apercebemos de que algo nos ultrapassa incessantemente. Esse algo é Eros a cuja altura temos grande dificuldade em nos situarmos. Na verdade, segundo Agamben, o *élan* que nos confere ímpeto

para agir na nossa vida, está assente numa esperança que é lúcida porque provém da circunstância de haver no amor uma “incapacidade de amar”. Desta incapacidade resultará o facto de o amor esperar cumprir-se porque imagina e de imaginar porque espera dado que a esperança está imbricada no que não se consegue atingir...

É assim que a aventura entendida como facto poético se abre a uma outra realidade que não a estritamente empírica., designando a linguagem o seu próprio vazio intrínseco.

Tendo consciência de que estamos a confrontar-nos com concepções de aventura exteriores à prática turística, daí retiramos duas conclusões: uma, a de que normalmente a aventura é praticada mais pelo viajante, como veremos no capítulo seguinte, do que propriamente pelo turista; outra, a de que, sem prejuízo desta distinção, muitas das dimensões descritas a propósito da identidade da noção de aventura como prática exploratória acabam por inspirar uma franja importante de turistas e de promotores turísticos, quer se trate de turismo de aventura designado como tal, quer de ecoturismo ou turismo da natureza. Entretanto, consta-se haver vários perfis de turistas que procuram explorar esta subtil articulação entre o turismo enquanto atividade de lazer e a aventura entendida como prática de experiências radicais. A 'Adventure Travel Trade Association (ATTA) publicou, em 2015, um interessante estudo em que distingue e caracteriza três segmentos dos utilizadores do chamado turismo de aventura: o “vai-a-todas”, o “aventureiro habitual” e o “aventureiro entusiasta”.

Vejamos o quadro organizado por esta associação - e divulgado por Claudine Barry - in “Trois profils de touristes d'aventure - Réseau de veille en tourisme” in veilletourisme.ca/2015/11/20/trois-profils-de-touristes-daventure, consultado em 30.08.2017 - em que se detalham as características destes grupos:

Portrait des trois personnalités de touristes d'aventure

Type d'aventurier	Caractéristiques	Motivations de voyage
Touche-à-tout (<i>Adventure grazer</i>) 46 %	Motivé par sa liste personnelle de choses à accomplir	Passer du temps en famille ou entre amis
	Peu enclin à répéter l'activité une fois qu'il l'a expérimentée	Explorer de nouvelles destinations
	Se qualifie de novice ou de débutant dans la pratique d'activités d'aventure	
	Recherche les sensations fortes	
Habitué (<i>Adventurer</i>) 39 %	Recherche activement à améliorer ses compétences	Relaxer
	Refait la même activité ou une activité similaire d'un voyage à l'autre	Passer du temps en famille
	Qualifie son niveau de pratique d'intermédiaire	Explorer de nouvelles destinations
	Recherche les sensations fortes mais de façon modérée	
Passionné (<i>Adventure enthusiast</i>) 15 %	Détient des compétences élevées liées à une ou plusieurs activités d'aventure	Explorer de nouvelles destinations
	Se spécialise souvent dans une activité	Découvrir de nouvelles activités excitantes
	Accepte certains risques afin d'obtenir des sensations fortes	Relaxer
	Recherche des destinations uniques mais aussi de nouvelles destinations pour pratiquer son activité favorite	

Source : ATTA, 2015.

Figura 6 Retrato de três personalidades turísticas de aventura in <http://veilletourisme.ca/2015>

O «touche-à-tout» / «adventure gazer» que poderíamos traduzir por “vai-a-todas” é aquele que oscila entre diversas atividades, querendo sobretudo experimentar sensações novas. O “habitué” / “adventurer” ou “aventureiro habitual” é aquele que, fazendo pesquisas muito cuidadas sobre as atividades a desenvolver, é capaz de se fixar numa delas se a mesma lhe agrada, sobrepondo a qualidade das experiências aos seus custos. Finalmente, o “passioné” ou “adventure enthusiast”, ou seja, o “aventureiro entusiasta” caracteriza-se por procurar

sistematicamente um certo tipo de atividade por que se apaixona, independentemente do destino, da época do ano e do seu preço.

Ainda segundo a autora citada (*Tourisme d'aventure: de quoi parle-t-on au juste?* - Réseau de veille ...consultado em 30.08.2017), a Aventure Écotourisme Québec (AEQ) define assim o turismo de aventura:

“Le tourisme d'aventure est une activité de plein air ou combinaison d'activités se déroulant dans un milieu naturel particulier (endroit inusité, exotique, isolé, inhabituel ou sauvage). En tourisme d'aventure on utilise des moyens de transport non conventionnels, soit motorisés (motoneige, quad, etc.) ou non motorisés (marche, canot, kayak, etc.). De plus, l'activité implique nécessairement un niveau de risque, lequel peut varier selon l'environnement (isolement, caractéristiques géographiques, etc.) ou selon la nature des activités et des moyens de transport impliqués.”

A partir daqui os operadores turísticos estruturam as suas ofertas e mensagens, difundindo-as de uma forma mais generalizada quando o público visado é o primeiro tipo de turistas identificados e de um modo mais dirigido nos outros casos, principalmente no terceiro. O mesmo se passa com as atividades proporcionadas, as quais são híbridas, misturando-se a ação e os momentos de puro divertimento com os “vão-a-todas” até ao elevar progressivo do direcionamento para o que possa ser rotulado como aventura e inerentes dimensões como o risco ou o isolamento e o género de itinerários, desde os percursos cavalo por espaços inéditos até às incursões na neve, em rios acidentados ou no mar tempestuoso. Significa isto que são igualmente diversos os conteúdos dos apelos publicitários e os meios utilizados para a sua divulgação porque diferentes são os públicos visados e as respetivas apetências e expectativas. Em todas as circunstâncias, é um facto que estes turistas aventureiros comprem produtos – e a sua segurança - durante certos períodos de tempo, não sendo por isso os seus promotores e tendo presente que há sempre um regresso à rotina do quotidiano. A aventura – com graus de intensidade variáveis, nomeadamente na sua relação com a iminência do acontecimento e a possibilidade de risco visados ambos como desafios mais ou

menos conscientes, mais ou menos reais, aos limites do humano – nunca é, pois, um fim em si, sem prejuízo de surgir como uma motivação e nalguns casos quase apenas como um rótulo para a atividade turística vivida, antes de mais, como um exercício de relaxamento e escape às rotinas do quotidiano.

As ilhas surgem tradicionalmente como um universo privilegiado de aventura, precisamente pelo seu isolamento em que se condensa história, mistério e surpresa. Desde logo, a literatura juvenil explora e alimenta estes parâmetros. O livro «Uma aventura nas Ilhas de Cabo Verde» de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada é disso um bom exemplo, de que se destaca esta expressiva passagem: “A certa altura saltam-lhes ao caminho pedaços de mapa, o mapa de um tesouro escondido muitos séculos antes pelos piratas que rondaram aquelas ilhas”. É assim que ilhas como os Açores – por acréscimo assiduamente consideradas como o que resta da antiga e mítica Atlântida – são promovidas turisticamente enquanto destinos especialmente vocacionados para a aventura.: “As ilhas dos Açores, natureza e aventura” é sintomaticamente o *slogan* divulgado no site “Mais Turismo”.

Mas há tipologias de turistas que são organizadas em torno de outros critérios e a que correspondem outras conceções do que se entende ser turismo ou, pelo menos, a sua vocação fundamental. No caso do turismo cultural e da relação entre a dimensão cultural e a visão *versus* valorização que dela fazem os turistas, é aqui interessante considerarmos a classificação de McKerscher (2002), tal como nos é apresentada por Woodside e Martin (2015):

“1 The purposeful cultural tourist (high centrality/deep experience); learning about the other’s culture or heritage is a major reason for visiting a destination and this type of cultural tourist has a deep cultural experience. 2 The sightseeing cultural tourist (high centrality/shallow experience); learning about the other’s culture or heritage is a major reason for visiting a destination, but this type of tourist seeks a shallow, entertainment-orientated experience. 3 The casual cultural tourist (modest centrality/shallow experience); cultural tourism reasons play a limited role in the decision to visit a destination and this type of cultural tourist engages the destination in a shallow manner.

4 The incidental cultural tourist (low centrality/shallow experience) for whom cultural tourism plays no meaningful role in the destination decision-making process. However, while at the destination, the incidental cultural tourist participates in cultural tourism activities and has a shallow experience in doing so. 5 The serendipitous cultural tourist (low centrality/deep experience); cultural tourism plays little or no role in the decision to visit a destination, but this tourist has a deep experience visiting cultural attractions.” (McKercher and du Cross, 2003).

No turismo cultural certamente que as possibilidades de surgirem acontecimentos imprevistos e de se correrem riscos não constitui a motivação principal, nem será o quadro objetivo mais óbvio que poderá ser oferecido. Assim, a aventura, a existir, será, em princípio de carácter mais intelectual ou racional e condicionada pelo espanto perante o belo, sobretudo quando este tocar os limites do sublime, ou seja, como algo que nos conduz, numa ótica kantiana, a uma experiência que nos eleva aos limiares das fronteiras superiores da razão e da inadequação de toda e qualquer representação, harmonia ou forma sensível. Claro está que se jogam também aqui, de um modo mais próximo e evidente, as relações com as comunidades de acolhimento, as quais assentarão em larga medida na formação, expectativas e objetivos prévios do turista e do programa que lhe foi proporcionado. Assim, a abertura ao diferente será certamente muito maior, por exemplo, no “turista cultural intencional” e no “furtivo” e não tanto, por contraste, no “turista cultural casual” e no “acidental” que poderão até ficar indiferentes perante as obras e o património material ou imaterial por que forem passando.

No caso das pequenas ilhas predominará o turismo de aventura e de lazer, sem prejuízo de o turismo cultural, ambos nas suas várias aceções, se afirmar, a título de exemplos, em ilhas como a ilha de Páscoa, conhecida pelos seus moais, na Jamaica pela sua música, e em Cuba, para além das praias, pelo seu património arquitetónico e por se ter tornado, por condicionantes políticas, quase que um museu vivo. Mas será óbvio que se a ilha de Páscoa terá sobretudo turistas culturais do tipo 1, as outras ilhas mencionadas acabarão por ser visitadas por todas as categorias de turistas mencionados.

Capítulo IV. Viagem e turismo

Partimos do princípio, tão simples quanto complexo, de que os serviços que proporcionam negócios são aqueles que respondem a necessidades – básicas ou criadas, imediatas ou elaboradas – do ser humano. No caso do turismo, desde logo os hotéis e os restaurantes no terreno da alimentação e do repouso, sem prejuízo da sua sofisticação. Juntam-se, porém, a estas outras necessidades mais abstratas e de cariz cultural como a busca estética do belo, a necessidade de evasão pelo imaginário, o interesse pela diferença. Claro que todas estas dimensões são sempre matizadas por cambiantes marcados histórica ou localmente. Envolve-as, entretanto, uma problemática existencial de fundo, talvez menos evidente, a qual, expressamente no caso do turismo, não pode ficar oculta por condicionar tudo o resto: haverá também uma necessidade ontológica de viajar e, em caso afirmativo, porquê e para quê? Pensamos ser a partir daqui que justamente afloram interpelações que urge fazer de um ponto de vista filosófico, as quais, talvez por isso, são relativamente pouco consideradas e tratadas ao não corresponderem às exigências mais imediatistas do mercado e dos estudos que o suportam.

Vamos, todavia, partir de um pressuposto: o de que o desejo de viajar, subjacente à viagem se traduz cada vez menos na viagem, no percurso em si, mas antes no destino, no lugar de chegada. Na verdade, as deslocações são cada vez mais rápidas, despidas de contexto e até inúteis em termos do seu interesse e da sua atratividade.

4.1. Viagens e destinos

Desde logo as autoestradas que nos distanciam da vizinhança dos lugares intermédios, tornando-os mesmo marginais e suscetíveis de serem ignorados. De tal maneira que, nas suas bermas, uma multiplicidade de painéis com palavras e desenhos nos apresentam os monumentos e belezas naturais que os viajantes, a maioria das vezes, nunca chegam a ver na sua corporeidade física,

passando também ao lado das gentes de cada local. Daí o renovado interesse das estradas antigas, tornadas quantas vezes percursos de especial interesse turístico, ao proporcionarem o contacto direto com a natureza e as populações. Acontece, porém, que a vertigem do tempo rápido e da urgência, a par da comodidade, impede que se lhes dê prioridade. Por outro lado, as autoestradas, obedecendo a um conjunto de diretivas visando designadamente a segurança dos automobilistas, tornam-se muito semelhantes entre si, para além de cada uma delas ser normalmente monótona quer no seu traçado, quer nos equipamentos de apoio que proporciona. Daí as tentativas de diversificar a oferta e até o *design* diferenciado das estações de serviço e áreas de descanso.

Os comboios de alta velocidade, por sua vez, deslocam-nos através de uma envolvimento que se torna continuamente fugaz diante dos nossos olhos, escapando-nos por isso ao manter-nos dela afastados desde os lugares fisicamente próximos até às paragens mais longínquas do nosso olhar. O objetivo é devorar o tempo da viagem, tornando-a uma mera deslocação entre o ponto de partida e o de chegada, com o mínimo de paragens intermédias, precisamente as que marcariam a cadência de um movimento marcado pela sua passagem. (cf. Bataillou, 2007)

Os cruzeiros cada vez mais organizam e gerem os percursos de modo a que a chegada a cada porto ocorra pela manhã, tornando-se invisíveis, com a noite, as distâncias navegadas. A dimensão e a oferta de serviços no interior dos navios, transformados em autênticos hotéis instalados em arranha-céus flutuantes, permitem que na prática os passageiros ignorem o mar que sulcam, estando afinal sempre em terra, quando acordam e adormecem e enquanto atravessam as distâncias entre os lugares que deixam e aqueles que encontram.

No caso do transporte aéreo é ainda mais flagrante o carácter topologicamente inócuo das viagens atuais. No avião, as paisagens das aldeias, das cidades, dos campos e dos mares tornam-se tão imensas quanto distantes pela vastidão do horizonte que se alarga progressivamente ao ritmo da subida até desaparecerem

sob as nuvens que as ocultam. No avião procura-se enganar o que resta do tempo e do espaço que vivemos no nosso quotidiano principalmente quando se trata de grandes viagens: refeições, filmes, leituras e períodos de sono servem esse fim. Atravessam-se continentes e oceanos que se visualizam apenas, na sua abstração, pelos seus contornos nos mapas a que vamos tendo acesso.

Mas não podemos deixar de considerar aqui igualmente as visitas virtuais proporcionadas pela televisão e sobretudo pela net. Instantâneas – apresentadas segundo os critérios de terceiros no caso da televisão e aparentemente segundo opções próprias no caso da net –, possibilitam o encontro com todas as paragens permanecendo o seu utilizador pura e simplesmente sentado sempre no mesmo lugar ou realizando uma viagem totalmente alheia àquela a que virtualmente acede. Estas tecnologias permitem-nos contactar pessoas sem tocarmos nos seus habitats reais.

Michel Serres (cf. 2001, pp. 221-266) traz-nos, a este propósito, um conjunto de reflexões que importa considerar desde logo quando ele, destacando precisamente o papel crucial que desempenham atualmente as tecnologias da comunicação, conclui que, “quando todos os pontos do mundo ganham uma espécie de equivalência, entra em crise a dupla aqui-agora”, afigurando-se mesmo a noção teológica de ubiquidade como aquela que melhor identificará o novo modo de habitar. Em crise entrará inclusive a definição heideggeriana da existência humana como ser-aí uma vez que, com os meios de comunicação de que dispomos, tornamo-nos ausentes do local enquanto a deslocação tende a tornar-se, ela própria, um lugar no contínuo movimento que fazemos do local para o global. Trata-se de uma nova forma de habitar e pensar o mundo pois habitamos agora um espaço topológico sem distância em que o nosso próximo é cada vez mais alguém que não está perto de nós.

Que relação se desprende então entre esta anulação virtual do local por estarmos sempre a percorrer uma distância e a deslocalização física da viagem? A nosso ver, trata-se, mais do que uma relação, de uma coincidência existencial

latente precisamente pela vivência de um “espaço topológico sem distância” que entra em rutura com a antropologia do *homo viator* histórico para quem a viagem era em si uma aventura marcada pelo acaso, pela contingência por distâncias que separavam fortemente os locais de partida, os de chegada e os intermédios.

Parece-nos, aliás, que Paul Virilio (2000) sustenta esta interpretação quando, a propósito justamente desta tendência que ele apelida de “urbanização do espaço real da geografia nacional” e de “urbanização do tempo real das telecomunicações”, constata a prevalência do “tempo” sobre o “espaço” mas em que aquele não é local e cronológico, sendo antes um tempo mundial e universal (p. 201). Prevalência esta que conferirá a primazia ao “tempo-Mundo” de uma proximidade imediata relativamente ao “espaço-Mundo” da geopolítica tradicional e em que a importância do ser do trajeto impera sobre a distância impondo-nos a questão filosófica de um ser “ ‘fora-do-mundo’ esforçando-se, contudo, por parecer que habita este mundo real”. Ser do trajeto identificado totalmente com o sujeito e o objeto em movimento “independentemente de *toda a localidade*, mas sobretudo *de toda a localização*” (*idem*, pp. 171-172).

Considera ainda Virilio que com aquela que ele chama uma “velocidade de libertação” nos emancipamos das referências próprias de uma “experiência sensível da geografia” para se “tele-agir instantaneamente na *trajetória cibernética* de uma realidade segunda”. Consequência: “aquilo que imerge e desaparece é não só *a resistência das distâncias*, mas a das *dimensões* do espaço material” em que “o esbatimento das fronteiras políticas da Europa e do Mundo é apenas a parte visível do icebergue” (*idem*, pp. 174-177).

Vivemos assim cada vez mais sob o signo da instantaneidade e da urgência próprias do que, por sua vez, Jean-Didier Urbain (2011, p. 65) chamou a “*revolução* cinética”. Acontece que, ao fomentar-se uma mobilidade breve e fugaz em que as distâncias geram cada vez menos peripécias e surpresas, ao mesmo tempo que se multiplicam como “fugas” cingidas a tempos curtos, se o exotismo entra em declínio, também se esbatem os traços de aventura que

poderiam alimentar algumas das formas de turismo. Profundamente ameaçado, o aventureiro vê a sua identidade e o seu campo de intervenção de alguma forma degradados pelo turista: contra o divertimento, privilegia a diversão, imitando e tornando-se mesmo o Outro, cultiva o anti-exotismo e olha o turista como um estranho (cf. Jean-Didier Urbain, 2002, pp. 67-105).

De alguma forma ganha um novo enquadramento sócio-antropológico a oposição contida no título do livro de Thierry Paquot *Le voyage contre le tourisme*. Desde logo dada a referenciação da viagem como sendo iminentemente “espácio-temporal”, como sendo “o que dura o que deve durar” e como sendo um percurso que o viajante associa a uma experiência total.

Ora, a distinção entre “turismo” e “viagem” revela-se aqui fundamental na medida em que se entre as duas há inerências, há também importantes destrições. As semelhanças passam pela deslocação e a permanência noutros lugares que não o da residência e pouco mais. A partir daqui tudo se diferencia designadamente na sua dimensão subjetiva, diferenciação esta que se estrutura com a expansão do fenómeno turístico. Assim e socorrendo-nos deste interessante estudo de Thierry Paquot, destacamos desde logo quatro máximas esclarecedoras:

- “Viajar consiste em partir e em voltar. Não em partir *para* voltar, mas em partir e em voltar” (p. 13);
- “Uma viagem que satisfaça é a que dura o que tiver de durar”. (*ibidem*);
- “O turista *consome* uma deslocação (...), o viajante compraz-se em fazer um percurso que associa a uma experiência “total” ” (p. 15);
- “A viagem associa à deslocação o encontro, tal como subentende a relação e a comunicação” (p. 31).

Com a massificação do turismo tornou-se clara a identidade deste e até a sua

supremacia, em termos de senso-comum, sobre a viagem. Aliás Thierry Paquot enumera os tópicos que sustentam essa identidade, a saber: a normalização, o equipamento e a produção em série. É dentro deste enquadramento que o que há para ver se impõe a todos, deslocando-se o turista maioritariamente apenas para fotografar, ao mesmo tempo que a hospitalidade que se impunha enquanto oferta de asilo aos viajantes que se aventuravam deixa de fazer sentido perante a multiplicação dos hotéis. Entretanto, a liberdade aladroadada pela publicidade é negada pelos próprios bilhetes em que o regresso está previsto desde o princípio, garantia de regresso essa exigida mesmo por muitos países designadamente para a atribuição de vistos de entrada.

Homero, na *Ilíada* e na *Odisseia*, distingue as ilhas do levante das ilhas do poente, mais dizendo que nas primeiras viviam os “comedores de pão”, ou seja, pessoas que praticavam a agricultura e a pecuária, vivendo em comunidade, enquanto as segundas eram habitadas por monstros, ninfas e deuses. Ora, no seu périplo, Ulisses deixa Ítaca, a sua ilha que para ele é *gaia*, a terra-mãe, para, no decurso de uma série de peripécias e imprevistos, seguir a direção da alteridade povoada por seres estranhos até voltar à sua ilha natal onde terá de reconquistar a sua identidade entretanto de algum modo transformada. Jean Cuisenier (2006) apelida este vetor da viagem de “eixo antropológico”.

A viagem na sua essência é, de facto, por si mesma, incessante busca ou encontro do inédito e da alteridade em qualquer local ou paisagem e não simples procura do reencontro com o que é já conhecido e faz parte do quotidiano de quem viaja. Daí o apagamento do percurso enquanto viagem pois no turismo de massas procura-se sobretudo que o tempo da viagem seja curto, o que é favorecido pela comodidade, rapidez e fluidez dos transportes de que o turista dispõe e a “psicose da urgência e da instantaneidade, do imediato e da compulsão” instiga (vd. Jean-Didier Urbain, 2011, p. 66).

Gérard Leclerc (2015), através de um estudo minucioso que faz acerca das viagens ao longo da história, conclui que é no séc. XIX, com o desenvolvimento

dos meios de transporte, que se inaugura o turismo enquanto “viagem exótica” em busca do Outro longínquo. Este é, segundo o mesmo autor, o “turismo das Lonjuras” e dos “Algures” que levou o turista a dirigir-se para os mesmos lugares que o etnólogo. Simplesmente, o etnólogo é movido essencialmente pela “curiosidade” que, radicada na vontade de saber, “representa um olhar sobre o Outro e o Algures” (p. 21), disponível para os receber e, portanto, para o encontro. A grande diferença entre o turista e o etnólogo reside no tipo de atitudes desenvolvido por um e por outro: mesmo que ambos possam procurar o exótico, enquanto o turista o faz por prazer lúdico, o etnólogo pratica uma investigação empírica lenta e minuciosa sobre as sociedades que se tornam objetos de estudo por elas mesmas. A questão que se levanta é a de saber se a “necessidade de evasão” e de fuga às rotinas do quotidiano inerentes às motivações do turista são compatíveis com a busca autêntica do Outro e com o cuidado para com o Outro. Em todas as circunstâncias, remata Leclerc, considerando-se que o Outro não existe em si mas sempre através da sua representação, o etnólogo pode enriquecer o olhar do turista sobretudo quando há contemporaneamente “uma humanidade confrontada com o desafio novo da diferença na proximidade, da alteridade no próprio coração da socialidade” (p. 278).

É que não basta viajar para que os homens se conheçam uns aos outros, é antes preciso que eles se reconheçam, na sua diversidade, pelo conhecimento das suas diferenças, ultrapassando preconceitos e fantasmas. Acontece que muitos programas turísticos – e muitos dos próprios turistas imbuídos de um voyeurismo primário – não é isso que ambicionam, interessando-se inclusive por observar o exotismo de pessoas e povos no seu habitat desprezando-os, entretanto, enquanto imigrados no seu meio. Aflora aqui a diferença essencial entre “contacto” e “encontro”: “O/o contacto é o resultado fortuito de uma proximidade física, enquanto o encontro é o produto de uma aproximação intencional” (p. 270). Mais ainda, sumidas as distâncias que outrora separavam os grupos humanos, a indiferença provém da invisibilidade do Outro proporcionada por preconceitos éticos e políticos.” o cúmulo da distância é a invisibilidade” (p. 267),

conclui Leclerc.

Estudos como os de Gaston Pineau e Bernard Fernandez sobre a noção e a experiência de viagem e de Michel Serres e Michel Maffesoli, respetivamente, a propósito dos conceitos de “via exódica” e de “nomadismo contemporâneo”, ganham aqui particular relevo.

Gaston Pineau (2009, p. 71) pesquisa sobretudo as razões que envolvem o sentido da viagem, optando por valorizar as questões que se levantam em torno de questões sobre o “porquê” e o “como” do viajar. Para o efeito recorre a uma plêiade de autores desde Gabriel Marcel até Michel Fabre, passando por Onfray e Bernard Fernandez, entre outros, o que lhe permite identificar uma interessante diversidade de perspectivas quanto à natureza dos sentidos que estão em jogo. Assim, com Marcel (2005), ganha relevo a afirmação algo paradoxal que este retoma logo de início quando diz que “talvez uma ordem terrestre estável só possa ser instaurada se o homem guardar uma consciência aguda da sua condição itinerante”, para mais abaixo acrescentar que “nada poderia parecer, de entrada, mais irracional do que ligar a existência de uma ordem terrena estável à consciência de uma posição qualificada de itinerante, quer dizer, à situação fundamental do viajante” (p. 17). Desta forma Marcel quis destacar o alcance metafísico da existência humana enquanto viagem – designadamente da alma enquanto “ser em caminho” - em busca de um sentido transcendente, nunca redutível a um qualquer racionalismo, designadamente o técnico, enquanto este acabaria por negar precisamente a superação da oposição entre o conhecimento e o querer que é apanágio da esperança enquanto “saber para além do não-saber”.

4.2. A incompletude do humano e a busca do algures

A partir de outros ângulos de análise, psicobiológicos e anatomo-paleontológicos, são igualmente retidos os pontos de vista que valorizam a importância do que se apelida de “ontologia permeável” e redonda como um

globo, do ventre materno (cf. Onfray, cit. por Pineau, p. 72) que prematuramente remeteria o ser humano para o sentido do mundo e da sua procura enquanto “pulsão ou instinto migratório que o leva (ao homem) a percorrer longas distâncias” ou, quando reprimido pelo sedentarismo, a refugiar-se na violência ou na “obsessão pela novidade” (cf. Chatwin, *ibidem*). A culminar, Pineau acaba por salientar a tendência pós-moderna para se “passar de um ontologismo estático para uma antro-po-formação dinâmica” (*idem*, p. 73).

A incompletude do humano e a transgressão dos contornos da existência sobressaem assim como valências incontornáveis do humano de que o sentimento da viagem é uma resultante.

As temáticas da partida e do regresso - e do “durante” - assim como a da viagem como meio e símbolo da formação emergem também no trabalho de Bernard Fernandez *L’homme et le voyage, une connaissance éprouvée sous le signe de la rencontre*. Como ponto determinante sobressai aqui a conceção da viagem como espaço antropológico de transformação de si através de um processo que se desenvolve segundo os três tempos assinalados. O primeiro é identificado como “o lugar de uma experiência possível”, o último como uma “nova partida” face às mudanças operadas em si próprio e, entretanto, na sua própria envolvência, sendo o intermédio o que, enquanto experiência concreta, se afirma como aquele em que se condensam três dimensões transversais. Estas dimensões são, muito concretamente, as seguintes: uma primeira, temporal, que é definida pelo tempo do encontro propriamente dito em que se toca um real inédito, uma segunda dimensão relacional entre si e os outros em que se experimentam as dificuldades de dar e receber e uma terceira dimensão integracional pela qual se opera a transformação de si e onde ocorrem as crises de identidade pela reversão das representações acerca do exótico como sendo o outro e onde é inerente o choque entre o que é a evidência do que é próprio e a percepção da alteridade radical.

Em Fernandez, a busca do algures – transcendental, imaginário ou cultural,

geográfico e histórico – aparece como uma autêntica invariante antropológica a ter sempre em consideração na problemática da experiência de viagem, na qual potencialmente se experimentarão, entre o receio, a aventura e a curiosidade, os limiares da vida, limiares com os quais a viagem confronta a existência.

De Michel Serres (1985) recolhemos o conceito de “via exódica” por nos parecer particularmente desafiante ao abrir pistas inesperadas no terreno de uma hermenêutica da viagem ao arrepio da epistemologia dominante. Tão desafiante quanto pressupõe uma nova e grande filosofia das misturas, das mestiçagens e da identidade como uma “soma ou combinação de alteridades” suportada por uma outra ontologia que designaremos como ontologia da errância em oposição àquela que permitiu construir a universalidade sobre uma singularidade oculta, sobre o “aqui” que Serres define de uma forma mordaz como “a singularidade do mundo em que um indivíduo persiste no seu túmulo” (p. 321) para, quando traçar um caminho, o fazer “passando por cima de obstáculos, catástrofes ou limites” (p. 320).

Em alternativa, a via exódica – de que o percurso de Ulisses, relatado na *Odisseia*, será o paradigma – é apresentada como uma rota sinuosa que representa um caminho astutamente escolhido, entre outros possíveis, face às oportunidades e obstáculos que vão sendo encontrados, em contraposição ao caminho reto e rígido de que o método cartesiano e racionalista virá ser o suporte teórico. Esta via, se proporciona fracassos, implica igualmente inventividade e o encontro inesperado com paragens desconhecidas, desde logo porque os desvios não decorrem de um privilégio dos lugares de estabilidade, mas do próprio caminho, via através da qual se encontram outras estabilidades fora da estabilidade normal. Acontece, todavia, que à medida que o conhecimento do mundo se alarga, a necessidade de se encontrarem caminhos retos e, assim, mais curtos impõe-se. Vê-se o espaço e esquecem-se as paisagens locais.

Michel Maffesoli (1997), por seu turno, diz-nos que o limite só pode ser compreendido em função da errância, sendo igualmente importante perceber-se

que esta só ganha o seu sentido pleno em função daquele. Daí as conclusões conexas de que “a estática tem necessidade da errância” (p. 73), de que “para ultrapassar o limite é preciso que este exista” (pp. 72-73) e de que há um “enraizamento dinâmico”, bipolaridade que exprime o “antagonismo paradoxal de toda a existência” (p.73) entre o sedentarismo e a pulsão nómada. Para o nosso autor, a sociedade contemporânea – sociedade das autoestradas, dos transportes aéreos e do ciberespaço - caracteriza-se pela reemergência do desejo de errância como “sede de infinito”, em contraciclo com a lógica do estado moderno e da retenção dos indivíduos em determinados territórios. A mobilidade – e uma certa dose de aventura - que é apanágio das deslocações por razões económicas e também do turismo “pode ser compreendida como a modulação contemporânea deste desejo de algures que, regularmente atinge as massas e os indivíduos “(p. 27).

Todavia, não podemos deixar de considerar a importância de noções com as quais se procura tipificar algumas tendências das práticas turísticas contemporâneas que alguns autores apelidam de hiperturísticas (cf. Philippe Bourdeau, 2013) e outros, numa posição mais extremada, de pós-turísticas (cf. John Urry, 1990). Referimo-nos muito concretamente às noções de “proxémia” e de “antiviagem”, ambas remetendo para a turistificação do quotidiano sintetizado na ideia do “Aqui-Algures” (Ph. Bourdeau, *op. cit.*, pp. 24-29), o qual assenta em seis princípios fundamentais: a renovação das práticas urbanas pelas quais “a cidade procura aqui por diante o algures natural que ela encontrava antes fora dela”; a turistificação dos lugares comuns entendida como “uma nova via de desenvolvimento ou de requalificação económica e territorial”; a renovação das práticas de proximidade com “a recolocalização do turismo para fins de responsabilidade ambiental”; a escolha de lugares em função de critérios recreativos pelo qual a ideia de viver sempre numa casa de férias prevalece sobre a vontade de partir; a recentragem no próprio domicílio das práticas recreativas que deixam de ser procuradas apenas fora de casa; o desenvolvimento para fins semi-residenciais de equipamentos, como parques de campismo, outrora exclusivamente para fins assumidamente turísticos.

Curiosamente, Bourdeau explica estas tendências por uma perda do sentido da alteridade do algures ou, pelo contrário, pelo seu excesso de alteridade e pelos receios que assim provoca. Em qualquer dos casos, resultando daqui uma revalorização axiológica do aqui pela descoberta nele do que era paradigma do algures longínquo e o conseqüente desinvestimento no que é geograficamente de facto afastado. Deste situacionismo resultará o sentimento da antiviagem.

Embora saibamos que uma generalização teórica destas práticas pós-turísticas ou hiperturísticas seja abusiva, a verdade é que a sua emergência, mesmo que relativamente circunscrita, não deixa de configurar uma realidade importante no âmbito das práticas turísticas ou, no mínimo, de recreação, que radicaliza a dicotomia viagem-turismo. Ao mesmo tempo também a necessidade de se repensar a conexão antropológica entre o destino, a viagem e a utopia.

Parte II. Interculturalidade, hospitalidade e o turismo como evasão

Capítulo V. Importância da problemática da interculturalidade

Antes de mais, importa assentar numa conceção de cultura que contemple as dimensões humanas da problemática que nos move. A nossa opção recaiu em René Kaës (1998) ao considerar que a cultura é, a um nível interno, “o conjunto dos dispositivos de representações simbólicas que conferem sentido e identidade e, a este título, organizadores da permanência de um conjunto humano e dos seus processos de transmissão e transformação”. Acontece que, neste âmbito, “E/ela comporta necessariamente um dispositivo de auto-representação que implica a representação do que ela não é, do que lhe é estranho, ou do que lhe é atribuído” (p. 1). Deste modo, conclui o autor, “a diferença está no coração da formação da cultura” (*ibidem*).

5.1. Da interculturalidade ao alocronismo

A partir daqui, constata-se que o interesse pela diferença cultural pode mobilizar-se segundo duas maneiras possíveis: numa, prevalece a expansão, através de movimentos migratórios, de conquista ou de exploração de natureza económica, religiosa, militar ou demográfica, de que resulta o conhecimento do outro com o objetivo de absorver benefícios ou de, por aculturação, incorporar valores; noutra, o sentimento de decadência da cultura de origem, leva à defesa de identidades ameaçadas e a uma “cultura da alteridade”. No contexto contemporâneo, a interculturalidade (entendida como valorização prioritária das relações de descontinuidade e de oposição entre as culturas) e a transculturalidade (enquanto decorrência do “imaginário da cultura única”, a ter de revalorizar, por isso, a análise das diferenças), surgem como expressões do interesse pela diferença cultural no quadro da dupla conjuntura antes identificada. Ambas também na confluência de fenómenos como as mutações tecnológicas e as transformações das relações sociais.

As questões em torno da interculturalidade – decisivas para a compreensão dos impactos, potenciais e dificuldades da atividade turística - têm sido olhadas, fundamentalmente, segundo perspectivas sociológicas, educativas e políticas, sendo frequentemente escamoteada a dimensão filosófica das problemáticas que lhe subjazem. Em todas as circunstâncias, parece-me que devem ser valorizadas as abordagens feitas por autores como Johannes Fabian (cf. *Time and the Other, How Anthropology Makes it Object*), Marc Augé (cf. *Pour une Anthropologie des Mondes Contemporains*) e Martine Abdallah-Pretceille (cf. *Vers une Pédagogie Interculturelle*) e ainda por Charles Taylor e Paul Ricoeur.

O primeiro, introduzindo a noção de “alocronismo”, alerta-nos para o facto de os antropólogos culturais, ao fazerem das representações dos outros um objeto de estudo, excluírem a possibilidade do diálogo, retirando-lhes precisamente a condição da contemporaneidade que permitiria a igualdade entre os locutores. O segundo, tentando superar os limites da crítica de Fabian por este continuar a olhar o outro como algo que decorre do ponto de vista ocidental, afirma a necessidade de não se fazer derivar a “alteridade” apenas da “pluralidade”, sendo antes imprescindível considerar-se a indissociabilidade de um terceiro conceito, o conceito de “identidade”. Conclui, a propósito, que “a linguagem psico-filosófica da alteridade coloca a questão da relação entre as pessoas ou, mais extensivamente, da relação entre o mesmo e o outro” (*op. cit.*, p. 86). Vários autores procuram, entretanto, ultrapassar as limitações de um multiculturalismo que, marcado no ocidente pelo peso da herança colonial e pós-colonial, toma consciência da existência de uma diversidade de grupos e etnias no seu quotidiano, designadamente pela migração para as antigas metrópoles de habitantes das ex-colónias. Desta situação histórica resulta o reconhecimento de uma pluralidade étnica, mas não necessariamente de uma interculturalidade. M. Abdallah-Pretceille, por fim, destaca o papel das pessoas não apenas como mediadoras, mas sobretudo como sujeitos complexos e ativos de cultura, fenómeno que impõe o reconhecimento da correlação e da potencial conflitualidade entre a “identidade-para si” e a “identidade-para o outro” (1986, p. 51).

Charles Taylor (2009) alerta-nos para o surgimento de algumas noções que, na nossa contemporaneidade, marcam uma visão renovada da multiculturalidade em ruptura com os pressupostos das representações anteriores. São estas as noções de identidade, de dignidade, de respeito, de reconhecimento e de autenticidade, pilares de uma cidadania democrática. Vale a pena revisita-las na medida em que o interesse pelas populações das pequenas ilhas – os seus usos e costumes, as suas culturas – deve ser entendido com a maior clareza possível.

Com efeito, Taylor defende que, mais do que a tolerância, o respeito implica a aceitação das posições em que subjazem princípios morais, desde logo a aceitação de todos os seres humanos como iguais, com as suas diferenças políticas, intelectuais e culturais razoáveis, ou seja, com posições tão legítimas como as nossas. A partir daqui o reconhecimento aparece como uma exigência: “a exigência de reconhecimento ganha uma certa acuidade por causa dos laços supostamente existentes entre reconhecimento e identidade, em que este último termo designa algo que se assemelha à percepção que as pessoas têm delas mesmas e das características fundamentais que as definem como seres humanos” (p. 41). A identidade será então parcialmente formada pelo reconhecimento ou não reconhecimento, e até pela má percepção que os outros têm de nós. Estes sentimentos negativos de reconhecimento tornam-se mesmo, na opinião do nosso autor, formas de opressão porque as pessoas têm necessidade de reconhecimento, sob pena, inclusive, de se auto-depreciarem. Encadeia-se aqui a noção de dignidade assumida como universal e igualitária na exata medida em que se aceita que a dignidade é inerente a todo o ser humano. A nova conceção de autenticidade, que Taylor associa a Herder e que, em conexão com a de dignidade, ele remete, de um ponto de vista histórico, para o declínio das sociedades tradicionais em que imperavam a hierarquia e a honra, “convida-me a descobrir a minha própria maneira original de ser” (*ibidem*, p. 49), numa perspectiva dialógica e no respeito pela maneira de ser original dos outros humanos cuja dignidade, reforce-se, é universal.

Estes contributos são decisivos para uma abordagem não ideológica da

interculturalidade, designadamente no âmbito de uma perspetivação crítica do fenómeno turístico em que os preconceitos não esclarecidos da alteridade e da interculturalidade repetem os equívocos de uma certa antropologia cultural. Mas, para que, apesar de tudo, a sua evocação não acabe por se tornar, contraditoriamente, um mero estratagema político suscetível de ocultar os limiares do etnocentrismo contemporâneo que, por exemplo S. Agacinski (2000, p.13) considera que “desapareceu porque se realizou”, teremos de proceder a uma inadiável reflexão ético-antropológica.

5.2. Interculturalidade e interatividade no turismo

Desde logo a propósito da relação entre turistas e populações hospedeiras, a qual só passará de um mero patamar multicultural para uma plataforma autenticamente intercultural se superar os constrangimentos diremos nós neocolonialistas se ascender a uma vivência pós-moderna em que os turistas interiorizem uma postura não só de questionamento do sentido das culturas dos povos que visitam como igualmente deixem interpelar a sua própria identidade, aceitando e valorizando que a alteridade pode e deve ser constitutiva do que é próprio. Como escreveu Islam (1996, p. vii), a viagem é uma “implementação performativa de se tornar-outro” pois quem viaja tem a oportunidade de apreender mais-valias que eram exteriores ao seu quadro de referenciais no processo de construção ou de reconstrução do seu *self*.

A este propósito reproduzimos aqui a conclusão do artigo de Ankor e Wearing (2016, p. 188) anteriormente já citado, o qual sintetiza com clareza e exaustividade o papel da interatividade na relação entre visitante, visitado e a respetiva envolvência que constitui a pedra de toque da interculturalidade em turismo – e com esta a possibilidade de uma real hospitalidade - assumida na sua plena horizontalidade e, portanto, na recusa de um qualquer tipo de enculturação, seja qual for o sentido desta:

“In many tourism practices, the other does not exist except in relation to a discourse

dictated by a dominant Western culture of dualistic opposition. We began our examination with the concept of the disengaged gaze of the flâneur, which supported discourses of observational neutrality. However, the concept of the choraster challenges the validity of a dichotomous stance of the self–Other relationship through establishing the role of context and the indivisibility of gaze, embodiment and emplacement. The tourist space inheres interactions between tourist, the host’s culture and values and the destabilizing of preconceived understanding. The gaze is confounded by the alterity of the other and it is necessary to understand that gaze is much more than a tool of observation but is fundamental to concepts of being and existence. If travelling is an activity that enables the individual negotiation of identity and subjectivity through a non-reductive relation with the other, then the return of the gaze is an invitation for simultaneous generosity. In acknowledging the host’s separateness, the tourist takes the host gaze into their own, in a response of opening to difference. We offer this conception to a subject-centred understanding of tourism that allows for the host’s role in tourist cultures.”

Mas, para efeito de um enquadramento exigente da problemática ético-antropológica subjacente ao questionamento do fenómeno da interculturalidade no âmbito do turismo, parece-nos útil a mobilização da meticulosa análise que Paul Ricoeur faz em *Soi-même comme un Autre*, designadamente quando este filósofo privilegia as intervenções históricas de Locke e de Kant.

Locke, recordemo-lo, distingue a identidade do homem como pessoa da do homem como mero ser vivo, nomeadamente pela capacidade daquela em refletir. A este propósito, escreveu Ricoeur: “basta considerar a memória como expansão retrospectiva da reflexão” para se verificar, radicalizando o próprio Locke, que “a viragem da memória e da reflexão marcava de facto uma mudança em que a ipseidade se substituíria silenciosamente à mesmidade” (*op. cit.*, p. 151). Kant, por sua vez, ainda segundo a interpretação de Ricoeur, introduz, com o segundo imperativo categórico, uma tensão entre dois termos: o de “humanidade” e o de “pessoa”, entendida esta como um fim em si e aquela enquanto expressão de uma universalidade abstracta, apesar de tudo credora de uma linha de continuidade em relação ao “princípio de autonomia”. Esclarece, então, Paul Ricoeur: “(a ideia de humanidade) apresenta a mesma estrutura dialógica que a solicitude, mas elimina desta toda a alteridade radical, limitando-

se a vincular o princípio da autonomia da unidade, que não considera as pessoas em si, à pluralidade” (*idem*, p.261). Por outras palavras, com Kant inaugurar-se-á uma tensão, plena de consequências, entre a ideia de uma autonomia tributária da pluralidade introduzida pela noção de pessoa e o esmagamento da alteridade pela ideia de humanidade implícita, por exemplo, na concepção de “natureza racional”.

Neste contexto crítico, a nossa proposta vai no sentido de, explorando as achegas de Ricoeur, afirmarmos a interculturalidade enquanto expressão e condição da pessoa humana e da sua identidade, o que significa retirar a esta noção as conotações culturalistas que, ao esvaziarem as condições do exercício primeiro da reciprocidade interpessoal, ameaçam a autenticidade do seu estatuto antropológico. A interculturalidade será, pois, focalizada como emergindo – no espaço e no tempo - da própria alteridade originária da identidade de si, o que lhe confere inalienáveis competências dialógicas e bloqueia o universalismo decorrente de uma humanidade abstrata que, revelando-se ser ditado por uma hegemonia etnocêntrica de sentido, tendencialmente ameaçará o fundamento daquelas.

Raúl Fonet-Betancourt (2011), na esteira da hermenêutica de si de Paul Ricoeur, a qual defende que o mais curto caminho de si para si mesmo é o outro, propõe-nos uma superação do universalismo da globalização através do qual o mundo ocidental, segundo ele, impõe uma uniformização cultural a partir dos modelos que veicula. Em contraposição, alvitra uma universalidade concreta e plural capaz de, inspirada numa filosofia da libertação, contemplar e promover até as diferenças entre as diversas identidades culturais através de processos dinâmicos de transculturalização assentes numa valorização das dimensões relacionais das culturas e não em pressupostos etnocêntricos de superioridade de uma dada cultura sobre as outras. Não se tratará sequer, por esta via, da construção de uma cultura comum, mas antes da transformação das várias culturas pelo aprofundamento do diálogo e da interação entre si e o desenvolvimento da autocrítica por parte de cada uma delas com vista à criação

de um “espaço de vida comum”.

Para melhor se compreender a posição deste autor e o seu alcance no que se refere a um efetivo encontro com os outros povos, baseado na hospitalidade e não na dominação e através do qual se possa contruir um “novo horizonte de compreensão”, vale a pena retermos a seguinte passagem da obra que aqui seguimos:

“Seria questão de elaborar uma forma de racionalidade que ultrapasse os limites atuais da nossa teoria do entendimento e nos permita abordar o mundo e a história do ponto de vista da periferia ou da exterioridade do outro.

Tratar-se-ia em seguida de não fazer da nossa própria maneira de pensar o critério do encontro com o outro. Por outras palavras, não erigir as nossas categorias teóricas como o horizonte exclusivo a partir do qual “abordamos” o outro, o compreendemos e o definimos. Esta maneira de “compreender” assimila e incorpora o outro por redução, mas não se desenvolve como um processo de conhecimento que reconheça no outro uma origem de sentido igualmente digna e original. Por esta razão, conviria não o abordar a partir da nossa maneira de pensar, mas antes do contexto histórico do encontro com ele, do momento em que a sua presença é testemunhada de diferentes maneiras – resistência, memória, etc. -, e a partir do “reverso da história”, da força alternativa da sua visão. O encontro com o outro é assim uma interpelação a partir da qual a nossa maneira de pensar deveria ser revista.

(...) Apesar da sua história de opressão, o outro incarna sempre um discurso original que abala as nossas certezas e convicções. Mais ainda, enquanto interpelação, dá sentido ao discurso alternativo e confronta-nos assim com os limites do nosso próprio ponto de vista”. (*op. cit.*, p.48)

Resulta daqui que desde o sentido da hospitalidade ao da procura de autenticidade por parte do turista designadamente em destinos insulares tidos como exóticos assumem um novo enquadramento que importa confrontar com os pressupostos expressos e implícitos da oferta, da procura e do marketing que, no seu conjunto, o inspiram e subjazem às suas opções. A interculturalidade poderá ser assim olhada como exercendo – ou devendo exercer - uma função

interativa consubstancial ao próprio processo de construção recíproca de identidades pessoais e coletivas transculturais – processos, portanto, de transculturalização - e não ser reduzida ao exercício de uma mera tolerância (negativa) para com os outros. No caso do turismo, este simplismo redundaria em atitudes opressoras sobre as comunidades de acolhimento em função de uma suposta neutralidade ou universalidade antropológica das culturas e referenciais sociais das sociedades de origem dos turistas, referenciais estes que tendem ainda a ser exacerbados e até forçados em prol da imposição de interesses próprios.

Tratando-se do turismo insular, sem nunca podermos generalizar sem mais, é patente a tendência nos materiais publicitários para se valorizar precisamente as diferenças entre as culturas como um fator de valorização da oferta. Esta atitude é então envolta em posicionamentos mais ou menos implícitos de admiração e, portanto, de respeito pelos hábitos e valores das comunidades a visitar, valorizadas com frequência desde logo pela simpatia do acolhimento que proporcionam. Acontece que assim se tende a postular clichés como a brandura de costumes e a pureza das mentalidades que, ocultando as contradições e problemas realmente existentes, permitem a formação ou consolidação de estereótipos que redundam numa desfocagem das representações que se constroem em torno dos povos visados.

É neste quadro artificial que se jogam as distâncias culturais existentes e, a partir daqui, o reforço ou esvaziamento das competências interculturais, entendidas estas como estruturantes da capacidade de interação com culturas diferentes no que concerne ao que delas se pensa e ao modo de agir (cf. Friedman V.J.; Antal A.B., 2005/ Redmond, M.V., 2000), competência esta que se organiza segundo seis competências específicas: a linguística, a de adaptação, a de descentração social, a de comunicação efetiva, a de integração social e o conhecimento da cultura de acolhimento. Em princípio, o turista será assim capaz de superar os constrangimentos inerentes à sua própria cultura. Interessante é também reter, a este propósito, os seis estádios com que Bennett (1986) caracterizou a evolução

corrente de uma pessoa quando se confronta com uma cultura diferente, os quais vão desde a negação da diferença à integração, passando pela atitude de defesa, a minimização, a aceitação e a adaptação, sendo que a inexistência ou limitação no que respeita à interação com uma cultura terceira não permite que se ultrapassem os estádios da negação ou da defesa (cf. Sharma et al., 2009). Pelo contrário, a abertura e solicitude para com outras culturas acompanha o conhecimento das mesmas traduzindo-se numa aproximação intercultural importante a que Hartman et al. (2009) apelidaram de *cultural cushion*.

Vemos desta maneira que se o turismo constitui uma oportunidade excelente de encontro intercultural não é contudo evidente que tal ocorra de facto, exigindo-se com clara acuidade a formação cívica do turista principalmente aquando da sua visita a comunidades como as das pequenas ilhas por estas estarem persistentemente envoltas em cenários de exotismo e até de um certo primitivismo... Então, o projeto de viagem eivado de curiosidade e predisposto até a uma partilha de vida alternativa, na exata medida em que está enraizado em ilusórios estereótipos decorrentes de um inconsciente complexo de superioridade, poderá facilmente redundar em comportamentos que violentem de facto a realidade profunda e íntima das populações residentes. Estas, por um simétrico complexo de inferioridade marcado pela dependência económica e social, estarão com alguma frequência disponíveis para manifestações práticas de uma hospitalidade que aparenta corresponder adequadamente ao que os turistas lhes oferecem, podendo redundar mesmo em subserviência.

A passagem da hospitalidade à hostilidade surge também quando a comunidade de acolhimento, mais do que cada um dos seus membros isolados, se apercebe da arrogância contida nas atitudes dos turistas, o mesmo ocorrendo quando o desconhecimento e a ausência de receptividade relativamente aos usos dos hospedeiros, leva os turistas a interpretar inclusive as eventuais falhas destes por ausência de profissionalismo como afrontamentos e provocações. Os conflitos emergem então pelo aprofundamento negativo da distância cultural e consequente agravamento do fosso entre visitantes e visitados (cf. Ellemers N.;

Barreto E., 2001).

Capítulo VI. Sentidos da hospitalidade

Com a problemática da hospitalidade emerge também a esfera ética do turismo como fenómeno de natureza antropológica e sociológica ao privilegiar-se nele a relação da individualidade com a socialidade, ou seja, as conexões entre o que é do domínio próprio e do domínio da alteridade. Sendo de evitar aqui os discursos demagógicos que pretendem expandir a ideia de que o turismo é, à partida, uma prática que, sem mais, aproxima as pessoas, importa realçar, no seguimento das reflexões anteriores, que, tratando-se de um fenómeno que envolve, em princípio, a visita de uns ao habitat de outros, contém um potencial intrusivo de uns em relação aos outros – e a eventual reação destes relativamente aos primeiros – e, deste modo, um potencial de conflitualidade. Todavia, importa esclarecer que distinguimos conflitualidade de conflituosidade, revestindo apenas esta a forma violenta, assumindo a primeira a dimensão dos possíveis desencontros entre o que, sendo diverso, nem sempre convive harmonicamente de uma forma espontânea. Todavia, os encontros autênticos tecem-se apenas pela tolerância que pressupõe o conhecimento e o contacto com o outro ou, em processos mais elaborados, pela negociação e contratualização, ou ainda pela elaboração, administração e cumprimento, dentro de critérios de razoabilidade mais do que de racionalidade, de normativos fundamentados numa avaliação da experiência adquirida pelos próprios hospedeiros ou por terceiros.

6.1. A hospitalidade como princípio ético e prática social

Acontece que nos nossos dias a hospitalidade – como princípio ético e como prática social – tem sido objeto de usos indevidos, demagógicos, contraditórios e até pretexto para o uso da violência física e simbólica. Os casos das enormes correntes de refugiados que procuram seja a Europa, seja a América do Norte, bem como daqueles que circulam em contextos regionais um pouco por todo o mundo, trouxeram ao de cima atitudes que recusam pura e simplesmente a hospitalidade para os que chegam, atitudes estas que decorrem dos usos

dissimulados e abusivos do conceito e da prática, justificando-os inclusive. Há assim países que, sem mais, recusam esses refugiados e outros que, recebendo-os, o fazem na perspectiva de suportarem somente a sua passagem, enclausurando-os, entretanto – em nome do humanitarismo - em campos de exceção, chamados de acolhimento. Guillaume Le Blanc e Fabienne Brugère (2017, pp. 13-15) fazem-se eco destas contradições e violências, escrevendo:

“Deixando de acolher, afastamos mundos que contudo não deixam de estar aí, fabricamos a invisibilidade e acreditamos podermos desembaraçarmo-nos assim de vidas humanas que batem à nossa porta.

‘Segundo Elfriede Jelinek, desembaraçamo-nos destes seres humanos. Alguém tem uma objeção para colocar? Não. Vamos levantar muros por todo o lado e tudo fica resolvido. Quando não vemos alguém, não há ninguém’. Fazer com que não haja mais ninguém onde há alguém é o contrário da hospitalidade, é a inospitalidade. Ora, a inospitalidade torna-se hostilidade ou mesmo ódio”.

(...)

“Todos estes lugares da impossível migração são locais onde aparece ao vivo o reverso das nossas sociedades, mas são também lugares onde nascem pensamentos e práticas que definem uma humanidade comum”.

Perante esta negação objetiva de um real acolhimento, desenham-se por vezes movimentos de indivíduos ou de comunidades locais que rebatem no terreno as justificações políticas estribadas nos lugares-comuns dos interesses nacionais que, na prática, não reconhecem a conceção antropológica e o princípio ético de uma humanidade comum.

Serve esta introdução para realçar que a noção de hospitalidade, tão usada nos programas turísticos e muito especialmente naqueles que incidem em destinos insulares, sofre de usos perversos que podem comprometer o seu sentido e impacto. Importa por isso empreender uma abordagem abrangente que capte as suas conotações positivas e negativas, sem prejuízo de finalmente valorizarmos a sua importância para a atividade turística, desde que esclarecida e situada.

Em *Ética de la hospitalidade*, Daniel Innerarity diz-nos que a categoria da hospitalidade “abrange o empenho de atuarmos interpretativamente com a rica estranheza da vida dos outros, da cultura em que vivemos, às vezes demasiado opaca, até roçar o incompreensível ou hostil, mas que está na origem dessa aprendizagem do novo, do contacto com o que é diferente e a harmonização do díspar em que consiste a nossa vida” (p.17). Trata-se de uma abordagem que claramente realça os desafios das relações sociais em que emerge a estranheza do outro – distante ou próximo -, a oscilar entre o enigma e a recusa mas, em última instância, apelando-se à solidariedade do diverso enquanto horizonte antropológico. Esboça-se uma problemática que, sendo hermenêutica pelo empenhamento na busca do sentido da estranheza que aí aflora, é igualmente ética ao traçar a “harmonização do díspar” como um princípio ou um referencial de comportamento que abre por esta via necessariamente sobre as noções de solidariedade, a qual, por sua vez, implica as de solicitude e de acolhimento. Solidariedade que decorre da referida harmonização do mesmo com o diferente, solicitude na medida em que implica que cada um se dirija para o outro prestando-lhe a sua atenção e acolhimento pela ideia de atuarmos pensando na vida dos outros e não para além delas. Sempre presente como um risco iminente a hostilidade surge como uma possibilidade proporcionada pela estranheza do outro.

Poder-se-á concluir que, sem a moldura ética da solidariedade, a conflitualidade inerente às margens da incompreensão tende a degenerar em conflituosidade por sobreposição da hostilidade relativamente à hospitalidade. A ética apela então à interatividade – solicitude para com o outro e acolhimento do outro - como condição da solidariedade. O turismo que busca o exótico por si mesmo pode experienciar a diferença pelo voyeurismo, mas nunca a compreende porque, em última análise, a recusa ao recusar a reciprocidade pela qual cada um toca os outros, estando disponível para ser por eles tocado, não significando isto que aceite ou seja aceitado sem mais. O *Código Mundial de Ética para o Turismo* salvaguarda estes aspetos logo no seu artigo 1º onde se pode ler: “As atividades turísticas devem conduzir-se em harmonia com as especificidades e

tradições das regiões e países de acolhimento, e observando as suas leis, usos e costumes; As comunidades de acolhimento por um lado, e os atores profissionais locais por outro, devem aprender a conhecer e respeitar os turistas que os visitam, e informar-se sobre os seus modos de vida, gostos e expectativas; a educação e formação ministradas aos profissionais contribuem para um acolhimento hospitaleiro”.

Embora o isolamento de algumas comunidades se vá esbatendo com a globalização, a verdade é que a atividade turística ainda se confronta com o choque de duas lógicas: a societária e a comunitária. A primeira, contemplando uma multiplicidade de representações e de tipos de laços sociais, revela-se tão recetiva à coexistência interna de modelos sociais diversificados como avessa a paradigmas sócio-culturais alternativos, nomeadamente os de perfil comunitário tradicional, precisamente por se organizarem em torno de um só tipo de laços sociais, normalmente o familiar. O monolitismo organizativo destas comunidades torna-se assim objeto de curiosidade e, por vezes, do delineamento de utopias sobre a sua vivência que o marketing turístico assiduamente promove explorando o fascínio pelo mistério daquilo que é estranho e que simultaneamente aparece com a atração pela alegada pureza de um “primitivo” ideológico em contraste com um certo cansaço relativamente às agruras ou desencantos do quotidiano. Contudo, quando assim acontece, a rutura entre dois tipos de solidariedade – a “orgânica” e a “mecânica”, para utilizar os conceitos de Durkheim – traz dificuldades acrescidas a que se crie um verdadeiro encontro. Os visitantes facilmente receiam a insegurança da fragilidade – real ou representada – de coletivos regulados essencialmente por formas de solidariedade pouco institucionais porque fundamentalmente assentes em laços grupais, sobretudo familiares ou de vizinhança. Ao mesmo tempo, são grandes os riscos de se introduzir danos nos equilíbrios comunitários, perturbando-se a sua identidade sem lhes ser proporcionadas reais alternativas.

Ora, normalmente, tanto o hospedeiro como o hóspede aspiram pela hospitalidade na medida em que esta, sendo um valor, é pressentida e sentida

como suscetível de lhes trazer bem-estar precisamente porque a presença do outro contém um potencial de recompensa, ainda que de formas diversas conforme as expectativas geradas pela situação e perfil de cada um. Uma recompensa que pode situar-se no plano da gratuidade – pelas relações de afeto – ou/e porque, com ela, advêm vantagens económicas, sociais, culturais ou estritamente pessoais enquanto lazer, aventura, descoberta ou prazer. Estas recompensas são-no, no fundo, porque somos seres vulneráveis marcados por necessidades primeiras e segundas - naturais e adquiridas – e, por isso, seres suscetíveis de felicidade ou sofrimento.

Sabemos bem que é com base nestas necessidades que o marketing desenvolve as suas estratégias com vista à captação de clientes. Necessidades estas que, em princípio, evoluirão para manifestações de vontade e de procura de produtos turísticos compatíveis. Produtos que poderão gerar satisfação ou insatisfação na medida em que correspondam – ou excedam até! – as expectativas criadas. Dever-se-á reforçar assim uma interatividade reciprocamente vantajosa entre o turista e as empresas e outras entidades que não só promovem como lhes proporcionam o acesso aos referidos produtos e serviços. Ora, para nós, é precisamente na qualificação desta interatividade que reside a hospitalidade.

A hospitalidade tem deste modo a ver com os atos de dar e receber que estarão idealmente pressupostos na interatividade promovida pelo marketing turístico. Uma interatividade que, na sua dimensão coletiva, se deverá traduzir pela aceitação recíproca de uma certa civilidade dos comportamentos suscetível de reunir visitantes e visitados. A quebra deste *status quo*, a ocorrer, fratura a harmonia dessas relações, emergindo então, potencialmente, situações de alheamento e até de hostilidade.

É que, no caso do turismo, a hospitalidade, para além da sua dimensão social e ética, torna-se uma componente económica e social decisiva pois remete para a satisfação do turista no que respeita ao serviço adquirido e para as comunidades

de destino, que são igualmente as comunidades de acolhimento, as quais aspiram a retirar vantagens no que respeita ao incremento do seu bem-estar. Todavia, sabemos também, tais vantagens, sobretudo em sociedades com estruturas democráticas mais frágeis, tendem a ser desviadas para empresas estrangeiras nomeadamente dos países emissores de turistas, para estruturas centrais dos estados que escapam ao controlo das populações ou para grupos de interesses locais.

O efeito da distância entre a residência e o destino, ao poder reforçar sentimentos de insegurança, faz aumentar a importância da questão da hospitalidade, sendo um facto também que o contraste ou, pelo contrário, a semelhança entre as condições que são proporcionadas – e aquelas que se deixaram - pode, respetivamente, conforme os casos, agudizar ou pelo menos fazer diminuir, senão neutralizar, tais sentimentos. Por isso, muito especialmente o turismo para a terceira idade está normalmente atento a esta condicionante, chegando mesmo a explorar em seu proveito a atenuação do diferente, tornando essa atenuação um fator positivo. Se é flagrante a tendência para que os fluxos turísticos ocorram no sentido inverso dos grandes movimentos migratórios, ou seja, se em larga medida os turistas se cruzam com os migrantes – os primeiros em busca de prazer, os segundos à procura de satisfazer as suas necessidades básicas -, é verdade igualmente que a hospitalidade, com cambiantes diferentes, é esperada por todos. Componente decisiva desta hospitalidade é invariavelmente a da segurança, exigida pelos primeiros, simplesmente esperada pelos segundos, imposta por uns com a força da supremacia económica, prometida aos outros, mas muitas vezes não assegurada dada a fragilidade dos segundos.

Estamos a assumir que, muito especialmente no caso do turismo, o marketing não se pode reduzir a estritos imperativos económicos mas que, inclusive para se atingir objetivos deste cariz, importa mobilizar igualmente a dimensão humana dos valores éticos necessariamente presente na hospitalidade, a qual não pode nunca ser reduzida à estrita dimensão do acolhimento hoteleiro, como

frequentemente o fazem diversos autores anglo-saxónicos, do que é exemplo o manual *Marketing for hospitality and tourism* de autoria de Philip Kotler et al. (2017, pp. 30, 31) que não hesita mesmo em distinguir, no âmbito do turismo, a noção de hospitalidade da noção de viagem - “The two main industries that comprise the activities we call tourism are the hospitality and travel industries” – para, logo de seguida, explicitar a visão economicista da interatividade em causa: “Marketing is the process by which companies create value for customers and build strong customer relationships in order to capture value from the customer in return”.

No caso do turismo insular ainda mais decisivo se torna contemplar a complexidade que aí adquire o fenómeno turístico ao mobilizar com grande persistência uma plêiade de emoções e afetos vinculados ao inconsciente histórico e antropológico que percorre a cultura ocidental que a noção de “ileidade” bem sintetiza e exprime, como veremos mais à frente.

6.2. Os sentidos da hospitalidade

É neste ponto que importa considerar o contributo crítico e fecundo de Derrida (1997) que simultaneamente distingue e articula os conceitos de “hospitalidade absoluta ou incondicional” e de “hospitalidade condicional”. A primeira, da ordem do *ethos*, é antes de tudo um princípio; a segunda, subordinada às regras do quotidiano, pressupõe – e exige – que o estranho que se recebe tenha um nome e um certo estatuto; a primeira dita o acolhimento obrigatório do outro a quem devo sempre “dar um lugar no lugar que lhe ofereço” sem exigir qualquer tipo de reciprocidade. A segunda, decorre de um convite em que o hospedeiro impõe as suas regras - que são limitações da lei da hospitalidade incondicional, introduzindo leis sobre direitos e deveres, condicionados e condicionais - a quem recebe que, por eu turno, as deverá acatar; a primeira, depende de uma visita que pode ser inesperada, inopinada e até desestabilizadora das regras de quem acolhe, mas que, nem por isso legitima a exclusão de quem chega. Há assim uma antinomia entre a lei da hospitalidade absoluta na sua singularidade universal e as leis que constituem uma multiplicidade estruturada e diferenciada,

segundo a sua história e o seu cunho antropológico de inspiração greco-latina e judaico-cristã.

Todavia, ainda segundo Derrida, para que a hospitalidade dádiva absoluta não seja remetida para um plano meramente abstrato e se torne efetiva, tem necessidade de passar para o plano concreto do *dever-ser* que, negando-a, contudo, nela se inspira, mantendo finalmente este antagonismo uma hierarquia, estando a *lei* acima das *leis*, sendo este o seu ser como dever-ser. Por isso, no âmbito da hospitalidade incondicional, com a estrutura messiânica da crença, não há uma hospitalidade do *por* dever, mas apenas “*em conformidade com o dever*”. Ao não prescrever qualquer regra precisa de comportamento, a hospitalidade incondicionada conduz-nos para novos conceitos e sentidos onde, parece-nos, poderemos incluir as ilhas enquanto espaços em que se espera, com eventuais frustrações derivadas de práticas contraditórias de hospitalidade condicionada, uma grande abertura ao que é diferente (das sociedades em que vivemos).

A partir destas considerações, Soile Veijola et al. (2014) chamam a atenção para o facto de, embora na hospitalidade absoluta o hospedeiro tudo disponibilizar no seu espaço próprio, apagando as marcas da sua posse, dando literalmente o espaço ao outro para bem receber o hóspede, na hospitalidade corrente impõem-se-lhe as regras e as expectativas de quem acolhe, fazendo-se cálculos de potenciais riscos, diferenças e normalidade. O desafio que colocam os autores é o de o turismo não valorizar apenas os clientes pelo que pagam, mas o de ser hospitaleiro também para os que são metafórica ou simbolicamente designados como “*untidy guests*”. Acontece que estes hóspedes “desalinhados” poderão introduzir desvios nos comportamentos socialmente aceites, contudo, serão também eles a induzir provavelmente mais animação quebrando a monotonia do que pura e simplesmente se repete. Ou seja, ainda segundo os mesmos autores, teremos de levar por diante uma hospitalidade que não acolha somente os que cabem dentro de uma visão circunscrita da alteridade, mas que também se abra ao desconhecido, àqueles que não são convidados mas que nos visitam muito

provavelmente desestabilizando a ordem em que vivemos.

Este será o cerne do “turismo disruptivo”, um turismo radicalmente alternativo que, escapando ao esquema estrito e tradicional do turismo e da hospitalidade em que tudo é preparado para ser visitável por quem chega, poderá esboçar outras maneiras de atuar, outras hospitalidades futuras que aprofundem a nossa relação com os outros, com os meios envolventes e com nós mesmos. Deste modo, defende-se que se privilegie a disrupção relativamente à sustentabilidade entendida como subproduto do neoliberalismo que estendeu o modelo de uma racionalidade do mercado ao conjunto da sociedade e aos comportamentos individuais, abrindo essa disruptividade caminho ao imprevisível e a uma imaginação ética e política que perspetive formas de ser alternativas.

Por outro lado, ocorre, entretanto, uma evolução dos mecanismos e natureza da hospitalidade pela qual esta se traduz cada vez mais pela sua reconfiguração sob a forma do contrato. Desta maneira, como já vimos, sobrepõe-se uma conceção mais instrumental, racional e utilitarista às práticas inspiradas sobretudo em modelos de solidariedade altruísta e desinteressada, isto sem prejuízo de se continuar a alegar esta valência como valor, nomeadamente em ofertas e práticas de turismo solidário. Conjugam-se assim numa síntese internamente contraditória atitudes de desconfiança relativamente à alteridade - de que o contrato é expressão como resposta securisante - e de devaneio utópico no que respeita, mais do que à aceitação dessa alteridade, à sua aparente promoção como testemunho da recuperação de uma fraternidade perdida em que a hospitalidade desempenha, por seu turno, o papel de uma reconfortante moldura utópica.

Se quisermos mobilizar aqui para a nossa reflexão o que poderá ser apelidado de bom senso ou de senso-comum, diríamos que, entre a hospitalidade inerente a um turismo disruptivo e uma hospitalidade do tipo contratual, haverá plataformas intermédias nas atitudes e estratégias de acolhimento e de visita que passarão pela aceitação e promoção recíproca de comportamentos tão

tolerantes quanto solidários e responsáveis. A aferição destes comportamentos, indefinível *a priori*, terá de ser encontrada numa regulação e equilíbrio entre a existência de normas a respeitar e a assunção de uma cultura partilhada assente na dialética entre a abertura à alteridade como perceção crítica da diversidade de vivências e de visões do mundo e uma consciência identitária humana e socialmente ponderada. É evidente que estes referenciais da hospitalidade, precisamente por causa das suas margens de subjetividade e relativa abstração, exigem a formação de uma cidadania que ultrapasse as fronteiras tradicionais da cidadania política e nacionalmente vinculada. Sendo a cidadania não apenas um direito universal, mas ela mesma universal pelas suas prerrogativas e implicações pessoais e sociais, vemos que a noção e a prática da hospitalidade se densificam e complexificam, colocando também novas exigências ao turismo como fenómeno antropológico e prática humana. A exigir assim uma tão difícil quanto incontornável formação do turista enquanto hóspede, dos hospedeiros enquanto atores do acolhimento e dos políticos e gestores da atividade turística enquanto decisores e protagonistas da sua organização, oferta e regulação.

Valerá a pena por isso mobilizar como um dos pilares dessa formação os contributos de John Dewey no âmbito da reflexão deste pensador sobre a relação entre a cidadania, a formação, a cultura e a filosofia política de modo a reforçarmos a importância que pressupõe e decorre uma conceção alargada e exigente da hospitalidade em turismo desde que não a olhemos segundo uma perspetiva meramente tecnocrática ou instrumental.

Com efeito, considera Dewey que a filosofia se deve assumir como um *cultural criticism*, isto é, como uma atividade empenhada na superação dos obstáculos que se colocam ao bem-estar das pessoas e das comunidades, prosseguindo com essa finalidade uma crítica das crenças, das representações, que se afiguram como dominantes da cultura. Deste modo, a filosofia deverá proporcionar, enquanto exercício crítico partilhado por todos, uma análise do presente em busca de oportunidades de ação coletiva e de desenvolvimento pessoal de cada um. Eis que, concebida a filosofia essencialmente como um

método de indagação e de intervenção política – ou de experiência inteligente -, ela coincide com a própria democracia, entendida esta sobretudo como um contínuo processo de democratização. Na verdade, para Dewey, toda a existência é um acontecimento, sendo a dimensão diacrônica - e não tanto a sincrônica – o traço que a caracteriza pois para ele o potencial coexiste sempre com o atual, dinamizando-o e desafiando assim toda e qualquer postura substancialista ou estática.

Na verdade, depois de Dewey – ou com Dewey - ser contemporâneo implica ser capaz de ter não somente acesso aos bens de uma dada época - incluindo-se aqui os conhecimentos e aquisições técnicas – mas possuir de igual modo uma consciência crítica dela mesma. Consciência que pressupõe deter uma capacidade de interpelação da conjuntura do tempo curto que se vive na sua conexão com os vetores estruturantes do tempo longo – passado e futuro – que, percorrendo e condicionando o presente, permitem melhor compreendê-lo, a par de também olhá-lo com a perplexidade que as suas contradições, antinomias e enigmas suscitam. Ou seja, ser contemporâneo significa ter acesso às benfeitorias disponíveis e também, com estas, ao labor de uma consciência individual e coletiva que formula interrogações. Interrogações que levam necessariamente a problematizações que constituem o cerne da “experiência reflexiva”, sendo que o pensamento é experiência e a experiência é educativa. Para tal, deverá abrir-se à perplexidade e à percepção das dificuldades geradas pela confusão do que, com os acontecimentos, nos pode surpreender e pelas conexões que, problematizando-se em busca de uma solução, se tentará estabelecer entre o conhecido e o desconhecido, mais por causa deste do que daquele...

Assim, é a filosofia política que deverá inspirar as concepções de educação na medida em que é à escola, como comunidade e como agente do progresso social, que compete formar o cidadão e este não poderá limitar o exercício da sua responsabilidade, decisiva para o sentido democrático das sociedades, ao ato de votar. É desde logo função da escola formar os indivíduos como pessoas

que, pela sua imaginação, liberdade e criatividade, sejam capazes de se relacionar com os outros e de interagir com o seu meio, ou seja, a escola favorecerá a diversidade dos indivíduos, proporcionando-lhes os meios necessários para que se fomente e se realize a cooperação entre eles. É que uma democracia não é, para o nosso filósofo, uma simples forma de governo. Ela é antes de tudo “um modo de vida partilhado de experiências comuns e comunicadas” (2011, p. 169). E, deste modo, a democracia é “um lugar-comum de vida” porque, mais do que um regime político, com toda a carga institucional que esta conceção acarreta e consequente perda de controlo pelos indivíduos dos seus modos de vida, ela é “um modo de vida pessoal” e, assim, uma “ideia moral” que, realizando-se, se torna um “facto moral”, (1983, p. 9).

Ora, a democracia como processo em contínua construção, não sendo outorgada por uma qualquer entidade abstrata, nem mesmo por um contrato que historicamente tenha dado origem ao Estado como forma de garantir a coesão e a solidariedade entre as pessoas, é obra da interação entre os indivíduos e a comunidade, dialética onde emerge e é imprescindível uma nova cidadania. Incumbe à educação e muito particularmente à escola formar os cidadãos da democracia.

Entendida deste modo a filosofia enquanto experiência inteligente inspiradora da educação que forma o cidadão como um indivíduo livre, imaginativo e criativo capaz de interação e partilha, facilmente podemos compreender que a educação será por esta via imprescindível para que um turista renovado possa efetivamente despontar desta nova prática cidadã.

Entretanto, em consonância com o quadro social subjacente a esta imagem dos seus protagonistas principais, o turismo solidário aparece atualmente como a expressão da incorporação da hospitalidade no cerne da atividade turística, transferindo-se para o visitante toda a responsabilidade dessa hospitalidade. Para isso e por isso, o turista é convidado a integrar-se em programas de ONG, pagando mesmo para ajudar as comunidades de acolhimento onde se vai

hospedar, recusando a indiferença e a procura do simples lazer, a par de privilegiar o bem-estar dos outros em vez do seu, ou, talvez melhor, encontrando o seu bem-estar no bem-estar dos outros... Philippe Bourdeau (2013) chega mesmo a falar de uma “hospitalidade reinventada” em que o turista altera a sua posição e o seu olhar, recusando no fundo o dilema presente nos binómios visitante-visitado ou cliente-prestador de serviços e procurando ser mais um convidado do que um simples consumidor.

Contudo, é uma insofismável realidade dos nossos dias que o turista, partindo ainda que maioritariamente de uma visão ideologicamente utópica das comunidades de acolhimento, sobretudo as mais longínquas por razões geográficas ou culturais, idealiza níveis e tipos de acolhimento que já não se praticam ou que, pura e simplesmente, nunca existiram:

(...) “o visitante, o turista neste caso, distanciado do seu *locus* original, espera encontrar no destino o acolhimento que lhe dê a segurança societária que de uma certa forma deixou para trás; em segundo lugar, porque a hospitalidade dá prazer a quem é hospedado; em terceiro lugar, porque, com frequência, o turista busca a hospitalidade que idealizou e de que não dispõe já na sua própria terra. Uma hospitalidade multidimensional que, mesmo quando planificada por uma racionalidade económica, tende a preencher défices suscitados quer pelas condicionantes das sociedades urbanas, quer pela visão utópica que sobre a hospitalidade é subjetivamente construída. É que, com a hospitalidade, ressurgem muitas vezes a nostalgia de uma comunidade perdida que se quer reencontrar. Uma comunidade assente numa solidariedade de pessoas coesas e solícitas, unidas pela partilha primordial do que, sendo comum, seria para o bem de todos.” (Dias de Carvalho, 2014, p.185)

Mas a referida civilidade, quando não corretamente assumida, inclusive mesmo que em nome do respeito pela diferença, pode traduzir-se por uma radicalização e homogeneização das diferenças que leve à sua real exclusão por efetiva incompreensão e marginalização. No que respeita às comunidades de acolhimento, acaba-se por se lhes impor a sua cristalização em nome do pretense respeito por uma identidade, à qual, entretanto, se retira – ou se pretende retirar - a dinâmica evolutiva que lhe seria própria. Por seu lado, as

populações dos destinos turísticos, com alguma frequência, tendem a olhar o turista pura e simplesmente como o “estrangeiro” que consome e tem hábitos e comportamentos fora do comum mas que se toleram, seja por reverência para com o poder que se associa às suas sociedades de origem, seja porque pura e simplesmente animam as atividades e serviços que se lhes oferecem. No primeiro caso, são flagrantes os exemplos extremos de contactos forjados com tribos primitivas do Amazonas ou com a realidade encenada da vida num deserto como o Saara ou, em versões mais atenuadas, a redução folclorizada dos costumes das gentes das terras visitadas, designadamente nas suas vertentes rurais e artesanais. Verdade será que a hospitalidade pode ser olhada em diversas circunstâncias como o resultado de uma ocultação da relação económica sob a capa da relação pessoal de acolhimento e, portanto, de partilha do que é próprio e privado. Daí a iminência de conflitos entre hospedeiros e hóspedes que podem ocorrer sempre que estes consideram que a linha da privacidade e da identidade está a ser ultrapassada sem vantagens compensadoras e aqueles sentem que o que lhes está a ser proporcionado fica abaixo das expectativas que contrataram.

No caso das ilhas, sintetiza Meistersheim (1993):

“Pour le continental, l’île signifie d’abord la mer. La mer à traverser pour découvrir l’île : on privilégie la mer qui est lien, liberté, aventure. La découverte de l’île, le voyage rêvé commence au port où l’on embarque pour l’île. La mer, pour le continental, est promesse de liberté. Après la rupture marine, ce qui s’impose, c’est le décalage de l’échelle, quand on aborde l’île. Et la découverte que la liberté rêvée rencontre quelques contraintes inconnues.

Pour les insulaires, l’île c’est d’abord la terre. Leur terre, qu’ils ont du mal à partager. Tant il est vrai qu’ils ont conscience de sa finitude et de sa fragilité mais aussi de sa richesse cachée : la terre de l’île est palimpseste et tombeau. L’histoire s’y est déposée comme un limon qui les nourrit sans qu’ils en aient tout à fait conscience. La mer, pour eux, c’est avant tout l’image de leur enfermement et de la menace qu’elle représente. De la mer viennent les envahisseurs. La mer les enferme sur l’île.” (pp. 504,505).

Nestas situações impera a autenticidade – ainda que com ambiguidade - como critério da oferta do produto turístico e a representação que dela se faz – subjetiva e derivada daquela ambiguidade - como critério da procura, da escolha e da experiência vivida por parte do turista, com todas as questões que aqui se colocam em termos do impacto pessoal e social da atividade turística e do seu modo de operar. A hospitalidade, nos seus sentidos recíprocos, fica então suspensa da vivência mais ou menos conseguida da autenticidade como critério de procura e razão da oferta, normalmente mediada pelo marketing dos operadores turísticos.

Capítulo VII. Autenticidade, fantasia e busca da felicidade

Acontece que assistimos contemporaneamente ao aumento de uma resistência, ainda que por vezes ilusória, aos programas turísticos estandardizados exatamente por estes retirarem ao visitante toda a possibilidade de exploração própria dos lugares, bem como do contacto com os seus habitantes. Recusa-se, inclusive, por vezes, a hegemonia do guia turístico que, na verdade, terá de se adaptar a estas novas atitudes abandonando as descrições compactas e as visitas estereotipadas em favor de um acompanhamento que responda às iniciativas assim como à diversidade e curiosidade espontânea dos turistas.

Acontece que a busca e eleição de destinos turísticos obedece muitas vezes a impulsos nostálgicos motivados por um imaginário sustentado por mitos de origem – por supostos paraísos perdidos - que, a partir dos constrangimentos do presente, são remetidos para um tempo passado enquanto tal inacessível mas que o turismo acaba por oferecer em locais periféricos que terão por isso mesmo permanecido inalterados e, mais ainda, puros. É precisamente deste fenómeno que Erik Cohen (2013, p. 11) nos dá conta ao escrever que o turismo “realiza a promessa contida num anseio por um passado que, tendo parecido inacessível, se cumpre com a viagem até destinos como as ilhas do Pacífico, o ‘Oriente’ ou as reservas de animais selvagens em África, onde os vestígios do passado podem ainda ser experienciados”. E conclui Cohen a este propósito, dando como exemplos o Hawaii, o Taiti e Bali: “the remoteness in time is transformed into the remoteness in space”.

7.1. Análise crítica do conceito de autenticidade

É aqui que surge o desejo de *autenticidade* enquanto mais-valia. Uma autenticidade que, porém, muitas vezes, é manipulada pelos próprios habitantes dos locais turísticos quando organizam, por exemplo, manifestações designadamente folclóricas que, pelo seu exotismo artificial, constituem acontecimentos montados à medida dos estereótipos dos hóspedes. O

“hedonismo imaginativo”, segundo a expressão de Campbell, entendido como um prazer imaginário, surge nestes contextos pois o turismo, como acentua John Urry em *O olhar do turista* (p. 30), “envolve necessariamente o devaneio e a expectativa de novas e diferentes experiências que divergem daquelas normalmente encontradas na vida quotidiana”, sendo que nelas se conjugam os impulsos humanos nesse sentido, espontâneos e culturalizados com os condicionamentos sociais impostos pelos *slogans* da publicidade e do marketing turísticos.

Elemento importante do impulso turístico é com certeza a busca da felicidade, idealizada muitas vezes como uma das mais-valias das comunidades que se visitam e onde se procura uma nostálgica e imprecisa autenticidade, aspetos tornados, por isso, quase imprescindíveis de um marketing turístico que vai responder de forma atraente, dando visibilidade e corpo a sentimentos latentes. Felicidade que Tasci e Ko (2016) definem, no quadro das suas dimensões sociais, psicológicas e emocionais e no fluxo de uma dada experiência que permite subalternizar o sentido do tempo e do espaço e esquecer as obrigações, as necessidades e as responsabilidades, como “uma componente do valor hedonístico de um objeto de que decorrem resultados sensoriais desejados no consumidor” (p. 163). A partir daqui estes autores, socorrendo-se de um assinalável leque de referências, destacam a relevância que a vertente emocional e impulsiva, por oposição às óticas mais racionalistas, assume na conceção pós-moderna do consumo. O consumo, de acordo com a proposta de Holbrook e Hirschman (apud. *idem*, p. 165), acaba mesmo por ser caracterizado como “a busca de fantasias, sentimentos e felicidade”.

Esta busca de fantasia corresponde curiosamente ao núcleo do que alguns autores como Knudsen, Rickly e Vidon (2016, p. 42) valorizam numa conceção psicanalista da autenticidade de inspiração lacaniana em que a mesma mantém uma relação dialética incontornável com a alienação. Daí concluírem, de um modo algo radicalizado, que permanecemos alienados sempre que viajamos. Sem prejuízo de aceitarem que as fantasias sobre a autenticidade (um autêntico

self, uma autêntica sociedade, um autêntico lugar) têm uma importante função nas sociedades capitalistas avançadas e pós-modernas, consideram estes autores que a fantasia é sempre necessária porque, no fundo, é interminável ou insuperável ao estruturar a nossa realidade, protegendo-nos, no fundo, da nossa dimensão natural enquanto sujeitos: “Dito de outra maneira, com vista a proteger-nos efetivamente do reconhecimento do Real, dependemos da fantasia da autenticidade como o mecanismo através do qual tentamos subverter ou obscurecer a nossa própria alienação”.

Sendo a autenticidade uma fantasia, contudo – acrescentam ainda Knudsen, Rickly e Vidon – “qualquer tentativa de realização de um *self* desalienado está sempre condenada à frustração, daí a emergência da ‘carência’ de Lacan ou do ‘sentimento de perda’ de Wang (1999)”.

No caso concreto do turismo, a busca de uma completude impossível leva-nos à tentativa de concretização de desejos pela fruição localizada da alteridade. A ideia de que “há algures e num certo tempo uma sociedade que não é alienada, que é autêntica, é uma fantasia” (*idem*, p. 40) mas, como vimos, uma fantasia necessária. Deste modo, em turismo, a autenticidade não é tanto o que nos falta, mas a autorrealização, em função da carência sentida, do que se faz existir noutros lugares e noutras culturas ou estilos de vida. Ora, é precisamente por isso que, ainda segundo os mesmos autores, “o marketing turístico responde diretamente à nossa alienação com fantasias de autenticidade” em que “os desejos que inspiram a fantasia de autenticidade nunca poderão ser saciados” (*idem*, p. 42), estimulando-se a sua procura incessante e promessa de realização. Todavia, enquanto fantasia que é, a autenticidade é algo que, sendo vago e inatingível, motiva a busca do que é “*extra-ordinário*”, nunca estando completamente integrada das nossas vidas. É desta maneira que a abordagem psicanalítica, ao valorizar a relação dialética entre a autenticidade e a alienação – diferentemente do marxismo -, ajuda a “compreender o sentido dos lugares que se visitam e a razão por que queremos deixar as nossas casas à procura de experiências” (*idem*, p. 35).

Esta perspectiva sobre o fenômeno da autenticidade, como aliás também a de inspiração existencialista, rejeita a concepção objetivista enquanto esta tende a colocar a tônica das suas análises, na vez das experiências dos turistas, mais nos destinos que o turismo – ou melhor, o anti-turismo - vai homogeneizando prometendo a realidade... Brown (2013) adota a leitura heideggeriana acerca da ansiedade humana para defender que o turismo tem uma função catalisadora da existência quotidiana e da sua inautenticidade imposta pelo conformismo que asfixia as possibilidades da vida autêntica.

A este propósito, escreve a autora que usa tanto a fenomenologia heideggeriana como o existencialismo sartreano para “iluminar a única e central função do turismo que é a de oferecer não uma possibilidade *ocasional* de vida verdadeira, mas antes um espaço reflexivo que leva à interioridade de cada um e ao exame das prioridades da vida, podendo ser um estímulo para a escolha de uma vida autêntica” (*op. cit.*, p. 179).

Na sequência desta lógica, Brown propõe uma aproximação entre a noção de *Spielraum* introduzida por Heidegger em *O Ser e o Tempo*, para significar a ideia de um espaço de bem-estar propenso à reflexão individual em rutura com a vida do dia-a-dia, e o turismo entendido como uma quebra na rotina que permite inclusive a ponderação sobre a existência. Brown encontra para as suas propostas um conjunto de referenciais em investigadores que antecedem o seu trabalho, entre eles Cohen (1979, p. 192) que reconhece que o “turista existencial” é aquele que acaba por viver em dois mundos, um, desprovido de sentido que é o do quotidiano em que vive um autêntico exílio, outro, o da viagem, onde consegue ser ele próprio. Porém, torna-se aqui importante, no quadro da leitura heideggeriana que se procura fazer do fenómeno turístico, distinguir o turista “autêntico” do “inautêntico”, ou seja, aquele que quer atingir a plenitude das suas possibilidades no contexto dos locais e tempos de que usufrui enquanto turista que habita longe da sua casa, daquele que, pelo contrário, anseia sempre por encontrar a segurança, exigindo da atividade turística a proteção relativamente ao que possa ser incerto ou arriscado (cf. Steiner e

Reisinger, 2006).

Assumida a autenticidade como um conceito-chave (cf. Nelson Graburn, 2009), constata-se que os agentes turísticos proporcionam a maioria das vezes uma “autenticidade encenada” (*staged authenticity*), conforme a expressão de MacCannell (1973), autenticidade esta que permite que o “cenário pareça um bastidor”, o qual, por sua vez, poderá fazer evoluir objetos, lugares, práticas e pessoas para uma nova autenticidade, construída intencionalmente, agora de perfil assumidamente turístico. Esta autenticidade segunda é suscetível de se tornar mesmo mais atraente para certos tipos de turistas em busca mais de diferenças que proporcionem diversão e distração do que propriamente do impacto da sua autenticidade original. Vale a pena recordar, a este propósito, as palavras originais do nosso autor:

“It is found that tourists try to enter back regions of the places they visit because these regions are associated with intimacy of relations and authenticity of experiences. It is also found that tourist settings are arranged to produce the impression that a back region has been entered even this is not de case. In tourist settings between the front and the back there is a series of special spaces designed to accommodate tourists and to support their beliefs in the authenticity of their experiences”. (p. 589)

Ora, a partir daqui a relação de hospitalidade transforma-se, deslocando-se da relação direta com as comunidades locais para contextos artificialmente criados, mas que se erigem em novas realidades. É o que acontece designadamente com destinos balneares como a República Dominicana em que, na vivência proporcionada pelas unidades turísticas, o colorido exótico encenado interage com o imaginário dos visitantes ao mesmo tempo que se subtrai às populações residentes e às suas povoações deixando-lhes diminutos e controlados contactos marginais. A aparente singularidade de cada um destes destinos acaba inclusive por se confundir com estereótipos mais ou menos repetidos, fazendo de cada praia uma projeção de um exotismo universal e abstrato.

Ram et al. (2016), mobilizando as sistematizações de Brown (2003), distinguem

três perspectivas no que respeita ao que é valorizado pelo turista nos seus destinos: a perspectiva ideográfica que realça as características físicas e culturais de um dado lugar, a perspectiva organizacional que acentua a competitividade entre os vários motivos de atração e a perspectiva cognitiva para a qual interessa sobretudo a percepção que os turistas têm acerca do que visitam. Consideram os autores que é precisamente a forma como os turistas concebem a autenticidade que é ignorada pelos agentes turísticos, sendo que aqui o debate se processa entre as correntes essencialistas e construtivistas, as quais defendem, respetivamente, que “a autenticidade reflete uma imagem verdadeira do passado” ou é o resultado do contexto contemporâneo. Distinguem ainda os autores entre a “autenticidade objetiva” que se baseia na genuinidade e originalidade de certos locais verificadas por especialistas, a “autenticidade simbólica” que é determinada pela subjetividade do turista, sendo por isso, contextual e negociável, e a “autenticidade como uma maneira de estar (*‘state of being’*)” em que se reconhece a existência de um balanceamento entre os dois termos de um ser humano, o racional e o emocional. Estas dimensões definirão a “autenticidade existencial” como uma experiência alternativa em turismo. Importa assim, ainda segundo os mesmos investigadores, valorizar a ligação emocional que se estabelece entre o visitante e o seu destino, a qual o faz sentir-se em casa e em que se destacam quatro componentes: a *identidade*, que “representa a identificação do turista com um certo lugar ou com o seu valor simbólico” (p. 111); a *dependência*, de natureza funcional, que “descreve quanto um determinado lugar vai ao encontro das necessidades do turista”; a *ligação afetiva*, que se reporta aos “sentimentos fortes sentidos pelo turista”; o *vínculo social*, que é constituído pelas relações sociais proporcionadas por um dado lugar (cf. p.111).

Se, conforme as propostas de Foucault, valorizarmos a importância nas sociedades contemporâneas da nossa relação com o espaço, não tanto como localização ou extensão mas antes enquanto conjugação de pontos ou elementos nas suas relações e dinâmicas de vizinhança de modo a que se alcance um determinado objetivo, acontece que, no quadro da organização

racional destas sociedades, a distribuição do referido tipo de lugares torna-os irreduzíveis e, portanto, não sobreponíveis uns relativamente aos outros. Porém, as heterotopias, ao serem lugares – simultaneamente representados, contestados e invertidos - fora de todos os lugares, sem prejuízo de serem localizáveis, constituem aqui uma exceção. Uma heterotopia, entendida como uma utopia realizada, representa uma dada ordem social mas torna-se ao mesmo tempo marginal ao inverter e contestar os valores dessa ordem que a acolhe. É assim um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real, isto por uma sobreposição – à partida objetivamente não sobreponível - ou imposição de relações subjetivas de relaxamento, diversão e prazer características do paradigma turístico sobre um paradigma outro, político, vivido quotidianamente pelos hóspedes fora da atividade turística.

Hecate Vergopoulos (2016) parte destes referenciais para, justamente a propósito das experiências turísticas e da busca de autenticidade que frequentemente as percorre e anima, nos trazer uma noção complementar da de heterotopia: a de “sentimento heterotópico”. Este sentimento, com contornos complexos e até ambíguos, ajuda-nos a compreender a polissemia e polivalência da autenticidade enquanto valor e motivação da própria percepção da experiência turística, inclusive quando esta é interpelada por uma vivência da experiência peculiar da viagem como aventura e descoberta que é contraditoriamente desejada e se opõe ao pitoresco turístico. Aquilo a que o nosso autor chama “efração turística”, entendida esta como disforia ou desmembramento do “contrato de encantamento” prometido através da autenticidade inerente à cultura turística, irrompe quando esta autenticidade é posta em causa designadamente pelo confronto com situações exteriores e imprevistas que escapam ao envolvimento por essa mesma cultura e prática. Pode configurar-se deste modo um novo olhar crítico e, com ele, uma “nova axiologia ética” em que tende a emergir a consciência da imposição de uma violência simbólica exercida pelo turista sobre a intimidade das comunidades de acolhimento. Mais evidente se torna este sentimento quando se descobre que a suposta relação simbólica de hospitalidade encobre uma relação que é matricialmente económica entre

vendedor e consumidor e em que o segundo compra, direta ou indiretamente, ao primeiro um bem que surge simultaneamente como um laço afetivo que se constrói na base de um aparente desinteresse material. Conclui Vergopoulos que “se o turismo é uma engenharia do encantamento, então este deve ser entendido como o fruto do laborioso trabalho de neutralização do paradigma político”.

7.2. O olhar do turista na relação com a promoção do turismo insular: encenação e mercantilização das culturas das sociedades de acolhimento

Com a noção de “olhar do turista” (*tourist gaze*), Urry (1996) introduz a ideia de que o turista é portador de um conjunto de expectativas acerca dos locais que visita, as quais condicionam fortemente a sua busca de experiências autênticas que, por sua vez, desencadeia, com frequência, nas comunidades de acolhimento, na mira de alcançarem assim recompensas financeiras, comportamentos consentâneos com os estereótipos dos visitantes. Como veremos mais adiante, estes preconceitos poderão mesmo ter um efeito corrosivo sobre as culturas que são visadas.

Nikolaus Stylos et al. (2016), defendendo a necessidade de se consagrar uma visão holística, definem a imagem de um destino turístico – amplamente explorada pelo marketing - como “um conjunto de impressões, ideias, expectativas e pensamentos emocionais que um indivíduo tem acerca de um lugar específico” (p. 41). Acabam por defender o papel mediador da imagem holística e a intenção do turista visitar um determinado destino turístico segundo quatro dimensões: a que se estabelece entre as imagens do destino e as intenções do turista, entre a imagem cognitiva e as intenções do turista, entre a imagem afetiva e as intenções do turista e ainda entre a imagem conativa e as intenções do turista.

Fica deste modo patente que existe uma relação intrínseca entre a busca da

autenticidade, nas suas dimensões objetivas e subjetivas, e o desejo de felicidade, a qual é sobremaneira valorizada designadamente quando o bem-estar de todos os intervenientes no fenómeno turístico constitui uma preocupação crescente, desde logo nas pequenas ilhas onde, precisamente dada a sua dimensão, não é possível ignorar o impacto do turismo. Assim, autores como Christine Vogt et al. (2016) chamam a atenção, num contexto de planificação colaborativa das atividades turísticas, para a importância do “bem-estar subjetivo” definido com base nos “sentimentos e pensamentos de uma pessoa sobre as circunstâncias da vida e como elas condicionam a sua vida”, ou seja, em vez de incluir em termos gerais o amor, o prazer e a qualidade de vida, reporta-se mais especificamente à avaliação que cada um faz acerca do que pode tornar a sua vida positiva, ao que cada um concebe como sendo uma vida boa e como pode contribuir para ela.

Todas estas achegas relativas à questão da autenticidade na atividade turística acabam por ter especial relevância para a compreensão da natureza do turismo insular na sua conexão com as estratégias publicitárias que são correntemente seguidas, justamente quando estas prometem a felicidade pela descoberta e vivência privilegiada da autenticidade.

A felicidade – ou noções quase sinónimas como as de bem-estar e de qualidade de vida - aparece de facto como uma das importantes qualidades da experiência turística e como parte fundamental da motivação dos turistas (cf. Sebastian Filep; Margaret Deery, 2010). Verifica-se aqui a existência de dois tipos de concepções: a hedonista e a eudemonista, conforme são valorizados sobretudo, respetivamente, os prazeres ou as virtudes aplicadas em certas atividades. No primeiro caso, prevalece, em termos de bem-estar subjetivo, a importância dada aos estados de espírito que despontam momentaneamente. No segundo caso, emerge, ainda segundo os mesmos autores, a ideia de “felicidade autêntica”, a exigir a plenitude do sentido das ações e a implicação em experiências, elas mesmas, plenas. Estas duas expressões da felicidade podem surgir numa ou mais das três fases do comportamento e da atitude do turista: antes, durante e

depois da viagem. No nosso estudo interessam sobretudo os modos como a injeção de felicidade é procurada e praticada no marketing turístico na primeira das referidas fases em que se procura despertar a adesão emocional, portanto mais hedonista, em relação ao produto turístico em causa, independentemente de se seguir ou não a segunda fase enunciada, sendo aqui as ilhas um bom terreno de estudo.

Tenhamos também presente que, como diz Denis Diderot (2013), nas nossas sociedades vivemos uma “obsessão da felicidade”, de tal modo que o “direito” à felicidade se transformou num “dever” e até num “fardo”. E o turismo, acrescentamos nós, surge como uma das componentes quase obrigatórias da busca da felicidade. Acontece que a “busca de uma felicidade demasiado perfeita pode produzir o resultado inverso” (*idem*, p. 124). Na verdade, de alguma forma, até a felicidade passou a ser procurada por impulsos consumistas e individualistas. Daí a força dos desejos pulsionais e egocêntricos que redundam num “nihilismo passivo” (cf. Baruch Spinoza, 2013). Ainda que atualmente surjam movimentos alternativos nomeadamente em torno da solidariedade e da ecologia que representam o despertar de um iniludível questionamento social e uma exigência de novos rumos para a vida pessoal, a verdade é que aquele nihilismo persiste e, com ele, um narcisismo que sobrepõe a felicidade individual ao bem-estar coletivo.

Em sociedades laicizadas como as nossas, uma vez perdido o Éden, busca-se a felicidade em paraísos terrenos. Jean Delumeau (1997, p.7) realça bem este aspeto, ainda que a propósito das doutrinas milenaristas, quando se propõe compreender “como se passou da nostalgia do jardim do Éden à esperança de um paraíso terrestre e como se laicizou esta esperança para dar corpo à noção de progresso”, dando como adquirido que “todas as pretensas ‘restaurações’, os ‘paraísos encontrados’, são ‘paraísos perdidos’ “, sempre marcados pela irracionalidade e pela utopia.

No turismo insular muito em particular esta realidade tende a ser dominante. Daí

o marketing do turismo insular mobilizar com especial intensidade, no que a este aspeto diz respeito, o carácter singular das ilhas enquanto detentoras de um importante potencial para a construção e fruição de itinerários originais e personalizados em que a autenticidade se alia ao exotismo e ao pitoresco enquanto ingredientes de um mundo ao mesmo tempo paradisíaco e terreno. Bénédicte Auvray (cf. 2012, pp. 87, 89) destaca esta radicação do exotismo na representação que o senso-comum tem das ilhas ao realçar que, nos discursos correntes, a ilha é tropical e a tropicalidade é insular, de tal modo que dizer que uma ilha é tropical quase se tornou um pleonasma, pese embora a circunstância de muitas ilhas não serem de facto tropicais. O mesmo acontecerá com uma qualquer praia bordejada de coqueiros que de imediato se dirá, como elogio, assemelhar-se a uma ilha tropical. Entretanto, a publicidade de produtos para o corpo que, através de imagens estereotipadas, associam a insularidade à tropicalidade parece aproveitar e reforçar esta motivação na procura destes destinos turísticos.

É assim que, no processo de procura do destino e de experiência da vivência mediado pela publicidade, se afirma com clareza a dialética entre a egoidade narcísica do turista e a alteridade do destino convertido em produto turístico. Os guias turísticos, procurando indicar percursos criativos que conduzirão à descoberta, bem como os relatos de viagem, partilhando as experiências de quem, tendo já descoberto a autenticidade de um determinado local, convida implicitamente os leitores, pelas palavras e pelas imagens, a descobri-lo também, vão no mesmo sentido. Atualmente, estes recursos tendem muitas vezes a fazer uma simbiose entre as ideias de turismo e de viagem, proporcionando, também frequentemente, a possibilidade de aventuras controladas em que o turista, gozando da segurança e previsibilidade que no fundo ambiciona, se empolga igualmente com a oferta de riscos programados e doseados. Este turista alimenta assim as representações próprias das incursões em espaços e culturas que despertam sentimentos híbridos de receio diante do insólito, de expectativa perante o inesperado e de uma gratificação emocional que decorre do desvendamento – ainda que nunca completo – do mistério que

a alteridade sempre contém.

De uma forma ou de outra, o marketing turístico, sem nunca deixar de fomentar a atração pelos produtos que apresenta, quando assim procede, procura sugerir uma imagem através da qual, favorecendo a evasão, a aventura e a criatividade, contraria, pelo menos aparentemente, o consumismo prevalecente que um número significativo de pessoas repudia nas várias frentes do seu quotidiano curiosamente pela proposta de descoberta do outro que esse mesmo marketing sugere.

Esta tendência é de tal maneira forte que emerge inclusive na promoção de destinos alternativos dentro das próprias cidades de onde partirão, ou pensam partir, muitos dos turistas que visitam, ou pensam visitar, as ilhas e outros destinos que, pelas suas características em termos de afastamento e dimensão, se podem aproximar dos que são classicamente considerados territórios insulares pela sua natureza geográfica. Referimo-nos muito concretamente aos guias de itinerários inexplorados de megacidades como Nova Iorque, Paris ou Tóquio que descrevem e convidam a visitar não os locais e monumentos icónicos para onde vão todos os anos milhões de visitantes, mas antes territórios e percursos ignorados pela maioria e que assim se conservam na sua originalidade e singularidade – na sua autenticidade – e até mistério que, enquanto testemunhos e promessas de alteridade, são oferecidos à descoberta de novos turistas. Pascal Argod (2016) sintetiza este fenómeno do modo seguinte: “A experiência turística nos guias como nos cadernos de viagem revela três modalidades de construção do território turístico: ‘valorizar a subjetividade dos autores e a dos turistas propondo-lhes participar na mediação, e a ideia de experiência pensada como momento extra-ordinário para viver e contar.’” (cf. Vergopoulos, 2012)

Acontece, porém, que esta ideia de descoberta do outro na sua autenticidade pressupõe, pelo menos aparentemente, o princípio do respeito pela diferença de valores, modos de vida e concepções do mundo. É assim que a empatia aparece

como emergência da uma relação humana apoiada no referencial antropológico de aceitação da diversidade que confere ao turismo o reconhecimento de ser, ou poder ser, uma atividade ao serviço da paz. Paz para a qual o turismo contribuirá pelo conhecimento e encontro de sociedades e pessoas que dele deverá ou poderá decorrer. Mas, na verdade, só há empatia, como nos diz Hazel Tucker (2016, p. 32), quando há capacidade para ‘nos pormos nos sapatos do outro’ com vista a compreender as suas experiências”. Exigência que implica, por sua vez, a noção de proximidade. Importa, porém, ter em conta que a empatia enquanto “encontro moral” com a autenticidade do outro pode tornar-se um instrumento ao serviço do poder desde que não se aceite justamente a interpelação do outro, ao qual, tornado objeto da relação empática, ou de compaixão, não se reconhece implicitamente a possibilidade de questionar a intencionalidade da proximidade que lhe é oferecida. É que, sem a observância destas reservas, a relação empática pode tornar-se um veículo subtil de domínio, inclusive nas situações de interculturalidade que o turismo suscita, tal como o denunciam as críticas ao pós-colonialismo, ao racismo e mesmo os movimentos feministas.

Todas estas correntes levantam sérias dúvidas no que respeita à reivindicada identificação com o outro que as atitudes empáticas sugerem alcançar quando, na realidade, estarão frequentemente a promover e a caucionar comportamentos de apropriação das outras subjetividades, negando-lhes a abertura a uma alteridade que lhes possa escapar. Citando Fuss (1995, p. 142), conclui Tucker (*idem*, p. 38) que “a ideia central de que cada um pode ‘conhecer o outro’ por uma identificação empática está em si mesma baseada na dominação e na negação da infinita alteridade, como é muitas vezes o caso no discurso colonial”.

Tudo isto implica que se reconheça que a nossa experiência não coincide com a experiência do outro, que a empatia não se pode converter em pretexto ou recurso para uma imposição de carácter hierárquico pelo ressurgimento de uma autoridade que, sendo historicamente passada, se revive, não do ponto de vista de quem sofreu, mas de quem usufruiu do sofrimento dos que foram subjugados.

Enfim, a empatia - seguindo os princípios de uma ética pós-colonial - só será legítima se contribuir para superar os erros do passado. Por exemplo, o turismo solidário, o turismo negro e mesmo algumas formas do turismo cultural correm sempre o risco de distorcerem o sentido humanista da empatia. Deste modo, nomeadamente nos museus dos campos de concentração, nos campos de algodão do sul dos Estados Unidos, nos portos africanos da escravatura e, designadamente, nas pequenas ilhas em que alegadamente se promete e se buscam comunidades tão puras quanto primitivas, a felicidade proporcionada e vivida pelos turistas assenta muitas vezes na continuidade da subalternidade, até da infelicidade dessas comunidades, pelo menos em relação ao tipo de felicidade que os turistas experimentam ...

O conceito de *staged authenticity* de MacCannell (*op. cit.*) afigura-se aqui como um interessante instrumento de análise ao centrar a nossa atenção de forma crítica nos fenómenos de encenação das culturas locais com vista a satisfazer a busca e o desejo de autenticidade próprios dos turistas, normalmente em torno de uma pretensa naturalidade e humanidade daquelas. Acontece que nem todos os tipos de turismo implicam esta encenação, assim como nem sempre as populações que recebem os turistas são alienadas pelas expressões culturais que lhes são proporcionadas. Importa reter, aliás, que é muitas vezes possível separar-se os programas culturais específicos para os turistas dos rituais e outras práticas que fazem parte do quotidiano das populações em que os primeiros se inspiram.

Por outro lado, a encenação cultural não é apanágio exclusivo da atividade turística, ocorrendo igualmente em manifestações como as comemorações e outros atos de engrandecimento e emulação próprios das dinâmicas internas das várias culturas.

MacCannell destaca também a dificuldade em os turistas alcançarem uma autenticidade objetiva das culturas com que se confrontam, entre várias razões, porque não chegam a participar das mesmas, desde logo por entraves na

comunicação linguística, por serem à partida portadores de esquemas de interpretação do que vão ver e até porque a própria indústria turística, entretanto, introduz mudanças nas rotinas locais. Em paralelo, MacCannell realça que, finalmente, o turista, perdido na instabilidade e carácter vertiginoso do seu quotidiano, busca nos outros a sua própria autenticidade e sentido, ao mesmo tempo que teremos de admitir a existência, neste contexto, de uma “autenticidade” própria do turista que não coincide necessariamente com a autenticidade histórica ou do conjunto da sociedade em causa. Para o nosso autor, o turismo deve mesmo ser visto como uma forma, entre outras, de encontro da diversidade de culturas bem como de gerir essa diversidade e de desenvolver novas formas de solidariedade.

De toda a maneira, MacCannell e o seu conceito de *staged authenticity* tornaram-se referenciais incontornáveis para a análise da problemática da autenticidade em turismo. Para este autor, numa síntese entre autenticidade e alienação, o turista concebe e aceita o outro enquanto detentor de referenciais e quadros mentais próprios, mas também enquanto vê a relação com a alteridade no quadro de uma “utopia da diferença” em que ele se assume como o herdeiro da subjetividade ocidental e, assim, como aquele que olha essa alteridade de um ponto de vista imbuído de uma centralidade etnocêntrica. Um facto será que o turista, buscando um dado sentido para as diferenças com que se depara, gera sempre um certo tipo de autenticidade, ainda que seja a gerada pela sua própria representação do que é autêntico.

Aspeto importante a considerar sempre neste debate é o da relação entre encenação e mercantilização das culturas das comunidades de acolhimento na medida em que estas, no seu suposto primitivismo, tendem a surgir, aos olhos dos turistas, como alternativas à inautenticidade das suas próprias culturas de origem. Aquele suposto primitivismo, enquanto traço de identificação das vidas dos povos, acaba por constituir a razão e o suporte de uma alteridade radical frequentemente identificada com o exotismo, como acontece nomeadamente com as culturas dos povos insulares. Daí que os indícios de modernização sejam

invariavelmente olhados como indicadores de uma adulteração da requerida autenticidade e genuinidade das populações “primitivas” que recebem os turistas, atendendo a que essa autenticidade e essa genuinidade se traduzem num valor de mercado que, portanto, as mercantiliza. Um tal valor substitui-se, pois, às avaliações de natureza ética, impondo-se mesmo, por vezes, às comunidades de receção que, para além de orgulhosas por um prestígio aparentemente reconhecido, nisso veem também vantagens em termos de melhoria das condições de vida. Proporcionar-se-á até, deste modo, a preservação de costumes e tradições (Cole, 2007). Relevante é a circunstância desta mercantilização poder também ser vista, ao invés, como implicando um atentado precisamente contra a autenticidade ao passar por um esforço das populações locais para corresponderem às expectativas dos turistas (Steiner e Reisinger, *op. cit.*). Considere-se finalmente que se pode também vislumbrar a criação de uma nova cultura moldada segundo os parâmetros valorizados pela cultura ocidental e sobre as alterações das estruturas tradicionais por efeito precisamente da sua mercantilização (George e Reid, 2005).

Acontece que a autenticidade encenada chega igualmente algumas vezes a emergir como a frente de uma atitude de resistência mais ou menos consciente que, por se aperceber da superficialidade dos desvios de interpretação protagonizados pelos turistas relativamente ao que será ou não autêntico, protege a retaguarda das formas de vida que escapam às investidas imbuídas de superficialidade dos visitantes. Mas quando os turistas procuram penetrar nessa retaguarda, a verdade é que, desta maneira, acabam por destruir o que restava de uma cultura tradicional que se preservava... (Olsen, 2002).

Esta problemática da autenticidade pode ser levantada com clareza, a título de exemplo, num dos *sítes* de divulgação do potencial turístico da Nova Zelândia de que se transcreve um extrato:

“Māori are the tangata whenua, the indigenous people, of New Zealand. They came here more than 1000 years ago from their mythical Polynesian

homeland of Hawaiki. Today Māori make up 14% of our population and their history, language and traditions are central to New Zealand's identity.

As a visitor to New Zealand, you can experience Māori culture by visiting a marae with an organised tour, watching a carving or weaving demonstration or learning about fascinating myths and legends from passionate Māori guides.

Experience Māori traditions in action

The best place to observe Māori culture is on a marae (tribal meeting grounds). In Northland, Auckland, Rotorua and Canterbury, organised tours provide a traditional Māori welcome onto a marae, where you'll hear Māori speeches and singing, see carved meeting houses, meet the local people (you'll greet them with the traditional pressing of noses) and enjoy a hāngi feast cooked in earth ovens. You need to be part of a tour to visit a Marae.”

(in North Island | New Zealand: www.newzealand.com)

Com efeito, pela leitura destas passagens, facilmente nos apercebemos da exaltação que as mesmas fazem da ancestralidade e excecionalidade do povo maori. A partir daqui, propõe-se a possibilidade de visitas organizadas para apreciar os encantos dos seus costumes, visitas essas que transportarão os turistas para um universo que, na singularidade da sua vida presente, oferecerá, com tranquilidade, o recuo até um passado mítico e fantástico explicado por guias locais da etnia do próprio povo maori.

Podemos também facilmente perceber que as manifestações culturais a observar serão especialmente preparadas – pelo menos, quanto à sua duração e espetacularidade - para os visitantes que, na sua maioria, as apreciarão seguramente como autênticas, mesmo sabendo que assim aconteceu. E os

maori, na medida em que se implicam, têm igualmente noção, entre a condição de guias ou de protagonistas das referidas manifestações, de que estão a representar para um certo público. Trata-se, na verdade, de autenticidades subjetivas e relativas aos novos contextos em que são desenvolvidas e aí, finalmente, de uma certa maneira re-objetivadas. Ficarà sempre a dúvida, contudo, se estas simulações, de algum modo folclorizadas, não farão degenerar – ou atualizar? - uma autenticidade, historicamente herdada, dos hábitos e rituais do quotidiano.

Por último e recorrendo de novo aos contributos críticos de E. Cohen (cf. 2013), é possível ainda constatar que, no contexto das atitudes pós-modernas dos turistas, se pode usufruir de uma peça de arte ou de uma dança etnicamente vinculada sem por isso se colocar a questão das suas origens e da sua autenticidade. A fruição, por exemplo, de parques temáticos como a Disney, deixa de implicar a nostalgia por um qualquer passado longínquo, assumindo-se em pleno o seu carácter lúdico e fantasioso como artificial.

Parte III. Utopia, heterotopia e turismo insular

Capítulo VIII. Da utopia à heterotopia como referenciais filosóficos

A utopia é encarada pelo senso comum ora como um pesadelo, ora como um sonho. No primeiro caso, ela é apontada como sendo responsável pela legitimação do dogmatismo e da violência: dogmatismo por estreitamento da pluralidade; violência por imposição de finalidades previamente delineadas por alguns aos processos históricos e às sociedades no seu todo. No segundo caso, a utopia apresenta-se como polarizadora de alternativas que, embora inalcançáveis, alimentam, pelo exercício da imaginação, uma ânsia de libertação e de devaneio sedutora para os espíritos que, sentindo-se agrilhoados pelas condicionantes da vida social, política e cultural que os tornam pragmaticamente impotentes, aspiram à consumação de outros quadros de vida referenciados a outros valores.

Tanto num caso como no outro, reconhece-se à utopia um grande poder de atração, poder esse capaz de, respetivamente, em primeira ou em última instância, influenciar os comportamentos e as organizações. Claro que segundo escalas diferentes que vão desde o reconhecimento de uma hegemonia sufocante até a uma subtil e compensatória evasão.

8.1. Das ilhas à utopia como conceito

A verdade é que a utopia sofre hoje em dia um notório desgaste também por, em nome de um certo pragmatismo, se defender que importa realisticamente lidar com um campo restrito de possíveis, evitando-se a dispersão e o devaneio por mundos ideais que impedem a perceção do mundo concreto. Tolera-se por vezes, quando muito, a expressão literária da utopia enquanto universo assumido da ficção. Entretanto, a concetualização da ideia de “heterotopia”, ou de utopia prática, por Michel Foucault surge como a defesa da importância da

abertura de espaços críticos alternativos não apenas teóricos, mas também socialmente ativos na sua relativa marginalidade.

Acontece que a ideia de uma comunidade ideal, expurgada dos vícios do presente bem como dotada de usos mais consentâneos com valores reivindicados e, portanto, em tudo superior, percorre sempre as concepções de utopia. É aliás por isso que, embora surgindo como portadoras de desafios radicais, emprestam invariavelmente àqueles que as concebem uma reconfortante segurança: o futuro assim imaginado deixa de oferecer os riscos da imprevisibilidade, sendo mesmo estes vazios preenchidos dentro de uma lógica em que o futuro, afirmado como alternativa do presente, referindo-se-lhe, todavia, pela negativa, não surge na continuidade deste, sem prejuízo de a ele estar indexado.

Utilizando a reflexão de Lévinas, diríamos que se está aqui dentro de uma *temporalidade sincrónica* que lida com um tempo futurível e representável, o qual, deste modo, escapa precisamente à incomensurabilidade do tempo e a tudo quanto este tem de enigmático, de an-árquico e de radical alteridade.

Aliás, a *Utopia* de Moro, enquanto crítica à sociedade inglesa da época, comunga no essencial destas características, sem prejuízo de abrir portas para a sua superação. Mas, na sua base, o utopismo de Moro restringe-se a uma identificação do sentido utópico com o próprio sentido da vida dos utopianos, os quais, embora usufruindo da qualidade de habitantes de uma comunidade (utopiana), não são por isso, a nosso ver, propriamente utópicos, mas antes e somente obedientes cumpridores de normas que, inspiradas por Utopos, o “grande legislador”, foram igualmente, na realidade, tecidas e nele insufladas pelo Moro narrador.

É assim identificada uma dupla tutela axiológica: por via da narrativa ficcionada e pela do seu autor. Por causa deste sentido hegemónico da utopia de Moro bem como de todas as outras utopias, nomeadamente as de Morelly, Bacon, Wells,

Orwell e Cabet, Gilles Lapouge (2006, p. 499) classifica-as de “tirantias profiláticas”. Faz, a um tal propósito, uma aproximação crítica ao que se passou historicamente com os piratas que, segundo ele, mais lúcidos, fazendo a ponte entre duas entidades, puseram um pé no Éden (as ilhas) onde viviam os prazeres da liberdade e da natureza e o outro pé na História (ou seja, nos galeões que eram por eles assaltados) para logo depois voltarem às ilhas de onde não mais saíam a título definitivo e usufruíam valores e bens arrebatados.

As regras hercúleas das utopias que servem de referenciais à história destas no contexto da história das ideias, pretensamente expressão de uma harmonia idílica e autónoma, limitam-se, afinal a reproduzir *a contrario*, é bom não o esquecer, o esquema sócio-político dominante do qual partem. No essencial, permanece, pois, o paradigma social de referência. Ou seja, o *algures* radical - e até o *nenhures* - da utopia de Moro – e, por extensão, das outras que seguiram o seu modelo - define-se em função e por remissão ao aqui e agora, no âmbito do movimento da história e por referência, ainda que negativa, ao ser. Eis três aspetos fundamentais que, no fundo, fazem com que as utopias tecidas dentro deste quadro acabem por nos ser próximas em termos de espaço, de tempo e de identidade. Compreende-se, nestas circunstâncias, que o sentimento de rutura de sentido, mas, apesar de tudo, com um sentido compaginável, proporcione um enorme poder de mobilização com incidências na própria prática. É, com efeito, facilmente inteligível e aplicável na medida em que o *dever-ser* que constitui a sua mensagem emerge imerso dentro do próprio *ser* que aquele desafia.

A visão utópica das ilhas tem uma matriz no *Timeu* e no *Crítias* de Platão com o mito ou lenda da Atlântida, uma ilha em que, com grande prosperidade, poder e desenvolvimento, teria vivido a descendência de Posídon e Clíto até à sua imersão repentina algures no tempo e no espaço. Enquanto uns afirmam pura e simplesmente a sua inexistência histórica, outros identificam-na por referência a cataclismos naturais e bélicos de facto ocorridos. A sua localização, em Platão vagamente para lá das colunas de Hércules, estende-se por diversos lugares

pretensamente possíveis, desde as Caraíbas ou a Antártida até aos Açores, onde ela estaria submersa. A *Nova Atlântida* de Francis Bacon retoma no séc. XVII, mas em que agora a ilha – denominada Bensalém - abriga uma sociedade governada por sábios onde a ciência e a técnica são cultivadas inspirando a organização harmónica de uma sociedade igualitária, mas guardando os segredos do conhecimento dado o poder que este confere.

Coloca-se sempre nestas obras a questão da legitimidade com que os seus autores, ainda que com base em fundamentos diferentes, nos apresentam modelos de organização social que consideram ideais. O recurso à metáfora das ilhas serve, entretanto, para viabilizar a sua excecionalidade e a sua inacessibilidade pelo comum dos mortais como se de paraísos se tratassem.

No caso da *Utopia* de Tomás Moro, a dialética discursiva que dissocia por um artifício literário o Moro personagem ao Moro narrador induz-nos a esquecer a cumplicidade axiológica existente, sendo o leitor induzido a escamotear que o seu lado não é o mesmo de Moro, mesmo quando ele aparentemente se coloca na posição de espectador descomprometido, interpelante e tão surpreendido quanto espera que fique o leitor com a história contada como real e efetivamente testemunhada.

Acontece de alguma maneira aqui o mesmo que em termos pictóricos ocorreu com Velasquez e o quadro *Las Meninas* quando o pintor nos dá aí acesso ao lugar de onde ele próprio teria observado a cena e onde estaria, inclusive, o soberano. Tudo isto por obra de um gesto – entretanto omitido - com o qual, através da destreza dos traços e da imaginação, ele, o pintor, se deixa aparentemente surpreender por aqueles que supostamente estão no seu exterior e que, em última instância, somos unicamente nós, os espectadores de momento, e mais ninguém, tal como quando ele estaria a pintar, precisamente a partir do exterior da tela, o seu interior.

Esta interpretação, admiravelmente desenvolvida por Foucault em *Les Mots et*

les Choses, permite-nos melhor entender a estratégia da escrita da *Utopia*: a razão da *Utopia* é o modelo de Moro e que ele declara, no final, desejar ver estabelecido nos países da sua época, ocultando, com um artifício literário, que assim procedendo, arroga para ele e para ninguém mais do que ele, o direito de ser o idealizador, o legislador e potencialmente aquele que trasladaria a Utopia para a Inglaterra e para os nossos países. A utopia da *Utopia* não é mais, nestas circunstâncias, uma utopia, paradoxo que decorre da própria lógica daquele que criou o termo, mas não, talvez, o conceito...

Contudo, foi esta noção que fez carreira e levou, por exemplo, K. Popper (1970), revoltado contra os horrores do nazismo e do estalinismo, a desferir rudes golpes críticos contra a utopia ao considerar que esta, a partir da sua pretensa coerência racional, constrói um intransigente dogmatismo normativo. H. Arendt (2000), por seu turno, vê na utopia uma ameaça ao pluralismo de opiniões que, à partida, caracterizaria o senso comum.

Na verdade, na utopia não pode haver nem autores, nem atores de uma história, seja ela qual for, mas apenas personagens conceituais, ou seja, entidades que, desafiando o espaço e o tempo quotidianos, forjem incessantemente formulações e reformulações dos conceitos sem saírem da dinâmica do plano destes.... Perspetiva bem diferente da de E. Bloch (1976) que louvava naquelas que apelidava – por contraste com as *utopias abstratas* - de *utopias concretas* exatamente a sua possibilidade de realização.

Por sua vez, Deleuze, em *Qu'est-ce que la Philosophie?* não hesita em criticar a imersão das utopias na história, imersão essa efetuada em nome da sua realização, para, a partir daí, salientar a importância filosófica do registo do *devenir*. Para ele, de facto, a utopia não é um bom conceito justamente por, inclusive quando se opõe aos acontecimentos e às estruturas da história, inscrever-se nela como um ideal ou até mesmo como uma motivação. Por contraste, o *devenir*, na sua pureza, ainda que nascendo e caindo na história, nunca se reduz a ela porque nela não se pretende realizar, percorrendo em alternativa o

acontecimento enquanto este – como conceito que usufrui de uma consistência própria e de auto-posição - significa criação e resistência. Revolução.

A este propósito, diz-nos Ruth Levitas (1990, p. 193): “Quando não há esperança de realizar uma utopia, somos impelidos pelo que é possível imaginar, não pelo que é possível imaginar como possível!”. Ora, em nossa opinião, é justamente aqui que reside o cerne da radical alternativa da utopia. Porquê? Porque se a utopia não se desprender efetivamente dos contornos ideológicos que fazem com que ela se limite a ser, de uma forma dissimulada, uma instância legitimadora do futuro-presente, limitar-se-á a alongar assim nada mais nada menos do que o papel que tradicionalmente exerciam as ideologias em relação ao passado-presente.

A utopia terá, então, de assumir, como nos diz Maler (1997), que “o ideal não se pode reduzir à sua idealização”, tendo por isso e para isso de comportar um *excedente utópico*, o qual emerge simultaneamente enquanto “ideal regulador da crítica” e como “crítica na elaboração de ideais”. Acrescentaríamos que melhor será dizer que a idealização não se reduz a um ideal. A idealização, na qualidade de função utópica, sobrepor-se-á, deste modo, aos ideais evitando a cristalização destes e o esgotamento daquela na tranquilidade de uma harmonia racional ou no cenário da sua realização, da sua consumação, no decurso da história. Fica salvaguardada a contingencialidade dos atos autenticamente criadores bem como a novidade da evolução, sem as quais se esgotaria o devir do sentido e, desta maneira, a própria originalidade do humano.

O fascínio pelas ilhas, muito em especial, vive da sua vinculação ao paradigma utópico que à partida o padroniza segundo um certo número de imagens e representações alternativas, entre as quais a ideia do paraíso, mas igualmente pela diversidade de características que predominantemente identificam essa ideia como o seu naturalismo, a liberdade de costumes, a solidão, o clima, etc. Deste modo, a potencialidade da idealização das utopias insulares tende a exceder os ideais singulares que são formulados e descritos a propósito de cada

uma das ilhas. Quando tal não acontece, designadamente nos materiais de divulgação do marketing turístico, ocorre um concomitante esgotamento da sua atratividade.

Por outro lado, entre a utopia e a ação surge frequentemente um desencontro na medida em que a primeira pode ser olhada como responsável pela desatenção à premência dos problemas da realidade histórica e quotidiana enquanto a segunda, desde que radicalizada a sua urgência, bloqueia a emergência de alternativas, impondo o monolitismo e o determinismo. Mais ainda, parece ser próprio do homem, para além dos limiares do racional, a busca do impossível que chega a aproximar a utopia mais do mito do que da ideia pura. Partindo da “teoria positiva das utopias” de Comte, Frédéric Dupin (2015, p. 9) conclui que “nenhuma política, por muito racional que seja, não pode furtar-se a dar uma imagem concreta do porvir: um porto a atingir ou uma ilha a encontrar”. À filosofia competirá então velar por uma boa organização das utopias implicando-se na análise e clarificação das ideias que a compõem.

8.2. Itinerância antropológica e as ilhas como imaginário utópico

A itinerância antropológica e o nomadismo concetual fazem do seu encontro a condição da liberdade humana de que a *utopia filosófica*, demarcando-se da *utopia ideológica*, se torna expressão e mola.

Numa época como a nossa em que tanto se apregoa a acuidade das utopias como a sua pura e simples falência, é decisivo, segundo o nosso ponto de vista, que se acolham estas distinções e estas precisões. Sob pena de se laborar sobre equívocos e omissões que redundam ora na esterilidade de debates desfocados, ora no desperdício de instrumentos de emancipação.

O desfasamento entre utopia e ação é responsável, por exemplo, pela promoção de ideais insulares que, suscetíveis de vir a desencadear ilusões, poderão também motivar comportamentos desrespeitosos ou pura e simplesmente

desenquadrados das realidades locais. Trata-se de um fenómeno documentado relativamente a ilhas polinésias, o qual pode também traduzir-se pela quase completa deslocalização dos empreendimentos turísticos no que se reporta às comunidades locais, nomeadamente pela criação de enclaves turísticos, os quais procuram, de uma maneira artificial, proporcionar ao turista a “realidade” que lhe foi vendida e que, na verdade, ele muitas vezes procurava. O ilhéu Bombom no arquipélago de São Tomé e Príncipe é disso um bom exemplo, como o são, de uma maneira geral, as plataformas de bungalows nas ilhas do Pacífico e noutras paragens.

Bénédicte Auvray (cf. 2012) desenvolveu a este propósito um interessante estudo colocando a questão da relação do indivíduo com o espaço, entre o desejo de ilha, o desejo de margem e o desejo de confins no âmbito da própria insularidade já entendida como um nível de vida num enclave. A partir daqui os enclaves turísticos aparecem como uma síntese que procura resolver a tensão entre alteridade e familiaridade, nomeadamente junto dos turistas europeus, americanos e japoneses, os quais buscam um exotismo que, fruto de uma certa produção iconográfica, literária e artística, bem como de mitos, tem um perfil comum a todos. Porém, conforme os destinos insulares, estes enclaves podem desempenhar papéis adicionais como, no caso das Maldivas, garantir a separação das populações autóctones pela forte diferença dos seus valores políticos e morais relativamente aos que são expressados pelos comportamentos dos turistas, ou, como no caso da República Dominicana, por simples razões de segurança dado o choque entre os níveis de vida dos turistas e o das populações locais. Entretanto, estes enclaves proporcionam ao turista uma “alteridade interna” fortemente marcada pelos “códigos do exotismo da ilha tropical” que corresponde aos seus desejos.

Conclui Auvray (*idem*, p. 3): “Da mesma maneira que os destinos tropicais são apresentados pelo prisma de uma suposta quintessência e tipicidade tropical, as ilhas e arquipélagos voltados para o turismo são valorizados pela sua ileidade, o seu grau de conformidade com a imagem da ilha ideal”. Os enclaves turísticos

vêm superar a “falta de ilha” que pode existir nos estabelecimentos hoteleiros comuns, ao mesmo tempo que a insularidade em si, sendo um elemento simbólico importante, não é suficiente.

Os enclaves turísticos proporcionam, em simultâneo, uma descontinuidade espacial, um estereótipo de alteridade, uma sobreinsularização e o acesso a uma paisagem exótica com o conforto de um ambiente familiar.

Num outro trabalho escreveu a mesma autora (2012, pp. 95 e 96), relacionando os enclaves turísticos com o “desejo de ilha”, o “desejo de confins” e a “vontade de privatização”:

“Les mots de Françoise Péron (1993) s’appliquent particulièrement bien au cas des enclaves touristiques: elles sont le signe d’un irrépressible « désir d’île ». La pérennité des destinations insulaires comme du tourisme d’enclave témoignent de l’intérêt pour le petit lieu borné. Abraham Moles évoque la « nissonostalgie » ou le désir d’île s’appuyant sur des stéréotypes insulaires: “C’est dans l’île déserte que se situent les romans de la transgression, de l’érotisme et du pouvoir, de la philosophie et de l’amour” (Moles et Rohmer, 1982: 60). Il rappelle également le caractère rassurant de la petite île, dont le contour est visible. Par ailleurs, on peut voir dans le goût pour l’île un nouvel avatar de ce qu’Alain Corbin appelait le « désir du ravage » (Corbin, 1988), à savoir un changement de regard et de considération sur le littoral et les étendues maritimes.

De la même manière qu’il existe un désir d’île, il semble que l’on puisse parler d’un désir de confins ou d’exiguïté comme en atteste cette échappée belle vers l’horizon ainsi que la « contraction » de l’espace. Le bungalow est plus plaisant qu’une chambre. Les pilotis sont la valeur ajoutée du bungalow mais un ponton le relie encore à l’île. Sont alors disponibles des bungalows sur pilots accessibles uniquement par bateau. Cette course à l’insularité, ce retranchement dans des « coquilles » toujours plus petites, pour reprendre une image bachelardienne, montre le souci de la préservation de l’intimité et l’entre-soi en sa forme irréductible: la famille ou le couple.

La contraction de l’espace montre également une volonté de privatisation de l’espace. L’enclave est un lieu exclusif dont les points d’entrée sont contrôlés et les limites bornées, comme on l’a vu précédemment. L’enjeu est de préserver des privilèges ou une

atmosphère (la tranquillité et le respect de l'intimité – privacy – des clients sont des motifs forts, mis en avant par toutes les structures de type enclave, particulièrement dans le segment haut-de-gamme) mais également des sites et des vues de grande qualité.“



Figura 7. Enclave turístico em Bora Bora
in <http://turismo.culturamix.com/atracoes-turisticas/como-chegar-em-bora-bora>

Ainda segundo Bénédicte Auvray, não poderemos rejeitar estas estruturas turísticas bem como os seus utentes por ausência de autenticidade ou espírito de descoberta pois “os enclaves turísticos repousam sobre lógicas inversas: a segurança mais do que o aleatório, a identidade mais do que a alteridade, o recolhimento mais do que a descoberta” (2012, p. 58).

No auge da sociedade da comunicação, que é também a sociedade do conhecimento e a sociedade da aprendizagem, para evitar que haja uma comprometedor hegemonização que faça da comunicação, do conhecimento e da aprendizagem apenas três faces de uma verdade que o é porque foi comunicada e depois se aprendeu porque ela foi comunicada, importa evitar que o *pensar* não redunde num esquecimento originado no conhecer ou pelo conhecer.

A utopia ideológica, a que construiu ilhas de felicidade, ordem e harmonia, imaginou terras que, por isso mesmo, não eram humanas, quando muito divinas.

A utopia filosófica, essa, pela sua incessante negatividade crítica, deslocou os personagens humanos da história para o devir, inaugurando uma terra de ninguém que assim permanece aberta ao acontecimento, ao impossível e ao indesejável de que carece o excedente utópico, a idealização, para nunca coincidir com o ideal e com a utopia, o que, a acontecer, como foi o caso das utopias políticas, designadamente as revolucionárias, institui o dogmatismo e aniquila a busca de sentido que é condição de e da humanidade. Uma humanidade a encontrar mesmo numa terra de ninguém, designadamente no caso de distopias como *O admirável mundo novo* de Aldous Huxley e *1984* de Georges Orwell.

Este é um grande desafio que se coloca ao turismo se se deixar reduzir, em nome da eficácia promocional da ilusão provocada pelas estratégias da sua comunicação comercial, à trama da utopia ideológica que tenderá a esgotar-se no processo da sua própria consumação. Dentro desta lógica, o turista ou realiza a representação do seu destino, esgotando o sentido que para ele mesmo adquirira, ou, descobrindo as suas falácias, abandona-a desiludido. Num e noutro caso, perdendo a motivação para continuar para além dos seus limites.

Ora, as ilhas através das narrativas que tecem o seu ideário mobilizam as ações, os pensamentos e os possíveis, o que nos deve levar a aproximá-las do conceito de “heterotopias” de Foucault (1984, p. 47) que ele define como “estes espaços diferentes, estes outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos”. Tendo uma função utópica, as ilhas – e muito particularmente os enclaves turísticos - partilham também a circunstância de terem uma existência real e atual assumindo, tal como as heterotopias de uma forma geral, um sistema de fechamento e simultaneamente de abertura que tanto as isola como as deixa permeáveis às interferências externas. Auvray, de novo, sintetiza bem esta aproximação concetual:

“De la même manière que l’enclave permet une séparation vis-à-vis de l’espace-temps du quotidien, elle crée un détachement, un affranchissement des contingences locales:

il s'agit de la constitution artificielle d'une bulle internationale plutôt occidentalisée fréquentée par des gens aisés aux intérêts convergents (un entre-soi distrayant et reposant), un monde policé: que l'on songe par exemple à la Politur (police touristique dominicaine) qui éloigne les mendiants des lieux touristiques afin de préserver une image convenable [THEODAT, in PAGNEY BENITO-ESPINAL, 2008; 237]. D'autre part, la conception architecturale des enclaves permet de reproduire cette aspiration au repli au sein même de la structure hôtelière, du fait de leur taille parfois importante, du nombre de lieux de loisirs et de bien-être ou de la prédilection pour les hébergements séparés (de type bungalows ou villas). On peut ainsi concevoir l'enclave touristique comme un objet spatial nécessaire et structurant, correspondant à l'hétérotopie foucauldienne: il s'agirait de « sortes de lieux qui sont hors de tous les lieux, bien que pourtant ils soient effectivement localisable » [FOUCAULT, 2004; 14]. L'enclave touristique est ainsi: elle est peut-être facilement représentée, cartographiée: d'ailleurs les plans abondent au cœur des resorts ou dans les plaquettes de présentation distribuées aux clients qui leur permettent de s'approprier ce lieu clos et inconnu. Pour autant, l'enclave n'en reste pas moins le lieu du tout et du rien: inscrite dans un pays, un territoire qui lui donne son image (après tout on va «en République dominicaine» même lorsque l'on passe son temps entre le restaurant et la piscine de l'hôtel) mais empruntant autant aux codes occidentaux pour ce qui est de la conduite à tenir et du mode de vie, qu'aux couleurs et aux symboles d'une tropicalité confuse. L'enclave est ainsi la réalisation d'une hétérotopie de l'oisiveté, assimilée par Foucault à une hétérotopie de la déviance, du fait de la norme contemporaine de l'activité et du loisir. Il cite ainsi «ces villages polynésiens qui offrent trois petites semaines d'une nudité primitive et éternelle aux habitants des villes" [id.; 17-18]. Lieu de rupture, l'hétérotopie est également un lieu de clôture au même titre que les enclaves qui en sont un avatar moderne: «Les hétérotopies supposent toujours un système d'ouverture et de fermeture qui, à la fois, les isole et les rend pénétrables »28 [ibid.; 18].» (*idem*, p. 63)

Capítulo IX. As heterotopias insulares e o ser do limite

As heterotopias insulares situam-se, a nosso ver, no quadro do primeiro princípio das heterotopias delineado por Foucault, dentro das “heterotopias de desvio” ao acabarem por representar tanto a exterioridade do que está dentro como a interioridade do exterior no que se refere, respetivamente, por exemplo, à integração de novos membros da comunidade insular e às vivências daqueles que, em função das necessidades do seu trabalho, buscam outras paragens, em ambos os casos ativando a dinâmica evolutiva das sociedades de pertença.

9.1. Os princípios das heterotopias segundo Foucault

No que respeita às sociedades continentais – e reportamo-nos ao paradigma das pequenas ilhas exóticas e longínquas – as ilhas tendem a aparecer como sedes de comportamentos desviantes, ainda que, precisamente por isso, sedutores.

De acordo com o segundo princípio das heterotopias de Foucault, todos os grupos humanos lidam com heterotopias, tendo cada uma destas um funcionamento que a caracteriza, o qual pode ganhar ao longo do tempo sentidos diferentes. Aplicando este princípio ao caso das ilhas, apercebemo-nos que as transformações ditadas pelos novos meios de comunicação e transporte operaram mudanças significativas na sua realidade e imagem, nomeadamente no que concerne ao seu histórico isolamento, de que derivam mudanças nos usos e nas representações das suas populações e acerca delas mesmas.

O terceiro princípio das heterotopias diz-nos que elas justapõem num único lugar vários espaços entre si incompatíveis. Dá-nos como exemplos o palco do teatro, a tela do cinema e o jardim desde tempos antigos que “é a mais pequena parcela do mundo e também a totalidade do mundo” (*idem*, p. 51). Ora, a ilha, designadamente como seu litoral e o seu interior, com as praias e as montanhas, tende igualmente a aparecer como essa pequena parcela que contém, miniaturizada, a totalidade do mundo.

Pelo quarto princípio as heterotopias emergem também como heterocronias. É aqui que Foucault nos apresenta a aproximação mais direta ao mundo do imaginário turístico insular. Começa o nosso autor por definir as heterotopias enquanto heterocronias como agregando duas perspetivas aparentemente contraditórias: por um lado, temos o museu como “projeto de organizar uma espécie de acumulação perpétua e indefinida do tempo num lugar que não sofrerá mudanças” (*idem*, p. 52); por outro, teremos a festa em tudo o que ela tem de mais precário e passageiro. Mas acrescenta Foucault que recentemente “inventámos uma nova heterotopia crónica que é a das povoações para férias; estas aldeias polinésias que oferecem aos habitantes das cidades três curtas semanas de uma nudez e primitiva e eterna”, as quais, finalmente, sintetizam em si as duas anteriores formas de heterocronia. Na verdade, ainda segundo Foucault, “indo de encontro à vida polinésia, abole-se o tempo, mas é também o tempo que se reencontra, é toda a história da humanidade que remonta até à sua origem como que numa espécie de grande saber imediato” (*ibidem*).

O quinto princípio destaca o carácter simultaneamente aberto e fechado das heterotopias que, deste modo, tanto as isola como as torna penetráveis. Refere, entre outros, o caso dos locais que impõem regras para que se lhes possa aceder como certos ritos ou purificações de ordem religiosa, semi-religiosa ou higiénica. Outras vezes, as aberturas aparentemente fáceis e diretas escondem ou esconderam segregações, como os quartos para acolher hóspedes em grandes propriedades da América do Sul em que esses hóspedes nunca acediam verdadeiramente aos espaços da família de acolhimento. Nas ilhas, esta demarcação, por vezes silenciosa, entre o turista – que trazendo em princípio vantagens económicas, introduz, em simultâneo, distorções na harmonia social - e os membros da comunidade insular é também um facto que se repete frequentemente.

Por fim, o sexto princípio das heterotopias que chama a atenção para a função que as heterotopias exercem relativamente ao espaço quotidiano, a qual oscilará entre dois polos extremos: ou, sendo um espaço de ilusão, denunciando como

mais ilusório ainda o espaço real; ou, pelo contrário, criando um outro espaço real tão perfeito que serve de compensação para a desorganização daquele em que vivemos. No primeiro grupo estariam os tradicionais bordéis de Paris; no segundo, as sociedades puritanas que os ingleses fundaram na América ou as colônias dos jesuítas na América do Sul. Como superação desta antítese e, sendo assim, como a heterotopia por excelência, Foucault termina a sua incursão pelo universo das heterotopias, apresentando-nos o navio como a sua expressão por excelência: “o barco é um bocado de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que está fechado sobre si, que ao mesmo tempo se entregou ao infinito do mar e que, de porto em porto, de terra em terra, de bordel em bordel, vai até às colônias procurar o que elas têm de mais precioso nos seus jardins”... (*idem*, p. 54). Daí, os barcos, desde o séc. XVI, serem, mais do que o grande instrumento de desenvolvimento económico, “a maior reserva de imaginação”. Conclui então Foucault algo ironicamente: “Nas civilizações sem barcos os sonhos secam, a espionagem substitui a aventura e a polícia os corsários” (*ibidem*).

Parece ser legítimo deduzir-se das reflexões de Foucault que as ilhas enquanto emergências de terra no meio dos oceanos serão os espaços geográficos que mais se aproximam dos barcos e, assim, do sentido da aventura, da utopia que existe como alternativa e da imaginação para que elas nos transportam...

É que as heterotopias são em si mesmas estranhas relativamente aos espaços que habitamos normalmente, se formos continentais, mas, ao mesmo tempo, têm uma situação determinada que fica, em simultâneo no centro e nas margens do mundo, o que lhes confere a prerrogativa de articularem a identidade com a alteridade e, desta maneira o acesso, tão ansioso quanto desejado, ao exótico. Daí a viagem ou a aventura como heterocronias.

9.2. A relação dialética entre heterotopias e utopias

Assim sendo, entre as heterotopias e as utopias há uma relação algo paradoxal

e ambígua na medida em que se estas últimas não têm um lugar na geografia do mundo real, as primeiras têm-no. Todavia, de facto, as heterotopias, ao serem olhadas como contra-espços alternativos em termos de vivência e de realização autêntica do sentido do humano, não deixam de desempenhar uma função utópica.

É justamente aqui que nos parece ser particularmente relevante a reflexão do filósofo Eugénio Trías (*op. cit.*), já por nós abordada em estudos anteriores (cf. Dias de Carvalho (2016, pp. 115-117), quando este autor, ainda que com propósitos muito diversos dos nossos, nos propõe a valorização de uma ontologia fundamentada na conceção do ser como limite e fronteira e do homem como *habitante do limite* por ocupar esse espaço delineado entre a metáfora do império, isto é, do território conhecido e a do bosque desconhecido por onde se infiltrará, ameaçadora, a barbárie.

Pensamos ser heurísticamente rico incluímos a dialética entre os horizontes do habitante da ilha e os do visitante que a procura neste espaço antropológicamente crítico onde a razão e a imaginação se cruzam.

Recordemos que os habitantes do limite adotam, segundo Trías, um estilo peculiar de vida e de cidadania, de ética e de política bem como de racionalidade, de uma racionalidade que incorpora o limite e que, por isso, se busca o fundamento, encontra a sua ausência e a interrogação constante e aberta que a reaproxima incessantemente do limite. O homem, imbuído precisamente do seu carácter fronteiriço, desprende-se da totalidade, do fundamento e dos princípios para se assumir como fratura, como inquietude irreparável, como vertigem olhada a partir de um vértice inseguro. Este vértice, inóspito, condena-o a viver sempre fora da sua casa e, na sua fragilidade, a procurar e reiterar, igualmente sempre, espaços plurais de sentido num mundo que aspira a interpretar e representar pelo simbólico.

É aqui, aliás, que o ser humano se confronta com o fenómeno incontornável da

solidão existencial que lhe permite tanto estar só no meio dos outros como solidariamente junto dos outros mesmo quando está fisicamente só. Correntemente, associa-se a primeira situação às sociedades urbanas e a segunda às comunidades rurais ou, na terminologia durkheimiana, aos grupos que vivem, respetivamente, em “solidariedade orgânica” e em “solidariedade mecânica”, ou seja, a solidariedade assegurada por instituições que são criadas com essa finalidade ou a solidariedade decorrente de sistemas informais e pessoais de relação. Acontece que, no quotidiano, as sociedades de consumo em que vivemos tendem a disponibilizar recursos que permitem à generalidade das pessoas, com aparente autonomia, encontrar os bens e serviços de que necessitam para satisfazer as suas necessidades sem terem de recorrer à ajuda de terceiros. Mas, este desinvestimento na relação com o outro acaba também por desencadear com frequência fenómenos de solidão negativa, isto é, situações em que o indivíduo não procura o outro nem é procurado por ele, isto é, em que fica definitivamente isolado e até abandonado, tornando-se as instituições, no seu anonimato, mediadoras de uma solidariedade social e não tanto de uma solidariedade pessoal direta e espontânea, reforçando a vulnerabilidade de cada um.

Emerge então a tendência para se valorizar ou buscar a utopia de uma comunidade de indivíduos em que de alguma forma se acolha a “socialidade interativa” de Simmel (cf. 1981; 2003) ou a “sociabilidade empática” de Maffesoli (cf. 2000). A primeira substitui a anulação dos processos vitais operada pela regulação estatal, homogeneizante e redutora da conflitualidade e da divergência; a segunda propõe-se substituir o social racionalizado das sociedades urbanas contemporâneas em prol do reconhecimento da dimensão emocional da vida, a qual remete para uma tensão contraditória e paradoxal entre homogeneidade e heterogeneidade.

Na verdade, a solidão não é necessariamente nem um *estrito facto social* objetivo que se imponha pura e simplesmente às pessoas, nem um simples fenómeno subjetivo e integralmente controlável. Considerando que a nossa

sociedade, sendo uma sociedade do consumo, é também uma sociedade da comunicação, eis que ela proporciona meios extraordinariamente poderosos, os quais poderão contribuir para que, mais do que simples agentes sociais subordinados a constrangimentos externos, sejamos autores do nosso devir. O turismo insular exprime na sua essência, a nosso ver, a busca de uma solidão positiva por contraste com a solidão negativa que já nas sociedades urbanas se vai procurando contrariar.

Parece-nos ser esta uma das frentes que a filosofia do turismo - e muito especificamente no que às ilhas se reporta - terá de assumir de modo a ultrapassar os estritos cânones clássicos da sociedade do consumo enquanto esta procura oferecer incessantemente e apenas produtos acabados e acessíveis, provocando e saciando vontades, estas mesmas fortemente condicionadas. Novas tendências apontam para o surgimento de pessoas e grupos que aspiram cada vez mais a ser consumidores dos produtos e serviços que eles mesmos constroem na arquitetura do seu esboço e na engenharia da sua utilização. No caso concreto do turismo, atente-se na forma como hoje em dia se traçam autonomamente viagens com recurso à net e se procura usufruir, também com autonomia, da sua realização, como acontece, por exemplo, com o turismo residencial. Trata-se, no fundo, de experienciar limites em termos de descoberta e de confronto entre os planos e a sua execução.

Ora, o limite enquanto encruzilhada onto-lógica gera a partir dele uma nova topografia e uma outra cartografia na qual se distribuem três círculos: o *círculo do aparecer* que contém o terreno do conhecido em que vigoram leis e costumes – as leis da ciência e da moral - que parecem ser universais e o senso comum tende a perceber como sendo o único mundo; todavia, este mesmo mundo não deixa de ser por vezes abalado por sinais que o perturbam e que provêm, como mistério, de um outro círculo que o rodeia e interpela: trata-se do *círculo hermético* que labora encerrado sobre si mesmo. Entre ambos situa-se o *círculo fronteiriço*, aquele que articula e permite o trânsito entre os outros dois e de onde brota a razão do limite, a *razão fronteiriça*, que, sendo uma criação filosófica,

encontra no excedente simbólico e nos seus dois modos de expressão – o religioso e o estético – o seu necessário prolongamento e os meios para, de algum modo, através dessa mediação, aceder ao que a ultrapassa.

O mistério do mar e o mistério da terra que aquele abraça interpelam e seduzem os que na ilha habitam e os que, do exterior, a procuram. Procuram-na e encontram-na até pelo exercício da imaginação e das narrativas que esta gera.

Daí, esta passagem de Deleuze (2002, p. 12):

“Ainsi le mouvement de l’imagination des îles reprend le mouvement de leur production, mais il n’a pas le même objet. C’est le même mouvement, mais il n’a pas le même mobile. Ce n’est plus l’île qui est séparée du continent, c’est l’homme qui se trouve séparé du monde en étant sur l’île. Ce n’est plus l’île qui se crée du fond de la terre à travers les eaux, c’est l’homme qui recrée le monde à partir de l’île et sur les eaux.”

E também esta outra passagem de Meistersheim (2006, pp. 504, 505):

“Pour le continental, l’île signifie d’abord la mer. La mer à traverser pour découvrir l’île: on privilégie la mer qui est lien, liberté, aventure. La découverte de l’île, le voyage rêvé commence au port où l’on embarque pour l’île. La mer, pour le continental, est promesse de liberté. Après la rupture marine, ce qui s’impose, c’est le décalage de l’échelle, quand on aborde l’île. Et la découverte que la liberté rêvée rencontre quelques contraintes inconnues.

Pour les insulaires, l’île c’est d’abord la terre. Leur terre, qu’ils ont du mal à partager. Tant il est vrai qu’ils ont conscience de sa finitude et de sa fragilité mais aussi de sa richesse cachée: la terre de l’île est palimpseste et tombeau. L’histoire s’y est déposée comme un limon qui les nourrit sans qu’ils en aient tout à fait conscience. La mer, pour eux, c’est avant tout l’image de leur enfermement et de la menace qu’elle représente. De la mer viennent les envahisseurs. La mer les enferme sur l’île.”

Ora, o ser do limite, a razão fronteira e o suplemento simbólico constituem um autêntico “triângulo ontológico” que poderá suportar um novo mapa do mundo em que habitamos, mundo que se nos abre sem nos franquear propriamente o

acesso ao que, para além dos limites do conhecer e do dizer, subsiste como um “ali nenhum” silencioso e inacessível. Inacessível ainda que tocado.

Esse novo mapa nunca poderá ser apropriado pelo *logos*, quer o figurativo sensível – o da arte -, quer o reflexivo filosófico. Mas é este o terreno da arte que, não se esgotando em qualquer conceito, faz disparar a recriação de sentido em todas as direções, nunca abandonando o plano sensível e concreto, mas abrindo todas as possibilidades que o mundo oferece. Este é igualmente o nicho da filosofia que, no plano universal e ideal, trabalha sobre a razão expressando o singular sensível e concreto, cujas ideias desvela. É ainda o terreno da religião, a qual, negando a intramundaneidade, afirma uma ordem separada, tida como real e como o único modelo verdadeiro.

O interessante que estas reflexões permitem é a percepção de que agora o limite, cuja transgressão Kant tão bem perscrutara, passa para nós mesmos (cf. Jacobo Muñoz (2005, p. 61). Para a exploração adequada deste mundo e do mapa que o exhibe, considera Trías fundamental que os conceitos filosóficos não percam a sua capacidade de abertura ao inconcetualizável. Para isso terão de se manter na fronteira entre eles mesmos e a *coisa-em-si* que lhes resiste. Tornam-se acrílicos quando caem no círculo do aparecer ou pretendem reduzir a nada o círculo hermético. Se as ilhas como heterotopias perderem esta capacidade – e este fascínio – no fundo, deixam de o ser, o que representaria um empobrecimento da própria condição humana.

Curiosa é a análise sociológica e filosófica que Trías faz para justificar a urgência das suas propostas, tal como aparece na *Lógica del límite*. Com efeito, para ele, o nosso mundo patenteia – através da aliança da técnica com a comunicação de massas – uma vontade de absoluta desocultação, de trazer à transparência tudo o que resiste a mostrar-se, o que ameaça destruir, no caso particular do homem, a privacidade e até a intimidade, dimensões que, acrescentamos nós, delineiam a nossa morada primeira: nós mesmos e o nosso mistério.

Na sociedade das tecnociências e da hipercomunicação consumasse assim a lógica hegeliana enquanto entendida como projeto de tradução conceptual de tudo quanto se lhe subtrai. Nas suas palavras, a técnica, personificada nos mass-media, “torna mundo o programa lógico de Hegel” que seria, finalmente, o da transmutação do ser no ente ou do círculo hermético em círculo do aparecer. Este programa transporta consigo o projeto de elisão do secreto e do sagrado, de apagamento do próprio limite. Mas, por definição, o limite é inerente ao mistério que tão bem o êxtase órfico soube respeitar. Diz-nos Trías (*idem, ibidem*): “vivemos num mundo que celebra as exéquias da desapareição de todo o horizonte”.

É contra esta ameaça de “esquecimento” que ele se mobiliza. Esquecimento não tanto do ser - como criticamente denunciava Heidegger -, mas antes do limite que separa e articula o círculo do aparecer e o hermético e onde reside a verdade precisamente enquanto limite entre o que se desvela e o que fica latente ou se encerra, sendo a figura simbólica que dá sentido a esse limite. Ora, para o nosso filósofo, a metafísica, a par da tecnociência, representa o esquecimento do limite, da cidade hermenêutica e simbólica que evidencia a radical comunicação-incomunicação entre o que aparece e o que se encerra em si. Algo que, a par de ser ontologicamente empobrecedor, é antropologicamente inaceitável ao destruir a própria especificidade humana...

Estes contributos de Trías devem permitir-nos não reduzir o universo das ilhas e das suas representações à superficialidade de uma abordagem imediatista como, por vezes, a publicidade e os próprios turistas o encaram.

Capítulo X. A noção de insularidade

É curioso que, pelo menos nas línguas latinas, insularidade e isolamento tenham uma origem comum – *insula* -, o que revela o parentesco dos termos e permite uma aproximação à semântica do conceito. Este isolamento coincidiu muitas vezes com a vivência da solidão sentida como uma solidão sofrida sempre que as ilhas, pela sua própria topografia, se tornaram locais propícios à instalação de prisões tanto de criminosos de delito comum como de perseguidos políticos que para elas foram deportados.

10.1. Insularidade e isolamento: a ambivalência das ilhas como realidades históricas e representações sociais

Nesta aceção, talvez a ilha mais famosa tenha sido a de Alcatraz situada na baía de São Francisco da Califórnia, a escassos 2 km da costa, mas que correntes de um mar revoltado e infestado de tubarões tornavam quase intransponíveis. Funcionou, desde o séc. XIX, como uma fortaleza, tornada, entretanto, presídio militar e, já no séc. XX, uma prisão civil que albergou alguns dos mais famosos *gangsters* americanos até 1969, ano em que é encerrada, para além dos elevados custos que acarretava, por, na sequência de uma primeira fuga comprovadamente bem-sucedida, se ter revelado menos segura do que fora durante décadas a fio. Mas, em 1972, a ilha tornou-se um ponto de grande interesse turístico, passando a receber cerca de um milhão de turistas por ano em busca, antes de mais, do fascínio proporcionado pelo contacto com as histórias, as celas e demais estruturas da cadeia posteriormente tornada museu.

Fernando de Noronha, a cerca de 500 km da cidade do Recife, no Brasil, é um outro exemplo famoso de uma ilha prisão em que o mar constituiu a barreira que assegurava a privação da liberdade, primeiro para prisioneiros de delito comum e, já em meados do séc. XX, durante a ditadura de Getúlio Vargas, para prisioneiros políticos. Curiosamente o castigo para os que tentavam fugir era o degredo num ilhéu adjacente – a ilha Rata – que, precisamente pelo seu espaço

diminuto, se tornava temido e insuportável. Encerrada a prisão em 1982, eis que progressivamente a ilha se torna um destino turístico de eleição para visitantes que a buscam pela sua beleza natural e pela sua história. No *síte* “Férias Brasil” pode ler-se:

“O paraíso existe, fica na Terra e tem nome e sobrenome: Fernando de Noronha. Com areias douradas, mar em tons de azul turquesa e verde esmeralda, corais, vida marinha esplendorosa, mata, formações rochosas... o arquipélago só pode ser uma **filial do Éden** a 545 quilômetros do Recife.

(...) Para entender como Noronha, descoberta em 1503, continua tão preservada, é simples. Até 1982 o lugar funcionou ora como presídio, ora como área militar. Somente nos anos 90 a ilha foi aberta ao turismo, e mesmo assim, com muitas restrições, uma vez que foi transformada em **Parque Nacional Marinho** e tombada pela Unesco como Patrimônio Mundial Natural.”

Mas acontece também que habitantes da ilha, descendentes dos antigos prisioneiros olhados com especial curiosidade não gostam, na sua generalidade, que lhes falem ou os questionem sobre o passado da sua terra que eles, por seu turno, preferem ver esquecido.

O arquipélago de Cabo Verde, primeiro na ilha de São Nicolau e sobretudo na ilha de Santiago, viu a sua história marcada pelo funcionamento de prisões que, designadamente no Tarrafal, se tornaram autênticos campos de concentração. A oficialmente chamada “colónia penal” do Tarrafal é criada em 1936 para assegurar o degredo de prisioneiros políticos enviados pela ditadura do Estado Novo, identificando-se a prisão, sobretudo nos seus primeiros anos, dada a precariedade das suas instalações, com a própria ilha, severa em termos de clima e à época muito remota. Encerrada em 1954, é reaberta em 1961 para encarcerar os líderes dos movimentos independentistas das colónias

portuguesas. Victor Barros (2009), a propósito da prisão do Tarrafal, considera as ilhas como espaços de deportação e de prisão na medida em que as ilhas podem ser entendidas como locais onde se reduz a liberdade de movimento e, assim sendo, estar-se encarcerado numa ilha faz com que se viva a dupla dimensão da prisão. Afirma a este propósito o autor que “a imagem da ilha está sempre associada à alegoria de uma prisão natural aberta para o mar infinito, mas fechada sobre si mesma na terra firme que impõe o isolamento como condição de vida”. Ora, ainda segundo o mesmo autor, a apropriação política dos espaços insulares para o cumprimento de condenações à deportação não pode ser reduzida apenas à metáfora da ilha como prisão natural, sendo necessário considerar igualmente que a prisão na ilha de desterro “corrobora também a asserção sobre a ideia do duplo encerramento: ilha prisão e prisão (especial) numa ilha” (*idem*, p. 17).

Acontece que o campo do Tarrafal, hoje em dia designado como Museu da Resistência, é disso um bom exemplo. Destino quase obrigatório, por razões históricas, para quem visita a ilha, curiosamente, ao lado de uma paisagem escalavrada que é aquela em que se situa a prisão, estende-se a praia de Cabo Verde que mais se aproxima dos estereótipos de uma praia tropical. Curioso é ainda que num estudo patrocinado pela UNESCO (cf. Carlos R.S. Milani, 2002), precisamente sobre as perspectivas de desenvolvimento do turismo no concelho do Tarrafal, não haja uma única referência ao campo de concentração e ao que a sua memória simbólica e edificada representa em termos patrimoniais e históricos...

Porém, o isolamento – para além da dimensão da condenação que, quando por imposição, dilacera o humano - não deve ser visto apenas de um modo negativamente redutor na medida em que pode estimular o encontro com nós mesmos. Daí as ilhas, de uma forma geral, poderem representar o que de mais profundo há na condição humana. É esse o sentimento, ainda que muitas vezes ambivalente e fantasioso, experimentado quer pelos ilhéus, quer pelos continentais. Os primeiros, quando sobrevalorizam o sentido da comunidade de

que, pela sua auto-centração seriam protagonistas; os segundos, quando buscam nas ilhas as vivências de uma humanidade esquecida porque comprometida com hábitos individualistas despidos de uma inspiração solidária.

A experiência e as representações da distância, para além da estrita realidade geográfica, assumem aqui especial importância ao constatarem, tantas vezes sobre clichês coloniais, um “afastamento social” das populações insulares que, na continuidade das utopias do séc. XVIII, se configuram como “conservatórios privilegiados” que despertam o interesse dos viajantes em busca do Outro. Valoriza-se, deste modo, a distância, mesmo quando produto de uma construção imaginária, na medida em que esta permite “romper com a banalização dos lugares iniciada pelo desenvolvimento do turismo e satisfaz uma exigência do inédito que se afirma no fim do séc. XIX” e que leva mesmo diversos viajantes, em busca da autenticidade, a procurarem alternativas em relação aos itinerários do comum dos turistas (cf. Karine Salomé, 2006, p. 436 e segs.).

Mas há por vezes, conforme assinalado, uma ambivalência dessas representações quando os habitantes das ilhas olham o mar como uma barreira que os condena a permanecer nesses espaços circunscritos e os visitantes (recebidos pelos ilhéus com sentimentos mistos de hospitalidade e hostilidade) olham aqueles como seres que, afastados dos padrões e conquistas da civilização, vivem o estigma de serem retrógrados e ignorantes ou, no mínimo, de estarem longe dos desafios e oportunidades proporcionados pelos avanços da cultura urbana. O isolamento, diferentemente da solidão, assume aqui, como o realça ainda Karine Salomé, um carácter pejorativo por significar ausência de abertura ao outro.

A ambivalência da insularidade surge, por um lado, do confronto entre as perspectivas dos continentais e dos insulares na medida em que os primeiros, tendem a sobrevalorizar o mar como horizonte de liberdade, viagem e aventura, desde logo quando partem em busca de uma ilha ou simplesmente imaginam essa partida; já para os ilhéus o mar significa antes de tudo fechamento ao

exterior, valorizando por isso, principalmente, a terra que habitam. Complementarmente, a hospitalidade dos habitantes de uma ilha tingem-se, algumas vezes, com a desconfiança relativamente aos estrangeiros, sentimento que traz consigo o receio – atávico? - da colonização; por seu turno, os continentais oscilam com frequência entre uma admiração inicial pelo outro e a sua recusa pela dificuldade em aceitar costumes, hábitos ou valores localmente enraizados. De realçar ainda que ao tendencial fechamento insular se opõe a absoluta necessidade da comunicação com o exterior enquanto condição para encontrar respostas em relação às necessidades impossíveis de satisfazer apenas com recursos próprios.

As ilhas representam na verdade, como bem destacou Anne Meistersheim (1993, pp. 111, 112), “fechamento” e “abertura”. Com efeito, “a prisão é uma vocação permanente da ilha” ao mesmo tempo que “para os continentais (as ilhas) significam liberdade, nudez, lugar privilegiado para o naturalismo e a permissividade”. Daí que, de uma forma geral, as praias por elas mesmas, segundo outras interpretações, sejam turisticamente procuradas. No fundo, elas despertam, dentro de uma certa medida, por analogia, sentimentos idênticos aos das ilhas cujos litorais arenosos constituem, de uma forma geral, a sua imagem mais forte.

Jean-Pierre Castelain (2006, p. 402) sintetiza assim a ambivalência característica das ilhas:

“Ambivalentes, as ilhas fascinaram e atraíram desde sempre: entre o inferno e o paraíso, lugares de exílio e de clausura ou férias, lugares de todas as utopias, pretextos para todas as metáforas”.

Considera ainda o mesmo autor que, “dependentes económica e politicamente do exterior, mas com uma forte atratividade turística”, sendo paradoxal, contraditória e ambígua a realidade e a perceção das ilhas, a verdade é que será “a venda da sua imagem como ‘conservatórios da autenticidade’, que muitos

recusam, o que que assegura às ilhas os seus principais recursos” (*idem*, p. 403).

10.2. Os conceitos de ilha

Encontramos na literatura do séc. XIX expressões do fascínio exercido pelas ilhas de que resultou, designadamente em França, o propósito da “conquista do longínquo”, quantas vezes não tanto por se percorrer efetivamente uma grande distância, mas tão-somente por se buscar uma pequena ilha a escassos quilómetros da costa. Flaubert e a Belle-Île, na Bretanha, é disso um bom exemplo quando em *Par les champs et par les grèves* nos descreve as sensações de uma viagem em que a vista da costa se foi dissipando dando lugar ao avistamento algo misterioso dos contornos da ilha sobre a linha do horizonte.

Juntamente com a representação do encontro íntimo, as ilhas fomentam e inspiram o sentido do itinerário salvífico: o ilhéu é aquele de algum modo chega e parte incessantemente de e para algures. Daí a “necessidade de ilhas” com que Louis Brigand deu o título a um dos seus livros, livro que abre com uma carta que ele escreveu da pequena ilha de Beniget (ou Béniguet) junto da costa da Bretanha e onde a certa altura se pode ler:

“...enfim, os dias passam com grande velocidade e eu não paro de falar para mim próprio em alta voz, dizendo que a felicidade é talvez simplesmente isto! Uma ilha. (...). Há milhões de pessoas que vivem num isolamento dramático no seu apartamento da cidade, diante do televisor ou dos seus jogos eletrónicos! (...) Muito pelo contrário, a ilha com fronteiras fechadas é um espelho que reflete em profundidade e amplifica as coisas da vida.” (p.14)

A insularidade – como escreveu Françoise Péron que já aqui destacámos – acaba por ser o modo de viver mais adaptado ao homem ao realizar o seu desejo contraditório de abertura e recolhimento, cuja unidade busca incessantemente. O mar como horizonte é isso mesmo: projeção sobre o longínquo e retração para o que nos fica próximo. E o turismo pode e deve ser fruição da condição humana. A imaginação dos homens levou-os a inventar a ilha das Amazonas, a ilha das

Delícias, a ilha dos Amores. A este propósito, realça ainda Françoise Péron (*idem*, p. 17), “a mitologia está cheia destes delírios insulares que o Renascimento racionalizou produzindo atlas inteiramente compostos de ilhas, geralmente inventadas, chamadas *insulae*, e a partir das quais alguns se entregaram à tarefa de construir uma teoria da organização do mundo”.

Recorde-se que, segundo a definição mais corrente, uma ilha é uma porção de terra cercada de água do mesmo tipo por todos os lados. Assim, há ilhas oceânicas delimitadas por água dos mares e as ilhas fluviais, cercadas por água doce.

Calcula-se que haja no mundo cerca de 170 000 ilhas, das quais somente 9 000 são habitadas com uma população global de 600 milhões de pessoas, o que representa 1/10 da população mundial. As ilhas acolhem anualmente 80 milhões de turistas, sendo que mais de metade destes se concentra numa dezena delas. Daí a enorme importância do turismo para o desenvolvimento económico e social do universo insular, mas também os seus impactos negativos em termos do equilíbrio ecológico e da definição das identidades locais.

A Gronelândia, com uma área de 2 130 800 km², é geralmente considerada como a maior ilha do mundo, sendo a Ilha do Bananal, no Brasil, cercada pelos rios Araguaia e Javaés, a maior ilha fluvial. Bishop Rock com pouco mais de 700 metros quadrados e a cerca de 28 milhas da costa sudoeste da península da Cornualha, na Inglaterra, é a ilha mais pequena do mundo. Atualmente ocupada na sua quase totalidade por um farol, na Idade Média, criminosos foram aí deixados, como castigo, por dias apenas com rações de estrita sobrevivência, tendo de enfrentar um meio particularmente hostil. Segundo outros critérios em termos de superfície, a Nova Guiné, com os seus 785 000 Km² será a maior ilha, não se aceitando, valores superiores a 1 milhão de Km², assim como não são aceites como ilhas as emersões com menos de 0,5 Km², (consideradas “ilhotas”) o que faria, por exemplo, da ilha de Sein, junto à costa francesa da Bretanha, uma das mais pequenas ilhas do mundo (cf. Brunet, 1997).

Todavia, uma definição ecológica de ilha, como aquela que é apresentada por François Doumenge (1985), considera três critérios para que se valide a classificação como ilha, a saber: a extensão, o isolamento e o volume. A extensão terá de ser inferior à de um continente, o que é comumente aceite, não sendo já consensual a área limite de 1 000 kms², a que acresce também um limite de altitude entre os 1 500 e os 1 800m, resultando da conjugação destes dois fatores a exigência de um clima oceânico em toda a extensão geográfica da ilha. A questão do isolamento levanta-se, por exemplo, aquando da construção de pontes de ligação com o continente, no caso das ilhas próximas de zonas costeiras. A verdade é que o mar impõe à partida um isolamento mais ou menos forte e que se associa à situação das ilhas no meio daquele.

Este isolamento é aqui concebido numa perspetiva essencialmente física e geográfica, considerando-se precisamente o afastamento em relação às áreas continentais. Isolamento que, por sua vez, surge como responsável pela vulnerabilidade dos meios insulares – fruto do endemismo, do reduzido número de indivíduos por cada espécie e da dificuldade de renovação dos stocks genéticos -, o qual lhes impõe uma capacidade relativamente reduzida de superação de acidentes com causas naturais ou humanas. O seu equilíbrio é assim muito frágil (cf. Demangeot, 2000).

Este enfoque naturalista da noção de ilha deverá ser enriquecido com outras abordagens de cariz mais sociológico e antropológico através das quais autores como Françoise Péron (1993) realçam que as sociedades insulares são “sociedades territorializadas” na medida em que o sentimento de posse sobre o território é exacerbado. Ou seja, o espaço insular é psicologicamente vivido no quotidiano de uma outra maneira pois os seus habitantes, confinados entre o céu e a terra, estão particularmente submetidos aos caprichos do tempo e do espaço: “A finitude da ilha é um constrangimento para o pensamento que nela se perde, mas é sobretudo fonte de inspiração para o imaginário que nela se perde”. Ou ainda: “A insularidade, se conseguíssemos vivê-la na sua plenitude, seria o modo de vida mais adaptado ao homem pois preencheria o seu desejo incessante e

contraditório de abertura e recolhimento na necessária busca da sua unidade” (*op. cit.*, p.239).

Aliás, do enfoque antropológico e cultural da noção de ilha, ainda segundo Péron, resulta um outro enquadramento e conceção da sua definição e, neste contexto, da sua dimensão. Apesar de toda a evolução tecnológica e dos meios de comunicação, as ilhas – e trata-se aqui das pequenas ilhas, afinal, as ilhas por excelência – conservam uma espécie de intimidade marcada pelo mar que as contorna, a qual, vivendo-se nelas se pressente e progressivamente se percebe e que Péron caracteriza como sendo algo de muito peculiar: “a arte de criar a diferença, o meio de aproximar os homens, a obrigação de manter relações estreitas com os lugares do quotidiano (*idem*, p. 13). Na verdade, a “melhor ilha é incontestavelmente a pequena ilha”, isto porque, “na medida em que a insularidade está em boa parte, pelo menos na consciência que as pessoas dela têm, na relação com um espaço que se domina bem, que se abarca pelo pensamento e cujos contornos, portanto se experimentaram materialmente, a ilha é na sua própria essência um conceito local” (*idem*, p. 18).

Na reflexão de Péron é muito importante a sua chamada de atenção para a necessidade de uma “tipologia insular” já que as ilhas não são todas elas ilha da mesma maneira. Com efeito, como ele mesmo exemplifica, Sri Lanka, Sardenha ou Molène não são ilhas sem mais. Tudo depende, em sua opinião da “consciência insular” que é partilhada pelos seus habitantes. Assim, nas ilhas pequenas, entre $\frac{1}{2}$ e 100 km², embora finalmente a velocidade de deslocação e o conseqüente retraimento do espaço seja determinante, “cada indivíduo tem consciência em permanência de habitar um território fechado pelo mar” (*ibidem*). Nestes casos, estamos perante espaços claramente separados pelos limites marítimos que se impõem a todos individualmente enquanto nas ilhas grandes a consciência da insularidade é apenas coletiva, da sociedade no seu conjunto, podendo cada indivíduo, por si mesmo, viver o seu quotidiano sem pensar que vive numa ilha. Mas é sempre o contacto dos habitantes das ilhas com o resto

do mundo que favorece a emergência ou o reforço da consciência insular (cf. Bouchard, 2004).

Em muitos estudos valorizam-se posições de síntese em que a insularidade aparece como o produto de uma relação dinâmica entre o espaço físico e geográfico de uma ilha e a sociedade que nela habita. As dimensões sociológicas, políticas demográficas e económicas surgem como construções humanas condicionadas, mas não determinadas, pela dimensão e isolamento das ilhas (cf. Bouchard, *op. cit.*; Taglioni, 2011).

Seguindo o supracitado trabalho de Taglioni, encontramos uma resenha interessante de contributos que ajudam se não a tirar conclusões, pelo menos a evidenciar a complexidade que assume a noção de insularidade, a qual se afigura como uma autêntica problemática epistemológica.

É desde logo interpelante a citação de Meistersheim quando se lê a dado passo desta: “Flutua-se constantemente entre a ‘banalidade básica’ e o inexprimível” (*apud*, p. 44). A definição de ilha como uma porção de terra rodeada de água por todos os lados seria uma dessas banalidades. O inexprimível parece-nos surgir quando se procura definir o limite de área para se poder falar de ilha ou quando se quer distinguir uma grande de uma pequena ilha recorrendo-se a critérios subjetivos.

É a este propósito que Taglioni, mobilizando os contributos de outros investigadores, nos propõe uma tipologia que compreende três categorias de insularidade: a hipo-insularidade, a hiper-insularidade e a insularidade. A primeira é definida como “a continentalização do fenómeno insular sob os efeitos da integração e assimilação de um território insular por um país mãe continental” (*op. cit.*, p. 55); por seu turno a hiper-insularidade, a que se poderá chamar “dupla insularidade”, identifica as ilhas que ficam fora das rotas habituais de pessoas e bens, marítimas e aéreas, que estruturam o espaço global e que por isso se tornam periféricas; as ilhas meramente “insulares”, numa situação intermédia,

dependem sobretudo do seu contexto político, económico e regional. Barbados, Chipre e a Martinica, por exemplo, estão no primeiro grupo; Barbuda, Santa Helena e Tristão da Cunha no terceiro; Santa Lúcia, Trinidad e Maurícia no segundo. Fatores como os ratios distância/tempo e distância/custos que agudizam ou não o carácter remoto (*remoteness*) bem como o ratio distância/estatuto político têm aqui um papel fundamental.

Deste modo, Taglioni dá corpo à posição que defende uma abordagem multifacetada da problemática das ilhas que envolva precisamente as questões da insularidade, da ileidade e do insularismo a que se ligam os tópicos do isolamento, da contiguidade, da conetividade, da descontinuidade, do fechamento e da periferia (*peripherality*). Refuta-se deste modo qualquer abordagem simplista que pretenda, por exemplo, generalizar, sem mais, os pretendidos efeitos da insularidade.

10.3. “Ileidade” e insularidade

O conceito de “ileidade” criado por Abraham Moles (1982) no âmbito da sua proposta da *nissinologia* como “ciência das ilhas” deve ser aqui referido na medida em que ele assinala que deverá admitir-se a existência de uma “escala da ileidade” estabelecida em função do tamanho da ilha considerada mas em complementaridade de aspetos psicológicos como a visão, os sentimentos, as representações que os próprios ilhéus têm da sua ilha e que diferem sempre de uma ilha para outra em função do seu posicionamento geográfico, das suas culturas e da sua história.

Bonnemaison (1990) retoma este conceito de ileidade e a aproximação crítica que é feita ao de insularidade escrevendo que “insularidade é o isolamento. A ileidade é a rutura; um laço rompido com o resto do mundo e, portanto, um espaço fora do espaço, um lugar fora do tempo, um lugar nu, um lugar absoluto”. Acrescenta ainda que uma ilha é tanto mais ilha quanto mais forte é a rutura ou a maneira como ela é sentida, sendo que é isso que faz sonhar. Todavia,

“aqueles que vivem na ilha são raramente os que sonham com ela. Esses vivem a ilha como um isolamento, por vezes como uma infelicidade” (*op. cit.*, p. 119).

A ileidade é então um arquétipo ideal que se integra na simbólica da ilha, mas que varia segundo as civilizações, as regiões e até conforme os indivíduos. Parece ser seguro, isso sim, que um tal arquétipo não é comum aos que sonham com as ilhas e aos que nelas vivem, aspeto decisivo quando se fala de turismo e muito especialmente de marketing turístico bem como de hospitalidade por parte as populações autóctones.

Ora, este conceito de ileidade (*islandness*, em língua inglesa) tem uma função de cariz fenomenológico e nada tem a ver com o espaço da extensão cartesiana, mas antes com a experiência dos afetos vivida e herdada que leva o ilhéu a sentir-se vinculado à sua ilha, ao mesmo tempo que, a nível do inconsciente coletivo, transmitido por gerações, se sente isolado apesar de todos os meios de transporte que existem hoje em dia. Bonnemaïson (1990) chama ainda a nossa atenção para a circunstância de a noção de espaço, tal como os ocidentais a concebem, não ser universal, o que, a nosso ver, ajuda a melhor entender esta distinção entre insularidade e ileidade. Com efeito, numa perspetiva cartesiana, que mais não fará do que exprimir algo que nos remete para a tradição greco-romana, o espaço é horizontal, marcado sobretudo pela ideia de limite que é pretexto para a disputa e a guerra.

Partindo das observações feitas na ilha de Tanna, ele constata que, longe de se poder aceitar a universalidade de uma tal conceção, teremos de perceber que há antes uma diversidade de posições, ocorrendo na realidade da Oceânia a experiência de um “espaço vivido”, diacrónico, em que nomeadamente mitos fundadores tendem a valorizar os laços e os afetos que prendem as pessoas à terra, libertando-as assim, inclusive, do constrangimento potencialmente insuportável de habitar num espaço limitado. A ideia de território acaba por assentar assim num espaço aberto. Diz-nos Bonnemaïson (*op. cit.*, p. 506) que se trata de um espaço “reticulado”, estruturado não por fronteiras, mas urdido

por nós que se junta e forma um tecido de nexos a que corresponde uma sociedade orgânica que se percebe como uma substância unida”. São verdadeiros “lugares do coração” pois o território “corresponde aqui a um coração; é um lugar. Um coração. Tem redes que o percorrem e animam e que ligam a outros corações, projetando-o incessantemente para novos limites” (*idem*, p. 502).

De toda a maneira, ainda segundo o mesmo investigador, “se a insularidade se caracteriza pelo isolamento, a ileidade remete para a rutura” (1990b, 120), chegando mesmo a concluir que, em consequência da rutura dos seus laços, de que a linha de costa é uma marca, a ilha fica de um certo modo órfã. É a partir dessa linha de costa que a ilha é avistada e é ela também que lhe dá “substância”. Daí os atoles coralinos dos mares do sul, em que a linha de costa se confunde com a própria ilha, acabarem por ser as ilhas “mais absolutas”, a “forma mais pura da ileidade”...Todavia, acrescenta Bonnemaïson com acuidade, rematando a discrepância entre os olhares internos e externos, incluindo-se aqui os dos cientistas, que “temos de considerar que as gentes do Pacífico Sul só por último povoaram estes atoles e parece que mesmo assim com reticências, pois para essas populações uma boa ilha não é necessariamente uma ‘verdadeira ilha’” (1990, p. 121).

Na realidade, o bom modelo de ilha para aqueles que nela vivem será uma “ilha alta” com montanha e uma boa costa em que possam existir portos. Só a “bipolaridade insular” pode evitar que se sinta a ilha como uma prisão, sendo a rutura com o resto do mundo menos abrupta, ao mesmo tempo que a montanha confere uma profundidade interior. Acresce que, pelo menos na Oceânia, a realidade insular é vivida de uma forma reticular, ou seja, cada ilha vê-se entre outras ilhas e não tanto como separada de tudo. Daí as relações estreitas que a população de cada ilha tende a estabelecer com as das ilhas vizinhas, mesmo que não avistáveis. A circulação é assim uma constante e a ileidade oceaniana torna-se “uma tentativa de superação da insularidade pela rede” que dificilmente se adapta ao conceito de Estado fazendo da ilha, “pelo seu gosto pela

autonomia”, um “espaço libertário” (*idem*, p. 123). Em rutura com o espaço, com um certo espaço, leia-se, a ilha projeta-se também para fora do tempo, ganhando, designadamente no caso das ilhas do Pacífico Sul, imagens paradisíacas e adquirindo “metáforas de espiritualidade” que atraem turistas, os quais, porém, muitas vezes acabam por esvaziar-las de sentido. Todavia, para os seus habitantes, “evadindo-se do seu espaço pela aventura”, é um “acréscimo de sentido” em cada lugar que habitam e a comunicação com o outro mais próximo que eles buscam para, em última instância, suportar a solidão e a finitude do espaço (cf. *idem*, p. 124).

Em síntese, podemos considerar a existência de duas perspetivas acerca da insularidade, a do senso-comum e a científica, sendo que por vezes conflituando entre si, tendem a conviver originando visões multidimensionais sobre a natureza e identidade das ilhas. Com efeito, os cientistas valorizam a especificidade das determinantes físicas, biológicas, geográficas, sociais e históricas das ilhas para aí se preocuparem com fenómenos que nestas terras são particularmente relevantes como o endemismo e a biodiversidade na atualidade e na sua evolução histórica observável nos fósseis e sedimentos, as condicionantes e as variações climáticas, a subida das águas do mar, o comportamento das placas tectónicas, etc. Fenómenos como os da mestiçagem e da adaptação espontânea para aproveitamento dos recursos localmente existentes que são tendencialmente poucos interessam também às pesquisas científicas de pendor antropológico e suportam a definição em sentido restrito da insularidade; a ileidade é captada pela consciência do isolamento que se traduz na valorização do primado da vida relacional e do grupo; o insularismo exprime-se nos propósitos de preservação da identidade, inclusive pelo fechamento das populações sobre elas mesmas.

Por seu turno, o senso-comum tende a sobrevalorizar o lado exótico e mítico das ilhas que os etnólogos estudam com preocupações de cientificidade, ou seja, de isenção, mas que, todavia, a investigação participante acaba por intencionalmente atenuar de modo a não desvalorizar a componente subjetiva

presente nas representações da insularidade tanto daqueles que são os seus protagonistas como os seus visitantes. O senso-comum vive então a insularidade de uma maneira fixista, impondo os visitantes à ilha o sentimento de um refúgio intemporal e os autóctones uma atitude de resiliência identitária, apesar das transformações operadas pelos meios de comunicação, pela crescente mobilidade e pelas tecnologias em geral. O isolamento é aqui também motivo de atração e mistério, o qual se traduz sob a forma de mitos, cosmogonias e comunitarismos por parte dos nativos e sob a forma de narrativas de viagens e de outros textos literários por parte daqueles que sonham com as ilhas ou ocasionalmente se encontram com elas.

A água, essa, como nos lembra Françoise Péron, é para o senso-comum uma passagem para o desconhecido e para o algures, enquanto para a ciência é um reservatório de força e energia que podemos aproveitar, mas de que nos devemos também proteger.

Há assim duas insularidades em sentido lato que coexistem e que, por vezes, se cruzam: a do senso-comum de pendor mais subjetivo e a científica, de carácter mais objetivo, sendo que o poder do fantástico e do mítico não deixa nunca de condicionar as representações que influenciam as visões acerca do universo insular.

Por outro lado, o isolamento e o afastamento, normalmente apresentadas como características inerentes à insularidade, podem assumir diferentes dimensões e impactos, dependendo de diversos fatores, como nos esclarece John Longhlin (1992) sobre as concetualizações formuladas por Émile Kolodny. Assim, o isolamento, o seu grau de aprofundamento quantitativo e qualitativo, depende nomeadamente do tamanho da ilha, da sua topografia e da sua população. Sem prejuízo de o isolamento favorecer, por si mesmo, o arcaísmo dos costumes a par da estagnação cultural e social. Já no que respeita ao afastamento, em íntima correlação com o isolamento, a sua natureza prende-se com o tipo de dependência que a ilha mantém com o centro de poder, conforme aquela é mais

acentuadamente política, económica ou geográfica., embora este afastamento favoreça, em qualquer das circunstâncias, a vulnerabilidade económica e social.

De toda a maneira, não se pode deduzir, sem mais, do isolamento e do afastamento a existência de um determinismo sobre o modo de vida das populações insulares pois estas organizam-se de forma diversa de uma ilha para outra, utilizando o mar como um veículo para a comunicação com outros povos e espaços geográficos ou olhando-o como uma ameaça que convida ao fechamento e até à solidão. Entretanto, há grupos humanos que, habitando territórios continentais, se isolam construindo assim, em sentido metafórico, um outro tipo de ilhas.

Muitas das pequenas ilhas existentes no mundo, outrora representadas nas cartas como pontos brancos no meio do azul dos oceanos, foram progressivamente descobertas pelos ocidentais e permanecem, de uma forma ou de outra, na dependência de nações que foram potências coloniais. Outras, apesar da sua reduzida dimensão, tornaram-se independentes, dependendo a sua sobrevivência económica maioritariamente do turismo.

A nação insular mais pequena do mundo é Nauru no Pacífico Sul. A menor ilha habitada do mundo dividida pela soberania de dois países, com 85 000 habitantes distribuídos por uma superfície de 87 Km², é Saint Martin, um território administrado conjuntamente pela França e pela Holanda. As suas estruturas e belezas naturais atraem todos os anos um assinalável fluxo de turistas.

Tristão da Cunha, no Oceano Atlântico, é considerada a ilha mais remota do mundo. A cidade do Cabo, na África do Sul, a mais de 1 700 milhas, é a cidade mais próxima.



Figura 8. A ilha de Bishop Rock:

Foto: Flickr: hornbeam

Símbolo do mais completo isolamento em que, não fosse o farol, os pequenos rochedos deixam um ser humano à completa mercê da força de um mar que é ameaçadoramente dominador.

A Indonésia (com 17 508 ilhas, das quais cerca de 6 000 são habitadas), o Japão (com 3400 ilhas no total, sendo 426 habitadas) e as Filipinas (com 7 017 ilhas, das quais estão habitadas 2 000) são países de grande dimensão constituídos por significativos conjuntos de ilhas. Madagáscar e o Reino Unido, que integra a ilha da Grã-Bretanha, surgem como as nações-ilha maiores do mundo.

Curiosamente, de entre os países mais pequenos do mundo, onde aparecem o Vaticano, Andorra, o Liechtenstein e São Marinho, a maioria é constituída por ilhas, o que significa que as respetivas fronteiras estão naturalmente definidas pelo mar.

Destacam-se os seguintes:

- Antígua e Barbuda, nas Caraíbas. Com uma área de 443 km² incorpora 37 ilhas e tem 83.000 habitantes.
- Barbados, também nas Caraíbas. Com uma área de 430 km² e 260.000 habitantes.

- Grenada, igualmente nas Caraíbas, com 344 km² e 98.000 habitantes.
- Ilhas Maldivas, situadas no Oceano Índico, com uma superfície de 298 km². 200 das suas mais de 1 000 ilhas são ocupadas por cerca de 200 000 habitantes.
- Malta, situada no Mediterrâneo, tem 316 km² e cerca de 360 000 habitantes.
- Ilhas Marshall, localizadas no Pacífico, estendem-se por uma área de 181 km² e têm como população cerca de 50 000 habitantes.
- Nauru, com 22 km² e 10.000 habitantes, situa-se no Pacífico e é o menor país insular do mundo.
- Palau, com 495 km² e 16 000 habitantes, situa-se igualmente no Oceano Pacífico.
- São Cristóvão e Névis tem 269 km², cerca de 40 000 habitantes e localiza-se nas Caraíbas.
- São Vicente e Granadinas, com 388 km² e cerca de 100.000 habitantes, situa-se também nas Caraíbas.
- Seychelles, 115 ilhas situadas no Oceano Índico, a maior parte delas desabitadas, têm uma superfície de 277 km² e uma população com cerca de 90 000 habitantes.
- Tuvalu, com 23 km², é composta por nove atóis de corais, tem cerca de 10 000 habitantes e situa-se na Polinésia.

Capítulo XI. Por uma filosofia das ilhas

As ilhas representam na verdade, como bem assinalou Anne Meistersheim (1993, pp. 111, 112) “fechamento” e “abertura”. Com efeito, “a prisão é uma vocação permanente da ilha” ao mesmo tempo que “para os continentais (as ilhas) significam liberdade, nudez, lugar privilegiado para o naturalismo e a permissividade”. Daí que, de uma forma geral, as praias por elas mesmas, segundo outras interpretações, sejam turisticamente procuradas. No fundo, elas despertam, dentro de uma certa medida, por analogia, sentimentos idênticos aos das ilhas cujos litorais arenosos constituem, de uma forma geral, a sua imagem mais forte.

11.1. A concepção de ilha para Camus

A resposta à pergunta “o que é uma ilha?” permanece sempre em aberto:

“Perguntem a um escritor ou a um encenador: dir-vos-á que uma ilha é um lugar de sonho e de imaginários. Perguntem a um cientista: falar-vos-á do endemismo e da biodiversidade importante e frágil. Perguntem a um marinheiro: verá nela tanto uma escala prometedora, como um perigo para a navegação. Perguntem a um militar: vai raciocinar em termos geoestratégicos. Perguntem a um economista: vai dissertar sobre o desenvolvimento turístico, o custo dos transportes, o acesso à energia. Perguntem a um banqueiro: irá falar de maneira difusa sobre os paraísos fiscais. Perguntem ao Senhor Todo-o-Mundo: vai encher os vossos ouvidos com as suas últimas férias. E poderá acontecer que todos tenham em mente o mesmo lugar geográfico.”

(prefácio *Îles Pionnières*, Actes Sud&Nausicaà et Mare Nostrumm, apud Geneviève Clastres, “Les îles, laboratoire du monde durable?”, in *Voyageons-Autrement.Com*, 2013, pp. 1,2, 11.06.13)

Lionel Cohn (1976, p.p. 64, 65) realça, a partir da passagem de Albert Camus no ensaio *L'Été* em que este exclama “Não há mais ilhas!”, a noção de ilha que o filósofo nos dá enquanto esta é assumida como um conceito filosófico, destacando desde logo o lugar que a ilha, na sequência de Nietzsche, Melville e

Jean Grenier, ocupa na “geografia mítica” deste pensador. Para ele, a ilha representa simbolicamente o regresso à Grécia. Com efeito, para Camus, a ilha, contornada pelo mar e revelando a solidão que o homem deve experimentar pela consciência dos seus próprios limites cujas consequências terá de suportar quando os tenta ultrapassar, representa, inclusive, “o elemento físico primeiro, a natureza na sua pureza original, a permanência do mundo” na sua oposição à degenerescência que a cidade representa. Ela designa, nas palavras de Camus, o itinerário secreto da alma em busca de si mesma. É o refúgio do homem que reflete sobre a sua existência. Importará assim, conhecer, antes de mais, o sentido de uma ilha e progressivamente descobrir a paz e a solidão que a marcam e que deverão conduzir à fraternidade e à solidariedade.

Camus, em consequência da guerra, por ocasião de um primeiro projeto de viagem, vê-se impedido de ir ao encontro das ilhas gregas, das “ilhas afortunadas”. Opta então pela conceção de uma ilha simbólica, aquela que nos obriga a afrontarmos o absurdo da existência perante os seus próprios limites, tal como a ilha se confronta com a imensidão dos limites que o mar lhe impõe na sua beleza fugidia. A ilha conduz-nos ao conflito entre a pobreza e a luz e à contradição entre o mar e as prisões, tornando-nos deste modo menos arrogantes e, encontrando-nos, conscientes da nossa finitude.

Pouco antes da sua morte, finalmente numa ilha grega – a ilha de Lesbos –, terá exclamado a Angelos Katakousinos, deslumbrado pela sua beleza, isolamento e hospitalidade: “É a terra dos deuses, eu vou viver aqui, talvez para sempre...”.

Na crónica “La mer au plus près» inserida na obra *L’été* (pp.169-171) podem ser lidas estas passagens plenas de emoção em que, movido pela nostalgia da distância e assumindo a ideia de ilha como referencial, Camus escreveu:

“J’ai grandi dans la mer et la pauvreté m’a été fastueuse, puis j’ai perdu la mer, tous les luxes alors m’ont paru gris, la misère intolérable. Depuis, j’attends. J’attends les navires du retour, la maison des eaux, le jour limpide. (...)

A New York, certains jours, perdu au fond de ces puits de pierre et acier où errent des millions d'hommes, je courais de l'un à l'autre, sans en voir la fin, épuisé, jusqu'à ce que je ne fusse plus soutenu que par la masse humaine qui cherchait son issue. J'étouffais alors, ma panique allait crier. Mais, chaque fois, un appel lointain de remorqueur venait me rappeler que cette ville, citerne sèche, était une île, et qu'à la pointe de la Battery l'eau de mon baptême m'attendait, noire et pourrie, couverte de lièges creux.

Ainsi, moi qui ne possède rien, qui ai donné ma fortune, qui campe auprès de toutes mes maisons, je suis pourtant comblé quand je le veux, j'appareille à toute heure, le désespoir m'ignore. Point de patrie pour le désespéré et moi, je sais que la mer me précède et me suit, j'ai une folie toute prête. Ceux qui s'aiment et qui sont séparés peuvent vivre dans la douleur, mais ce n'est pas le désespoir: ils savent que l'amour existe. Voilà pourquoi je souffre, les yeux secs, de l'exil. J'attends encore. Un jour vient, enfin..."

Nietzsche, por sua vez, em *Assim falava Zaratustra* (1998, p. 185), um dos textos filosóficos que precede a reflexão de Camus, exaltara também a beleza das ilhas pela voz de Zaratustra que, ao aproximar-se das Ilhas Afortunadas (presume-se que se trataria, neste caso, das ilhas de Ischia e Capri de que Nietzsche guardava uma recordação de encantamento), "já tinha vencido toda a sua mágoa", e exclama: "Estou outra vez só e assim quero estar; só com o céu puro e o mar livre"...Entre o real e o imaginário serão estas, para os discípulos de Zaratustra, as ilhas do futuro e da esperança.

No prefácio ao livro *Les îles* de Jean Grenier, obra que o influenciou decididamente, escreveu Camus, enaltecendo as ilhas reais e imaginárias mobilizadas por Grenier, precisamente enquanto elas exprimem e dão a experimentar sentimentos e sensações de emoção e angústia existencial numa viagem em que o autor não quer fugir, mas antes encontrar-se: "Le voyage décrit par Grenier est un voyage dans l'imaginaire et l'invisible, une quête d'île en île, comme celle que Melville, avec d'autres moyens, a illustrée dans Mardi. L'animal jouit et meurt, l'homme s'émerveille et meurt. Où est le port? Voilà la question qui résonne dans tout le livre".

Garcia (2009), por sua vez, num artigo de apresentação desta obra de Jean

Grenier, escreveu:

“Pour les Romains, qui usaient de la polysémie comme nous nous usons du vocabulaire abstrait, " insula " désignait aussi bien une île, une maison isolée, un îlot de maisons, ou un temple. On a même pu voir, sous la plume de Cicéron, ce substantif référer à un quartier de Syracuse... Sous celle de Jean Grenier (1898-1971), le nom " île " conserve ce flou sémantique, et l'on serait bien en peine de localiser sur une carte les parcelles de terre ferme sur lesquelles il écrit. Une île, chez lui, ce peut être une chambre mansardée " bâtie comme une cellule de navire ", un séjour à Barcelone, tel passage éclair à Sienne, un paysage de Toscane, quand il ne s'agit pas de l'enseigne d'un fleuriste ou des derniers jours de la vie d'un boucher... Comme on le voit, chez Grenier l'île est une réalité aux contours mal définis.

Mais ce que l'on découvre au fil des huit petits textes autonomes réunis ici, c'est que ce sont des îles désertes, bien sûr chacune à leur manière, propices ni aux séjours touristiques ni aux escapades idylliques, car surtout faites pour la solitude (c'est d'ailleurs l'aveu de Grenier lui-même dans une postface écrite trente ans après coup). On se demandera quand même si elles ne sont pas uniquement faites pour que Jean Grenier puisse les écrire - taillées en quelque sorte sur mesure pour porter son projet littéraire.

Quelle que soit leur identité, ces îles incarnent donc l'ultime lieu où l'homme puisse faire l'épreuve de la solitude. Bien entendu, pas n'importe quelle solitude: pas celle de l'errance par exemple, et encore moins celle du désespoir, mais cette solitude que l'ermite réclame, non sans sagesse, en ce qu'elle favorise la rencontre avec soi-même. Car si l'homme aspire à y trouver refuge, sans autre point d'appui que ses rêves, sans rien à quoi s'arrimer, et parfois à son corps défendant, c'est qu'elle est le lieu privilégié pour un face à face avec sa propre conscience. Ces îles sont donc presque davantage des moments (toujours heureux, il faut le noter, et parfois jubilatoires) que des lieux: des îlots de vie pure, de rencontre avec l'essentiel”.

11.2. A noção de “ilha deserta” em Deleuze

A propósito desta ideia de “encontro com o essencial”, encontramos em Deleuze, num pequeno trabalho intitulado *L'île déserte* (2002), uma interessantíssima e marcante reflexão muito especialmente sobre a ideia da «ilha deserta». Desde logo, para o nosso filósofo, num certo sentido, toda a ilha é deserta mesmo

quando o homem vive nela: numa ilha deserta ele torna-se, ou pode tornar-se, a consciência da separação desta. Por outro lado, mesmo quando apenas sonhamos com ela, o homem liberta-se desta maneira do cotidiano da sua vida e pode imaginar uma outra vida, numa outra sociedade imbricada na origem do próprio mundo.

Há, na verdade, um paradoxo que envolve a ilha deserta, sendo que, mesmo quando se procura nela, ou no devaneio da sua existência, o isolamento, aspira-se a que, através dele, a vida se renove. Acontece que, quando sonhamos em torno das ilhas desertas, já estamos a separar-nos para termos a esperança de podermos (re)começar a nossa própria existência. É assim que, segundo Deleuze, “a ilha seria somente o sonho do homem e o homem a pura consciência da ilha” (*op. cit.*, p. 13). Mais ainda: “Não é mais a ilha que está separada do continente, é o homem que está separado do mundo estando na ilha. Não é mais a ilha que se cria do fundo da terra e através das águas, é o homem que recria o mundo a partir da ilha e das suas águas” (*idem*, p. 12). Daí a ilha ser fundamentalmente um ponto de partida e não tanto um ponto de chegada.

Deleuze, valorizando a circunstância de numa ilha, sendo percorrida a pé, se acabar por chegar ao ponto de partida – isto, claro, sempre no âmbito da imagem de uma ilha deserta e certamente de reduzidas dimensões -, associa-lhe a metáfora do “ovo” cósmico: “A ilha é o que o mar rodeia, aquilo a que damos a volta, é como um ovo. Ovo do mar, ela é redonda. Tudo se passa como se ela tivesse posto o seu deserto à volta dela, fora dela” (*op. cit.* p. 14). Deste modo, Deleuze alcança duas importantes asserções: uma, a de que, tão separada como rodeada pela imensidão do mar, a ilha, simultaneamente como espaço de liberdade e de encarceramento, permite ao homem, perante a infinitude e a angústia que aquele provoca, assumir a consciência dos seus limites, da sua finitude; outra, a de que a ilha, além e aquém da sua origem geográfica e das dinâmicas opostas que lhe podem historicamente dar lugar - a continental ou a oceânica, respetivamente por imposição do oceano sobre a terra ou por emersão da terra no meio do mar – é fruto de uma segunda origem com a criatividade

humana. Recuperando a pureza mitológica, volta-se assim, segundo palavras suas, “ao movimento da imaginação que faz da ilha deserta um modelo, um protótipo da alma coletiva” (*op. cit.*, p. 16). O recomeço – a segunda origem que é confiada ao homem – provém do “ovo cósmico”: “A ilha é o mínimo necessário para este recomeço, o material que sobreviveu da primeira origem, o núcleo ou o ovo irradiante que deve servir para tudo reproduzir” (*ibidem*). Daí a visão de uma nova humanidade que remete para o mito do dilúvio – o oceano - e que é ao mesmo tempo remota, tal como a “Ideia de homem” simbolizada pelas estátuas da ilha da Páscoa. Mas, “tal criatura na ilha deserta seria a própria ilha deserta enquanto ela se imagina e se reflete no seu movimento primeiro. Consciência da terra e do oceano, tal é a ilha deserta, prestes para recomeçar o mundo” (*idem*, p. 13).

Nos mitos, que são obra coletiva, a imaginação assume uma unidade com a geografia, acontecendo que o homem, implicando-se no movimento que o leva para a ilha, prolonga a dinâmica de que ela provém. É nestas condições que a ilha aparece como o sonho do homem e o homem como a consciência da ilha. Acontece, todavia, que os seres humanos acabam por se colocar numa posição de exterioridade, tornando individualmente imaginária e relativamente inadequada a unidade da ilha deserta e dos seus habitantes.

Será esta sensação de confronto com o desconhecido e de uma remissão arcaica para mitos de origem que despertam no ser humano a apetência pelas ilhas e, no contexto contemporâneo, a motivação antropológica, ainda que frequentemente inconsciente, pelo turismo insular. A este propósito vale a pena lembrar a passagem em que Deleuze acrescenta às perspetivas que podem formar a noção de ilha o enfoque narrativo: “Sonhar as ilhas, com angústia ou com alegria, pouco importa, é a sonhar que nos separamos, que estamos já separados, longe dos continentes, que se está só e perdido – ou melhor, é a sonhar que se parte outra vez do zero, que se recria, que se recomeça” (*idem*, p. 12).

Na verdade, a ilha deserta – ou a sua representação – está separada desde o momento que, ao pensar nela, alguém experimenta a sensação de, desde logo, ainda que seja apenas por devaneio, se evadir da sociedade em que vive e, mais ainda, poder reconstruir aí uma nova vida pela imersão no desconhecido e, inclusive, algo contraditoriamente, integrando nessa ilha “deserta” uma comunidade ideal. Criar, renascer e reencontrar-se parecem ser assim os traços que da metáfora ou da utopia da “ilha deserta” passam para o inconsciente dos potenciais turistas e outros visitantes.

Gauguin, o pintor emblemático das cores e beleza das mulheres e da natureza do Taiti, ilustra bem esta representação. Sabemos hoje (cf. Mathews, 2001) que o pintor terá sido na prática um homem violento que não só foi cruel para a sua mulher, filhos e amigos, como terá escravizado sexualmente jovens taitianas, as quais eram muitas vezes os seus próprios modelos. Discute-se ainda se ele terá convictamente vivido o exótico idílio taitiano ou se este não foi apenas uma construção e uma compensação para as suas próprias frustrações e também uma estratégia que lhe permitiu usufruir de reputação e admiração em círculos sociais e mundanos da sua época. Em qualquer dos casos, a apresentação e suposta vivência do Taiti como um paraíso prolonga os estereótipos que a colonização da ilha historicamente proporcionou desde a visita de Louis de Bougainville. Nas suas narrações este navegador descreveu tais paragens insulares (apelidadas sintomaticamente de *Nova Cítara*) precisamente como um paraíso em que homens e mulheres praticavam uma sã e inocente convivência, bem longe da corrupção e tabus da sociedade ocidental. Ou seja, o Taiti surge, já desde os finais do séc. XVIII, como uma utopia que incarna a figura do “bom selvagem” imortalizada por Rousseau e retomada por Diderot no seu *Supplément au voyage de Bougainville* (cf, Ansart, 2000).

Os catálogos e outros instrumentos publicitários das ilhas como destino turístico exploram claramente estes referenciais psico-antropológicos nas descrições e nas imagens apresentadas, as quais procuram motivar o futuro visitante para ir ao seu encontro ou, quantas vezes, acabando por proporcionar, sem mais, ao

leitor dessas mensagens de devaneio, subliminares ou expressas, cenários imaginários de pura e simples evasão em viagens pura e simplesmente ficcionais.

11.3. Françoise Péron e o conceito de “desejo de ilha”: a insularidade mítica como expressão da necessidade de ilha

Françoise Péron forjou um conceito que é, a este propósito, muito fecundo sobretudo quando pretendemos relacionar reflexões de índole antropológica com a problemática do turismo e dos fenómenos de comunicação publicitária que o rodeiam. Referimo-nos ao conceito de “desejo de ilha”, a que associa os de “necessidade de ilha” e de “projetos de ilha” (cf. Péron, 2005).

A autora apresenta-nos a este propósito um esboço histórico da emergência desta noção que é igualmente uma vivência mais ou menos imaginária, mas que não pode ser ignorada. Com efeito, a figura idealizada enquanto produto da cultura ocidental vai ganhando forma à medida que as culturas urbanas avançam, com toda a complexidade das suas vantagens e inconvenientes. As vantagens serão as que o progresso promete, os inconvenientes provêm da insegurança que o futuro desconhecido acaba por acarretar. Este sentimento de insegurança acaba por afetar principalmente as camadas socialmente dominantes alarmadas com o fim de uma pretensa harmonia que sentiam nas sociedades tradicionais de pendor conservador e ritmos cíclicos. Neste contexto, os espaços geograficamente marginais, designadamente as ilhas, tendem a surgir como reservas, como “conservatórios de culturas antigas” em cujos habitantes perdurariam, pelo seu isolamento, os valores e as práticas de uma ruralidade bucólica idealizada como paraíso perdido. A ilha é então percecionada como “arcaica” e como “o inverso do mundo continental”, embora, na realidade, “os espaços insulares estejam cada vez mais integrados nos sistemas económicos, sociais e culturais ocidentais” (*op. cit.*, p. 428).

Ora, é neste contexto que assistimos a uma reativação da “insularidade mítica”

como expressão da “necessidade de ilha” que desencadeia o seu desejo. Desde logo porque, vivendo nós num mundo que as distâncias tendem a ser abolidas pela rapidez e multiplicidade dos meios de transporte, “a ilha, pela extensão marítima que a separa do continente, aparece como o último território geográfico que materializa a ideia de distância, de rutura espacial (e temporal)” (*ibidem*). Assim, as ilhas são vistas como impondo simultaneamente, pela sua reduzida dimensão, limites à desmesura humana e, pelo seu isolamento, irrupções de uma alteridade que permite idealizar horizontes alternativos às frustrações da vida urbana.

E é justamente aqui que o turismo insular ganha sentido, mas que se confronta com parâmetros contraditórios e até conflituais para o seu desenvolvimento. Eis as questões lançadas a este propósito por Françoise Péron (*idem*, p. 431):

- Que consequências para as identidades e paisagens insulares?
- Que consequências para as populações locais?
- E, finalmente, haverá compatibilidade entre a “função turística” e a “função patrimonial”?

Parece ser evidente que o turismo afeta de uma forma geral os destinos em que se implanta sobretudo quando se trata do turismo de massas. Todavia, este impacto agudiza-se em espaços relativamente pequenos e ainda por cima fechados como é o caso das ilhas. Se o turismo traz consigo benefícios económicos para os setores que direta ou indiretamente sustentam as suas atividades, é verdade também que pode asfixiar outros setores e subverter identidades locais, mesmo que se aceite que estas naturalmente evoluem. Por outro lado, nem sempre as políticas adotadas para preservar ou incrementar autenticidades reais ou artificiais têm sido compatíveis com a história de cada ilha e que a diferencia de outras ou mesmo de modelos seguidos noutros tipos de territórios.

Estas políticas traduzem-se por projetos de “reinsularização” assentes em

processos de “insularismo social” que, ainda segundo Françoise Péron, deverão acautelar um conjunto decisivo de preocupações de modo a evitar igualmente, sob o impulso do desejo de ilha, a introdução perversa de modelos redutoramente ecológicos, ruralizantes tão conservadores quanto estáticos. A um tal propósito, propõe a autora (*idem*, pp. 434, 435), partindo da abordagem que faz das pequenas ilhas do litoral norte francês, as seguintes orientações no que respeita aos projetos de ilha:

- Uma ilha deve sempre ser olhada como um todo e não somente a partir do seu litoral, promovendo uma solidariedade entre este e o interior;
- Uma ilha deve também ser sempre respeitada na sua diversidade miniaturizada em prol do aproveitamento da sua complexidade de maneira a que não se destrua a riqueza dos seus espaços.
- Uma ilha é um território que acolhe, na sua bipolaridade de fechamento e abertura, sociedades vivas e móveis que tanto se fecham por razões geográficas e de segurança, como se deslocam em busca de recursos no seu exterior;
- Uma ilha, sobre os mitos que a história foi criando, vive sempre, a partir do exterior e dentro de si, o diálogo entre a realidade do espaço insular concreto e o imaginário que lhe confere uma forte carga simbólica, a qual faz sonhar e lhe imprime o estatuto de “contraponto do mundo”.

Transparece destas propostas uma valorização da dialética entre a insularidade e a ileidade, ou seja, entre a delimitação geográfica dos espaços insulares e o empossamento subjetivo da sua identidade local em tudo o que isto significa de complexificação da ideia de isolamento. É importante recordar aqui que, para Deleuze (2002, pp. 14,15), a “ilha deserta” é por ele identificada como sendo “imaginária e não real, mitológica e não geográfica” do que resulta que “o seu destino está submetido às condições humanas que tornam uma mitologia possível”, acontecendo que os povos finalmente não compreendem os seus

mitos, dando azo às narrativas literárias.

No caso português, as ilhas são parte integrante da sua história como revela o extrato da obra de Alberto Vieira (2014, p. 2) que em baixo se reproduz:

“As ilhas, não importa a sua dimensão, desempenharam um papel fundamental na estratégia de afirmação colonial no Novo Mundo, pois que foram um dos pilares destacados do complexo mundo que começou a construir-se a partir do século XV. De imagem do Paraíso, afirmaram-se depois, como espaços de rica exploração económica, escalas retemperadoras e de apoio aos intrépidos marinheiros. (...)”

Nos séculos XVIII e XIX, não foi menor o protagonismo insular. As ilhas passaram de escalas de navegação e comércio a centros de apoio e laboratórios da ciência. Os cientistas cruzam-se com mercadores e seguem as rotas delineadas desde o século XV. A estes, juntaram-se os “turistas”, que afluem às ilhas desde o século XVIII. Na busca de cura para a tísica pulmonar ou, simplesmente, à sua descoberta. Tratou-se do início do turismo nas ilhas que só adquiriu a dimensão atual na década de cinquenta da presente centúria.”

Capítulo XII. Das ilhas como destino à sua promoção como produto turístico: estudo de casos

12.1. Instrumentos e pressupostos

Na análise de casos concretos de promoção das pequenas ilhas como destinos turísticos serão utilizados materiais publicitários disponibilizados por agências e outros promotores turísticos, bem como por organismos oficiais, em suporte virtual e em papel, sob a forma de catálogos e cartazes, *sites* ou simples mensagens promocionais. São assim privilegiados os “agentes induzidos”, segundo a terminologia usada por Camprubi, Guia e Comas já referida anteriormente, na produção das imagens turísticas como “imagens induzidas”, enquanto “imagens emitidas” em cuja composição intervêm, como vimos, uma componente cognitivo-percetiva e uma outra afetiva. Complementarmente, estaremos particularmente atentos às condicionantes introduzidas pelas “imagens universais” na qualidade de “arquetípos do imaginário coletivo”.

Neste contexto concetual e operacional, serão variáveis a considerar as seguintes:

- Imagens: aspetos destacados e recursos gráficos mobilizadas; motivações explícitas e implícitas. As fotografias como comprovativos de realidades concretas ou imaginária dos textos.
- Mensagens escritas: teor e recursos retóricos; motivações explícitas e implícitas.
- Em ambos os casos, elementos denotativos e conotativos de sentido e respetivas intertextualidades;
- Identificação de aspetos parcialmente expostos ou ocultos das respetivas realidades, para além dos conteúdos efetivamente disponibilizados.

Referenciais epistemológicos:

- A hermenêutica do conflito como leitura plural dos textos, a qual reconhece a finitude de cada interpretação singular por se enraizar sempre, no âmbito da sua coerência interna, numa apropriação limitada do sentido que é inerente a uma dada perspectiva que não pode pretender, ideologicamente, anular todas as outras. O conflito, à margem de um qualquer narcisismo hermenêutico, é assim considerado, tal como Ricoeur (1969) o defendeu, inerente às interpretações que, de uma forma ou de outra, têm de considerar as que se lhes opõem ainda que transitoriamente possam suspender a sua importância e a incontornável polissemia dos símbolos;
- Conjugação de realidades objetivas com as leituras fenomenológicas e hermenêuticas, valorizando-se a dimensão subjetiva das primeiras, mas intersetando-se a sua auto-suficiência e autocracia com a abordagem crítica das segundas enquanto recusam a imediatez do acesso à verdade supostamente contida no sujeito;
- A problematização como metodologia de uma razão científica aberta ao questionamento filosófico: valorização do papel do “acontecimento” segundo Derrida e Foucault e da “aventura”, segundo Simmel, - conceitos já tratados - e do problemático como modalidade de sentido pela articulação dos sentidos - subjetivo e objetivo - e da problemática emergente com as formas adotadas pela promoção turística, aspetos oportunamente considerados;
- Reconhecimento da “racionalidade axiológica” como manifestação da racionalidade cognitiva no domínio ético-prático, de acordo com as propostas de R. Boudon anteriormente abordadas, em tudo o que tal significa de assunção da presença e interferência de valores nas escolhas e motivações dos turistas quando optam pelas pequenas ilhas como destino turístico;
- Os limites enquanto linhas que, precisamente pela sua natureza liminar, são

linhas contraditórias de barramento e passagem, alimentando por isso sentimentos híbridos de curiosidade e apreensão quantas vezes promovidos, direcionados e controlados pela publicidade e pela organização de atividades turísticas;

- A vulnerabilidade como característica das comunidades e da sua envolvimento natural em correlação com a contingencialidade dos sujeitos nos contextos relacionais em que atuam enquanto aspetos a considerar tanto por visitantes como pelas comunidades de acolhimento;

- Crise dos estruturalismos e das ontologias do sujeito e sua superação pela valorização da importância da conceitualização crítica no âmbito da investigação em turismo, nomeadamente a que se reporta às pequenas ilhas em que a marginalização das contradições internas aos conceitos usados implica desvios em termos da sustentabilidade global da própria atividade turística;

-As “imagens induzidas” (produzidas pelo marketing), as “imagens universais” (arquétipos do imaginário decorrentes da história) e as “imagens efémeras” (emergentes de notícias) como variantes das “imagens turísticas emitidas” na sua correlação com os “agentes indutivos” (autores das imagens induzidas), os “agentes autónomos” (autores de reportagens, filmes, etc.) e os “agentes orgânicos” (testemunhos), tudo isto segundo a terminologia de Camprubi, Guia e Comas já identificada anteriormente;

- As noções de “lugar antropológico” e de “não-lugar” de Marc Augé, anteriormente referidas, na medida em que remetem para questões de sentido dos lugares erigidos em destinos turísticos, designadamente as pequenas ilhas;

- O declínio da importância da dupla “aqui-agora” e a emergência da ubiquidade por imposição da prevalência das tecnologias da comunicação de acordo com Michel Serres e de um “espaço topológico sem distância”, segundo Virilio, como vimos, o que se torna patente no jogo entre as imagens induzidas e a oferta das

ilhas como heterotopias;

- A equivocidade da noção de autenticidade, frequentemente invocada com um caráter generalista e ambíguo para escamotear ou ocultar a realidade que se pretende promover como destino e que, em qualquer das circunstâncias, não pode, sem mais, ser associada à ideia de primitivismo e estagnação no tempo que as concepções de isolamento associadas às pequenas ilhas alimentam;

- A importância da interculturalidade segundo a perspectiva da antropologia relacional de Francis Jacques no que ela implica em termos éticos ao impor-nos as pessoas como protagonistas da diversidade cultural, bem como tudo o que, a partir daqui lhes é comum;

- A leitura das ilhas como destino turístico expressa no conceito de ileidade por interseção antropológica e vivencial do conceito estritamente geográfico de insularidade, ambos já oportunamente explicitados;

- O potencial motivador das utopias e das heterotopias na relação entre o real, o imaginário, o impossível e o possível na busca do humano, designadamente em referenciais paradisíacos de uma dada pureza ou, novamente, de uma pretendida autenticidade.

Pressuposto hermenêutico:

A atividade turística constitui, para a maioria destes pequenos afloramentos insulares – a grande exceção será Nauru por força da sua história e da exploração intensiva e extensiva dos fosfatos -, o recurso económico mais importante. A promoção destes destinos incide então preferencialmente nas ideias de paraíso e de alternativa radical à rotina do quotidiano que alimentarão o “desejo de ilha”, concebida esta como uma heterotopia.

Tratando-se de uma abordagem fortemente hermenêutica e fenomenológica,

emerge aqui a abertura à pluralidade e complexidade das interpretações e intencionalidades de que decorrem preocupações problematizadoras das práticas promocionais explícitas e implícitas.

Antes de entrarmos propriamente no estudo de alguns casos, apresentamos aqui, a título exemplificativo, alguns dos tópicos de um expressivo desdobrável que evidencia e ilustra o tom com que são generalizadamente tratadas publicitariamente as pequenas ilhas como destinos turísticos de eleição. “Ilhas idílicas” é o nome do catálogo de promoção turística do operador turístico *Solférias*, cuja capa se reproduz em baixo. No seu interior aparece-nos um conjunto vasto de opções em termos de ilhas sempre envoltas, em termos de imagens e de textos, em mensagens de encantamento que despertam no seu âmago o “desejo de ilhas”, em tudo quanto este possa ter de transversal relativamente a outro tipo de destinos, mas também claramente pelo que nele se revela de singular. Assim, a diversidade da oferta compagina-se com a uniformidade da sua caracterização.

Aqui ficam algumas passagens esclarecedoras, as quais são acompanhadas por imagens como as da capa que reproduzem e oferecem alguns dos grandes estereótipos insulares que vão desde as cores em que predominam os azuis e os verdes em conjugação com elementos como mar, a areia branca recortada pela omnipresença da água, os telhados artesanais de colmo e os coqueiros ou palmeiras, salvaguardados igualmente os sinais de conforto e relaxe que emprestam o toque – e a segurança – do tratamento turístico do lugar:

“(…) Ainda existem paraísos no Planeta Terra, e são estes locais que lhe trazemos nesta brochura. (...) São pequenos grandes paraísos para descobrir a dois, em família ou com amigos.”

Kuredu. “Explore. Sonhe. Descubra. Vá de encontro às necessidades dos seus sentidos. Usufrua da companhia daqueles que mais ama num cenário idílico. (...) Os seus sonhos tornar-se-ão realidade.”

Meeru. “Um paraíso tropical de palmeiras verdejantes, praias de areia branca, águas quentes e cristalinas.”

Vilamendhoo. “Com apenas 900 metros de comprimento, esta ilha rodeada por um fantástico recife bastante próximo da praia, é ideal para snorkeling. Entre neste nosso mundo, onde relógio não entra. Deixe o stress e o cansaço ficar lá atrás. Deixe-se envolver por uma sensação de calma e serenidade sem igual.”

É evidente, nesta brochura, a presença de vários dos referenciais epistemológicos antes identificados e sintetizados, os quais, com expressões e dimensões relativas diversas, aparecem igualmente nos exemplos que selecionámos para este capítulo. Desde logo, o jogo entre as “imagens induzidas” presentes nas frases e na gravura e as “imagens universais” implícitas que acabam por dar crédito àquelas, nomeadamente a de “paraíso tropical” que a gravura reforça com a força que um abrigo de colmo assume na sua primeira linha. Curiosamente, a pretensa realidade exótica da praia que se vislumbra ao fundo, já com algumas construções turísticas nessa mesma linha, é reforçada com o conforto artificial e sedutor que o referido abrigo oferece, também este de cariz tropical. Conjugam-se assim as componentes cognitivo-percetiva e afetiva da imagem emitida. Oferece-se um flagrante e aliciente contraste entre um bem-estar proporcionado pelo isolamento e pacatez das ilhas diante de uma vida cansativa que se pressupõe ser a do potencial visitante. Oferece-se ainda a plena fruição do prazer dos sentidos, ou seja, uma certa sensualidade a descobrir num lugar, numa realidade que contraditoriamente se sonha e se torna flagrantemente acessível por se situar para além de um limite que acaba por se afigurar como transponível.

Como nos dizem Smith e Diekmann (2017, p. 4), reportando-se a Heathwood, “o turismo é em grande medida um negócio que visa a realização de desejos idealizados”.

Ressalta, neste mesmo enquadramento, que o recurso a artifícios de forte apelo persuasivo é, no fundo, uma resposta antecipada à capacidade de resiliência do leitor ou, talvez melhor, dos leitores enquanto cada um deles, sem prejuízo de traços comuns nas representações que fazem, afirmarão também certamente alguns ângulos de visão distintos e até conflituais entre si. A imagem oferecida, apesar da sua relativa abstração, assume uma função que, sendo sedutora, pretende impor-se como realidade no plano subjetivo inconsciente dos potenciais consumidores, universo esse moldado pelas já referidas imagens universais.

As ilhas emergem como “lugares antropológicos” com um forte sentido identitário por se apresentarem como redutos de uma humanidade tida como matricial, mas perdida no bulício materialistas das nossas sociedades. A quietude hospitaleira contida nas metáforas das palavras de que a imagem é, afinal, uma projeção que revela isso mesmo, ou seja, neste caso, o acolhimento do outro e a dádiva do que sendo seu poderá ser partilhado preenchendo, quase que desde o nível mais elementar da pirâmide de Maslow, “as necessidades dos seus sentidos”.

SOLFÉRIAS, INAVY Nº 12893, C/DCL 50339938



SOLFÉRIAS
viajar aproxima

COLEÇÃO PRIMAVERA-VERÃO 2016

ILHAS IDÍLICAS



Figura 9. Solférias Coleção Primavera Verão 2016
in <https://issuu.com/solferias/docs/ilhasidilicas-verao2016-web>

12.2. As Seychelles

A propósito das Seychelles (in www.seychelles.org, So Seychelles | Holidays On Paradise Islands, 2.01.2017) pode ler-se:

“A lucky few may experience the thrill of living on their own private island. But for everyone else the islands of Mahe, Praslin and La Digue offer the chance to escape the real world and get back to nature. Which one will you choose?”

Ou também:

“Welcome to Paradise. Welcome to the Seychelles. No you're not dreaming. This is what it looks like - the sand is really that white, and the sea that wonderful blue. You can stay as long as you like - why don't you have a look around?”

Um dos sonhos mais expandidos é o da posse de uma ilha, tal como alguns milionários de que Onassis, dono da ilha grega de Scorpis, se tornou o exemplo mais conhecido. Ora é essa experiência que este anúncio oferece, inclusive com o recurso estilístico da redundância (a ilha será “própria” e “privada”): “viver na sua própria ilha privada”. Mais ainda, ao fazer-se turismo nestas ilhas tem-se “a oportunidade de escapar ao mundo real e voltar para a natureza”. Ou seja, assume-se que o mundo insular não é real, no sentido de não ser rotineiro e desinteressante, proporcionando-se, afinal, a realidade do sonho, do imaginário, regressando-se mesmo ao mito do paraíso perdido, tornado real sem deixar de ser imaginário. Ou seja, estas ilhas, pelas contradições aliantes que oferecem, são, na sua excecionalidade, a concretização inefável, por tempo indeterminado, do impossível de uma vida comum.

Como estratégia motivadora e convincente aí estão as fotografias para evidenciar que o potencial turista não está a sonhar, ou melhor, que o seu sonho

existe e que as Seychelles são “o que está a ver”. O apelo é claro: “Bem-vindo ao Paraíso”! E, repare-se, não é *um* paraíso, mas *o* Paraíso.

Estão assim projetados e realizados todos os ingredientes de uma heterotopia enquanto utopia concreta e não como atopia, sendo que, para isso, o facto de ser um produto turístico quase desaparece, precisamente para ser mais convincente. Enquanto heterotopia desvanece-se o limite que, no quotidiano, separa o real do irreal, o lugar concreto – aqui e agora – do lugar ideal – situado algures numa ucronia, afirmando-se antes o poder convincente, porque sedutor e alternativo, de um lugar tão idealizado quanto concreto idealizado.

Por sua vez, o *site* da Agência Abreu (in www.abreuexpress.com, Praias Exóticas | Seychelles - Abreu, 2.01.2017) destacava, sobre as Seychelles, no mesmo tom, que “Seychelles é sinónimo de Paraíso Tropical”, aqui fazendo ressaltar o seu carácter de ilha exótica e quase deserta:

“Seychelles é sinónimo de Paraíso Tropical. Este arquipélago de 115 ilhas de granito e coral estende-se como esmeraldas sobre as águas azuis, mesmo abaixo da linha do Equador. A maioria são ilhas virgens, com praia de areia branca e cobertas de palmeiras, mas todas continuam a ser verdadeiros santuários de algumas das espécies mais raras e exóticas do mundo.”



Figura 10. Seychelles

in www.telegraph.co.uk/travel/destinations/africa/seychelles/articles/why-the-seychelles-are-the-most-beautiful-islands-on-earth/

Seychelles: o isolamento de uma ilha com os seus contornos de um mar imenso e belo configura a insularidade extrema da ileidade que atinge o paradigma da rutura com o resto do mundo.

No *site* da TripAdvisor (Ilhas seychelles - Promoções de hotéis - tripadvisor.pt, 02.01.2017) consta:

“A maior e a principal ilha das Seicheles, é em Mahé que se situa a capital, Vitória, e tem cerca de 70 000 habitantes (cerca de 90% do total da nação). Ainda assim, a ilha mantém a sua beleza idílica, com montanhas de quase 1000 metros e inúmeras praias magníficas.”

Ou ainda em viajeaqui.abril.com.br/paises/Seychelles (2.01.2017):

“Com ares de paraíso tropical, **Seychelles** é um país insular formado por 115 ilhas no Oceano Índico. A nação preza pelo turismo sustentável, ou seja, há áreas de preservação e controle da quantidade de turistas. Considerada a menor capital da África, Victoria, com algumas características de uma vila de pescadores, fica na ilha Mahé, dona de praias de areia clara e águas limpíssimas e de uma vegetação exuberante.”

Retoma-se a imagem do “paraíso tropical” ligado ao facto de se tratar de um “país insular” e à sedução da capital, Victoria, enquanto cidade liliputiana, a par

da pureza das praias e da vegetação exuberante, tudo certamente em contraste com a escala gigantesca das vivências urbanas dos turistas que procuram estas paragens. Desde logo se promete também a tranquilidade assegurada por uma gestão cuidadosa dos fluxos de visitantes, certamente em locais de exceção reservados a alguns eleitos que, podendo, se disponibilizarão para usufruir deste suplemento verdadeiramente extraordinário, num autêntico retorno às origens...

E eis que a oferta do paraíso na Terra, assim tornado acessível, se cruza com o idealismo do amor conjugal em busca da certeza da sua realização:

“O melhor destino para ir em lua-de-mel (afinal, o paraíso existe)

08/12/2016.



Figura 11. Seychelles considerado o melhor destino para ir em lua de mel, in <https://www.voltaaomundo.pt/2016/12/08/o-melhor-destino-para-ir-em-lua-de-mel-afinal-o-paraiso-existe/>

“Na 23.^a edição dos World Travel Awards (08.12.2016), que decorreu nas Maldivas no passado dia 2 de dezembro, o evento premiou a nível mundial os melhores exemplos de boas práticas no sector do Turismo.

Criados em 1993, os prémios representam uma das distinções mais importantes que as empresas do setor turístico podem receber, entregues por uma marca reconhecida como selo de qualidade. A votação é realizada pelo público em geral e também por profissionais do Turismo. Quanto ao melhor destino de lua-de-mel do mundo, o prémio foi entregue às **Seychelles**".

(www.voltaaomundo.pt/2016/12/08/o-melhor-destino-para-ir-em-lua-de-mel-afinal-o-paraiso-existe/, 2.01.2017).

Aqui destaca-se a ideia de um refúgio idílico e romântico proporcionado pelo que se considera ser "o verdadeiro espírito das Seychelles" em que os valores da verdade e da pureza - que se elegem em abstrato – apelam a uma adesão espontânea e sentida:

"Irresistible island escapes

The Seychelles is a picture-perfect collection of islands, home to some of the most beautiful beaches in the world. We recommend that you don't limit yourself to just one of these enchanting islands, but explore at least two to really feel the true spirit of the Seychelles. Whether you're looking for a great family hotel, a romantic retreat or an idyllic hideaway, you'll find it in the Seychelles."

(in Seychelles Holidays - Holidays to the Seychelles 2017 / 2018 - Kuoni, www.kuoni.co.uk/seychelles)

Acontece que as Seychelles, depois da independência, apostaram no desenvolvimento do turismo que rapidamente suplantou a importância económica tradicional da agricultura, tendo atingido o maior rendimento nominal *per capita* de África e elevados valores no Índice do Desenvolvimento Humano. Porém, as Seychelles são também um dos países do mundo com mais desigual distribuição da riqueza e inerente injustiça social, continuando a prevalecer uma elevadíssima taxa de pobreza.

12.3. As ilhas do Pacífico

12.3.1 Barbados

A mensagem de Barbados, difundida pelo Escritório de Turismo de Barbados em São Paulo (in www.visitbarbados.org, Visit Barbados - The Official Barbados Tourism Guide, 2.01.2017) no ano de 2016, é aqui paradigmática: “DESCUBRA BARBADOS: A ilha de Barbados é um daqueles lugares idílicos que procuramos para nos refugiar em nossos sonhos. Muitos brasileiros já conhecem o país e todos que por lá passam se apaixonam e se entregam ao jeito bajan de viver! Também, não há nada melhor do que passar o dia em uma praia de areias brancas, relaxando enquanto admira o degrade de azuis do mar caribenho ou se divertindo em uma das centenas de atrações do país que esbanja cores, alegria, sons, temperos e histórias”. Ou: “Relaxe no paraíso: fuja da correria do dia-a-dia e relaxe em uma das 60 praias platinadas que cercam a nossa costa”. Ou ainda: “Imagine-se dizendo “eu aceito” em Barbados; seu véu ondulando na brisa fresca tropical; o doce aroma de jasmim no ar, o som do mar encontrando a orla costeira e acariciando as areias ondulantes; raios de sol ofuscantes iluminando o seu vestido diáfano. Certamente seria um dia para nunca mais esquecer. Nosso foco é trazer seu sonho um passo mais perto do jeito mais simples possível. Escolha um casamento que irá deslumbrar você e seu parceiro, encantar seus convidados e abençoar suas memórias”.

Repare-se na valorização das praias em termos da sua beleza e quantidade, elementos que decorrem da própria natureza do universo insular muito marcado pela presença constante das linhas de costa que, reforçadas pela cor das areias e do mar, apelam fortemente à evasão. Evasão esta ou, talvez melhor, a sua busca, que constitui uma das grandes motivações para quem pretende fugir, ainda que fugazmente, do frenesim do mundo em que vive normalmente. Acresce um conjunto encantatório de predicados – a “brisa fresca tropical”, o “doce aroma de jasmim no ar”, os “raios de sol ofuscantes” ... - que ajudam a formar o contexto perfeito para a união daqueles que se amam, garantindo a sua

persistência em memórias que ficam assim abençoadas.



Figura 12. « Bottom Bay Beach in Barbados»: um convite à plena evasão em praias de cor branca, banhadas por um mar turquesa e marginadas pelas palmeiras que simbolizam o exotismo destas paragens. A imagem, pelo seu impacto visual, alimenta a realização do sonho, emprestando-lhe autenticidade.

in www.trilhaseaventuras.com.br/10-praias-de-barbados-para-tomar-um-banho-inesquecivel/

No magazine, de que em baixo se reproduz uma parte, incentiva-se os “viajantes independentes” a usufruírem da possibilidade de uma autonomia individual ou em grupos restritos que normalmente é associada, de forma positiva, ao isolamento das ilhas. Uma tal independência prende-se com o atrativo da autenticidade com tudo o que esta promete proporcionar em termos de uma experiência pessoal certamente diferente das férias estandardizadas do turismo massificado. Sugestivos ingredientes como o mistério e intriga – dimensões ilustradas por uma fotografia em que surge um caminho solitário no meio de uma floresta densa - são introduzidos para mais fazer despontar a curiosidade e uma certa ideia de aventura. Repare-se que são assim introduzidos os ingredientes próprios da aventura que, como tal, caracteriza especialmente a viagem não turística em tudo quanto ela tem de abertura aos acontecimentos na sua imprevisibilidade, o que à partida, contrasta com os desejos de segurança e de certezas quanto ao modo como tudo se vai passar que normalmente são exigidos pelo turista. Aspeto importante a destacar a este propósito é a circunstância de se utilizar a expressão “independent travelers” aparentemente sem conotação com a figura do turista, ideia que se reforça ao caracterizá-los como “independent-minded traveler” que procura justamente “an independent

lifestyle holiday”. Daí haver “island adventures for the discerning traveler”, isto é, a ilha enquanto espaço que por si mesmo encerra mistérios acaba sempre por aparecer como o cenário que especialmente fecunda o interesse do visitante que a brochura em causa explicita e explora.

Curiosamente, tratando-se de um instrumento de publicidade dirigida, o texto culmina com a oferta de uma unidade hoteleira de luxo em que certamente serão disponibilizados todos os requintes que a busca de comodidade e segurança impõe de modo a oferecer-se uma atraente simbiose da liberdade com o “estilo de vida” ... Supera-se, deste modo, o possível impasse que a contradição assinalada, a persistir no texto, poderia produzir no leitor destes documentos publicitários. A sugestão do risco, nestas circunstâncias, tem de ser bem calculada de forma a conseguir-se um equilíbrio que seja aliciante, proporcionado aqui pela oferta compensadora de um final feliz. O turismo de aventura aparece aqui como um referencial contido.

A preceder este convite à aventura é sintomaticamente feita a apresentação de Barbados como um “paraíso tropical” em que a adjectivação acaba por ser uma redundância na medida em que a tropicalidade destas paragens de imediato se associa ao paradisíaco. Logo de seguida assegura-se o respeito pela originalidade do lugar, pela sua cultura e pelas suas populações, o que poderá ser lido como a consideração da sua autenticidade e abertura a uma relação intercultural.

É, por último, curioso referir que estas informações e descrições aparecem no *TravelersInsights Magazine/Barbados Brochures* como se se tratasse de uma reportagem ou notícia de um “agente autónomo” e não como uma imagem emitida por um agente induzido, com certeza com o intuito de tornar mais credível, porque insuspeito, o seu conteúdo.

“Barbados Brochures

Barbados is truly an amazing place, a tropical paradise with an abundance of charm that will draw you back time and time again.

We are creating a series of magazines, brochures and publications to capture unique insights of our local places, people and culture. These can be viewed online or printed and delivered.”



Figura 13. Barbados

First up is our Barbados Holidays For 'The Independent Traveler' magazine, with stories of adventure and intrigue as well as the incredible package offer that includes an unbelievable discount for the premier villa hotel in Barbados.

in <http://barbados.org/brochures/#.WnRUuahI8dU>

“New Magazine Features Barbados Holidays for Independent Travelers



Figura 14. Barbados Magazines
in <http://barbados.org/blog/magazine-barbadosholidays4-independenttravelers/#.WnRVBahl8dU>

Travelers Insights Magazine Publishes Barbados Holidays For ‘The Independent Traveler’

We are pleased to announce that the new issue of TravelersInsights magazine is all about Barbados vacations for the independent-minded traveler.

This is a beautiful issue of TravelersInsights covering aspects of what an independent lifestyle holiday is. As more and more travelers are looking for an authentic and personal experience, the magazine is sure to hit a cord with many.

Mystery and Intrigue

Included in this issue are stories of mystery and intrigue surrounding St. Nicholas Abbey and featuring it as a premier historic and heritage attraction in Barbados. Also covered are stories on the colorful early history of Barbados when it was discovered and settled by the British, who it seems were the only ones to

appreciate it as it was passed over by the Spanish, French and Dutch for all of its early history.

The story suggests that the early founder may have been misinformed about the real value of Barbados, but as it turns out his advisers were right. The island went on to become one of the richest exporters of sugar and rum.

Adventure and Lifestyle Holidays

This issue also features an island tour by a couple of discerning travelers who end up at Six Men's Bay Fish Market chatting with Sarge who helps them with recipes and suggestions for the fish they bought for dinner, which he cleans and prepares for them.

The main focus of the issue is, of course, independent holiday living. For this, Settlers Beach Villa Hotel Resort, on the prestigious West Coast, offers a spectacular package with an unprecedented discount. This luxury accommodation, in the neighborhood of some of the world's greatest hotels – the Sandy Lane and the Coral Reef – is now affordable to anyone of reasonable means and is ideal for families, children and for a romantic escape. With a discount starting at 55%, it's perfect for budget-conscious vacationers who love a deal as much as they love to live in style and freedom.

The magazine is an easy, fun read, full of color and images of Barbados Holidays – from horses on beaches to heritage tours and island adventures for the discerning traveler.”

(in www.barbados.org/know.htm - Official Website of the Barbados Tourism Encyclopedia, 29.12.2016)

12.3.2. Tuvalu

No *site* do Departamento de Turismo de Tuvalu de 2013 (Tuvalu Official Tourism Website - Discover Timeless Tuvalu ..., *archive.is/vo3r* , 2.01.2017) realçando-se o valor da autenticidade numa nação que, quase sem automóveis e com poucas

estruturas turísticas, vive sob a ameaça de ficar submergida a curto prazo em consequência da subida das águas do mar, podia ler-se:

“Welcome to Timeless Tuvalu! One of the smallest and most remote nations in the world, this unspoiled corner of the Pacific offers a peaceful, and non-commercialized environment that is ideal for rest and relaxation. The spectacular marine environment consisting of a vast expanse of ocean interspersed with atolls, magnificent lagoons, coral reefs and small islands all provide a unique South Seas ambiance. In Tuvalu you will discover a distinctive Polynesian culture of atoll island people who vigorously maintain their unique social organization, art, crafts, architecture, music, dance and legends”.

Realce-se o uso da expressão “Timeless Tuvalu”, a eterna Tuvalu, em conjugação com as ideias de se tratar de uma minúscula paragem remota e intocada no meio da vastidão dos míticos Mares do Sul que mantém, no seu isolamento, a singularidade da sua cultura, da sua organização social e das suas lendas.

Curiosamente, o guia do viajante de Tuvalu apresenta os atrativos típicos de Tuvalu, partilhados pelas restantes ilhas da região, sem prejuízo de se referir como acréscimo ao seu subdesenvolvimento que contribui para o carácter inexplorado dos seus recursos e, dentro de uma certa medida, para a manutenção de uma autenticidade que poderá interessar uma significativa faixa de turistas. O visitante sabe que terá de contar com a improvisação no que respeita à alimentação e até mesmo ao alojamento, sugerindo-se implicitamente uma certa partilha em termos de precariedade de recursos e de vivência da vulnerabilidade das populações locais não tanto por solidariedade, mas sobretudo pela atratividade de uma experiência insólita. A pobreza aparece deste modo como o fator que sustenta a autenticidade de um povo perdido no seu isolamento e ainda mais fragilizado com a ameaça de viver uma insularidade efémera. É importante ter presente que as ilhas pequenas são mais suscetíveis

de serem atingidas pela pobreza em função da exiguidade dos seus recursos e, portanto, da sua exposição às adversidades.

Transcreve-se uma passagem do guia turístico de Tuvalu:

“Tuvalu - Funafuti - *“Tuvalu Travel Guide”*

Tuvalu, the world's second-smallest country and, according to the United Nations, one of the least developed, fulfils the classic image of a South Sea paradise. Visitors come to the islands to enjoy the peaceful atmosphere and palm-fringed beaches. Pandanus, papaya, banana, breadfruit and coconut palms are typical. Traditional buildings with thatched roofs can be seen virtually everywhere on the islands. (...) There are no shops whatsoever in Funafala, so visitors should take their own provisions.”

(in Tuvalu Travel Guide and Travel Information - World Travel Guide www.worldtravelguide.net, Destinations, Oceania, 2.01.2017)

Olhando para a realidade de Tuvalu, constatamos que o conjunto de pequenas ilhas e atóis que a constituem não têm alturas superiores a 7m, enfrentando a dramática ameaça sempre presente da subida das águas do mar e o seu conseqüente desaparecimento. Isto, apesar de ser considerado como o país do mundo que menos polui. Entretanto, um quarto da população vive abaixo do limiar da pobreza.

Trata-se claramente de uma publicidade que mobiliza “imagens induzidas” e “imagens universais”, escamoteando a realidade ou promovendo-a enquanto peça de um turismo negro ou que assenta, a par do exotismo, na curiosidade pela pobreza associada ao primitivismo e à ideia que da parceria de ambas decorre a autenticidade de uma humanidade perdida que valerá a pena conhecer e até experimentar como valor.

12.3.3. Grenada

Por seu turno, o *site* oficial do Turismo de Grenada descreve assim, em 2014 (in www.grenadagrenadines.com, Pure Grenada | The Official Website of the Grenada Tourism Authority, 2.01.2017), a experiência de uma visita a esta pequena nação insular:

“Discover Pure Grenada

Welcome to the Spice of the Caribbean; a place where untouched beauty meets our warm people content with a simple way of life. Grenada offers a lifestyle so pure and authentic that you feel instantly renewed. Our enchanting islands boasts silky stretches of white sand beaches, sunken treasures adorned by corals and unspoilt landscapes undiscovered by crowds. So, take a journey like never before; a journey that is pure and real. Welcome to Grenada, Carriacou and Petite Martinique!”

Ou ainda:

“Pure Romance. It is said that love begins in Grenada and with its peaceful locales and captivating beauty, the island sets the tone for couples hoping to be undisturbed.”

O refúgio tantas vezes procurado pelos casais apaixonados é assim expressamente oferecido por uma ilha que, pelo seu isolamento, permite garantir que não serão perturbados.

A autenticidade da maneira de viver assente na pureza singular do calor humano de um povo que preserva esse valor vivendo feliz com a simplicidade dessa vida é reforçada pela envolvência do seu meio natural, esplendoroso e igualmente puro. A beleza desta envolvência acaba por se fundir com a beleza do amor criando-se assim realmente um autêntico paraíso prometido a esse amor.

Reforça-se deste modo a imagem turística induzida que é criada, como o demonstram as passagens seguintes:

“Pure Nature. Whether it's the striking splendor of the gardens or the cascading beauty of the waterfalls, a vacation in Grenada is nothing short of enchanting.

Pure Smiles. Adjust your body to island time and allow the pure warmth and laidback lifestyle of the Grenadian people to add that extra magic to your vacation.

Pure Nature Whether it's the striking splendor of the gardens or the cascading beauty of the waterfalls, a vacation in Grenada is nothing short of enchanting.”

Repare-se na carga persuasiva de apelos como “adjust your body to island time” para, desprendido do ritmo urbano, o turista, aderindo ao estilo de vida da comunidade granadina e ao encanto da natureza, relaxar-se e deixar-se contagiar pela magia local.



Figura 15. A presença de uma imagem múltipla de ilhas reforça a representação da insularidade in <http://www.grenadagrenadines.com/>

E no *site* Grenada - Sandals, www.sandals.com (08.01.17) pode ler-se:

“The islands are our home Come share them with us. Grenada the spice island. Explore the natural splendor of an exotic, unspoiled hideaway. Grenada’s volcanic origin has created a landscape of great beauty and variety, the perfect backdrop for a romantic getaway.”

Ressurge de novo a ideia da ilha como terra matricial a que, pela experiência turística, podemos aceder e onde, como refúgio e talvez por isso, o amor poderá ser vivido.

O seu carácter vulcânico, se proporciona uma singular beleza natural, confere também à ilha uma insularidade forte no meio da vastidão do oceano, aspeto que a fotografia reforça.



Figura 16. Grenada
in www.sandals.com

Grenada aparece como a visão da aventura, da liberdade e da partilha de afetos, palmilhando-se o trilho de uma ilha que, sugere-se, conduz a uma outra... Como dizia Deleuze, “a ilha é o que o mar circunda e onde damos uma volta, é como um ovo, ovo do mar in

12.3.4. Taiti

No caso concreto do Taiti, assinala-nos Sonia Faessel (2006), que esta ilha foi desde cedo associada ao mito da *Terra Australis Incognita*, o qual se inscreve na crença da existência de uma terra desconhecida para além dos limites do mundo até onde tinham chegado os navegadores, claramente um arquétipo, uma “imagem universal”. A particularidade de ser uma ilha favorece o acalantar do

próprio mito da ilha como tal enquanto espaço isolado e protetor em que a sua transparência, harmonia e alegria permitiriam um regresso fantasioso às origens e à autenticidade de uma natureza humana pura. Curiosamente o testemunho vivido de Bougainville, o mais citado e reputado viajante que visita a ilha no século XVIII, descreve as suas paisagens e os seus habitantes sob o modelo de Virgílio que ele evoca constantemente, o que denota o carácter imaginário das suas sedutoras e aparentemente reais narrações.

A verdade, porém, é que o mito do Taiti – bem como de outros édenes similares - persiste até hoje, sendo amplamente aproveitado e alimentado pelo marketing turístico. Logo no *site* oficial do Turismo do Taiti (Tahiti Tourisme - Official Web Site www.tahiti-tourisme.com) pode ler-se esta descrição amplamente sedutora de acordo com a representação mítica que, existindo, se oferece por entre imagens que atestam um ambiente idílico a algumas horas de avião da costa leste de um país como os Estados Unidos da América, com um enorme potencial de turistas:

“The Islands of Tahiti offer an array of diverse experiences combined with rich Tahitian culture. Immersed in a world of majestic mountain peaks, turquoise waters and white-sand beaches, visitors to our islands create memories through authentic experiences that cannot be found anywhere else in the world. For centuries, the Tahitian people have referred to this as "Mana". Mana is a life force and spirit that surrounds and connects all living things. You can see it. Touch it. Taste it. Feel it. And from the moment you arrive, you will understand why we say our islands are Embraced by Mana.”

“Tahiti – Moorea – Bora Bora – island names that evoke a wonderful state of mind, seducing honeymooners, romantics, adventurers, and vacationers looking for escape.

Here, around these South Seas isles, a romantic sunset sea sends giant curls of turquoise breaking onto the colorful reefs that protect the tranquil

lagoons of warm, bright-emerald waters and white coral-sand beaches.”

E num outro *site*:

“As enormes praias virgens e os paraísos escondidos nos atóis de corais das ilhas Tuamotu são o refúgio perfeito para os que procuram intimidade e esquecer o tempo, recriando a história de Robinson Crusó numa ilha deserta. O silêncio só é interrompido pelos pássaros, pelas ondas do mar e pelas palmeiras.” A PRÓXIMA VIAGEM: Tahiti... Um convite ao Romance!

(in www.aproximaviagem.pt/n4/05_polinesia.html)

Há claramente nestes textos uma simbiose entre as imagens universais e as imagens induzidas, oferecendo-se ao visitante a possibilidade quase instantânea de participar no animismo que envolve e percorre os seres vivos e a natureza em geral das ilhas. Repare-se que as ilhas, por o serem, contêm e delimitam o espírito que as anima. Complementarmente, a invocação de um romantismo despertado pela envolvência de uma diversidade harmónica de cores bem como pela carga mágica da própria toponímia, a par da recordação da experiência de Robinson Crusó completam o quadro tão paradisíaco quanto remoto destas paragens.



Figura 17. A areia branca, as palmeiras, o mar turquesa e, ao fundo, um “enclave” turístico: os ingredientes de uma ilha exótica que a imagem promete como uma realidade.

Foto de mvaligurskyn

in <https://pt.depositphotos.com/146081729/stock-photo-palm-trees-over-stunning-lagoon.html>



Figura 18. As vahinés sempre sorridentes e festivas: um estereótipo persistente da imagem turística do Tahiti
in <https://www.thinkingoftravel.com/quest-post-explore-the-wonders-of-tahiti/tahiti-women/>

Louis-Antoine de Bougainville, em *Voyage autour du Monde*, descreve a ilha como um paraíso na terra, rapidamente estendido a toda a Polinésia, onde homens e mulheres viviam felizes em inocência, bem distantes – e até protegidas - dos tabus da civilização, apresentando-se as nativas – as *vahinés* – como símbolos de uma sensualidade feminina publicamente assumida. Estas representações terão mesmo influenciado a ideia de “bom selvagem” de J.-J.-Rousseau que utopicamente teria existido algures. Contudo, segundo Serge Tzcherkezof (2005):

“Le malentendu fut immense: des hommes occidentaux, pour qui c’était la femme en général et non l’homme qui représentait l’état de nature et l’instinct de l’amour, débarquèrent dans une Polynésie où ce qu’ils prirent à tort pour un appel général des femmes à l’amour leur fit voir tout ce qu’ils observaient à travers le prisme de leur conception du féminin.”

Importa ainda considerar o papel dos testemunhos na certificação do caráter idílico destes destinos:

“Chegou a hora de voltar ao paraíso. Fazia tempo que o Thaiti vinha colorindo e atijando os nossos sonhos. E lá vamos nós para um dos destinos mais românticos e azuis do mundo, a Polinésia Francesa.

Chegar lá não é das tarefas mais fáceis. É distante! Também não é um destino barato. Mas, certamente é um belo investimento em nome do amor e da felicidade.

Desde que o capitão francês Louis-Antoine de Bouganville atracou no arquipélago, em 1768 e espalhou para o mundo que havia encontrado o ‘Jardim do Éden’, o lugar passou a habitar o imaginário coletivo dos casais apaixonados.

É um privilégio poder desfrutar desse paraíso perdido, com alguém especial, em bungalôs sobre essa água azul cristalina.

Convido vocês a embarcarem com a gente nessa viagem.”

RUMO A POLINÉSIA FRANCESA | Viajar pelo Mundo!

www.viajarpelomundo.com › Oceania › Polinésia Francesa › Tahiti

A proposta de um paraíso natural oferecido ao amor pela sua privacidade mítica e paradisíaca, envolvimento que a torna o “centro do universo romântico”, é oferecida por Bora Bora:

“Bora Bora, The Romantic Island

Under a one hour flight from the island of Tahiti or Moorea, the island of Bora Bora, with a lagoon resembling an artist's palette of blues and greens, is love at first sight. Romantics from around the world have laid claim to this island where the castle-like Mount Otemanu pierces the sky. Lush tropical slopes and valleys blossom with hibiscus, while palm-covered motu circle the illuminated lagoon like a delicate necklace. Perfect white-sand beaches give way to emerald waters where colored fish animate the coral gardens as they greet the giant manta rays. This could be easily be described as the center of the romantic universe, where luxury resorts and spas dot the island with overwater bungalows, thatchedroof villas, and fabled ambience.

Simply said, Bora Bora is the most beautiful island in the world.

Pora Pora - the ancient name, meaning "first born," came from legends describing this as the first island to rise when Taaroa, the supreme god, fished it out of the waters after the mythical creation of Havai'i, now known as Raiatea. Although the first letter "B" does not exist in the Tahitian language, when Captain Cook first heard the name he mistook the softened sound of the Tahitian "P" for "B" and called the island Bola Bola.

Romance on Bora Bora

Truly, the most romantic island in the world. From the dramatic scenery to the privacy and amenities of the overwater bungalows, everything in Bora Bora equals a 10 on the romance scale. Resorts have been welcoming couples for over 40 years and their special amenities have been fine tuned to perfection. From sunrise to sunset, each resort has designed their own blend of unique romantic experiences for their guests to choose from."

(in Bora Bora Island Tourism Information from Tahiti Tourisme North ...
www.tahiti-tourisme.com/islands/borabora/bora-bora.asp)

As imagens e os textos proporcionam-nos uma coerente articulação entre as noções – vividas como quase sentimentos - de “desejo de ilha”, “necessidade de ilha” e “projetos de ilha” sintetizadas por Françoise Péron, aqui exploradas enquanto importantes fatores de motivação sobretudo quando os destinatários destas mensagens são turistas ocidentais oriundos de meios urbanos com todas as suas vantagens e inconvenientes. Continuando a seguir as palavras de Péron já anteriormente abordadas neste nosso estudo, trata-se de uma utilização da “insularidade mítica” que, sendo expressão da referida necessidade de ilha, desencadeia desejos.

São entretanto ocultados ou secundarizados fenómenos locais bem contrastantes com este quadro paradisíaco e que têm a ver com os alarmantes

índices de pobreza, analfabetismo e corrupção que campeiam numa sociedade que, na sua grande maioria, em vez de beneficiar do turismo é dele, de uma forma ou de outra, vítima. Vale a pena, justamente a este propósito, reproduzir aqui a seguinte passagem de Bénédicte Auvray (2012, pp. 92, 93):

“Le touriste s’inscrit dans une démarche de recherche de conformité, de véracité. Les destinations tropicales insulaires évoquent systématiquement le paradis sur terre (...), référence indépassable. Il s’agit donc tout autant de s’assurer de la réalité de ces décors, de ces vues hors du monde, comme en témoignent certaines récurrences dans les entretiens menés à Bora Bora: on y vient pour «voir si le bleu était aussi bleu», «si c’est beau comme dans les magazines ». On ne voyage certes pas en Polynésie pour s’assurer que les photographies du Guide du Routard ou du Lonely Planet n’ont pas été colorisées. Mais la renommée de Bora Bora repose principalement sur son lagon et ses différentes nuances: le bleu des Mers du Sud est loin d’être aussi uniforme que le bleu Klein. L’éloignement de Bora Bora de la côte ouest américaine ou plus encore de l’Europe, ainsi que le coût très élevé des prestations hôtelières accentue davantage encore cette attente d’émerveillement devant le lagon. D’ailleurs, les jours de temps couvert ou de pluie sont une calamité pour les touristes qui se retrouvent déçus devant un lagon gris, et désœuvrés dans une structure hôtelière souvent inadaptée pour des activités d’intérieur.

Cette situation est pour le moins étrange. La production iconographique nourrit le désir de voyage en donnant à voir au client potentiel ce que l’on suppose être sa représentation a priori de la destination. Sur place, le touriste cherche à constater la véracité, la réalité des belles images qu’il connaît. La production iconographique se trouve appauvrie par cette boucle sans fin quitte à donner une image partielle voire erronée de la destination.

La déception relative (et difficile à formuler) des touristes en Polynésie française n’est pas uniquement due à un mauvais rapport qualité-prix mais aussi à la constatation d’un fait surprenant: il y a peu de plages à Tahiti, et encore moins de plages de sable blanc. Il est en effet très difficile de trouver des vues des plages de sable noir du nord de l’île comme celle de la pointe Vénus ou Lafayette qui borde l’hôtel Radisson (...). Mais on ne compte plus les vues d’atolls coralliens à fleur d’eau... prises dans les Tuamotu, où bien moins de touristes se rendront. La photogénie du sable blanc (...) est sans doute plus grande car conforme aux canons de l’exotisme. Le sable noir n’aide sans doute pas un avantage concurrentiel pour l’hôtel étant donné le marasme du secteur touristique et hôtelier à Tahiti.”

12.3.5. Ilhas Fiji

Os textos e imagens promocionais das ilhas Fiji que aqui reproduzimos destacam aqueles que são apontados como alguns dos mais importantes e, em princípio, cativantes apelos - e estereótipos - que as ilhas apresentam aos seus potenciais visitantes: localização algures no coração do oceano (Pacífico), tropicalidade, hospitalidade do povo indígena, carácter paradisíaco, amor, isolamento, tranquilidade, intensidade das cores naturais, praias de sonho e autenticidade. A estes apelos e estereótipos é dado um relevo muito especial não apenas pela escolha das palavras-chave como também pelo relevo gráfico que lhes é dado.

“Located in the heart of the South Pacific, Fiji is blessed with 333 tropical islands that are home to some of the happiest people on Earth.

Known for its luxurious private-islands, all-inclusive resorts, top spas, culinary destinations and outdoor adventures, Fiji is most widely celebrated for its culture, which uniquely welcomes visitors home.

Fiji's white sand beaches and pristine, crystal-clear ocean waters offer an ideal vacation destination for divers, honeymooners and families-- or simply, those looking to relax and get away from it all. (...)

(in The official website of Tourism Fiji, www.fiji.travel/)

“É possível ficar aqui “perdido”, numa ilha exclusiva e paradisíaca, numa cabana sobre a areia fina, com champanhe e repleta de pétalas de flores, vista para o mar cristalino... tudo em nome do amor.



Figura 19. Fiji
Foto Christian Haugen
in <https://www.flickr.com/photos/christianhaugen>



Figura 20. Recifes de corais
in www.msccruzeiros.com.br/pt-br/Destinos-Cruzeiros/MSC-World-Cruise/Ilhas-Fiji/Suva.aspx

O mar é o grande protagonista do arquipélago das Fiji, banhado pelo Pacífico Sul, no “quintal” da Austrália e da Nova Zelândia, um lugar perfeito para uma viagem a dois. Fartura de sol e praias desertas rodeadas por um “jardim” de coral e um mar azul-turquesa completam o cenário romântico.

O clima maravilhoso, as praias e a paisagem deslumbrante convidam-nos a conhecer este magnífico arquipélago, de formação rochosa e de recifes. A tranquilidade, as praias com as suas águas transparentes e o magnífico espólio natural são maravilhosos, belos, encantadores.

O arquipélago de Fiji fica localizado no Pacífico Sul, cerca de três mil quilómetros a Leste da Austrália e 1930 quilómetros a Sul do Equador. Situadas no centro do

oceano Pacífico, as Fiji são o primeiro país do Mundo onde se inicia um novo dia. São 230 mil quilómetros quadrados de paraíso. O arquipélago é constituído por 322 ilhas, mas apenas 105 são habitadas. Além de todas as belezas naturais, a população é uma mistura de povos locais antigos com influências europeias e orientais. Não é por acaso que toda essa parte exótica humana acabou por criar 15 palavras só para definir “paraíso”.

Este maravilhoso local é protegido do turismo de massa por causa dos 700 mil fijianos que consideram a sua terra sagrada, a qual não pode ser vendida a estrangeiros. Por isso, os hotéis são pequenos e elegantes, com poucos quartos e muitos chalés locais conhecidos por burês.”

(in «A PRÓXIMA VIAGEM: Ilhas Fiji...Amor e uma cabana!»
www.aproximaviagem.pt/n12/09_ilhasFiji.html)

Yoko Kaneman (2013) estudou o fenómeno da atratividade das ilhas Fiji na perspectiva de compreender como foi construído o imaginário turístico que as tornou um polo de atração. Para o efeito, socorreu-se dos estudos pós-coloniais, feministas e de género, semióticos e de gestão e marketing desenvolvidos desde os anos noventa, os quais proporcionaram uma visão socialmente integrada daquele imaginário. É assim que afirma estarem as imagens do destino e concretamente da alteridade (“othering”) aí contidas profundamente imbuídas de uma representação patriarcal e colonial – portanto marcadas por uma relação de poder - dos respetivos povos e comunidades herdada do período histórico da sua ocupação pelos europeus. Daí serem os habitantes destas ilhas descritos pelas próprias entidades locais nas suas políticas de promoção como “smiling, friendly, welcoming people” e até mesmo como “the world’s friendliest people” (pp. 457, 458), representação que se reportará à ideia do “bom selvagem” alimentada pelas tradições filosóficas e religiosas ocidentais de busca de uma autenticidade construída num paraíso terrestre. Ideia que se foi progressivamente substituindo às imagens iniciais de selvagens ignóbeis - de “canibais” – à medida que, pelo domínio exercido, as populações locais se foram submetendo e homogeneizando.

Os aspetos ligados a uma alegada selvajaria primitiva acabaram por ser utilizados em manifestações folclóricas designadamente sob a forma de danças guerreiras, as quais, proporcionando espetáculos historicamente marcados por um primitivismo ultrapassado como prática efetiva mas presente como memória e tradição, para além de proporcionarem contactos com experiências tidas como exóticas, passaram igualmente a assegurar a sua superação e, portanto, a tranquilidade dos turistas. Complementarmente, as populações, constatadas as vantagens económicas e sociais do turismo, foram induzidas pelos próprios meios de comunicação fijianos a acomodarem-se às expectativas dos visitantes. Foi neste contexto que, em 28 de outubro de 1994, constava a seguinte passagem no editorial “Looking Closely at Tourism” do *The Fiji Times* (cit. *idem*, p. 474):

“We have an edge over many...competitors because of our special culture and lifestyle. This give us the identity of a friendly, smiling group of people. We should capitalize on this smile as an important selling point... Fiji, the Way the World Should Be – that slogan we used to be proud of can still be very much relevant here. But it is really up to every one of us to play their part, collectively or individually.”

12.4. A ilha Prince Edward, Canadá

Sempre no âmbito das ilhas e da mobilização - e construção - do seu fascínio, escolhemos os seguintes apelos que a ilha canadiana do Príncipe Eduardo exhibe em atraentes cartazes, designadamente no aeroporto de Montréal, sendo que, a cada imagem corresponde um slogan:

- “C’est bien partir quand on y ajoute une île”;
- “Flavours come alive when you add a little island”;
- “Les souvenirs vivent plus longtemps quand on y ajoute une petite île”;
- “Les aventures abondent quand on ajoute une petite île”.

No *site* “Tourism Prince Edward”, uma ilha com 5 620 Km², a maior de um arquipélago de mais de 200 ilhas, situado ao largo da costa da Nova Escócia, consta:

“Whether it's a day at the beach, an evening at the theater, or the best seafood you've ever tasted, the memories you make last longer on Prince Edward Island. It's an Island filled with fun and unique adventures. No matter what experience you're searching for, it's easy to find when you add a little island.”

Trata-se de mensagens que, repetindo o fator “pequena ilha” como razão atrativa, conjugam na sua diversidade a abrangência de uma unidade expressiva: um espaço reduzido e isolado pelo mar convida à intimidade, ao prazer lúdico e sensual. Na verdade, saliente-se, entretanto, trata-se de uma ilha já com uma dimensão considerável, entre as cem maiores do mundo...

Ao mesmo tempo, estabelece-se, algo contraditoriamente, uma relação de proximidade entre a partida e a chegada de modo a suprir-se as dúvidas e hesitações que normalmente acompanham o período da preparação da viagem e a concretização da saída, pelo simples motivo de se tratar de uma ilha. Mobiliza-se para o efeito as vantagens proporcionadas pela rapidez dos meios de transporte contemporâneos ao mesmo tempo que se exalta o isolamento da ilha que, por o ser, permanece nos arquétipos culturais e psicológicos do turista. Uma ilha que, entretanto, oferece os sabores e a persistência de boas recordações que, promete-se, prolongarão as vivências alcançadas, inclusive pela perspectiva da “abundância de aventuras”, as quais se assegura corresponderão a qualquer uma das experiências que possam constituir a motivação da partida. Ou seja, o turista sabe de antemão que haverá uma correspondência entre a expectativa criada, a experiência vivida e a memória que será guardada. É a ilha como utopia que se renova para conjugar a emoção da viagem com o prazer do turismo no seio de uma estimulante – ainda que im/possível – im/previsibilidade...



Figura 21. Cartaz promocional da Ilha do Príncipe Eduardo no aeroporto de Montréal
Fotografia do autor

12.5. Ilhas da Bretanha

A ilha de Béniguet, já antes referenciada, cuja foto destaca bem as linhas da sua insularidade, integrada no pequeno arquipélago de Molène, junto à costa da Bretanha, aparece como um outro paraíso natural assim descrito no *site* “Tourisme et Loisirs en Bretagne”:

“Béniguet, la nature préservée

Elle se présente sous la forme d'une longue étendue de deux kilomètres, pour 300 mètres dans sa plus grande largeur. L'île a une faune très riche: près de 6.000 couples, des goélands essentiellement, viennent y nicher, de mi-mai à mi-septembre. La flore est aussi bien préservée et présente une réelle diversité.



Figura 22. île de Béniguet Image
Foto ©Julien Ogor
in <http://www.molene.fr/beniguet.htm>

Depuis 1993, l'accès à son territoire est interdit au public. Dans les faits, le **débarquement sur les plages est autorisé**, tout **comme est toléré le passage à hauteur des habitations**, où logent une dizaine de gardes nationaux de la chasse et de la faune sauvage, mais **il est rigoureusement interdit de fouler ses terres.**

Coquillages datant des périodes glaciaires

Si la partie sud de l'île, la plus haute, est essentiellement rocheuse, avec de petites falaises, une grande dune couvre les deux-tiers du nord. Elle s'est développée sur des amas de galets fossiles et de coquillages datant des périodes glaciaires. **L'une des richesses de Béniguet réside dans sa population d'oiseaux marins:** près de 6.000 couples, des goélands essentiellement, viennent y nicher, de mi-mai à mi-septembre.

Faune et flore préservées

Ici, la flore est particulièrement bien préservée et présente une diversité dont peu de sites, piétinés par les marcheurs, peuvent se targuer: pourpiers de mer, soudes, joncs, menthe aquatique, séneçon jacobée... tapissent dunes, pelouses

et marais. Les lapins y pullulent.

Quant aux eaux de Béniguet, elles abritent de grands dauphins avides de pêche ainsi qu'une colonie de phoques gris, la plus importante de France et la plus méridionale d'Europe.”

Sobre Béniguet (ou Beniget no dialeto local), acaba por escrever Louis Brigand, um dos seus mais indefetíveis apaixonados:

“Beniget c’est une nougatine qui croque sous la dent comme la vague s’éclate sur le rocher, qui roule dans la bouche comme le galet gravite sur la plage, qui est salée comme les embruns, sucrée comme les rayons du soleil qui doucement viennent lécher la digue du petit port.” (*idem*, p. 238)

Do arquipélago de Molène fazem parte outras ilhas como a ilha de Quemenes que é assim descrita no *site* do turismo local, onde, para além da beleza natural, se oferece o que o isolamento – no tempo e no espaço - de uma ilha como esta permite:

“L’île de Quéménès est située au coeur de l’archipel de Molène à environ 9 km du port du Conquet, commune à laquelle elle est rattachée administrativement depuis 1899. L’île a une superficie de 26 hectares. Depuis 2006, Quéménès est habitée par Soizic et David qui y possèdent une exploitation agricole et accueillent les visiteurs dans leur ferme. Si vous souhaitez leur rendre visite pour passer des moments hors du temps, rdv sur le *site* internet de la ferme insulaire.”

(in www.tourismeleconquet.fr/les.../archipel-de-moleneile-de-queme)

Num *site* promocional das ilhas da Bretanha é explícita, no texto e nas cores das imagens, a valorização das mesmas por referência ao modelo de exotismo tropical insular enquanto paraíso utópico (sendo apontada como fator de sobrevalorização a sua relativa proximidade!) e, por extensão, às ilhas mediterrânicas, sendo que esta ilhas se situam em pleno Mar do Norte. Repare-se ainda que, tratando-se de ilhas de facto e explicitamente bem próximas do

continente, mesmo assim são apontadas como proporcionando isolamento no tempo e no espaço, numa flagrante interseção dos conceitos de insularidade e de ileidade. De acordo com Françoise Péron, por nós anteriormente referenciada e citada, a ilha “aparece como o último território geográfico que materializa a ideia de distância, de rutura espacial (e temporal)”. É também a metáfora da “ilha deserta” que ressurge com tudo o que ela transporta de libertação e de alternativa imaginária ao enfadamento do quotidiano.

« France Nature

11 îles qui vous donneront envie de connaître la Bretagne

Par Axelle Valentine, 4 juillet 2014

AddThis Sharing Buttons

Share to Facebook Share to Twitter Share to Pinterest Share to Google+

Share to WhatsApp Share to Email

Si vous rêvez d'îles, de sable chaud et d'eaux turquoises, choisissez la Bretagne.

Avec une variété incroyable de paysages, les îles bretonnes vous emmènent tour à tour dans les **Caraïbes, aux Seychelles et en Irlande**.

Pourquoi aller plus loin quand l'on a tout à proximité?

L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes



Figura 23. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © La Ouelle via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

À quelques kilomètres de Concarneau, les Caraïbes. Des eaux turquoise, un sable blanc éclatant: les sept îlots de l'archipel des Glénan **vous emmènent vraiment sous les tropiques.**”

A imagem, pelas suas cores, pela imensidão do mar que retrata e pela presença de uma pequena ilha pretende confirmar o convite ao devaneio que o texto da legenda encerra.



Figura 24. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Jean-Jacques Abalain via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

“Sur l’île de Saint-Nicolas, vous pourrez profiter de la plage, ou partir à la recherche de la **Narcisse des Glénan, fleur endémique** que vous ne retrouverez en aucun endroit si ce n’est sur cet archipel paradisiaque.”

A imagem da praia reforça a singularidade natural da ilha e, no fundo, a vinculação originariamente insular destas extensões arenosas a que acresce, na legenda, a referência a uma flora única que as ilhas, precisamente pelo seu isolamento, tendem a preservar.



Figura 25. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Chris Sampson via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

L’absence d’hôtel et l’interdiction de camper sont largement compensées par la **présence d’un centre international de plongée et du plus grand centre nautique d’Europe** sur l’île de Bananec.

Vous pourriez croiser des requins pèlerins, mais ils sont heureusement inoffensifs. Alors vous les plaisirs marins!

Plus d’infos avec [l’office de tourisme de Fouesnant les Glénan](#)”

A imagem e o texto oferecem-nos, como compensação à ausência de estruturas de alojamento, a simplicidade de um presente da natureza...

“Ouessant, un jeu d’enfant



Figura 26. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Emmanuel Zensz via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

À l’extrême pointe ouest de la France, l’île d’Ouessant se révèle calme avant ses **tempêtes mythiques.**”

A fotografia realça o horizonte marítimo e, mais perto, como se já lá estivéssemos, os rochedos que servem de muralha protetora diante de prometidas tempestades, míticas, mas não gravadas na imagem certamente para, não provocando medo, proporcionarem a intimidade de um isolamento que a proximidade do continente poderia não sugerir.



Figura 27. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © pierrO via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

“«Ile aux femmes» dit-on de Ouessant, nous dirions plutôt «Ile aux moutons»,
pour le plaisir des enfants.”

O convite à fruição de uma vida simples e natural, tão bela quanto rara ...



Figura 28 L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Karvindo via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

“Se ressourcer, respirer les embruns, gambader dans les prairies, s’approcher
des falaises, admirer les phares, se promener sur la plage, partir à la pêche: tel
est l’esprit ouessantais.”

Proporciona-se aqui a presença de uma multiplicidade de ilhotas e o fascínio que a sua fruição pode oferecer, inclusive pela presença dos faróis a marcarem uma relação de proximidade comedida e por isso desafiante entre a terra insular e o mar.

"Plus d'infos avec [l'office de tourisme de Ouessant](#)"

"Sein ou le bleu Klein?"



Figura 29. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © sn6200 via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

Le bleu Sein devrait-on dire: des façades des maisons aux volets des portes et fenêtres, et du ciel à la mer, **le bleu est omniprésent à Sein.**"

Aqui é a maritimidade que é explorada através desta imagem fotografada e escrita da omnipresença do azul do mar.



Figura 30. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Jean-Jacques Abalain via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

“Homards juteux, gros crabes, huîtres et poissons frais, l’île de Sein propose une gastronomie fidèle à la réputation bretonne. **La spécialité sénéane à ne pas manquer: le ragoût de homard.**”

[Plus d'infos avec l'office de tourisme de l'Audierne](#)

“Qui voit Groix voit sa joie



Figura 31. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © zilux via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

Groix possède **une des rares plages convexes d'Europe**, la plage des Grands-

Sables. Son beau sable blanc présente en fait de multiples nuances, du fait des 60 sortes de minéraux présents sur l'île."

Realça-se aqui, uma vez mais, o contraste singular e paradisíaco proporcionado pelo destaque dado ao limite entre a areia e o mar, a que se junta a sugestão da tranquilidade e lazer.



Figura 32. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Jeanne Menjoulet via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

“À Groix, le café est une institution. A tel point que la boisson a donné son surnom aux habitants, les greks”, signifiant «cafetière» en breton.

Du Café de la Renaissance au Café des Bretons, en passant par le Café de la Jetée, vous aurez le choix pour faire une pause gourmande.

Groix est riche en minéraux, présente une **impressionnante diversité de paysages** et de multiples activités: sports nautiques, accrobranche, équitation, vélo, scooteur, marche.

Retrouvez-en une [liste détaillée sur le site Lorient Bretagne Sud Tourisme.](#)”

“Belle-Île en mer



Figura 33. L’archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Vincent Desjardins via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

La plus grande île bretonne revêt une multiplicité de magnifiques paysages, à tel point que l’on se croirait parfois en **Méditerranée**.

Peu surprenant alors qu’un des ports de ce royaume de verdure et de sublimes plages ait pour nom Palais.”

Esta fotografia e a respetiva legenda procuram identificar a natureza tipicamente insular desta ilha pela sã paisagem que se qualifica de mediterrânica.



Figura 34. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Vincent Desjardins via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

“Si la Pointe des Poulains est un des paysages emblématiques de l’île de par sa beauté, elle l’est d’autant plus pour la propriété, ouverte au public, de la légende du cinéma Sarah Bernhardt.”

O acesso a um paraíso mítico e quase lendário destacado pela sua excecionalidade.



Figura 35. L'archipel des Glénan: un air de Caraïbes.
Foto © Frédérique Voisin-Demery via Flickr
in <http://room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/>

“Un des panoramas exceptionnels de cette île bretonne qui porte décidément bien son nom, est Port-Coton, dont les immenses aiguilles rocheuses surgies de la mer sont époustouflantes.”

A foto e a legenda realçam a ideia de limite que a ilha proporciona ao visitante

“Plus d’infos sur le site de [l’office de tourisme de Belle-île-en-mer](#)”

(in 11 îles qui vous donneront envie de connaître la Bretagne-Room5: room5.trivago.fr/11-iles-pour-connaître-la-bretagne/, consultado em 04.10.2017)

12.6. As ilhas gregas: alguns casos

A ilha de Naxos, com 429 Km², uma das seis mil que compõem a Grécia insular, apresentava no aeroporto de Atenas, o convite que se transcreve: “Enjoys a blue Paradise. Enjoys the beauty of Naxos, idyllic island houses by the sea for sale or lease.”

No *site* da Tripadvisor consta por sua vez:

“Um ponto branco em meio às águas azul-turquesa do Mar Egeu (...) A visita da ilha ao pôr-do-sol e a vista do mar infinito é de tirar o fôlego (...) A maior entre as ilhas Cíclades, Naxos é o local onde Zeus, rei dos deuses do Olimpo, passou sua infância.”

É aqui relevante a imagem que se usa para salientar o isolamento da ilha no meio da imensidão do mar, ilha que é ao mesmo tempo associada à morada de Zeus. De facto, esta associação das ilhas a habitações das divindades é persistente dado que, entre outras explicações, a circularidade da ilha aproxima-a da ideia tradicional de perfeição. Tudo elementos que acabam por servir para emprestar a sensação de realidade, de uma realidade mágica, entenda-se, a um paraíso tão acessível quanto longínquo, como aliás todos os paraísos...

Este é um exemplo paradigmático da síntese entre a imagem universal e a imagem induzida com vista à criação de uma imagem turística que congrega a componente cognitiva com a afetiva e emocional.



Figura 36. Naxos.

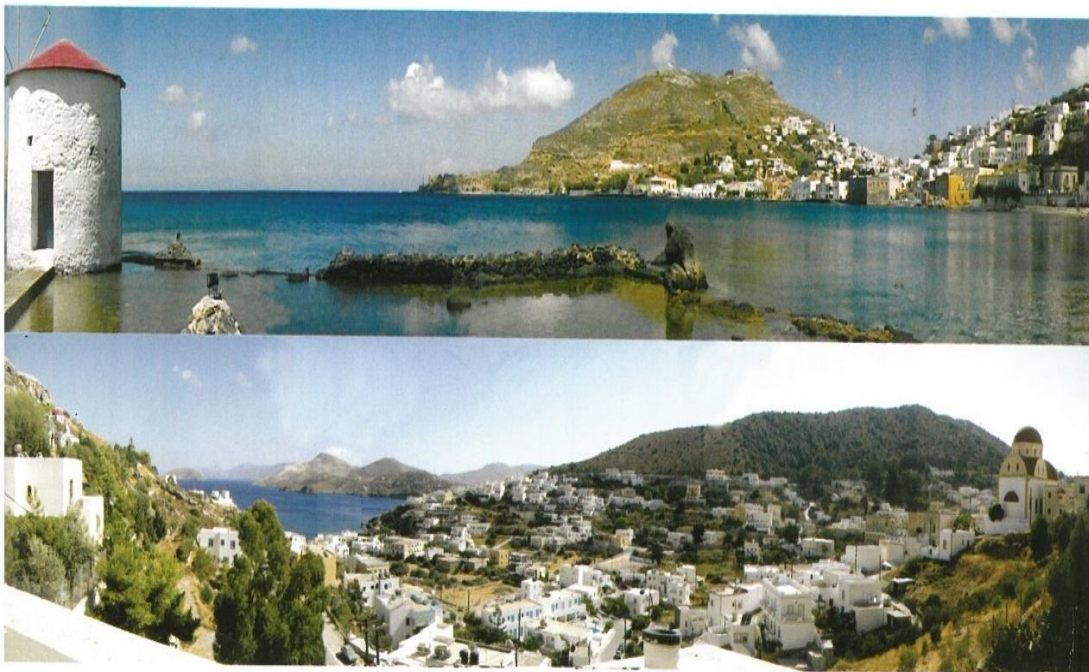
in www.tripadvisor.com.br › Europa › Grécia › South Aegean › Cíclades

Por sua vez, no *site* www.greektravel.com/greekislands/naxos, o slogan é: “Naxos: Greece's Most Popular Undiscovered Island”, fazendo-se apelo indireto à autenticidade e à aventura proporcionadas numa ilha ainda não explorada pelos turistas, sendo, algo contraditoriamente, “popular” exatamente por isso. Alia-se, deste modo, à autenticidade prometida a garantia e segurança de um consenso alargado...

Paralelamente, num desdobrável da Municipalidade de Leros, uma outra ilha grega, a legenda da capa é: “A Paradise in the Aegean Sea”.

LEROS

A paradise in the Aegean Sea



Municipality of Leros

Figura 37. Leros
in <https://www.gtp.gr/>

A presença do mar a contornar os limites da ilha é uma imagem forte das fotografias em destaque na cobertura. A imagem do casario, sem proporcionar uma ideia de isolamento, sugere, contudo, a de uma ruralidade acolhedora.

Na mensagem do presidente de Leros que se encontra na página inicial do

desdobrável a beleza da ilha é desde logo associada à deusa Artemis: “the Island of the goddess Artemis”. No fundo, Leros aparece como a residência de Artemis. A credibilidade do teor da sua mensagem é assegurada ao escrever de seguida que não exagera em termos da realidade que apresenta ao leitor. Com esse fim, assevera textualmente que não procede a uma “inflação da realidade”, isto é, fica implícito que, mesmo numa versão minimalista, a ilha, em si, é bela.

Ao mesmo tempo, oferece uma hospitalidade credível porque será o que o leitor espera de uma pequena comunidade, em contraste com o que se passa com as sociedades urbanas atuais, aquelas onde reside a esmagadora maioria dos potenciais visitantes. Repare-se, a este propósito, na utilização da primeira pessoa do plural que faz entrar um “nós” em pontos culminantes da retórica das frases e, dessa forma, a vivência de um sentimento de partilha, pleno de intensidade num contexto de tranquilidade:

“We do not match with the large words, the ‘inflation’ of reality. Because our components are first and foremost the hospitality of our people, their warmth, we do what we can for you to pass inforgettable and calm at a time full of intensity for all of us.”

Na sequência, é a afirmação da autenticidade, sempre indexada à de beleza, que ganha lugar. Agora por referência aos elementos naturais que não tiveram de ser sujeitos a intervenções humanas, para serem belos, permitindo assim um desenvolvimento sem fraturas ou degenerescências. Como consequência, o turista, nesta ilha, não estará sujeito à confusão de outros destinos turísticos:

“Because the landscapes of our island, the beauty of the sea, the alternating images of it, the rich vegetation of any kind are not needed revamping. Because we took care of developing all the necessary infrastructure, bearing in mind that this should go hand in hand with the non-alteration of the landscape and natural beauty of our island.

Because we want to offer you special tourist services and not a devastated stay with the characteristics of the crowded tourist destinations.”

Termina a mensagem, a par da promessa de uma estadia agradável e implicitamente segura, pela oferta de um bom alojamento e de gastronomia genuína, com a ideia de uma nova partilha de sentimentos, agora em termos do próprio amor pela ilha. De alguma maneira, o turista tem aberta a possibilidade, durante a sua estadia - que, calculamos, será em princípio mais ou menos curta - de se tornar mais um membro da comunidade, participando no desenvolvimento sustentado desta, ou seja, sem o anátema de ser protagonista de um turismo agressivo comumente repudiado:

“Visit our island. You will never forget it. You will find suitable accommodation, good and genuine Greek food, unique landscapes, fun.

Visit Leros. We are confident that you will love our island as well as we love it and for that reason we have ensured of the correct, humanely, with respect to tradition touristic development of it.”

Segue-se, nas restantes páginas interiores, a apresentação de informações sobre momentos relevantes da história da ilha, bem como das suas tradições, acentuando-se invariavelmente a sua genuinidade e singularidade. O slogan insular ressalta: “The island for all the tastes” sobre a imagem reiterada da água e de um limite de terra com a figura icónica de um moinho de vento quase que implantado no mar acompanhado de um barco que simboliza a mobilidade de uma utopia, ou seja, a heterotopia.

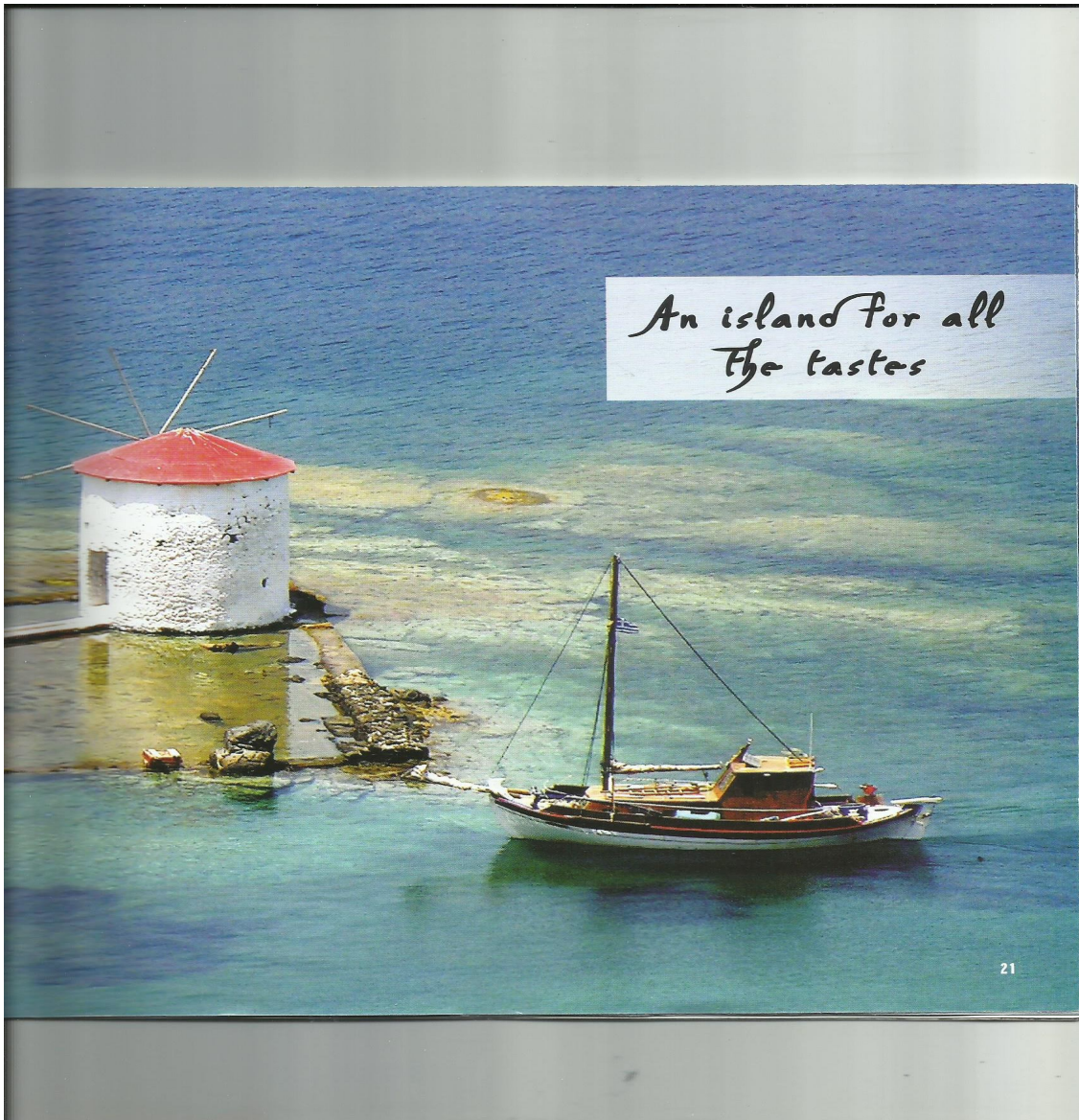


Figura 38. Leros
in <https://www.gtp.gr/>

Mas a ilha de Leros cumpriu historicamente uma outra função para a qual as ilhas, precisamente pelo seu isolamento, são pródigas também: recebeu, durante os anos da ditadura, mais de 4 000 prisioneiros políticos, num espaço, o hospital de Lepida, onde estiveram institucionalizados e morreram por falta de condições cerca de 3 000 doentes mentais.

12.7. Ilhas alemãs do Mar do Norte

Na versão em língua francesa dos sites promocionais destas ilhas destaca-se o seu “clima vigoroso” que, reportando-se ao mar alteroso e ao clima muitas vezes hostil do Mar do Norte, transforma retoricamente numa mais-valia aquela que é em princípio uma adversidade muitas vezes presente nos potenciais visitantes. A partir daí, enaltecem-se as práticas desportivas, a par do ar marítimo puro, da gastronomia e dos passeios e oferece-se dois tipos de férias: repousantes ou ativas para se enaltecer de imediato, no caso de Baltrum, o facto de estar interdita a circulação de automóveis. Para o efeito, é realçada a particular pequenez da ilha. No caso da ilha de Borkum, a maior de todas, sobressai a referência a um clima que não deixa esquecer que se está no alto mar, ou seja, numa emergência de terra que se aproxima metaforicamente da sensação iniludível de se estar num barco em que, por isso, o desafio da insularidade se impõe sempre. A natureza, essa, está intacta. Desta forma, atenua-se a impressão negativa que o tamanho da ilha - que aqui é sempre relativo – poderia causar naqueles que cultivam o “desejo de ilha”.

Por outro lado, realça-se a sedução por evasão que o mar provoca e que está presente nas travessias que necessariamente têm de ser feitas, sobretudo quando as distâncias são maiores. Na fotografia da ilha de Heligoland sobressaem as impressionantes rochas que a delimitam frente ao mar, o que é enaltificado por, em vez de assustar, proporcionar, afinal, segurança e distensão.

Chegados às Halligen, eis que as marés “embalam” literalmente os visitantes. Paralelamente, o isolamento como fator que permite a fuga ao quotidiano é erigido como uma das características que estas ilhas asseguram, precisamente por serem pequenas e perdidas no seio de um mar que, pela sua força, não pode ser ignorado.

A descrição não poderia terminar de modo mais sintomático e enfático: “O sentimento de insularidade está garantido!”.

Repare-se, em síntese, que acabam por ser mobilizados quase todos os conceitos que elegemos como categorias de análise, a saber o desejo de ilha, o paraíso, a autenticidade, a felicidade, o exotismo, a aventura, e a “ilha deserta”, conceitos que, no seu conjunto, por vezes intrincado, moldam o sentimento heterotópico consubstanciado, na sua dimensão antropológica, com a noção de ileidade de que a insularidade, quando subjetivamente adquirida, é subsidiária.

“Les îles allemandes de la Mer du Nord subjuguent les vacanciers par leurs plages sans fin et leur paysage unique. En plein cœur de la mer des Wadden inscrite au patrimoine mondial de l'UNESCO, ces îles invitent, avec leur climat vigoureux, à se reposer ou à passer des vacances actives. Les hébergements de rêve, la haute gastronomie et les grands événements sportifs vous assurent un séjour haut de gamme.



Figura 39. Amrum

Amrum : observer les oiseaux et randonner dans les vasières

Située en Frise du Nord, l'île d'Amrum fait partie des plus beaux lieux d'excursion du Schleswig-Holstein. L'air pur de la mer du Nord, la mer des Wadden et sa plage infinie invitent à passer des vacances reposantes ou actives.



Figura 40. Baltrum

Baltrum : la Belle au bois dormant de la mer du Nord

Baltrum, appartenant pour partie au parc national de la mer des Wadden de

Basse-Saxe, est la plus petite des îles de la Frise orientale. Au beau milieu de la mer des Wadden, les vacanciers apprécient l'air frais de la mer du Nord et le calme propice à la détente de cette île interdite aux voitures.



Figura 41. Borkum

Borkum : la Frise orientale authentique

Appartenant pour partie au parc national de la mer des Wadden de Basse-Saxe, Borkum est la plus grande des sept îles de la Frise orientale avec sa superficie atteignant tout juste 31 km². Elle charme les vacanciers par son climat de haute mer et sa nature intacte.



Figura 42. Île de Föhr

Île de Föhr : des vacances au rythme des marées

Föhr se situe dans la partie nord-ouest du Schleswig-Holstein. Embarquez pour une mini-croisière de 45 minutes au départ de la jetée de Dagebüll en direction de Föhr. L'itinéraire passe au large des îles Halligen et traverse les eaux étincelantes de la mer des Wadden: évasion garantie!



Figura 43. Heligoland

Heligoland: un îlot de détente en haute mer

Les imposants rochers de grès bigarré de l'île de Heligoland surgissent des flots à environ 70 kilomètres du continent. L'île possède un paysage unique et un climat doux de haute mer.



Figura 44. Les Halligen

Les Halligen: isolement et repos au beau milieu des vasières

Situées en mer du Nord, les îles allemandes Halligen jouissent d'une situation pittoresque entre les îles de la Frise du Nord. Vous serez subjugué par des promenades sur le fond marin en plein cœur d'un paysage inscrit au patrimoine mondial. Bercées par les marées, les îles Halligen sont idéales pour se détacher du quotidien.



Figura 45. Île de Juist

Île de Juist: un lieu enchanteur sur la mer des Wadden

Les habitants de l'île appellent Juist leur « Töwerland », ce qui signifie « pays des

merveilles » en bas-allemand. C'est compréhensible si l'on considère ses 17 kilomètres de plage donnant sur la mer des Wadden et la sauvage mer du Nord. Sentiment d'insularité garanti!”

Les îles de la mer du Nord: un espace de liberté à la portée de chacun

(in www.germany.travel/fr/loisirs-et...la.../north-sea-islands.html)



Figura 46. Ostrov Oland
©Carlos Arias Enciso
in www.nordseetourismus.de

Na apresentação em língua portuguesa voltam a surgir os mesmos conceitos como seus referenciais, sendo de assinalar que, aliás nos dois textos, nem sempre é patente a sua presença.

Dado importante é a circunstância de surgirem agora indicações sobre a comunidade residente, ficando-se a saber que é relativamente escassa e gozando de uma vida harmoniosa com a natureza. Isto é, aos visitantes volta a ser anunciado um contexto paradisíaco que poderá ser o espelho da sua própria existência nestas paragens, promessa que parece não ser afetada pelas inundações que, marcando a vulnerabilidade do ser insular, reforça a insularidade quando ficamos a saber que os habitantes se refugiam nos picos mais altos que se tornam, no fundo, novas e precárias ilhas. Numa das ilhas Hallig a invasão das águas do mar é identificada como uma aventura da natureza a sugerir ao turista essa experiência aventureira.

A extensão diminuta extensão de uma destas ilhas é apontada como a razão para a sua excecionalidade em termos de revestimento vegetal.

É particularmente relevante destacarmos alguns dos vocábulos e expressões que, transmitindo conceitos de referência e, portanto, categorias, atestam a singularidade, beleza e acolhimento excepcional deste universo insular: “retiro”, “tranquilidade”, “harmonia”, “ar fresco do mar”, “o mar nunca está muito longe”, “paisagem natural mágica”, “lugar mágico”, “um paraíso para os amantes das aves”, “paraíso natural”, “natureza pura”, “lugar ideal”.

Conjugando-se, na sua totalidade, os textos com as imagens torna-se evidente a exploração afetiva ou emocional de um conjunto de predicados que se reportam necessariamente a uma identidade insular objetiva em conexão com a imagem subjetiva que dela se faz, construindo-se assim essa identidade.

**“As ilhas Halligen: retiro e tranquilidade na costa das marés do Wattenmeer
As ilhas alemãs de Halligen estão situadas numa região pitoresca entre as ilhas Frísias do Norte, no Mar do Norte. A atração aqui são longas caminhadas à beira-mar, em meio a uma natureza que pertence ao patrimônio mundial. As ilhas Halligen são um paraíso para férias a sós, em harmonia com as marés.**



Figura 47. Hallig Gröde

Hallig Gröde: o menor município da Alemanha

Com seus poucos habitantes, a ilha de Hallig Gröde é o menor município da Alemanha. Apesar disso, Gröde tem espaço suficiente para longos passeios com o ar fresco do Mar do Norte. Quem não quiser apenas relaxar, pode passar seu

tempo pescando, caminhando na planície de maré ou tomando banho de mar, já que o mar nunca está muito longe. Para os turistas, só é possível chegar às ilhas Hallig de barco durante o período de maré cheia. Esse isolamento peculiar torna Gröde diferente das outras ilhas Hallig vizinhas.



Figura 48. Hallig Hooge

Hallig Hooge: reserva da biosfera na zona do Wattenmeer

Hooge está situada na planície de maré do Wattenmeer em Schleswig-Holstein e é uma verdadeira reserva da biosfera. Ali, as pessoas vivem em harmonia com a natureza e praticam a economia sustentável. Ao contrário das outras ilhas Hallig, Hooge está cercada por um alto dique de pedras. Mesmo assim, no semestre de inverno Hallig é inundada pelo Mar do Norte. Em Hallig, porém, isso faz parte da vida, o que não ocorre em outras ilhas. Durante esse período, conhecido como "Landunter", que significa mais ou menos "terra submersa", os turistas podem observar que apenas as elevações artificiais, chamadas ali de "Warften", ficam visíveis sobre a água – por isso, é sobre eles que os habitantes da ilha constroem suas casas.



Figura 49. Hallig Langeneß

Hallig Langeneß: paisagem natural mágica

A ilha Hallig Langeneß tem uma localização pitoresca entre as ilhas da Frísia do Norte, em meio a uma natureza declarada patrimônio mundial. Passeios sobre

as areias lodosas da planície de maré mostram a riqueza da variedade de aves, enquanto os marismas, que parecem se transformar conforme a estação do ano, tornam essa ilha Hallig um lugar mágico. No verão, os turistas encontram ali um mar de flores azul-violeta nos arbustos de lilases. O inverno é a estação para os que procuram viver a aventura das forças da natureza, quando o Mar do Norte inunda Hallig completamente.



Figura 50. Hallig Nordstrandischmoor

Hallig Nordstrandischmoor: natureza pura

A ilha Hallig Nordstrandischmoor está situada em frente à costa da Frísia do Norte, parque nacional Schleswig-Holsteinisches Wattenmeer. A viagem do continente para lá é por si uma experiência especial, atravessando um paraíso natural sem par. Nessa ilha Hallig, o visitante encontra plantas e aves raras, que encontraram seu habitat em uma superfície de 1,9 km². Em meados de julho, quando 75% de Hallig ganham uma coloração violeta, é quando os arbustos de lilases florescem e a ilha mostra o seu lado mais bonito aos amantes da natureza.



Figura 51. Hallig Oland

Hallig Oland: um paraíso para os amantes de aves

A Hallig Oland, na porção norte do Mar Frísio, pertence ao município de Langeneß. Os turistas podem observar ali uma grande variedade de aves marinhas e de planície de maré durante o ano todo. A paisagem da costa é marcada por grandes áreas de marismas, principalmente no norte e no oeste de

Hallig. Também a flora, com os arbustos de lilases azul-violeta, torna Hallig um pequeno paraíso natural. Quem procura retiro e tranquilidade, encontra o lugar ideal em plena planície de maré do Mar do Norte.”

(in www.germany.travel/pt/tempo-livre-e-descanso/...halligen/ilhas-halligen.html)

12.8. Ilhas do litoral continental português

Como se pode ler logo no início do texto que em baixo se transcreve, são realmente muito poucas as ilhas que existem junto à costa continental portuguesa. Damos aqui nota de algumas delas, todas praticamente despovoadas e objeto de grande curiosidade e fascínio. Daí os sentimentos que despertam e levam o autor a invocar a magia, o misticismo, o mistério, o encantamento, a aventura e o isolamento como atributos que as caracterizam e apelam até a um contagiante e íntimo sentido de posse, certamente suscitado pela sua pequenez, aspeto que sempre se realça e que a fotografia aérea da ilha do Pessegueiro traça com nitidez. É igualmente a propósito desta ilhota que explicitamente se refere que embora “a linha da costa esteja ali a uns escassos trezentos metros, a insularidade continua a ser uma experiência marcante para muitos turistas”. No caso da ilha da Ínsua, o título escolhido traz-nos essa outra dimensão do imaginário insular que é o da ilha deserta em que cada um se poderá sentir como sendo o seu único habitante.

Ínsua, uma ilha deserta só para nós



Figura 52. Ínsua, uma ilha deserta só para nós

Foto Jorge Nunes

in http://www.lazer.publico.pt/passeiosepercursos/264137_insua-uma-ilha-deserta-so-para-nos

“São tão diminutas as ilhas existentes na costa de Portugal continental que quando encontramos uma apetece-nos ir até lá e ficar com ela. Jorge Nunes (texto e fotos) guia-nos numa inesquecível aventura raiana, no caso pelo extremo noroeste do país.

Há várias formas de aportar na vila de Caminha, situada no extremo noroeste de Portugal, mas nenhuma será tão marcante como fazer a viagem no vagaroso comboio da linha do Minho, que, sobretudo a partir de Viana do Castelo, oferece uma intimidade inigualável com o litoral minhoto.

Uma outra alternativa a não desaproveitar será sem dúvida a velhinha estrada nacional 13 que, entretanto, sofreu consideráveis melhorias passando a designar-se IC1. Quem a percorrer de automóvel, dificilmente conseguirá ficar indiferente à magnífica vista panorâmica que se colhe quando se passa pela praia de Moledo. No cenário destaca-se um estranho navio rochoso - chamado Ínsua - que parece ter sido ancorado a dois passos da costa, na desembocadura do rio Minho.

Ainda que o monte cónico de Santa Tecla, em terras galegas, seja o primeiro a cativar o olhar do Lazer viajante, a atenção recairá rápida e inevitavelmente sobre essa curiosa ilhota, que emerge das águas com inexplicável misticismo. São apenas duzentos metros de areia e rocha, rodeados de baixios e de um mar azul-cobalto onde apetece mergulhar, mas é quanto basta para serem considerados um dos lugares mágicos por estas bandas. Num dos seus programas televisivos, interrogava-se o historiador José Hermano Saraiva: "Haverá quem venha a Caminha que não pergunte que ilhéu é aquele e não sinta o desejo de ir até lá?".

(...)

Vista do céu, em voo de pássaro, a Ínsua assemelha-se a um gigantesco

bacalhau que parece ter aflorado à tona de água. No entanto, é bem possível que o constante bater das ondas e o eterno alternar das marés já lhe tenha mudado a forma e pareça hoje outra coisa qualquer. Lobrigada de terra, faz lembrar um estranho navio ancorado a dois passos da costa à espera de visitantes. Mas, para poder apreciar-se de mais perto, terá que transpor-se a cortina verde e fresca do pinhal do Camarido ou calcorrear os areais de Moledo, que distam apenas duzentos metros da pequena ilha. Uma coisa é certa: quanto mais perto chegamos, maior é a vontade de ir até lá explorá-la e de guardá-la só para nós.

Para satisfazer a curiosidade, e viver uma experiência verdadeiramente memorável na ilha totalmente despovoada, não há nada como dirigir-se ao Bar Barracuda, na foz do Minho, e pedir ao senhor Brás, pescador local, que nos atravesse na sua pequena embarcação. O preço da viagem é de cinco euros por pessoa (ida e volta), com horários à escolha (que apenas são condicionados pelas condições atmosféricas e pelo estado do mar).

Na ilhota encontra-se uma pequena fortaleza, conhecida como Forte da Ínsua. Apesar das modestas dimensões, constituiu a primeira de muitas fortificações costeiras que se alinhavam ao longo do litoral e tinham como missão impedir os assaltos feitos por piratas vindos do mar. Hoje, encontra-se completamente abandonado, embora no seu interior persistam ainda as ruínas da capela consagrada à Virgem Maria - conhecida como Santa Maria da Ínsua -, e de um convento franciscano, fundado em finais do século XIV. Mas a maior curiosidade da ilha é mesmo a existência de uma nascente de água doce cristalina, que continua a brotar do solo rochoso. A singularidade do fenómeno - segundo os entendidos, conhecem-se somente três nascentes similares em todo o mundo - levou a que fosse considerada como fonte milagrosa.

Com o passar do tempo, a velha ilha acabou por perder a sua utilidade

defensiva e religiosa, mas isso não foi suficiente para lhe retirar o encanto que continua a embelezar os bilhetes-postais da região e a fazer as delícias dos visitantes mais aventureiros. Afinal, quem nunca sonhou.”

(in *Ínsua, uma ilha deserta só para nós* - Guia do Lazer in www.lazer.publico.pt)

Num texto de Paulo Moura são descritos o estado atual da ilha e a sua evolução ao longo da história, dando-se particular realce à sua função como reduto da nacionalidade e ao seu carácter insular, de que se destaca o mar algo perigoso que a rodeia. Alguns dos protagonistas da ilha vivem um sentimento de posse da mesma como se de um território autónomo se tratasse. Aqui ficam algumas passagens:

“Há dois barcos que vão à Insua: o do restaurante e o de Mário. A ilha situa-se a 200 metros da costa, em frente à praia de Moledo e à Mata de Camarido, mas quem quiser lá ir tem de chegar até ao restaurante Insua, em Caminha. Ali, à beira rio, há um cais partilhado pelas duas concessões, a de Mário Gonçalves de Vasconcelos, 64 anos, antigo pescador, dono de um pequeno barco de madeira, e a de Pedro Machado, 33 anos, e Sebastião Nunes, 27, que exploram respectivamente a empresa Minha Aventura e o restaurante, e possuem uma lancha moderna.

As viagens para a ilha são monopolizadas por estes dois barcos, mas, ao contrário das outras ilhas continentais que visitámos, a Insua está de facto abandonada. Ninguém sabe quem toma conta dela, ou seja, ninguém toma. Percebe-se que os barqueiros têm um estatuto especial. Pelo simples facto de lhe terem acesso são vistos de facto como os donos da ilha. É assim desde sempre.

Nos finais do século XIV, alguns monges da Galiza e das Astúrias, zangados por Castela apoiar o papa de Avignon durante o Grande Cisma do Ocidente, fugiram para o Minho. Chefiados por Frei Diogo Arias, construíram o convento de Santa

Maria da Ínsua.

No ano de 1462, aos dois pescadores que costumavam transportar os monges para a ilha foi concedido um estatuto de privilégio. E desde então o ter-se acesso de barco à Ínsua tornou-se quase um título nobiliárquico. Uma espécie de condes da Ínsua.

O uso militar da ilha começaria em 1580, o ano da perda da independência. Uma armada galega ocupou o convento, em demonstração de apoio à causa dos Filipes. No início do século XVII, a ilha foi objecto de vários ataques de piratas, muitos deles britânicos, cuja coroa estava em guerra com a espanhola. A insegurança era tal, que, em 1623 já só havia dois monges no convento.

Com a recuperação da independência nacional, e para que dali não adviessem mais perigos, a Ínsua foi definitivamente transformada em quartel. D. Diogo de Lima, Governador das Armas da província do Minho, presidiu à construção da fortaleza.

Monges e soldados passaram a habitar a ilha, num conturbado convívio. Em 1807, durante as Invasões Francesas, a Ínsua foi ocupada por uma força espanhola, que capitularia no ano seguinte perante os exércitos napoleónicos. Em 1834, os liberais extinguiram as ordens religiosas, e, desde então, tanto o forte como o convento ficaram abandonados.

O edifício, de grande complexidade arquitectónica, começou a degradar-se. A sua guarda, do Ministério da Defesa passou para o da Finanças, deste para o IPPAR e, por fim, para o Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Todas as instituições devem estar orgulhosas do trabalho realizado: o forte está em ruínas.

Mário é pescador desde criança. Andou 14 anos no bacalhau, trabalhou por conta de outrem, em barcos grandes, depois sozinho. No navio Senhora das Candeias especializou-se em escalar o peixe. Chamavam-lhe o Faca Negra.

Quando o Senhora das Candeias foi abatido, por imposição da CEE, Mário ficou a trabalhar no Clube da Insua, um clube chique de Moledo que possuía aqui um posto náutico.

Foi o edifício desse clube que seria adquirido por Sebastião Nunes e um irmão, para abrirem o restaurante Insua, especializado em polvo à lagareiro. Mário trabalha agora por conta própria. Faz passeios à ilha e pelo Rio Minho, em concorrência com a parceria de Sebastião e a Minha Aventura, que alugam bicicletas e barcos, organizam passeios de observação de pássaros, fazem viagens à ilha e promovem percursos de canoa ao luar.

À volta da ilha, o mar é azul escuro e agitado. Um pequeno barco de borracha vermelha anda à pesca nas ondas, perigosamente, junto aos rochedos que marcam a foz. A ilha tem praia de um lado e rochas do outro. Alguns banhistas apanham o barco e vêm para aqui fazer praia. Deixam um rasto de garrafas e embalagens de plástico. O forte está ocupado por um grupo de velhos radioamadores que obtiveram autorização para aqui montarem as antenas durante duas semanas. Mostram-se indignados com a presença dos repórteres. “Isto é uma zona militar”, dizem, e telefonam à Polícia.

“Então os senhores pensam que é só chegar aí à ilha, assim, sem mais nem menos”, diz-nos o polícia, pelo telefone do radioamador. “É preciso uma autorização. Brilhando semi-enterrada na areia, uma garrafa fechada parece ter sido deixada por um naufrago que não conseguiu enviar a sua mensagem. A Insua, a única ilha abandonada de Portugal, pede socorro.”

in Paulo Moura – “As ilhas continentais portuguesas, do Algarve a Caminha”
www.paulomoura.net/ (consultado em 4.10.2017)

Ilha do Pessegueiro



Figura 53. Ilha do Pessegueiro

Foto Jorge Nunes

In http://www.lazer.publico.pt/passeiosepercursos/261687_descobrir-sem-presas-a-ilha-do-pessegueiro

A pequena ilha do Pessegueiro, junto à costa sudoeste, é continental pela sua origem e marca por isso um daqueles pontos em que a terra emerge do oceano. Apesar da proximidade, suscita a curiosidade espontânea certamente por, estando perto, não ser alcançável de imediato e exigir para a sua visita a experiência de uma travessia marítima. Repare-se que o texto que em baixo reproduzimos refere que “a insularidade continua a ser uma experiência marcante para muitos turistas” e que a ilha está cheia de histórias e mistérios. A fotografia revela bem a sua insularidade, estando bem marcados os seus limites e até um certo mar revolto de encontro à linha de costa. E, repare-se, trata-se de uma ilha deserta a convidar à descoberta e à aventura apesar da sua pequenez que lhe confere uma tão convidativa quanto intrigante intimidade que se alia a um isolamento próximo, mas que, por isso mesmo, se pode experimentar com segurança.

(...)

“Já próximo do areal do Pessegueiro, uma das praias mais procuradas da região, pressente-se a proximidade da estrada de alcatrão onde os automóveis se deslocam apressados. No entanto, por essa altura já o visitante tem olhos apenas para a curiosa ilha do Pessegueiro, que

emerge das águas límpidas e parece agigantar-se a cada nova passada. A sua peculiar localização, ali quase à mão de semear, torna-a misteriosa e irresistível, principalmente quando se admira a partir do forte da ilha, miradouro privilegiado para lhe apreciar os exíguos trezentos e tal metros de comprimento. Mesmo à distância, percebe-se que conserva ainda alguns testemunhos arqueológicos a exigir que o visitante se esqueça, por algumas horas, da sua condição de caminheiro e se torne marinheiro, aproveitando os passeios turísticos de barco, que são organizados a partir da baía de Porto Covo.

Se o propósito for encontrar o célebre pessegueiro que terá dado nome à ilhota e que foi celebrizado pela música de Rui Veloso - quem não se lembra do verso: "Havia um pessegueiro na ilha"? -, não vale a pena fazer-se ao mar, porque tal árvore já não existe - se é que alguma vez existiu... Mas, mesmo sem o famoso pessegueiro para condimentar a viagem, a visita à ilhota, com apenas duas centenas de metros de largura, é sempre um acontecimento memorável. Mesmo que a linha da costa esteja ali a uns escassos trezentos metros, a insularidade continua a ser uma experiência marcante para muitos turistas. Até porque, se excluirmos os abundantes leixões - que pelas suas acanhadas dimensões apenas servem de lar às aves marinhas -, ao longo de toda a costa continental portuguesa contam-se pelos dedos de uma mão as ilhas verdadeiramente dignas desse nome onde os humanos podem aportar e passear-se.

Como notava Júlio Gil a propósito da Ilha do Pessegueiro, na sua obra *Os Mais Belos Castelos de Portugal*, a verdade é que 'olham-se suas arruinadas muralhas, seu velho cais, e logo se pensa em piratas, assaltos, esconderijos, repouso e curas de abordagens, histórias de dramas e outras de assombro'."

(in «Descobrir sem pressas a ilha do Pessegueiro». Guia do Lazer. www.lazer.publico.pt/.../261687)

As passagens que de seguida se transcrevem, retiradas do já citado artigo de Paulo Moura, têm a virtualidade de apresentarem leituras conflituais desta ilha entre a exaltação entusiasmada do imaginário insular e um certo pessimismo que perpassa o relato dos descuidos de que a mesma ilhota foi alvo. Por seu lado, o apego do vigilante a este pedaço de terra por vezes perdido no meio de um mar que, apesar de tudo, a separa da terra firme continental, testemunha enfaticamente a sensação de posse que uma “ilha deserta” proporciona e que ele, afinal, partilha com as aves que igualmente a habitam por direito.

A autenticidade da ilha residirá assim nos seus períodos de solidão e não tanto nas épocas em que esta é destruída passageiramente pelo grande fluxo de visitantes.

Destacam-se as seguintes passagens:

“Vista da ilha, a terra parece mais próxima do que parece a ilha vista de terra. Isto faz pensar que uma ilha nunca quer ser ilha. A terra afasta-a. Ignora-a, como um amante negligente. Ou que teme a amada, ou ainda que a envolve de brumas e mitos, cobardemente, para amar nela os seus próprios sonhos. Vaidosas, as ilhas caem na armadilha. Dão-se ares. Prometem sempre mais do que têm para dar.

Na Ilha do Pessegueiro nunca houve pessegueiro nenhum. Nem o solo de areia endurecida o permitiria. O que diz a canção de Rui Veloso e Carlos Tê – “Havia um pessegueiro na ilha plantado por um vizir de Odemira, que dizem que por amor se matou novo... – não passa de uma lenda, mas ressuscitou a Ilha. Durante décadas, ou séculos, ninguém se lembrou dela. De repente, há 25 anos, com a canção Porto Côvo, foi como se tivesse emergido do mar. Porto Côvo tornou-se um estilo de vida, e a ilha 300 metros em frente uma espécie de símbolo de aventura e libertação.

Com mochilas e tendas, milhares de pessoas, na sua maioria vindas do Norte

do país, começaram a descer a estas praias esquecidas. Músicos de rua e vendedores de artesanato vieram também, para garantir a especificidade do cenário. E a seguir a Porto Côvo foram as praias da Costa Vicentina. Vila Nova de Mil Fontes, Zambujeira do Mar, tudo levado na onda. Os festivais de Verão, do Sudoeste, depois o de Músicas do Mundo, em Sines. A onda de uma canção.

A Ilha do Pessegueiro tem ciclos de sono e vigília muito longos. Há vestígios de ocupação humana anteriores ao segundo século antes de Cristo, provavelmente por parte de navegadores de Cartago. Mas tornou-se importante, há provas concludentes disso, no período da ocupação romana, por alturas do Alto Império. Os comerciantes de Roma construíram aqui uma fábrica de salgar peixe, cujas ruínas estão bem visíveis.

“O peixe que pescavam, do Cabo de São Vicente para Norte, atum e sardinhas, precisava de ser salgado, usando o sal de Alcáçer do Sal. E construíram a fábrica aqui”, explica Joaquim Matias, o “dono” da Ilha do Pessegueiro. “Estas ruínas ficaram a descoberto após uma tempestade que houve aqui, em 1979. O peixe era colocado nestas placas de argamassa impermeável... esta zona é construída com pedra da ilha, que é areia consolidada, e esta de pedra impermeável, que traziam de terra... a cobertura era feita em telha de meia-cana, assim redonda porque era moldada por mulheres, que colocavam o barro sobre a coxa...Chiu! Caladas!” Por uns segundos, as gaivotas parecem obedecer ao amo, interrompendo o seu grito anelante e esganiçado. “Estes são os bancos onde se sentavam... havia canais à volta da sala, tudo barrado com argila virgem... uma lareira, um forno de cozer pão... sauna, depois o frigidarium... Por este buraco a água infiltrava-se na areia, porque a fábrica tinha de ser limpa todos os dias...”

Quando as gaivotas voltam a fazer muito barulho, como se estivessem a protestar, Joaquim repreende-as, com um ar zangado. “Chiu! Já disse! Estou a trabalhar!” E passa à atracção turística seguinte, o forte, seguido pelo pequeno grupo de portugueses e estrangeiros que trouxe no barco. “Durante onze séculos não houve quaisquer trabalhos nesta ilha. Até que no século XVI, durante o

domínio filipino...”

Joaquim Matias, 62 anos, foi pescador em Porto Côvo desde os 12 anos de idade. Andou no barco do padraço, o Esperança, desde 1960. Depois foi para a pesca do bacalhau, durante 12 anos. Embarcar para a Noruega num dos navios portugueses do bacalhau era uma alternativa ao serviço militar em África, que muitos pescadores aproveitavam. Regressou em 1974. A pesca foi entrando em decadência. Das dezenas de barcos que operavam, sobraram dois ou três. Foram tempos difíceis para Joaquim. Trabalhou nas obras do porto de Sines, juntou dinheiro para comprar um barco com que levava pescadores desportivos até à zona da ilha, que nos anos 90, graças à canção de Rui Veloso, se tornou num destino muito popular para pescadores, campistas selvagens e “hippies” nostálgicos da vida natural.

Sem qualquer actividade há mais de duzentos anos, a ilha não tinha quem tomasse conta dela. Ficou à mercê dos amantes da liberdade, transformou-se numa lixeira. E foi então que Joaquim teve a sua ideia. Escreveu um parecer, fez uma proposta às autoridades: ficaria com a concessão da ilha, em exclusivo. Comprometia-se a limpar o território, remover as aves mortas, manter os acessos, guardar e preservar as ruínas dos monumentos e impedir que pescadores, campistas ou qualquer pessoa não autorizada se aproximasse.

A direcção do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a Capitania concordaram, e, em 1999, Joaquim ficou com a concessão. Mas só no ano passado com a exclusividade. Agora, é ele o único a ter acesso à ilha. Mal se chega, lê-se no pequeno embarcadouro flutuante: “Cais privado. Acesso exclusivo ao barco Novo Horizonte”.

Uma vida nova começou para o pescador. Comprou um barco, o Belo Horizonte, com capacidade para 12 passageiros, e pôs-se a estudar a geografia, geologia, biologia e História da Ilha do Pessegueiro. Ele, que só tem a 4ª classe, criou um programa de visitas guiadas, que realiza de 15 de Junho a 15 de Setembro. De

Outubro a Maio, transporta grupos de pescadores desportivos.

Paga mil euros por ano pelo privilégio de ser o “dono” da ilha. Diariamente, percorre os 350 metros por 240 do pequeno território deserto, apanhando lixo e aves mortas. Certifica-se de que as plantas não foram danificadas, nenhum dos monumentos vandalizado. Em troca, cobra 10 euros a cada visitante que leva à ilha. Faz quatro viagens por dia.

Quando consegue lá chegar. Porque se o mar está alteroso, a viagem é demasiado perigosa, ou demasiado assustadora, pelo menos. Foi o que aconteceu durante a primeira metade deste Verão. Agora é preciso compensar.”

É muito curiosa a atitude do responsável pela ilha perante os turistas, explorando precisamente o imaginário de que adivinha, pela sua experiência, serem eles portadores. Realça assim aspetos ligados a uma suposta raridade da sua flora, da sua fauna e ainda dos episódios que ao longo do tempo lhe conferem alguma mística. Afirma-se deste modo inclusive sobre os eventuais conhecimentos científicos dos visitantes a que estes correspondem pela inspiradora divagação do apaixonado guia.

“Há uma certa emoção nos rostos dos turistas quando põem os pés na ilha deserta. Joaquim faz render o momento. Mostra-lhes um objecto esbranquiçado, com vários metros de comprimento, que parece um tronco. “Isto é o que resta do pessegueiro”, brinca ele. Na verdade, trata-se de meia maxila de um cachalote que uma tempestade em 2002 estraçalhou por toda a costa. Joaquim encontrou o osso na praia de Porto Côvo e achou logo que seria um bom adereço para a sua performance. Trouxe-o e é agora com ele que inicia a narrativa, para explicar que o nome Pessegueiro derivou de Piscis Secarum, ou Piscatorium. Avança pela ilha falando do forte, dos piratas e do porto artificial de Alexandre Massai, acrescentando aos factos elementos de erudição e contexto histórico. “Chiu! Calem-se, gaivotas!”, impõe-se ele. “Está ou não está impecável a minha ilha?”, orgulha-se. Vai pegando em pedras, telhas, objectos que dispôs em locais

estratégicos para exemplificar as actividades dos antigos. “A 16 de Fevereiro o mar chegou aqui e desarrumou-me a mobília toda”.

Agora está tudo limpo e arrumado na Ilha do Pessegueiro. As coisas estão nos seus lugares, o que parece dar espaço à Natureza para se manifestar sem constrangimentos.

A rocha áspera e branca, refulgindo como marfim, esventrada pelo mar que lhe explode nas concavidades, e a desfaz em areia, instável e cristalina. As plataformas duras e claras, cheias de crateras, como a Lua. As crias de garça, tufo de algodão ralo e trémulo depositados negligentemente nas reentrâncias da pedra, entre os arbustos. Chilreiam com os seus bicos vermelhos e aduncos como narizes de bêbado, a céu aberto, totalmente desprotegidas, cheias de confiança na sua ilha, o seu mundo. “São fofas, mas feias”, diz uma das turistas. “Estão mortas”, diz outra. “Estão todas cagadas”, observa uma terceira. “Que nojo”, murmura a última rapariga a passar pelos ninhos.

E as plantas misteriosas, de folhas verdes cobertas de sal, que nascem e morrem no Verão, apenas do lado leste da ilha, mais horas exposto ao sol e ao calor. Os seus caules brotam da rocha e as folhas brilham com os cristais de sal de que talvez se nutram. Ninguém sabe. Os biólogos só agora começaram a estudar o estranho vegetal, e ainda não chegaram a conclusões. Ao que parece, a espécie não existe em mais nenhum lugar do mundo. Às primeiras chuvas, desaparece por completo, talvez porque, sob o efeito da água doce, o sal se lhe dissolve das pétalas, e assim não consiga viver. Ou porque encontre, nos reversos desconhecidos da ilha, outras formas de vida. É uma teoria. Os caules podem não nascer ali, mas serem um apêndice aventureiro de alguma alga que habite as profundezas do oceano e, atraída pelo sol, perfure a rocha porosa para ensaiar uma dupla personalidade na atmosfera da ilha deserta.

Conduzindo o grupo pelos trilhos do Pessegueiro, Joaquim vai divagando pelos anais da intriga política dos tempos de D. Sebastião, de Alcácer Quibir e do

advento dos Felipes, para explicar a construção do forte e os colossais blocos de pedra à beira da água.

Vê-se que adora a nova profissão. Hoje em dia, Joaquim dedica-se em exclusivo às suas três paixões. Uma antiga – o mar – outras recentes – a dança e a História. Com a amiga Maria do Céu, 48 anos, Joaquim inscreveu-se num curso de danças de salão. As suas especialidades são a valsa e o bolero. “É um excelente bailarino”, jura Maria do Céu. E vê-se que é isto que os faz felizes. Para Joaquim, a ilha é um amor infeliz, que o afastou de muitos dos antigos colegas pescadores. Aproximou-o mais dos arqueólogos e professores, com quem está sempre a aprender, e menos dos companheiros, que não lhe perdoam ter arranjado maneira de ser o único a ganhar dinheiro com a ilha. “O Pessegueiro desperta muita cobiça”.

Joaquim prossegue o seu relato aos turistas, que com o respeito que inspiram os homens que reemergiram na vida, nem se lembram de lhe regatear o rigor científico.

A chegada da dinastia castelhana ao trono português atraiu a inimizade dos ingleses, envolvidos na Guerra dos 80 anos contra a Espanha. Para que corsários britânicos não usassem a ilha para atacar os navios, Felipe II mandou construir o forte de Santo Alberto. A obra seria entregue ao arquitecto napolitano Alexandre Massai, que viria também a tomar em mãos a construção de um porto de características inéditas e porventura demasiado ambiciosas.

Massai imaginou ligar a ilha ao conjunto de rochedos chamados Penedos do Cavalo, e estes ao próprio continente. Usando escravos oriundos do norte de África, mandou cortar enormes pedaços da ilha, que seriam lançados ao mar e arrastados com alavancas, criando um molhe artificial até aos Penedos do Cavalo.

Mas Massai não calculou que, em contacto com a água, os cubos de 1200

toneladas de rijo arenito se começariam a desfazer. As dificuldades tornaram-se incomportáveis, e o projecto seria abandonado, em 1598. O tsunami de 1755 deixaria as estruturas irremediavelmente destruídas. Mais tarde, o forte foi abandonado, e a ilha voltou a mergulhar no seu profundo torpor. Até que, dois séculos depois, alguém cantasse o seu nome.”

(Paulo Moura – “As ilhas continentais portuguesas, do Algarve a Caminha” in www.paulomoura.net/, consultado em 4.10.2017)

As Berlengas

Na verdade, a ilha como paraíso natural, graças sempre ao seu isolamento, real ou relativo, constitui um permanente polo de atração...

Em Portugal, é o caso das Berlengas, um minúsculo arquipélago cuja ilha maior e que dá o nome ao conjunto insular, tem 78 ha de superfície. No *Naturlink*– onde a experiência de uma estadia nas ilhas, realçadas justamente pela sua pequenez e isolamento, é classificada como “um autêntico curso de insularidade” -, *site* para o qual remete muita da informação turística, pode ler-se a seu propósito o seguinte:

“Berlengas - Um pequeno arquipélago cheio de vida

A separação do Arquipélago das Berlengas do resto do continente deu-se durante o Jurássico. As ilhas formam unidades geográficas muito particulares, em que a interferência do exterior é bastante reduzida. Daí que nestes casos as espécies, em particular as que têm menor mobilidade, como as plantas ou alguns vertebrados terrestres, tendam naturalmente a evoluir num sentido que dificilmente coincide com o das populações das quais provêm e que ficaram no continente. Este fenómeno, a que se chama especiação, faz com que muitas ilhas sejam áreas importantes para endemismos, ou seja, espécies que não existem em mais nenhum outro lugar.



Figura 54 .Berlenga
Foto Alexandre Vaz
in <http://naturlink.pt/article.aspx?menuid=10&cid=91413&bl=1&viewall=true>

Também a Berlenga não é exceção e aqui, entre as cerca de 100 espécies que constituem a sua flora, encontram-se três espécies que não ocorrem em mais nenhum outro lugar no mundo: a *Armeria berlengensis*, a *Herniaria berlengiana* e a *Pulicaria microcephala*. Por esta razão, a flora da ilha é uma das suas grandes riquezas que, infelizmente, apesar de se encontrar numa zona protegida, está presentemente bastante ameaçada pela presença de animais herbívoros, como o Rato-preto e o Coelho, pela competição com espécie vegetais invasoras exóticas, como o Chorão, e pela nitrificação do solo, causada pelos excrementos da excessiva população de Gaivotas. Apesar da sua relativa diversidade, entre as plantas existentes no arquipélago não se encontra nenhuma espécie arbórea e, por isso, a paisagem é fortemente marcada por uma vegetação rasteira, composta por plantas de porte herbáceo e arbustivo.(...)

Ainda que a Berlenga seja habitada por pescadores, faroleiros e vigilantes da natureza, para as demais pessoas as visitas só são possíveis durante a época balnear. Durante esta estação, pode apanhar-se diariamente, no porto de Peniche, um barco, que ruma à ilha de manhã e que regressa à

tarde. Quem preferir pernoitar na ilha, poderá fazê-lo numa área autorizada a campistas ou na fortaleza de São João Baptista. Para quem optar por ficar durante a noite na ilha, vale a pena prestar atenção às peculiares vocalizações das Pardelas. Para além disso, pernoitar uma ou mais noites numa ilha destas dimensões é praticamente um curso intensivo de insularidade. Uma experiência pela qual vale certamente a pena passar.”

Num outro *site* (vd. fotos e texto em baixo) encontramos uma descrição das Berlengas em que se estabelece expressamente a correlação entre o facto de se tratar de um conjunto insular, enquanto tal relativamente inacessível e a circunstância de, por isso mesmo, se oferecer como um paraíso natural que se manteve preservado. Um paraíso que, pelo seu património natural e pela sua baixa ocupação humana, se radicaliza na sua apresentação adjetivando-se como sendo “selvagem”. Ao mesmo tempo, destaca-se logo no título, a algo contraditória acessibilidade que permite ao turista, com facilidade, usufruir do que, sendo remoto, afinal o não é. O mar em torno destas ilhas, enquanto espaço de separação e ligação, proporciona a retórica deste jogo de palavras e implícitos sentimentos que é atraente para o seu leitor precisamente pela dialética através da qual se exprime.

Entretanto, as fotografias ilustram complementarmente o contraste entre o azul extenso do mar e do céu – não por acaso o primeiro espelhando o segundo! – e o alcantilado que a terra oferece a partir dos seus limites... Se na primeira delas podemos ter uma imagem do conforto oferecido por algumas estruturas turísticas, a segunda proporciona a visão de uma certa intimidade e até proteção de que se poderá usufruir, mas aqui por uma dádiva natural. Estes aspetos podem ser decisivos para uma decisão de quem muitas vezes procura a aventura nos clichés de uma autenticidade que o marketing turístico constrói à medida dos desejos – e receios - de um visitante médio muito comum. Na referência que na introdução fizemos às Ilhas Selvagens é patente o contraste com os conteúdos dos documentos que aqui apresentamos relativos às

Berlengas.

É curioso atentar no facto de a hipo-insularidade deste arquipélago, como aliás de todas as ilhas continentais portuguesas, não fazer conter a apologia da sua insularidade.

“Berlengas, um paraíso selvagem... e aqui tão perto!

Posted on 16 Julho, 2014 novembro. (Consultado em 2016)



Figura 55. Berlengas

Foto: Carla Mota e Rui Pinto in <https://www.viajarentreviagens.pt/portugal/berlengas-um-paraiso-selvagem-e-aqui-tao-perto/>



Figura 56. Berlengas

Foto : Carla Mota e Rui Pinto in <https://www.viajarentreviagens.pt/portugal/berlengas-um-paraiso-selvagem-e-aqui-tao-perto/>

“Uma ilha, por definição, é um território que é mais difícil de conquistar, não só militarmente, como economicamente. E ainda bem que assim é. Um dos paraísos mais intocados e selvagens de Portugal é o arquipélago das Berlengas, situado aproximadamente 6 milhas a oeste do Cabo Carvoeiro. É constituído por três pequenas ilhas, Berlenga Grande, Estelas e Farilhões e é apenas na primeira que existe ocupação humana, ainda assim bastante reduzida.”

(in www.viajarentreviagens.pt/recursos/praias/, 30.12.2016)

No artigo de Paulo Moura antes citado, pode ler-se uma sugestiva descrição das Berlengas e, desde logo, da Berlenga maior. Destaca-se a sua mais forte insularidade – pelo seu isolamento e identidade - relativamente às outras pequenas ilhas da costa portuguesa de que resulta um mistério implícito. Ao mesmo tempo, a ilha proporciona o afago da sua intimidade que o visitante é levado a partilhar e que a mulher do vigilante exalta. A fruição da ileidade emerge aqui:

“A Berlenga é uma verdadeira ilha, orgulhosa e independente. Não é um pedaço de terra anexo ao continente, como as outras. É um território com vida própria, com as suas montanhas, os seus caminhos, as suas grutas e as suas praias. Ao contrário do que sucede no Pessegueiro, aqui é a terra que parece mais distante. Facilmente é levada pela neblina, apagada do horizonte para a ilha poder ficar sozinha.

Por vezes, o que se vê são apenas algumas das pequenas ilhas do arquipélago, as Estelas e os Farilhões, o que permite a ilusão de se estar na metrópole de um misterioso e altivo país perdido no mar.

Não é fácil chegar cá. A viagem demora uma hora que parece duas ou três. O mar é sempre tão agitado que, no barco do Cabo Avelar Pessoa (do nome de um herói lendário da Berlenga), um tripulante vem distribuir sacos para vomitar aos mais de 150 passageiros. Também isto faz aumentar a distância. Depois de dobrar o Cabo das Tormentas, a sensação é a de chegar a um outro mundo.

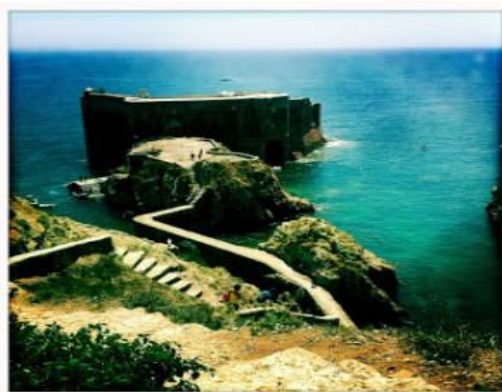


Figura 57. Berlenga
in <http://blogues.publico.pt/reporterasolta/e-facil-partir-para-uma-ilha-deserta-2a-parte/>

A Berlenga é isso, um mundo virado para si próprio. Uma vez cá, esquecemo-nos de onde vimos, declaramos a soberania. O tempo e o espaço deformam-se para nosso aconchego. A paisagem não tem semelhanças com nenhum lugar do continente. O mar é verde e a terra escura, recortada e íngreme. Por algum fenómeno relacionado com o talhe e a densidade da rocha, as vozes ficam sempre abafadas, embora produzam eco. Ouve-se melhor o que é dito ao longe

do que a fala dos que estão ao nosso lado. Há uma sensação de irrealidade e suspensão, como se ninguém tivesse os pés assentes na terra. Excepto Marieta e o marido, Veríssimo, no Bairro dos Pescadores.

A ilha pode estar cheia de gente, como acontece nestes meses de Verão, mas nenhum som humano sobreleva o grito das gaivotas. Elas dominam a ilha, voando nas enseadas, ou pousadas aos milhares ao longo das encostas, como um exército a perder de vista. Aqui é impossível mandá-las calar. O seu triunfo é total. Nunca fogem. Parece até que grasnam mais alto quando um ser humano passa perto.

É um gralhar contínuo e variado, que ora faz lembrar gritos, ora latidos, mas a partir do momento em que nos ocorre a comparação com gargalhadas, não mais nos livramos dela. A partir daí, por onde quer que andemos, em toda a ilha da Berlenga, acompanha-nos o riso sarcástico das gaivotas.

Para percorrer a ilha há duas opções: vai-se de barco ou a pé, o que implica subir. Os barcos visitam as baías, as praias e as grutas, chegam até ao forte S. João Baptista, situado numa ilhota ligada à ilha-mãe por uma ponte. A pé passa-se pelo restaurante e o bar, sob as cerca de 30 casas do antigo Bairro do Pescadores, pelo parque de campismo, pelo farol, até ao forte.

O forte de S. João Baptista, uma construção do século XVII que foi inicialmente um convento, é agora uma espécie de lugar comunitário para amantes da Berlenga. Conta-se que foi aqui que um tal cabo Avelar Pessoa, em 1666, com os 26 soldados que constituíam a guarnição do forte, resistiu heroicamente ao ataque de uma armada espanhola de vinte barcos.

Hoje, quem aparentemente manda aqui é Rogério Leitão, um pescador de Peniche com 45 anos. É ele que coordena as actividades, embora toda a azáfama se desenrole sem complicações. As pessoas entram no forte, dirigem-se à cozinha e desatam a assar sardinhas, ocupam as mesas dos pátios,

reúnem-se em grupos à beira das ameias.

A Associação dos Amigos da Berlenga é quem gere, desde 1976, toda esta utilização do edifício, aberto a quem quiser aparecer. A manutenção é feita com os fundos provenientes do aluguer dos 22 quartos, disponíveis de Junho a Setembro e sempre esgotados.

“Antes do 25 de Abril isto era uma pousada de luxo”, conta Rogério. “Salazar vinha para cá com uns amigos, que gostavam de fazer caça submarina”. Em 1971, o exclusivo resort foi encerrado, e depois do 25 de Abril de 1974 ocupado pelo povo. O pescador Rui Gonçalves, pai de Rogério, foi o primeiro a vir organizar o novo uso comunitário das instalações. “Há pessoas que vêm para aqui todos os anos, há mais de 30”, diz o sucessor de Rui. Chegou a haver um bar montado, mas no ano passado a ASAE veio cá e fechou-o.

A UNESCO classificou este ano o arquipélago das Berlengas como Reserva Mundial da Biosfera, estatuto que pode atrair mais turistas, mas também mais recursos para preservar as plantas, peixes e aves selvagens deste habitat único. Hoje, para além do faroleiro, sempre na ilha, mas num regime de turnos, só um casal permanece todo o ano na Berlenga, para tomar conta de tudo – Marieta e Veríssimo Soares. São eles que fazem as limpezas, gerem o parque de campismo, controlam a electricidade, tratam dos sanitários e da distribuição da água potável.”

De seguida, descreve o autor a vida e os sentimentos dos habitantes da ilha, ou seja, o vigilante e a sua mulher. É curioso verificar-se que, a par das rotinas próprias de um vigilante, o testemunho da sua mulher assume particular importância. Esta realça o isolamento em que vivem, o qual, ao invés de provocar angústia, suscita segundo as suas palavras, sentimentos de quietude e de admiração pela beleza do local. Ao mesmo tempo apresenta a sua vida como um percurso de habituação precisamente à “interminável solidão do inverno” de que precisa mesmo para “se sentir inteira”. Em complemento desta descrição

apaixonada refere o som das ondas e o cantar das gaivotas num mundo que ela define como sendo “uma miniatura”. Na verdade, uma pequena ilha como a Berlenga proporciona este tipo de vivência que, correspondendo neste caso a uma experiência real, reforçará, muitas vezes, junto de terceiros a vontade de experienciar o conforto natural e surpreendentemente humano que uma pequena ilha pode oferecer despertando sentimentos heterotópicos que o conceito de ileidade exprime.

“Vivem na ilha há 26 anos. Antes, Veríssimo trabalhava num escritório e Marieta numa fábrica de filetes de peixe, que fechou. Vieram para cá por necessidade. Deixaram os cinco filhos sozinhos, os mais velhos tomando conta dos mais novos. Marieta, de 59 anos, ganha 500 euros. O marido, como Fiscal de Limpeza, um pouco mais. Ela limpa as casas de banho, as únicas da ilha, que no período do verão tem milhares de visitantes. Ele preocupa-se com ligar e desligar a luz, abrir e fechar as torneiras da água da cisterna e do mar. Nas torneiras do restaurante, bem como nas das casas do Bairro dos Pescadores (algumas das quais são privadas) corre água salgada. A casa do casal Soares é muito pequena. Tem um quarto e uma cozinha, com uma mesa de jantar e, na parede, um grande póster do cantor Beto.

“No Inverno tudo fecha”, diz Marieta, que tem ao peito um crachá com a imagem de um homem de olhos azuis e cabelo comprido, e as palavras “Beto para sempre”. “O barco acaba em Setembro. Não vem mais ninguém. Ficamos sozinhos. Só com as ondas, o vento. É lindo. Gosto muito de cá estar. Gosto do sossego”.

Ao princípio custou. Depois habituou-se. Agora precisa da ilha, da interminável solidão do Inverno, para se sentir inteira. Nessa altura, não há muito que fazer. Gosta de ir à pesca, de apanhar lulas com uma tonera, de ficar em casa a ler as revistas e jornais que os turistas deixam durante o Verão. Com vagar, esmiúça, linha a linha, todas as notícias da Caras e do Correio da Manhã, não importa que tenham meses de atraso. O tempo na ilha avança de forma descontínua, como

o vai-vem das ondas. Aqui, o mundo é uma miniatura e por isso e tudo é imenso. “Ih ih ih ih”, gritam as gaivotas. “Iac iac iac iac”, riem elas, alucinadas.

Em Maio do ano passado, um barco da Polícia Marítima chegou à ilha para trazer uma notícia. Vinha a bordo um funcionário da Câmara de Peniche, um médico e mais uns homens que não conhecia. Não se explicaram logo. Ficaram assim num silêncio embaraçoso, permitindo que o cenário se enchesse de escarpas negras, de gargalhadas sinistras e um cheiro enjoativo a gaivotas mortas.

Marieta levanta-se todos os dias às 6 da manhã para fazer a limpeza. Mas a ilha é muito grande para uma pessoa só. Por exemplo, ninguém recolhe as aves mortas que vão apodrecendo nos planaltos de vegetação rasteira. Os cadáveres estão por todo o lado, alguns já secos, outros inteiros, de asas abertas, de costas, como se tivessem morrido no ar e depois tombado, ou esmagados de frente, de bruços, na posição de quem tivesse perdido a noção das distâncias ou o controlo do voo, e simplesmente se despenhasse contra uma pedra.

Os homens do barco quiseram que o casal fosse com eles para terra. No meio do mar disseram que tinha havido um acidente com o Beto. Depois falaram de um AVC, e pensou que daria ao filho uns chás e aquilo passava-lhe.

“O Beto chegou a gravar com a Rita Guerra”, diz a mãe. “Era muito famoso”. Um dos “maiores cantores românticos portugueses da sua geração”, segundo a respectiva entrada na Wikipedia. A prova de que o talento pode nascer entre cinco crianças criadas sozinhas enquanto os pais ganhavam o seu sustento isolados numa ilha a vida inteira.

Foi uma das filhas que acabou por dar a informação: “Mãe, o nosso Beto morreu, nas Caldas da Rainha”.

Desde que soube isto, a funcionária da limpeza da Berlenga ainda não passou nenhum Inverno na ilha. Tem muita confiança no próximo. “A ilha ajuda. Este

Inverno vou conseguir ultrapassar o desgosto. Pelo menos assim o espero, embora com um bocadinho de medo”.

Paulo Moura (2011), “As ilhas continentais portuguesas, do Algarve a Caminha. É fácil partir para uma ilha deserta”, artigo jornal Público

Ilhas do Algarve

Já no sul do país há um conjunto de ilhas arenosas, tornadas na sua maioria locais turísticos de grande afluência nos meses de verão, quase esquecendo os seus utentes, dadas as frequentes ligações por barco ou através de pontes, que são espaços insulares. Multiplica ainda o seu número ao esquecerem a continuidade da sua implantação. Todavia, no *site* do turismo do Algarve, estas ilhas, certamente por o serem, são referidas como “pequenos paraísos em plena Ria Formosa.”

Para o cabal esclarecimento da realidade das ilhas continentais portuguesas transcreve-se de seguida um conjunto de passagens do interessante artigo de Paulo Moura acima citado e de que antes já se reproduziram extratos dedicados às ilhas da Ínsua, Pessegueiro e Berlenga.

O próprio subtítulo, com a referência motivadora ao fácil acesso a uma “ilha deserta”, é deveras curioso e revelador do fascínio que as ilhas exercem. De tal maneira que se acentua o facto destas ilhas serem procuradas e habitadas por pessoas que aí quiseram experimentar e viver precisamente o seu relativo isolamento. Expressivos são estes excertos: “Uma ilha é uma jangada de pedra, solta de amarras, em fuga para a redenção. É um local de recomeço e de inocência. Numa ilha sentimo-nos longe de tudo, mesmo que a terra seja tão convenientemente próxima.” (...) “Uma ilha deserta parece sempre desconhecida e distante, mesmo que fique a poucos metros de terra, como esta, e talvez por isso seja difícil imaginar que alguma vez tenha sido habitada. Mas Cabanas já o foi.” Eis aqui o retomar da ideia de “ilha deserta” enquanto “consciência da terra e do oceano” de que nos fala Deleuze. Neste caso, claramente não tanto pela ilha estar separada do continente, mas antes porque

“é o homem que está separado do mundo estando na ilha”, ainda segundo Deleuze cujo pensamento a este propósito desenvolvemos no capítulo “A noção de ilha”.

Curiosamente é o isolamento durante o inverno que se reconhece dar “caráter” a esta ilha.

A propósito da ilha de Tavira, como acabámos de ver, escreveu o autor que uma ilha “é uma jangada de pedra, solta de amarras, em fuga para a redenção” e “um local de recomeço e de inocência” em que nos sentimos longe de tudo “mesmo que a terra seja tão convenientemente próxima”. Todavia, este mesmo texto revela igualmente outra leitura bem contraditória com esta ao recordar os comportamentos algo marginais de muitos dos seus visitantes há alguns anos atrás em que a propalada inocência parece ter sido severamente agredida... Mas acontece que, tratando-se de uma pequena ilha praticamente desabitada onde se desenvolvem atualmente atividades turísticas, as reações da comunidade de acolhimento acabam por ser nulas ou muito isoladas e com pouca expressão.

Uma outra consequência desta situação é a de a autenticidade poder radicar apenas nos elementos naturais desta como, aliás, de todas as outras ilhas continentais portuguesas, salvaguardados aspetos pontuais ligados à atividade piscatória. Uma autenticidade a ser reclamada eventualmente por pessoas em busca de aventura, por turistas que procuram, através de práticas de nudismo, um pretenso retorno ao estado natural de uma humanidade bíblica ou tão-somente cansada dos formalismos das sociedades urbanas e residentes que se consideram os protagonistas de um isolamento sadio e privilegiado.

Aqui fica a referida descrição das ilhas algarvias que, sem prejuízo de nos revelar aspetos pitorescos que alimentam a magia de um certo imaginário que se ergue em seu torno, nos traz também, com notório realismo, informações sobre acontecimentos e práticas que as mesmas proporcionam às diversas motivações das pessoas que por elas são atraídas:

“No Algarve, há menos ilhas no mar do que na cabeça das pessoas. É um fenómeno estranho. Não é não conhecerem as ilhas. Conhecem. Mas multiplicam-nas. Dão-lhes nomes diferentes, que pulverizam os territórios. As ilhas são cinco. Mas os algarvios falam de pelo menos oito ou nove. O mapa mental não coincide com o geográfico. Ou coincide – com a sua natureza instável e mutante. Como a realidade geológica não é estável, as pessoas desenham com o traço dos seus próprios percursos o mundo circundante. À ilha do Farol chega-se num barco que se apanha em Faro. Desembarca-se e passa-se o dia na praia, ali perto do bar Mar a Mais, ou um pouco mais para leste. Ao fim da tarde regressa-se a Faro. É a ilha do Farol. Já à ilha da Culatra se chega através de Olhão. É outra praia, totalmente diferente, frequentada por outras pessoas. O ambiente é outro, a temperatura da água e as cores. Os sons, os cheiros, os hábitos, as histórias, não têm nada a ver. Outra ilha. No entanto são a mesma.

Alucinação idêntica se passa com a ilha da Armona, que não é outra senão a da Fuseta. Quanto à ilha de Faro, não é ilha, e a Deserta não pertence à de Faro, é antes a Barreta que, essa sim, é uma ilha. Uma confusão. Ou nem tanto. Cada um vê de acordo com a sua condição. Uma cegonha que migra desde o Báltico até ao Norte de África, ou mesmo um maçarico galego que por esta altura chega da Rússia, não têm a mesma perspectiva que um humano apanhador de conquilha. Ou da própria conquilha, ensopada no lodo, já agora. Cada um enxerga segundo a sua conjuntura. O que importa é o equilíbrio do sistema. Que a água flua através das barras, as plantas alófitas fixem as areias, a lama fermente sob a protecção das ilhas-barreira, que desenvolva os plânctons que alimentam os peixes que entram durante a maré alta, e ficam presos nos buracos quando as águas recuam, nos pequenos lagos do sapal, para servirem de pasto às aves que estão de passagem, e aqui nidificam, e que os humanos possam apanhar amêijoas e estender-se nas areias finas e banhar-se nas águas transparentes. Não importa que as ilhas não sejam ilhas. Importa é a harmonia de toda a Ria Formosa, que aliás não é uma ria.”

Reportando-se a uma das ilhas algarvias – a ilha de Cabanas – o autor fala da

ida para esta ilha como uma fuga fácil para uma ilha desabitada e deserta. Claro que é particularmente relevante recordar aqui a noção de “ilha deserta” de Deleuze enquanto arquétipo do imaginário insular. Curiosamente surge a afirmação redundante “Uma ilha deserta é uma ilha deserta” quando se reconhece que a mesma é agora uma estância turística, mas que, ao fim de cada dia, retoma a sua fisionomia de universo desconhecido e distante, o qual, ainda que próximo se assume como uma “ilha deserta”. Certamente que há nestas palavras, consubstanciado com o seu aparente realismo, um imaginário que se confunde com a ideia de um exotismo insular. É isso que revela o testemunho do dono de um restaurante ao trocar “a gravata pelos chinelos”, não deixando, contudo, de reagir também contraditória e negativamente à interdição de ter música ao vivo, interdição esta que certamente tem a ver com a preocupação das autoridades em preservar, inclusive em termos turísticos, uma autenticidade originária da ilha.

“É fácil fugir para uma ilha desabitada. Aqui em Cabanas basta entrar num destes barcos pequenos que andam cá e lá. Em poucos minutos estamos numa ilha deserta. Só não o é completamente porque outras pessoas tiveram a mesma ideia. Mas ninguém vive na ilha de Cabanas. Nem mesmo Manuel Macieira, que tem a concessão da praia e dos dois bares – o Cabana da Ria e o Paradise. Ao fim do dia, ele e os seus empregados atravessam para o lado da vila de Cabanas. A ilha, 6 quilómetros de praia e dunas, fica sozinha.

Isso dá-lhe carácter. Bem podem os turistas encher a área de toldos da praia, espalhar as toalhas pelo areal cor de pérola semeado de conchas. E não adianta que esteja à vista, a poucos metros, a outra margem, a outrora aldeia piscatória de Cabanas, agora transformada em vila turística, com as suas mais de mil casas à venda. Uma ilha deserta é uma ilha deserta. Sente-se.

Basta entrar no Cabana da Ria, o bar de ripas vermelhas, todo suspenso em estacas sobre a areia, propriedade de Manuel, e olhar em redor, para as dunas tufadas de arbustos verdes, levemente desfocadas pela brisa. Há qualquer coisa

agreste e desabrigada, que fere e seduz no mesmo ápice. Há qualquer coisa. Tinha de haver, não é impunemente que uma ilha é desabitada. Claro que a música do bar ajuda a criar uma atmosfera, mas atenção, não pode ser isso, porque a canção nem sequer é boa. “Night night, night inside your eyes, pessoas sozinhas e eu esperando você”, canta Ivo Mendes, assim mesmo, em inglês e português, uma piroseira, mas, sabe-se lá porquê, perfeito neste lugar. Night night, pessoas sozinhas...”

Uma ilha deserta parece sempre desconhecida e distante, mesmo que fique a poucos metros de terra, como esta, e talvez por isso seja difícil imaginar que alguma vez tenha sido habitada. Mas Cabanas já o foi.

Em 1838, após os Liberais terem desfeito o monopólio estatal da pesca do atum, uma Companhia de Pescarias Lisbonense criou uma armação para a apanha de atuns ao largo da costa de Cacela. Chamava-se Armação de Cacela, ou Armação da Abóbora, e os seus equipamentos e trabalhadores eram abrigados num conjunto de cabanas construídas na ilha. Ilha de Cabanas, por causa disso. Ou Ilha da Abóbora, como também é designada. Todo esse arraial, que, entretanto, mudara de proprietário, foi destruído pelo mar em 1962. A armação continuaria activa por mais dez anos, mas a ilha nunca mais seria habitada.

“O mar comeu as casas”, conta Carlos Baptista, o presidente da Junta de Cabanas. “Só deixou areia. Mais nada.” Carlos, de 58 anos, é professor de Educação Física em Tavira, mas está à frente da Junta de Freguesia há 10 anos. Nasceu e sempre viveu em Cabanas, e lembra-se de ver a ilha mudar. “A areia move-se”, diz ele. “É um movimento de poente para nascente. As barras deviam andar no mesmo sentido”. Os homens tentam contrariar esta tendência, quase sempre com maus resultados. “As máquinas taparam as barras que se abriram naturalmente. Havia uma em frente a Cacela Velha, a Barra do Cochicho, do nome do primeiro barco que a atravessou. Fecharam-na e abriram outra, mais para cá. A intervenção humana acabou com o ciclo natural.”

Importa destacar a presença da noção de “ilha deserta” justificada quer pelo passado histórico destas ilhas como pela sua situação recente, isto apesar do facto de se tratar de ilhas continentais.

“A ilha está em permanente transformação, segundo um plano mais vasto, bolado seja lá onde for que os ecossistemas são concebidos. Contrariar esse plano é um erro que se paga mais cedo ou mais tarde. “A ilha está mais alta, mas mais estreita. A qualquer momento pode romper”, avisa Carlos, que no entanto tem ele próprio um plano nada politicamente correcto para Cabanas: erguer uma ponte.

De madeira, claro. E só para peões. E que fechasse durante a noite, para evitar o vandalismo. Mas uma ponte. Sempre pensou o contrário, mas agora rendeu-se. É um processo mental comum a muitos autarcas e operadores turísticos algarvios: uns imaginam pontes, outros falam de veículos bizarros como teleféricos. Gostam tanto das ilhas, que querem ligá-las a terra – acabando com elas.

À direcção do Parque Natural da Ria Formosa e à Administração dos Recursos Hídricos (ARH) cabem o ingrato papel de serem desmancha-prazeres. Às vezes com algum fundamentalismo, dizem as suas vítimas. Manuel Macieira, o dono do Cabana da Ria, quer transformar o bar em restaurante. Acontece que, segundo o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, só é permitido à Ilha de Cabanas possuir um equipamento de apoio do tipo mais simples, que, entre outras restrições, não pode servir comida cozinhada.

“Estamos a privar os turistas do melhor que a região tem para dar”, queixa-se Manuel, referindo-se à gastronomia. “Temos todas as condições para montar um restaurante. As pessoas querem comer e estamos a impedi-las, por causa de uma lei caduca. Queremos que nos deixem ter um restaurante, como as outras ilhas”. E está a pensar, por exemplo, na Barreta, também deserta, aliás chamada Deserta, que possui no centro um belo restaurante de luxo, o Estaminé.

Manuel, de 48 anos, trabalhava em Lisboa, no BCP. “Troquei a gravata pelos chinelos”, diz ele. Agora vive em Cabanas, mas quer que o negócio cresça. “Não nos deixam ter música ao vivo no bar. Só gravada. Quis trazer um saxofonista, não me permitiram. No entanto ouve-se aqui, perfeitamente, a música das festas Manta Beach”. É quando o vento sopra de sudeste, o chamado Levante, que a matraca sonora das festas organizadas pela taróloga Maya na praia da Manta Rota vem desonrar a virginal ilha da Abóbora.”

Na ilha de Tavira, de seguida descrita, destaca-se a vida noturna e o exotismo de muitos dos seus frequentadores que, levando a abusos e desmandos, implicou a intervenção das autoridades. Curiosamente, neste contexto, é enaltecido “o caráter boémio e hippie da ilha”, o qual é à partida coerente com a natureza de um espaço insular na medida em que possibilita a emergência de comportamentos marginais, neste caso tidos como positivos, relativamente aos cânones sociais. É também curioso que o autor, com certeza inspirado pela ideia de paraíso perdido e inerente imaginação de um regresso a uma pureza originária, acabe por concluir que uma ilha “é um local de recomeço e de inocência”, no que se refere à ilha de Tavira por esta acolher tipos de vida que serão, em última análise, formas de um retorno mais autêntico à convivência em comunidade e numa proximidade mais íntima com a natureza.

“Em frente à ilha de Tavira também houve uma armação de atum – a do Medo das Cascas. José Falcão lembra-se. É de Castelo Branco, mas vem para cá desde os anos 60, quando casou com uma filha da terra. Depois foi para a guerra em Angola, e nessa altura a sogra descobriu que uma das barracas dos pescadores estava à venda na ilha. Lá do Ultramar ele deu logo autorização para a compra, em 1969. Dois anos depois, veio para cá.



Figura 58. Ilha de Tavira
in <http://blogues.publico.pt/reporterasolta/e-facil-partir-para-uma-ilha-deserta-1a-parte/>

A mulher dava-se mal com as osgas que frequentavam a barraca, e o casal resolveu fazer obras. Hoje é uma verdadeira casa, tal como todas as outras nesta zona oriental da ilha, logo à saída do cais dos barcos que fazem a travessia de meia em meia hora.

Não são casas ilegais, mas o seu estatuto é sui generis. O terreno é público e não pode ser comprado pelos proprietários das habitações, que pagam uma taxa anual por um alvará de utilização. O sistema é idêntico em todas as ilhas, embora com algumas diferenças específicas, nem sempre claras para todas as partes. Neste caso, José Falcão paga 600 euros por ano, sem qualquer garantia de que o alvará seja renovado no ano seguinte. Só a casa, sem o terreno, é propriedade sua, como se estivesse construída sobre o vazio. E com restrições: não a pode vender, apenas deixá-la aos filhos em herança. Só desvantagens. Mas um privilégio ter uma casa na ilha mesmo assim.

José Lucas Falcão, 75 anos, viúvo, coronel na reforma, passa aqui o Verão, sentado à mesa que tem por baixo do alpendre. Antes da morte da mulher, há 17 anos, levantava-se às 6 da manhã e ia à pesca. Apanhava robalos de três quilos e meio, à cana. Agora não. Encontra-se aqui com os amigos, para conversar. José Plácido, 60 anos, professor de Matemática reformado, e Fernando Robles, 74 anos, um militar na reforma que também cumpriu serviço em Angola. José e Fernando passaram aqui a manhã e agora vão fazer o

almoço: feijão frade com atum. De conserva.

Por esta hora a ilha já tem muita gente. Os barcos da carreira, que partem de Tavira ou da praia das Quatro Águas, após a extensão de salinas, ou os táxis marinhos, trazem milhares de turistas à ilha, que é a maior do Algarve. Concentram-se quase todos ali na chamada Praia de Tavira, a seguir ao parque de campismo, em frente aos bares e restaurantes. Só alguns caminham para poente, para a Terra Estreita ou o Barril, ou mesmo a Praia do Homem Nu – parece que alguém viu ali uma vez uma criatura nestas condições, e o nome ficou. E o estatuto também, agora legal, de praia naturista. Ignora-se o nome do pioneiro.

Por causa disto e de outras coisas, a Ilha de Tavira tem fama de ser a mais hippie do Algarve. É a ilha dos friques, tal como a do Farol é dos surfistas, a da Armona das famílias e a da Barreta a dos betos. Ideias feitas, que mudam mais devagar do que a realidade. De tudo o que muda na Ria Formosa, aliás, as imagens mentais são sempre as mais lentas. Mais do que as próprias alterações geológicas.

Seja como for, uma certa ideia de liberdade associou-se à Ilha de Tavira. Uns gostam disso, outros não, e portanto a filtragem vai-se fazendo, das pessoas como das águas que servem o metabolismo das plantas alófitas. Porém tudo está diferente nos últimos anos. O bar Sal, por exemplo, cujos pufes na areia são agora mobília para a paz da alma, e foi esta semana cenário de filmagens dos Morangos com Açúcar, era conhecido pelos antigos da ilha como o “bar dos drogados”. Isto há uns 5 anos”.

Nestas passagens descreve-se o impacto do fenómeno turístico na vida destas ilhas com destaque para as transformações sofridas. Não havendo mais uma comunidade residente significativa e permanente, as reações a tal impacto são veiculadas por pessoas isoladas. A verdade é que, em qualquer dos casos, sobressai a fragilidade, inclusive natural, das pequenas ilhas sujeitas às

metamorfoses induzidas pela relação umbilical com o mar. Fica clara a presença da “maritimidade” no complexo insular, não ganhando a ileidade uma dimensão social relevante.

“Sextas e sábados, a Ilha de Tavira era o centro da vida nocturna algarvia. Pelo menos de uma certa vida nocturna, de jovens em fuga dos clubes ingleses de Albufeira, com os seus hooligans e loiras de mini-saia e saltos altos, das mega-discotecas e das festas dos betos. Era antes a noite das fogueiras na praia, com guitarras e djambés, dos artistas e libertários, ou gente que como tal se sentia, da cerveja e das drogas, geralmente leves.

‘Todas as noites havia facadas’, é a perspectiva de José Falcão. ‘Era só whisky e droga. Gritaria e confusão na praia’. Campismo selvagem, malucos a vender artesanato, e lixo, toneladas de lixo. Ele e Fernando Robles recordam esses tempos com repulsa. Agora melhorou, mas nunca fiando. Ainda há dias estava um grupo muito esquisito junto aos toldos. ‘Acho que eram actores de filmes pornográficos’, diz José Plácido, um homem tão alto que é conhecido como o Zé Grande.

Uma das raparigas do grupo, conta ele, foi à barraca do massagista. O homem, que era bom profissional, começou a fazer o seu trabalho, ainda que contrariado. Mas ela agarrou-o e, a certa altura – isto narrado posteriormente pelo próprio terapeuta do relaxamento muscular – fez-lhe uma massagem da sua especialidade.

Os coronéis não riem. Estão escandalizados pelo relato do Zé Grande. Robles, um homem que foi condecorado pelos seus actos heróicos em Angola, em 1961, imobiliza-se por momentos, ofendido no íntimo só de imaginar a cena. Uma banhista a massajar o massagista. Que coisa contra-natura.

A verdade é que, em 2007, os abusos atingiram tal nível que o presidente da Câmara de Faro, Macário Correia, decidiu pôr a ilha na ordem. Uma noite,

mandou 60 polícias fardados, com shot-guns e cães, recorda Isabel Baptista, directora do parque de campismo. ‘Isto aqui ficou cheio de fuzileiros fardados, a guardar’, diz ela apontando para as entradas do parque. ‘Macário dizia que era por causa do botellón’.

Os bares, que ficavam abertos toda a noite, passaram a ter de fechar às 9 horas. O barulho acabou, bem como o campismo selvagem e o lixo. E também a animação da ilha de Tavira. ‘Até eu que sou quota gosto de me divertir à noite’, diz Isabel, de 54 anos. ‘Quem é que, num fim-de-semana de férias, acaba de jantar às 9 da noite?’

As autoridades reconsideraram, e os restaurantes voltaram a poder estar abertos até tarde. O limite é as duas da manhã, mas fecham todos muito mais cedo, porque não têm clientes.

‘Andamos aos poucos a tentar recuperar a ilha’, diz Victor Guerreiro, 63 anos, administrador do parque. Ele e Isabel estão emprenhados num difícil equilíbrio: manter a segurança e a limpeza e também o carácter boémio e hippie da ilha. O parque de campismo, o único nas ilhas algarvias (o da Armona não conta porque só tem bungalows), está cercado por uma rede alta e tem à entrada um torniquete controlado electronicamente. Não é propriamente selvagem, tirando o facto de se situar numa ilha, e a poucos metros da praia. Já não é pouco.”

Repare-se que a vinculação da ilha à ideia de espaço selvagem, com certeza por causa do isolamento a que a natureza a condena, é invocada sendo fácil imaginar que a conciliação entre um espaço natural globalmente selvagem e a humanização do parque de campismo – e a sua consequente valorização – enquanto território seguro e confortável se afigura como um importante fator de atratividade. Complementa-se deste modo a relação entre o ideal quimérico de aventura do turista com a hospitalidade oferecida por um equipamento turístico.

“Victor tem o projecto de encher o recinto de bungalows, mas a direcção do

Parque Natural da Ria Formosa não aprova. Em alternativa, ele e Isabel decidiram alugar tendas familiares, montadas, equipadas com camas, roupa, electricidade, fogão e frigorífico. Custam 60 euros por noite, mas não há hotel que lhes faça concorrência. Quem aproveita, contudo, são os espanhóis, que nesta época ocupam mais de 80 por cento do parque.

O bar, onde se servem refeições e caipirinhas, os restaurantes da praia, o mar de água tranquila e morna onde se pode nadar como se fosse uma piscina sem limites, a Praia do Homem Nu, tudo na ilha respira o mesmo halo de liberdade. Até as casas de alvenaria como a de José Falcão, onde os coronéis passam as tardes de Verão trocando piadas e recordando velhas façanhas de África. Desde 1974 que se juntam na ilha. Em Angola, o então jovem alferes Fernando Robles assistiu aos massacres perpetrados pela UPA de Holden Roberto, que marcaram o início da guerra colonial. Acirrado pelas abominações que presenciou, tornou-se num combatente feroz a favor das forças coloniais. Conhecido como o “mata-pretos”, integrado nas forças de Caçadores Especiais e seguindo uma filosofia de “olho por olho, dente por dente”, chefiou algumas das campanhas mais sangrentas de toda a guerra.

Uma ilha é uma jangada de pedra, solta de amarras, em fuga para a redenção. É um local de recomeço e de inocência. Numa ilha sentimo-nos longe de tudo, mesmo que a terra seja tão convenientemente próxima.”

Na descrição da ilha de Armona que se segue é desde logo curioso constatar-se que a ocupação de parte do seu espaço por populações vizinhas seja referida como uma colonização, sentimento que os insulares experimentam frequentemente em relação à presença dos continentais. Entretanto, o exemplo de José Tavares na qualidade de único habitante, mas solitário convicto quanto a uma experiência de solidão de décadas, assume especial importância.

“Há 50 anos, não havia casas na ilha da Armona, mas agora parece uma cidade. Num dos lados, note-se. Do outro, o mar levou tudo. Todas as casas construídas

desde há décadas na chamada Ilha da Fuseta foram destruídas pelo avanço das águas. Atenção: por muito que custe a tanta boa gente do Sotavento, Armona e Fuseta são a mesma ilha. A metade leste é conhecida como Armona e frequentada pelos habitantes de Olhão. O lado oeste, em frente à vila da Fuseta, é visto como pertencente a esta. Uma e outra povoação colonizaram a ilha respectiva com casas de Verão ou de pesca. Sem querer tomar partido nesta rivalidade colonial, é preciso reconhecer que o além-mar de Olhão tem levado a melhor, por esta razão simples: esse lado da ilha está a crescer e o outro a diminuir.

Na pequena “cidade” da Armona, as casas amontoam-se às centenas, ao longo de uma rua interminável que começa no cais, junto ao Tolinhas Bar, e termina no início da praia, no Restaurante Santo António. O mar ainda fica longe, hoje em dia. Quando o restaurante foi erguido, era mesmo ali. O cimento para a construção foi aliás amassado com areia da praia e água do mar.

O ciclo da erosão e sedimentação joga a favor da Armona nesta área. As casas estão seguras para as próximas décadas, da parte do oceano. Já da parte da direcção do Parque Natural, não se sabe o que vai acontecer em 2013, quando os alvarás caducarem. Mesmo assim, várias casas estão à venda por 150 mil euros.

À semelhança da flora e fauna, também a estética de construção é endémica em cada ilha. Na Armona abundam os azulejos amarelos nas paredes, as composições com conchas e búzios, os jardins de cactos. As casas têm nomes como Vivenda Berbigão, e algumas possuem verdadeiras esculturas nos pátios, como esta espécie de animal mitológico, com pernas em ferro forjado e uma chaminé algarvia a fazer de cabeça.



Figura 59. Ilha da Armona
in <http://blogues.publico.pt/reporterasolta/e-facil-partir-para-uma-ilha-deserta-1a-parte/>

Há muitas casas na Armona, mas viver, viver, só um homem vive na ilha: João José Tavares, 77 anos, feitos hoje, conhecido como o Nocas. Quem tem casa na Armona vai-se embora no Inverno. O mesmo acontece nas ilhas de Cabanas e de Tavira, assumidamente devolutas. João é portanto o primeiro habitante das ilhas que encontramos. Quando todos voltam a Olhão, ele fica cá. Fez esta opção há 50 anos, embora só tenha casa própria aqui há 30, inicialmente de platex, hoje de tijolo. A esposa vive em Olhão. Ele só vai para lá “em caso de doença, ou morte”.

Sozinho, cozinha para si todos os dias. Arroz, pão, conquilhas e lulas, um peixe grelhado ou cozido. Ou a sua especialidade: berbigão na chapa. Durante 48 anos foi pescador. Agora, anda à conquilha e à ameijoia, de manhã cedo, enterrado no lodo até aos joelhos. São mais de 7 mil pessoas a dedicarem-se a esta actividade na Ria Formosa. Não contando com os ilegais.”

Valoriza-se nestas passagens a utopia de um isolamento que tem, todavia, por companhia a natureza certamente como compensação à indiferença dos humanos. A experiência deste tipo de solidão – eventualmente a ser frustrada pela realidade – poderá atrair visitantes em busca de alguma sedução pelo risco.

“Neste capítulo, aliás, a ria é também um viveiro. Há tantos patifes como

bivalves. Em todas as ilhas e canais circundantes, as artes proibidas são as mais apreciadas. O Nocas conhece-as todas, embora só teoricamente. Não é só ele. A ilha está cheia de especialistas, embora este não seja aqui o lugar para denunciar ninguém.

Os “covos”, o “arco de corda”, a “fisga”, o “arco da conquitilha”, são técnicas proibidas, dominadas com mestria na Ilha da Armona. A fisga inclui uma espécie de garfo com arpões e uma lanterna, cuja luz encandeia os polvos, lulas e chocos, que, apalermados, se deixam espetar pelo arpão. Há também uma técnica para o choco que usa uma garrafa com óleo atada a um pau cuja extremidade fica fora da água. “O choco vem ao cheiro do óleo, e zás, é fisgado”. Os “covos” são armadilhas de rede, presas em série a uma corda. O peixe entra por um orifício e não consegue sair. Chegam a apanhar-se robalos e douradas assim. O mar aqui à volta está pejado de geringonças destas, que ninguém sabe a quem pertencem. Na altura de ir recolher as presas é que é preciso ter cuidado. João explica pormenorizadamente a lógica de cada uma das artes proibidas. Algumas apresentam uma sofisticação extrema, enquanto outras são básicas e cruéis. “Andei à fisga com o meu pai desde os 8 anos”, conta o Nocas. Mas já antes se dedicava a apanhar minhocas, daí a alcunha. Era bom nisso. “Quando carregavam vendavais, lá saía eu para as minhocas. Chegava a apanhar 9 ou 10 quilos”. Cada um tem o seu talento. O irmão mais novo de João especializou-se na pesca à cana e por isso ganhou a alcunha de o “Cana”.

João teve quatro filhos, mas só um lhe merece referência, por uma ponderosa razão. “Aquele ali é meu filho e nasceu morto”, aponta ele para Henrique, sentado noutra mesa. Henrique Tavares, 41 anos, aproxima-se para confirmar. “Nasci morto sim senhor. Morto como este cinzeiro”. Pega com gosto no cinzeiro redondo de vidro do café e toma-lhe o peso, como para demonstrar o seu estado inerte e defunto. “Eu era como este cinzeiro. Depois, com respiração boca a boca, banhos de água quente e fria, ressuscitei”. Nasceu em casa. Fez a 4ª classe, depois foi ajudar o pai na apanha do marisco. É o que ainda faz hoje, embora falar do assunto não o entusiasme. A sua história parece reduzir-se ao

trauma natalício. Depois disso, nada digno de nota lhe aconteceu. “Eu era como este cinzeiro, e já cá ando há 41 anos”, repete ele, triunfante, servindo-se do frio pedaço de vidro como demonstração antonímica da sua própria humanidade.”

Segue-se a ilha da Culatra. Neste caso, é a sua vulnerabilidade, bem própria das pequenas ilhas, que é particularmente realçada. Vulnerabilidade perante o mar e o vento. Acresce que fica relativamente longe de terra, como se o seu anunciado desaparecimento fizesse dela mais uma parcela retomada pelo mar imenso...

“A Ria Formosa não é uma ria, é um sistema de lagunas, explica Oscar Ferreira, professor de Geologia Marinha e Dinâmica do Litoral da Universidade de Faro. Quando o mar penetra na zona costeira, afundando-a, estamos em presença de uma ria. “É o que se passa nas rias galegas, ou nos fiordes da Noruega. São vales preenchidos com água. Não há sapais”. O que aconteceu aqui foi o contrário. As ilhas formaram-se no mar, desde a última glaciação. As deslocações de areias fizeram-nas crescer e migrar em direcção ao continente, tornando-as barreiras naturais que protegem a costa e toda a zona lagunar do sapal. Algo idêntico se passa na costa leste dos Estados Unidos, de Nova Iorque à Florida.

O mar eleva-se e as ilhas sobem em altura e migram para o interior. “Há 10 mil anos estavam mais longe”. Em termos geológicos, todo o sistema das ilhas algarvias é recente. Não existe há muito tempo e não durará muito mais. A sua permanência conta-se em dezenas de milhares de anos, não em milhões. E é altamente dinâmico.

“A Ria Formosa tem um processo evolutivo rápido. Nos últimos 50 anos, as ilhas crescerem 3 quilómetros”, diz Oscar. “A ilha da Culatra aumentou muito, cresceu para o dobro, em décadas”. São alterações visíveis no período de uma vida humana. As pessoas lembram-se de uma ilha ser mais pequena, de uma barra existir noutro lugar, quer por acção humana quer natural. A barra de Faro/Olhão,

junto ao Farol, por exemplo, é artificial. Mas passou a canalizar 60 por cento de toda a água que entra no sistema, e que dantes circulava pela barra do Lavage.

Uma alteração destas provoca outras, em todo o sistema, mas nem sempre com a mesma velocidade. O Forte de São Lourenço, que foi construído diante do canal para protecção face aos piratas, tem hoje dunas à frente. E, mais paradoxal ainda, a maioria dos viveiros de peixe que se fixaram na zona da barra do Lavage, por a água ser aí mais oxigenada continuam lá, apesar de essas condições favoráveis já não se verificarem.

“Há uma capacidade de resiliência no sistema”, diz Oscar. Em 1961, por exemplo, houve um ciclone e a Ilha de Cabanas desapareceu. Ficaram apenas alguns bancos arenosos dispersos. Mas os espaços entre si fora-se preenchendo, houve crescimento dunar, e em pouco tempo a ilha tinha-se regenerado. Pensa-se que em 1755 sucedeu algo semelhante. O tsunami galgou as ilhas, afundando-as. Mas elas recuperaram, e em poucos anos tinham reassumido a forma inicial, como se todo o sistema fosse um ser vivo, possuidor uma memória genética. Vai mudando, mas de acordo com um plano próprio, e reaje de forma hostil a fenómenos de origem exterior ou antrópica.”

Uma vez mais a maritimidade surge como fazendo parte da fragilidade das pequenas ilhas.

“A chamada Ilha de Faro é de facto uma península (do Ancão), mas já foi ilha, e as ilhas da Culatra e da Barreta já foram uma só, chamada Ilha dos Cães. No futuro, segundo Oscar Ferreira, todo o sistema, por acção do mar e do vento, tende a migrar em direcção ao continente, obrigando a própria costa a recuar. Mas a costa está urbanizada, pelo que resistirá ao empurrão. A ria e suas ilhas, que se estendem hoje por 18 mil hectares, em forma de triângulo, não terão outro remédio senão encolher, acabando por desaparecer, num prazo de dezenas de milhares de anos.

A ilha preferida de Rafael Rodrigues é a do Farol. “Tem a areia mais fina, água

transparente e bronzeia mais. Não sei se por causa do sol ou do reflexo da areia. Mas sabe-se que um dia no Farol bronzeia tanto como três noutra ilha”. Rafael tem 40 anos e faz surf desde os 20. Conhece as ilhas como ninguém.

Quando “entra Levante”, não há lugar como o Farol. Em dias de “mar de Sul”, é preferível Tavira. Ou Fuseta, depende. Ou mesmo a Deserta, do lado de Faro. “Se está mar liso e entra Levante, o mar começa a crescer, então é Tavira”. No Algarve, o jogo dos ventos é muito diferente dos do resto do país. A orientação da costa e o sistema das ilhas alteram tudo. “No ‘mar de fora’ a ondulação vem de Sul. A onda é paralela à terra. Levanta e cai toda ao mesmo tempo. Deixa de ter parede, que é a parte surfável. O Levante é vento do Sueste, e as ondas vêm oblíquas. Dão o lado direito ou o esquerdo. Para um ‘goofy’ como eu, que coloca o pé direito à frente na prancha, é preferível o lado esquerdo”.

Na sua lógica de ventos, profundidade do mar e direcção das ondas, Rafael insiste que a ilha do Farol e a da Culatra não são a mesma. Para um surfista, são mundos diferentes. É preciso caminhar pela praia, de um extremo ao outro da ilha, para sentir a sua continuidade. Do lugar do Farol, ao lado do bar Mar a Mais, com o seu toldo de lona branca entrançada, mesas de madeira e espreguiçadeiras, as casas com jardins decorados com âncoras e hélices, até ao lugar da Culatra, cheio de casas, alguns residentes permanentes e até uma escola, passando pelo lugar de Hangares, onde foi construído, durante a Primeira Guerra Mundial, um Centro de Aviação Naval destinado à luta anti-submarinos. Até há alguns anos, os farenses não se aventuravam nesta parte da ilha, pois se dizia que ainda lá existiam minas por explodir.

Ao contrário de Cabanas, Tavira e Armona, a Culatra fica longe de terra. O barco sai de Olhão ou de Faro (no Verão), demora uns 40 minutos a chegar, fazendo duas escalas na ilha, e já não parece que atravessamos um rio, mas um mar. Cruzamo-nos com iates e lanchas no meio da neblina morna e azul, com os contornos de Faro e Olhão ao longe, e por trás a serra.”

A ilha da Barreta, constituindo o ponto mais meridional de Portugal, adquire uma especial importância. Uma vez mais surge uma personagem – o Fernando Alves – que, por opção, vive, feliz, numa ilha de que é o único habitante, o que lhe permite, para além da pesca, “pensar na vida” em contraste com a vida na cidade. É curioso que, de alguma forma, aqui apareça uma das grandes motivações da busca das ilhas como destino turístico que é a fuga ao quotidiano rotineiro e alienante da vida urbana.

“De Olhão para a Barreta, também chamada Deserta, pode fazer-se um percurso mais demorado. A empresa Animaris promove viagens até à ilha pelo caminho mais longo, para explorar a ria. Durante duas horas, um barco com alguns turistas mais aplicados peregrina pelos canais do sapal, ilhotas e bancos de areia. Pára para observar as ostras gigantes fixadas no fundo (as carcanholas), as moitas de seba onde vivem as enguias, cujo ruído chama a atenção das cegonhas, que as vêm comer.

Márcio Modesto Alexandre, 38 anos, é o guia que vai apontando para cada ave que surge, informando sobre o seu nome, origem e hábitos. Há 238 espécies de aves nas lagunas, mas mais de 90 por cento são migratórias. “Ali está um macho de garça branca”, diz Márcio. “Ali vai uma cegonha. Há 20 anos eram migratórias, agora, 40 por cento são residentes. Ali um coelho. Vêm da Holanda, nidificam aqui, vão para o Senegal. Olhem, uma alvéola amarela. Aquela gaivota vai mudar de plumagem nos próximos dias. Uma garça real. O macho vai trazer um peixe em troca de sexo. Se ela aceitar o peixe, fazer amor. Se não aceitar, ele espera outra oportunidade, mas não escolhe outra fêmea, porque esta espécie é monogâmica. E ali está um fuselo”. Com os seus 40 centímetros, patas curtas e bico comprido, é a ave recordista mundial em distância de voo. Faz mais de 11 mil quilómetros seguidos, sem comer.

Há uma palpitação de vida em toda a extensão silenciosa de águas claras e pântanos esverdeados. A profundidade média da ria é de 2 metros, o que permite a entrada do sol e a formação de um plâncton invulgarmente rico. A lama do

sapal, sobreposta em camadas e protegida na sua estabilidade pelo efeito das ilhas-barreira, é das zonas mais produtivas do planeta. “Há milhares de seres vivos por metro cúbico”, vai dizendo Márcio.

A Ria Formosa é a maior concentração mundial de cavalos-marinhos, embora sobre eles paira a ameaça da extinção. Já foram 5 milhões, são hoje 300 mil. Uma espécie de ostras vinda do Japão trouxe consigo algas nocivas para os cavalos-marinhos. Já os caranguejos continuam a multiplicar-se. E as amêijoas são as melhores da Península Ibérica, diz Márcio, devido às “plantas alófitas, que resistem à salinidade e pouca oxigenação do solo e limpam a água, segurando os metais. Purificam o oceano”.

Márcio nasceu na ilha Valadares, no Sul do Brasil, e talvez por isso se tenha apaixonado tão naturalmente pelas ilhas desta região, para onde veio há 4 anos. Escreveu um romance passado na Ria Formosa no tempo dos Fenícios, intitulado O Guardiã das Conchas, e faz conferências explicando a sua tese de que a capital da civilização de Tartessos se situava no Algarve.

É formado em Gestão, mas do que gosta é de História. “Há 3 mil barcos naufragados no mar algarvio”, diz ele. Quase todos por explorar.”

Na verdade, a presença – suposta ou real – de tesouros escondidos faz parte do imaginário insular. Os naufrágios, em que as embarcações foram surpreendidas pela emergência de afloramentos insulares, representam, em termos de ameaças, o contraponto da relação do mar com as ilhas.

“Na ilha da Barreta, que é o território mais a sul de Portugal continental (no Cabo de Santa Maria) há um restaurante e cinco barracas de pescadores. O restaurante, enorme e chamado Estaminé, é explorado pela Animaris. Situado num promontório da ilha, permite ver água para todos os lados, serve um peixe excelente e caro e contribui para que a Barreta seja considerada pelos surfistas “a ilha dos betos”.

O empregado vem mostrar à mesa um robalo fresco e diz que foi apanhado agora mesmo pelo Sr. Alves, o único pescador da ilha.

Fernando Alves, 64 anos, vive numa das cinco casas de madeira azul do lado norte da Deserta. Em tempos houve 47 casas clandestinas na Barreta, mas foram demolidas. Numa delas, Alves tinha uma arrecadação onde guardava os artefactos da pesca. O proprietário da casa doou-lhe por escritura a arrecadação, o que permitiu ao pescador mantê-la, ao lado de outros quatro casinhotos mais pequenos, de outros tantos pescadores.

De início, Alves guardava aqui as coisas, mas ia dormir a casa, em Faro. Depois de vários assaltos na ilha resolveu mudar-se para cá em definitivo. Através de um contrato sui generis com a capitania, e como não tem descendentes, ficou com o direito intransmissível ao usufruto da casa enquanto viver.

E que usufruto. Mal se chega percebe-se que neste lugar alguém leva a vida em cheio. Sob um grande toldo, há uma mesa de madeira com cadeiras, fogareiros de grelhar peixe, panelas de ferro, inúmeras gerinçonças de formas e funções incompreensíveis, cães a vaguear e muita, muita tralha espalhada. Logo à entrada está uma boneca em tamanho natural, um desses manequins das montras de lojas de roupa, com uma peruca negra e um seio ostensivamente de fora da velha camisa aos quadrados que pertenceu ao próprio Alves. Ele encontrou-a há seis anos no lixo, trouxe-a para cá de barco e costuma sentá-la à mesa nas petiscadas que organiza com os amigos pescadores.

Fernando Alves, um homem de cara redonda, cabelo grisalho e bigode como Hemingway, vive na ilha desde 1981. Antes, trabalhou nas obras e numa fábrica de plásticos. A pesca era só um hobby. Mas estava sempre doente. O médico perguntou-lhe: “O que gostas realmente de fazer?”

Largou tudo, construiu um barco e veio para ilha, para se dedicar à pesca em exclusivo. “Patrões nunca mais”, pensou. Agora vive sozinho, com o seu

trabalho, a observação de pássaros, os seus pensamentos e passeios, as suas invenções loucas. Inicialmente a mulher vinha visitá-lo no Verão. Agora menos porque está doente.

Único habitante da ilha, sozinho durante os longos invernos, tem muito tempo para pensar na vida, mas também em técnicas e métodos aplicados às artes da pesca, que o tornaram num dos melhores.

“Chamam-me a ratazana da Deserta”, diz ele. Tem um barco artilhado com os mais sofisticados aparelhos, onde construiu tanques para manter o peixe vivo durante dias, levando-o à lota quando é mais propício. Aprendeu uma técnica para fazer a descompressão do peixe que apanha a mais de 30 metros de profundidade: enfia-lhe uma agulha pelo umbigo, até à bexiga. Com quatro dedos, aperta até sair o ar. Assim evita que os robalos naveguem de barriga para cima e que a bexiga inchada lhes oprima o coração. “Ninguém trata o peixe com tanto carinho como eu”.

Alves só pesca de noite, porque há mais peixe e para evitar que os colegas vejam como ele trabalha. Não usa redes. É o homem do anzol. “Na ria, as redes são uma arte assassina. Porque isto é uma maternidade. O peixe vem aqui desovar”. As redes apanham os juvenis e comprometem o futuro da pesca, pensa Alves. Tanto pior se forem usadas artes ilegais, como malhas finas ou dispositivos com lanternas. Muitos fazem-no e Alves vive em luta permanente contra eles. A polícia marítima envia fiscais, mas há uma teia de informadores à porta das esquadras, que avisa os prevaricadores.

No mar, há uma rivalidade tradicional entre as gentes das redes e a dos anzóis, tal como em terra há entre pastores e agricultores. Mas a Ria Formosa deveria ser o reino do anzol. Aos da rede, Alves tem-nos debaixo de olho. Usa um telescópio de observação de aves para perscrutar a água em frente de casa. Durante o dia, fica a saber exactamente o que cada um pescou e em que lugar, para melhor orientar o seu trabalho durante a noite.

“Sei coisas que ninguém sabe. Segredos que não conto a ninguém”, diz ele, o olhar um pouco toldado pela loucura da solidão. “E vejo tudo o que se passa à minha volta, mesmo quando estou fechado em casa, graças a um periscópio”.

Um periscópio? Alves entra na desarrumação que é a sua sala, abre uma tampa disfarçada no tecto, e faz descer um tubo largo, cinzento como a fuselagem de um submarino. Com as mãos nas duas pegas laterais, roda o tubo para um lado e para o outro, espreitando pelo óculo, de onde se vê o mar e a ilha toda, num raio de 360 graus.

Alves fabricou os tubos, que pintou com tinta da Marinha, comprou espelhos e prismas, que montou num mecanismo de grande precisão óptica, furou o tecto e instalou um verdadeiro periscópio. “Assim posso saber em qualquer altura se alguém me está a assaltar os viveiros. E outras coisas que se passam na ilha”.

Parece ser evidente que, tratando-se este documento de um relato que, embora interessando à promoção turística, tem originalmente preocupações de objetividade, descreve aspetos que são contrários à partida aos interesses desta promoção. Representam antes preocupações de comunidades que vivem da faina proporcionada pelos recursos piscatórios da ilha. Há aqui, todavia, elementos que acabarão por atrair visitantes desejosos de usufruir de experiências de vida em contexto insular. Repare-se que o protagonista desta narrativa é alguém que se vincula aos paradigmas da ilha deserta e de uma solidão feliz, combatendo na prática tudo o que possa constituir uma ameaça ao seu isolamento voluntário. Chamam-lhe mesmo, segundo diz, “a ratazana da Deserta” e, com recurso a uma panóplia de instrumentos artesanais – para sua segurança, controlo da pesca e conforto – consegue aparentemente gozar de uma autonomia e relativa autossuficiência que chega a aproximar o quotidiano da sua vida de uma robinsonada. Em termos de hospitalidade, não havendo uma comunidade residente, mas apenas um homem que se considera proprietário do pequeno território insular, eis que a questão não se pode colocar nos termos habituais. Aliás, a hospitalidade – ou a sua ausência – só é referida, de maneira

negativa, pela ameaça que o Alves representa para os traficantes fora da época estival.

A noção de “ilha deserta” de Deleuze, associada à metáfora do “ovo cósmico” enquanto espaço de liberdade e de encarceramento, renova aqui a sua relevância para entendermos o perfil antropológico do quadro existencial que nos é apresentado.

O exotismo está presente neste relato pela radical diferença que representa a “loucura da solidão”, a qual de algum modo tem a ver com a conceção da vida como uma aventura pela prevalência do acontecimento e a intensidade do vivido, aspetos reforçados pelo fenómeno do tráfico.

“Está a referir-se aos pacotes com droga que têm sido encontrados na praia, e às estranhas movimentações que detectou em certas noites. As ilhas algarvias, pela sua posição e isolamento, são território privilegiado do tráfico, que se tem intensificado nos últimos anos. A polícia já falou com Alves sobre o assunto. Se der com os traficantes em pleno acto, o melhor é não fazer nada. Não lhes falar, e nem sequer chamar a polícia, ou corre o risco de ser eliminado sumariamente. “Tem cuidado, olha que eles dão-te um tiro sem problema nenhum”, avisou a polícia. E Alves tem agora de viver com mais esta dificuldade: para certos discretos e sinistros frequentadores da ilha, ele é uma figura indesejável. Por isso, fora da época estival, passa grande parte do tempo fechado em casa, agarrado ao periscópio.

Mas este não é a sua única engenhoca. Toda a barraca está equipada com invenções, construídas a partir de ferro-velho. Um frigorífico apanhado no lixo, por exemplo, está deitado no pátio, ligado com tubos a uma velha máquina de cerveja imperial. Esta cria pressão que impulsiona a água e a faz circular gelada através do frigorífico, onde estão guardadas as cervejas e outras bebidas, sempre frescas.

Em frente está um fogareiro a gás instalado por baixo do grelhador de peixe, mas que também serve de maçarico para fundir o chumbo de soldar. Além disso, pode ser levado para o interior da casa e colocado por baixo de um barril metálico de cerveja que funciona como depósito de água, conectado a uma bomba que a puxa para o chuveiro. Um termostato ligado a uma caixa de música vai medindo a temperatura da água. Quando atinge os 34 graus, disparam os acordes da lambada, e Alves sabe que pode ir tomar duche.

“Se eu gosto de viver aqui?” Faz um silêncio, emocionado. “Eu nem sei como lhe responder a essa pergunta. Eu sinto-me tão feliz aqui”. Às vezes precisa de ir a Faro, ou até, raramente, a Lisboa. Mas volta rapidamente. “Estar na cidade um dia, é um dia de vida a menos”.

No *site* do Portal de Turismo do Algarve - www.visitalgarve.pt/visitalgarve/vPT/VivaOAlgarve/282/Ilhas.html - consultado em 8 de novembro de 2017, pode ler-se uma descrição que retoma as ideias de paraíso, pequenez e isolamento como elementos de valorização. Sintomaticamente, são omitidos agora os aspetos mais críticos constantes do texto de Paulo Moura relacionados com fenómenos de turismo disruptivo, a derivar já para a marginalidade. Trata-se aqui de um documento com imagens “induzidas” produzidas por promotores turísticos que procuram influir no processo de decisão dos potenciais visitantes, em contraste com as imagens que decorrem do documento anterior que, assumindo o carácter de uma reportagem, foi escrito por um “agente autónomo”. Em qualquer dos casos, devemos ter a perceção de que, finalmente, a “imagem turística” é o resultado da conjugação de componentes cognitivas e afetivas, o que significa que poderá contribuir para a decisão do consumidor destes locais a interceção de ambas as mensagens, sendo que, se assim for, o texto de Paulo Moura eventualmente mobilizará elementos vivenciais em que se complementam as preocupações com a segurança e uma certa sedução pela aventura. Daí a importância, dentro da lógica e economia da nossa investigação, de se cotejar um texto que é uma reportagem com um outro que é deliberadamente portador de imagens

induzidas. Poder-se-á também dizer que se cruzam, nestas circunstâncias, dois tipos de autenticidade: a tradicional e a turística.

É ainda relevante reparar na utilização, logo no título, dos conceitos de paraíso e pequenez enquanto atributos destas ilhas.

As fotografias completam e atestam a descrição aparentemente objetiva de um lugar pleno de predicados que anunciam tempos de relaxamento, bem-estar e fuga às rotinas e constrangimentos do quotidiano. É claro que poderemos sempre dizer que este quadro de referências é comum a outros locais que não são ilhas. Acontece, porém, que na promoção das pequenas ilhas como destino turístico há sempre uma intensificação de predicados naturais como o isolamento proporcionado pelo mar e a presença da maritimidade em todo o espaço insular, predicados estes que são reforçados pela visão própria dos visitantes enquanto estes comungam de uma relação mais ou menos inconsciente com as ilhas.

É este o texto promocional a que estamos a fazer referência:

“Ilhas. Pequenos paraísos em plena Ria Formosa

Nesta área, a costa deixa de ser regular passando a apresentar-se como uma trama formada por ilhas, línguas de areia e zonas pantanosas.

A praia da ilha de Faro está equipada com várias esplanadas e restaurantes e beneficia de águas calmas e quentes. Mais para este, a ilha da Barreta é um pequeno paraíso de águas cristalinas e quentes, pouco frequentado.

Também a ilha da Culatra compreende várias praias, todas elas de grande qualidade, nas quais se pode conviver com os sinais da tradição piscatória da população que habita na vila da Culatra. Tanto a praia do Farol, como a da Culatra ou a da Ponta da Ilha têm águas de boas qualidades.

A praia da Fuseta e a ilha da Armona são as mais próximas de Olhão. Ambas têm vastas extensões de areia e águas cálidas onde é possível optar por zonas mais calmas ou mais agitadas, consoante os gostos. Têm ainda a particularidade de serem muito procuradas para a prática de desportos náuticos.

Tavira apresenta uma enorme extensão de areia, águas tranquilas e bons apoios de praia, em que se inclui um parque de campismo. A sua ligação à cidade de Tavira faz-se, durante o ano, através de um barco que parte das Quatro Águas e, no período de Verão, da cidade de Tavira.

Finalmente, a ilha de Cabanas, com apenas 70 metros de largura e sete quilómetros de comprimento, é a opção perfeita para quem gosta de desfrutar de praias pouco povoadas.”



Figura 60. Ilha de Cabanas
in

<http://www.visitalgarve.pt/visitalgarve/vPT/VivaOAlgarve/282/Sol+e+Praia/Actividades/Ilhas.htm>

12.9. Ilha do Corvo: uma ilha oceânica portuguesa

De entre as ilhas oceânicas portuguesas, escolhemos a ilha do Corvo que integra o arquipélago da Região Autónoma dos Açores e é a mais pequena destas ilhas. Prima pelo seu profundo isolamento e, por isso mesmo, ainda é um destino turístico pouco concorrido. Mas é exatamente a sua radical insularidade que, em primeiro lugar, a torna atraente. Da singularidade do Corvo faz também parte o facto de o seu escasso marketing – nomeadamente da Câmara Municipal - não fazer qualquer apelo a um pretensso perfil exótico em termos de paisagens ou ofertas de lazer. Na verdade, a sua identidade natural é marcada, em termos naturais, pelo seu carácter montanhoso e, em termos humanos, pela

hospitalidade de uma comunidade muito pequena sobretudo ligada ao cultivo da terra, à pesca e às tarefas do quotidiano doméstico, para além de algumas, poucas, modestas distrações, traços que fazem da ilha do Corvo uma heterotopia, isto é, uma utopia realizada e relativamente acessível.

Escolhemos, a título ilustrativo, a descrição que de seguida transcrevemos:

“Mais acima, na ponta norte da ilha, o farol do Alvernaz ergue-se como um gigante protector. As arribas que se erguem aos seus pés fazem-no parecer liliputiano, paradoxalmente. De lá, o olhar é magneticamente atraído para o rochedo verde que se perfila na linha de horizonte, à direita. É ela, a mais diminuta mas curiosamente famosa ilha açoriana, a Ilha do Corvo.



Figura 61. Ilha do Corvo
in <https://www.momondo.pt/inspiracao/acoreshilha-das-flores-e-corvo/>

Considerada por muitos uma mera curiosidade, digna apenas de uma visita de um dia, um toca-e-foge a partir da Ilha das Flores, na realidade esconde um encanto muito próprio e que, para ser genuinamente apreciado, necessita de espírito aberto de parte do visitante.

“O Corvo tem várias peculiaridades: uma única localidade, o único local do país em que não existe freguesia, uma única estrada, sem saída. Uma escola, uma farmácia, um hotel, um aeroporto, um porto, uma praia. Praticamente tudo é único. Incluindo os seus 430 habitantes...”

O que parece aparentemente pouco, num território com apenas 3,5km de diâmetro, torna-se muito para quem fica. O contato humano é provavelmente a experiência que mais marca quem aqui se detem. Ao fim de umas horas os rostos começam a tornar-se familiares e a conversa solta-se se para tal estivermos disponíveis. É natural, não há muito para onde ir. Os poucos cafés vão-se enchendo com o avançar do dia, à medida que as tarefas do quotidiano vão sendo completadas.”

É curioso que a escassez se torne um motivo de atração. Certamente que se explora aqui, em correlação com a ideia de paraíso, a aspiração a alguma frugalidade que, pela frequente falta de recursos dada a sua dimensão, as ilhas pequenas oferecem obrigando as populações a vidas simples, mas com certeza também difíceis. O texto transfigura esta fragilidade numa virtude que o visitante poderá partilhar durante a sua estadia. O próprio contacto humano deixa de ser uma opção para ser quase que uma fatalidade a que os turistas terão assim um inevitável acesso, sendo que tal contrasta flagrantemente com o anonimato das vidas urbanas. Explora-se de algum modo o pressuposto de que a solidão está atualmente mais presente em quem, nas cidades, vive incontornavelmente no meio de gente, ao contrário das pequenas comunidades, designadamente as insulares, em que a inevitável vizinhança e diminuta população enforma aquela que será uma “solidariedade mecânica”, portanto espontânea e interpessoal, tal como Durkheim a definiu. Ocultam-se necessariamente as restrições da própria ilha do Corvo com frequência sitiada pelas tempestades que privam as populações de recursos essenciais desde alimentos a medicamentos e cuidados de saúde.

“Aqui quase todos têm vários “trabalhos”, para além do emprego oficial, que acabam por passar muitas vezes pelo campo: seja a plantar a horta, seja a criar animais que darão ovos, leite e carne ao longo do ano. Nem sempre por necessidade, mas induzidos por uma ligação natural à terra, numa terra que se moldou e habitou a ser autónoma, quando a intempérie corta todo o contato com o exterior. Embora hoje tal seja raro e não dure mais que uns dias, há algumas

dezenas de anos podiam ser semanas ou mesmo meses até que um barco aportasse à ilha.



Figura 62. Ilha do Corvo
in <https://www.momondo.pt/inspiracao/acoes-ilha-das-flores-e-corvo/>

Incontornável é a subida ao Caldeirão, a principal atração paisagística da Ilha do Corvo. A caldeira perfeita conta com uma lagoa em que, com bastante imaginação, se podem vislumbrar todas as ilhas dos Açores, em miniatura. Ou um pato deitado! Do lado oposto à estrada que chega até à sua orla está a mais alta falésia marítima da Europa, com uma vertical de várias centenas de metros até ao nível do mar. O Morro dos Homens, com uma altitude de 718m, é o pico mais elevado, visível à distancia. O trilho que percorre o Caldeirão é sem dúvida uma das caminhadas a fazer no Corvo, Açores. Descer até à vila a pé será a continuação natural deste percurso.”

É dado particular destaque à relação íntima com a natureza que, uma vez mais, o visitante, ainda que por prazer, privará com os habitantes que trabalham a terra para o seu sustento. De alguma forma, cria-se a imagem de que uns e outros vivem, ou podem viver, a felicidade de uma vida bucólica bem própria dos pressupostos de um paraíso perdido.

“À nossa espera poderá bem estar a Kathy Rita, uma extrovertida corvina nascida nos Estados Unidos e que regressou às origens com os pais há 25 anos atrás, atualmente comandante-em-chefe da guest house Comodoro, sempre disponível para nos contar as divertidas peripécias de uma adolescente americana aterrada em plenos anos 80 na Vila do Corvo, Açores. Nas suas ruas apertadas vemos painéis solares, antenas parabólicas e publicidade à fibra óptica! Estamos num autêntico laboratório social, e esse é um dos encantos desta ilha. A malha urbana da zona histórica, onde apenas pessoas, cães e gatos conseguem penetrar, com as suas vielas sombrias e contrastantes casas pintadas de branco, permite vislumbres aqui e ali do mar, do porto e da Ilha das Flores, ao fundo. Mais abaixo, a costa, rendilhada, é encabeçada por moinhos de vento, lembranças de tempos de outrora em que era a própria ilha a produzir os seus cereais.



Figura 63. Ilha do Corvo
in <https://www.momondo.pt/inspiracao/acoes-ilha-das-flores-e-corvo/>

Nestas ruas encontramos pessoas com histórias de vida longas e ricas, como Inês Mendonça, a artesã que mantém viva a tradição dos gorros do Corvo, ou o seu marido, que constrói ainda fechaduras de madeira ou ainda José Freitas, um pescador que quotidianamente sai para o mar.

E é com um sorriso que recebem os forasteiros, à medida que o sol cede à

gravidade aparente e ameaça afundar-se num mar de azeite, resplandecentemente dourado. A pequena praia de areias negras no topo da pista do aeroporto surge então como um oásis líquido ao fim do dia, ao fundo da maior recta da ilha. Crianças chapinham nas águas protegidas pelas rochas vulcânicas, enquanto várias pessoas, de trajes garridos, fazem o seu jogging vespertino, subindo e descendo as escadas de acesso ao areal. Não é tão diferente assim o quotidiano na Ilha do Corvo, se aceitarmos o seu isolamento geográfico e todas as condicionantes que tal implica. Mas a experiência para quem o visita, essa sim, é única e permanecerá indelével!...”

(in <https://www.momondo.pt/inspiracao/acoreshilha-das-flores-e-corvo/>)

Na verdade, é a realidade descrita neste documento que poderá constituir a grande motivação para quem visitar a ilha do Corvo, no fundo, à descoberta precisamente da sua simplicidade, da sua pequenez, do seu carácter natural quase intocado e da sua remota localização, dimensões que acabam por assegurar a autenticidade e o primitivismo que as ilhas e as suas apresentações – em textos, imagens e testemunhos que emergem como produções de “agentes autónomos” e de “agentes orgânicos” - persistentemente sugerem. Mas, em termos de marketing turístico, talvez o site “Turismo de Natureza no Corvo - Destino de Ecoturismo | Visit Azores”, <https://www.visitazores.com/pt/the-azores/the-9-islands/corvo/nature>, seja o que usa uma linguagem intencional e explicitamente mais persuasiva em busca de conseguir que, na linha de Simona Soica, a ilha faça sentido como destino turístico, sem deixar de o texto continuar a utilizar um estilo predominantemente descritivo, em passagens como estas:

“Toda a ilha do Corvo corresponde a um edifício vulcânico principal, com uma caldeira no seu topo (denominada de Caldeirão) e com cerca de uma vintena de cones vulcânicos secundários nos seus flancos e no interior da caldeira. Trata-se, assim, de uma “ilha-vulcão”, a única do arquipélago com estas características.

Na paisagem corvina predomina o verde das pastagens semi-naturais e os

muros de pedra escura que segmentam as propriedades. Aqui e ali, vislumbram-se “palheiros” de paredes de basalto, utilizados para guardar as ferramentas de trabalho agrícola e a forragem. A paisagem apresenta pouca densidade florestal, avistando-se alguns exemplares de urze e cedro-do-mato (que são localmente designados de zimbros) existem vários pomares com árvores de fruto, em especial na zona leste da ilha. Nas vizinhanças da Vila do Corvo, o único povoado da ilha, os campos agrícolas marcam a sua presença.

Visando contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da ilha e das suas gentes, centrado na conservação do seu património ambiental e cultural, foi criada em 2007 a Reserva da Biosfera do Corvo.”

(...)

O Caldeirão é o principal elemento paisagístico da ilha e resultou do colapso do topo do vulcão central do Corvo. Esta caldeira vulcânica tem uma forma elíptica, com um diâmetro máximo de 2,3 quilómetros e profundidade de 305 metros. O seu interior é ocupado por uma lagoa pouco profunda e por vários cones vulcânicos de pequena dimensão que recortam a massa de água e que muitos dizem delinear o desenho das ilhas açorianas. Do miradouro do Caldeirão é possível observar esta vasta depressão vulcânica e desfrutar da calma silenciosa que caracteriza este remoto ponto da Europa.

A Vila do Corvo está implantada numa fajã lávica, que constitui a principal superfície aplanada da ilha e que teve origem em lavas basálticas emitidas do Morro da Fonte, um cone de escórias sobranceiro a esta vila. A escoada que forma esta fajã está actualmente melhor visível ao longo do litoral, designadamente sob a forma dos cordões lávicos litorais. Estes cordões desenvolvem-se entre o Portinho da Areia e a Ponta Negra e têm uma clara expressão submarina (os designados “caneiros”), local de eleição para os mergulhadores que buscam a ilha. O último episódio eruptivo nesta ilha ocorreu precisamente nesta fajã, há cerca de 80.000 a 100.000 anos atrás, e formou a

escoada lávica basáltica que se desenvolve desde a zona do Pão de Açúcar, até ao Alto dos Moinhos.

(...)

“Toda a ilha é rodeada por falésias altas e abruptas, principalmente nos sectores oeste e norte, devido à forte erosão marinha a que está sujeita e à natureza detrítica dos seus produtos vulcânicos. Esta erosão origina importantes quebradas e desmoronamentos e põe a descobertos inúmeros filões basálticos que atravessam as formações encaixantes, dando origem a um reticulado denso, complexo e caprichoso de formas intrusivas.

Um passeio de barco à volta da ilha constitui uma experiência inesquecível, revelando as suas zonas mais inacessíveis, permitindo observar paisagens maravilhosas e um grande número de aves marinhas e alguns vertebrados marinhos, como golfinhos ou baleias.”

Eis que a ilha é assim apreciada no desenho dos seus limites mais bruscos relativamente ao mar, reforçando a imagem de um isolamento que induz simultaneamente mistério e sedução, inclusive ao ser identificada como o “remoto ponto da Europa”. Mas, repare-se, será o extremo isolamento da ilha que proporcionará também a espontânea hospitalidade que o seu povo dedica aos visitantes - aspeto que é referido no texto anterior - a fazer despontar a ambiguidade ou complexidade do “desejo de ilha” sempre presente em todos os casos aqui mobilizados e oscilante entre a procura de uma radical alteridade, a solidão e o acolhimento hospitaleiro das comunidades insulares...

Por outro lado, a descrição da presença de fenómenos vulcânicos acaba por reforçar o próprio fenómeno da emergência da ilha no meio do oceano o que, para além de despertar a curiosidade, reforça a visão da vulnerabilidade da ilha.

Conclusões e pistas

É difícil concluir algo num texto que explorou sobretudo aproximações a problemáticas que permanecem em aberto tanto mais quanto a interrogação inicial de que decorreram hipóteses motivadoras de uma análise racional sistemática, vale a pena recordá-la, foi a seguinte:

- Que razões motivam a forte procura das pequenas ilhas como destino turístico e são utilizadas na sua promoção, sendo as pequenas ilhas concebidas como heterotopias no principal dispositivo do marketing turístico e, da parte do turista, o “desejo de ilha” condicionando as estratégias de promoção.

Em síntese, os referenciais do presente estudo foram as pequenas ilhas entendidas como heterotopias e perspectivadas como destino turístico enquanto promovidas por um marketing que explora o “desejo de ilha” contido nos seus potenciais visitantes. As hipóteses, dada a subjetividade e natureza concetual da formulação da pergunta de investigação, a sua caracterização e desenvolvimento serviram sobretudo para precisar a questão colocada, questão a desconstruir mais do que a confirmar ou infirmar, isto, dada a própria natureza da pergunta que, longe de proporcionar uma resposta, abriu um caminho de indagação.

Foi assim que se penetrou na revisão da literatura e na apresentação da metodologia, ambas desde logo sugeridas pela lógica e conteúdo da introdução.

Procurou-se desde o início pôr em evidência que se partiu de uma forte motivação pessoal para se empreender a investigação realizada, valorizando designadamente um interesse consolidado na noção de utopia - enquanto conceito polissémico e enquanto metáfora - suscetível de proporcionar uma chave para o entendimento dos pressupostos antropológicos do “desejo de ilha” e das suas consequências nas motivações de muitos turistas. Na verdade, pensamos que o papel e estatuto da utopia, considerada na sua dimensão filosófica e não como pretexto ou referencial para discursos, narrativas e práticas

ideológicas politicamente consumadas, deve ser considerada com particular atenção em diversos domínios do turismo, desde o seu desenvolvimento concreto à pesquisa teórica, passando pelas atividades relacionadas com a sua promoção e planificação. É que as utopias filosóficas ou de inspiração filosófica, por serem criativas e abertas ao inconcetualizável no esboço de alteridades radicais, ou seja, de possibilidades ainda que aparentemente imprevisíveis, dão, antes de mais, corpo à esperança enquanto sentimento e atitude que buscam a felicidade mesmo em situações em que tudo parece impossível. É assim que se complexificam as relações próprias de uma conceção vetorial do tempo, que é a nossa, pela interseção problematizadora do passado, do presente e do futuro, bem como as conexões entre os lugares onde se desenrolam as situações vividas e os horizontes que vão descortinando como novos lugares possíveis, embora, à partida, inacessíveis.

Abre-se, neste contexto reflexivo, a interrogação sobre o sentido e os seus limiares críticos sobretudo se adotarmos a perspetiva do turismo como uma atividade de construção de sentido (ou de sentidos) e a correspondente abordagem hermenêutica. No caso do turismo insular sobressai então a importância nomeadamente da valorização da noção de “ileidade”, complementarmente e em contraponto à de “insularidade”, introduzindo-se assim a dimensão antropológica nesta prática e nesta investigação. Foi neste contexto que nos pareceu assumir particular importância a relação estabelecida – ou renovada - pelo turismo com o universo insular. Inclusive quando tal ocorre de forma derivada com a busca das praias como um destino em que o inconsciente insular emerge através de um retorno de contacto do corpo nu com a areia e a água.

Mas, de facto, a utopia da ilha ou a ilha como uma utopia acolhe e motiva a sua busca enquanto espaço de fuga e de encontro com um paraíso originário que, como todos os paraísos, aparece no princípio e no fim, pelo menos como aspiração. Aspiração em que se mistura o fascínio da imaginação e, entre a nostalgia de algo que se perdeu e a esperança de conquista de qualquer coisa

que não se conhece, o temor do desconhecido. Ora, as pequenas ilhas, ou pelo menos muitas delas, enquanto heterotopias geradoras de um “sentimento heterotópico”, alimentam o vislumbre de uma experiência de que se conhecem alguns relatos e se desconhecem muitos detalhes, mas que, deste modo, suscitam o desejo que a publicidade aprofunda e promove oferecendo produtos cativantes onde a possibilidade de gozo do desconhecido se consegue pela superação simultânea do medo. Daí a contradição entre a aventura como encontro com o inesperado e a segurança dos serviços que são, entretanto, proporcionados em termos de comodidade e garantia de conforto. Uma contradição simultaneamente mostrada e iludida pelas próprias imagens que ilustram os materiais publicitários e os descritivos que as acompanham. Tivemos ocasião de constatar isso no presente trabalho designadamente no capítulo dedicado ao estudo de casos:

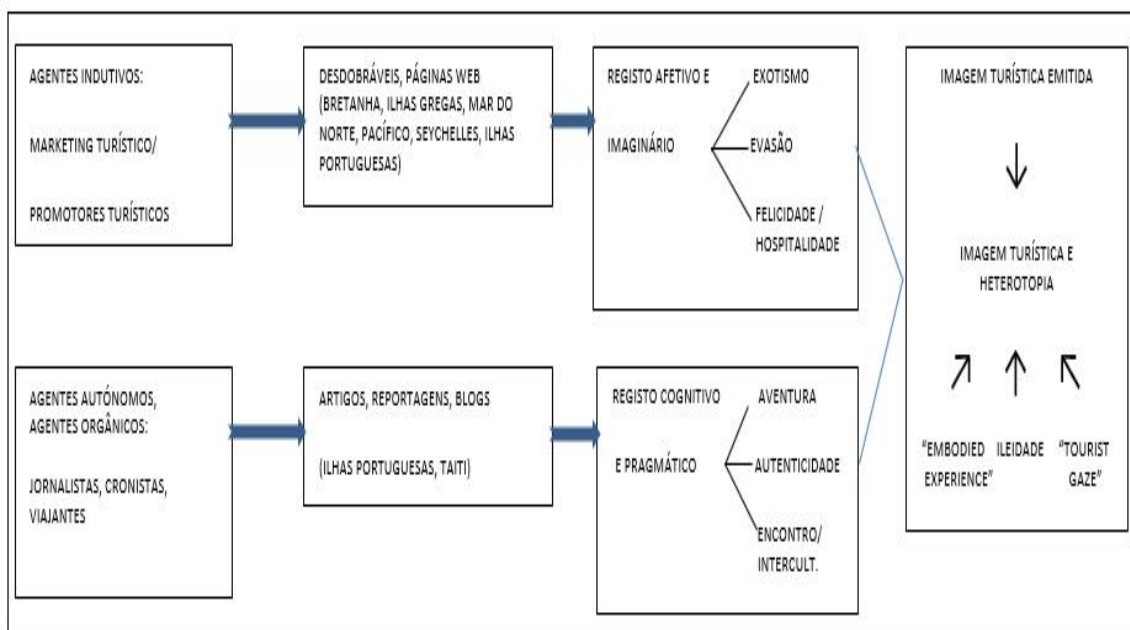


Figura 64. Esquematização parcial do processo de análise de conteúdos

Concluimos então que o turismo como uma forma de evasão, não fomentando as deslocamentos entendidas enquanto buscas do inédito e da alteridade do desconhecido mas sobretudo reencontros com o conhecido, se identifica mais com a ideia de “antiviagem”, onde não interessa o autêntico encontro com o

outro, do que com a “viagem”, por exemplo do etnólogo que procura essa autenticidade. Todavia, como constatámos também oportunamente, a publicidade turística sobre as ilhas explora muito essa ilusão, isto é, a ilusão do encontro – em vez do simples contacto - com o outro que, no contexto do isolamento insular, preservaria a sua autenticidade primitiva. Tudo isto, porém, a partir de uma perspectiva alocrónica que bloqueará qualquer relação intercultural, a qual, para o ser realmente, terá de assentar, segundo as palavras de Fernet-Betancourt reproduzidas no nosso capítulo sobre a interculturalidade, numa “universalidade concreta e plural” capaz de promover processos de transculturalização emergentes das dimensões relacionais das culturas e não de hegemonias etnocêntricas que as destroem com os seus projetos de homogeneização. As propostas inerentes à antropologia relacional de Francis Jacques, designadamente a partir da noção de “pessoa relacional”, são igualmente decisivas neste ponto.

Por outro lado, o desenho dos contornos das ilhas é por si mesmo um elemento de atração que vai de encontro à “necessidade de errância” exatamente por evidenciar os limites que as separam da extensão dos oceanos, ainda que o continente possa estar próximo como é o caso das ilhas continentais. Explora-se neste caso uma proximidade que não deixará de, pelo próprio olhar ou pela rebeldia das águas, alimentar a sensação de uma separação que pode ser vivenciada de uma forma controlada, mas que não deixa de impressionar, superando assim o antagonismo latente entre o sedentarismo e a “pulsão nómada” de que nos fala Maffesoli. O testemunho de anteriores viajantes ou de alguns residentes mais ou menos solitários acalenta a experiência dessa sensação e o anúncio da sua ocorrência. Nestes casos, a magia de um farol ou a companhia das aves como habitantes que aí encontram um refúgio constituem motivações poderosas, normalmente acompanhadas de histórias mais ou menos lendárias de piratas, caçadores de tesouros ou eremitas. A ilha tem sempre um apelo ao sentimento de posse e, através da própria ilha, à posse de nós mesmos, não só pela partilha, ainda que ilusória, com os seus habitantes, sejam eles quais forem, como pela regressão a uma suposta interioridade que transporta a

memória adâmica do paraíso perdido de concórdia e liberdade.

Chegar a uma ilha, pelo menos para os continentais, passa sempre pela travessia da água e, no caso das ilhas oceânicas, pelo confronto com a extensão e o poder do mar bem como pela sua “maritimidade”, isto é, conforme referimos oportunamente, pela presença da influência do mar não apenas no litoral, mas igualmente no seu interior. Por isso, se as ilhas aparecem como lugares de encantamento, eis que elas serviram também sempre de territórios de reclusão, ou seja, de prisões naturais para onde foram tradicionalmente enviados os criminosos ou os opositores políticos no caso dos regimes opressores. Configuram-se, pois, no dizer de Meistersheim já referenciado, como espaços de abertura e de fechamento. É bom não esquecer, entre muitos outros exemplos possíveis, o caso de Gungunhana, o líder nativo moçambicano que, depois de submetido e capturado, acaba por ser exilado nos Açores, onde, obrigado a renegar todos os seus costumes, identidade e poder, muda o próprio nome e maneira de vestir, acabando os seus dias, como um aparente europeu, longe das suas companheiras, do seu modo de vida, dos seus valores e da sua pátria. Outros exemplos, entre muitos possíveis, foram apontados ao longo das páginas deste estudo. Exemplos que, sendo negativos, não deixam de reforçar a ideia de isolamento que se prende às ilhas de pequena dimensão, isolamento que, todavia, o marketing turístico nunca deixa que derive para o sentimento de solidão, suscetível de ser repudiado pela maioria dos potenciais interessados inclusive porque o vivem de uma outra maneira no anonimato a que são votados nos próprios contextos urbanos em que habitualmente vivem e a que querem, ainda que episodicamente, escapar.

Mas a hospitalidade, mais racional ou mais emocional, surge normalmente como o fator que compensa o isolamento das ilhas na medida em que aqui as comunidades de acolhimento, precisamente por causa do seu próprio isolamento e rareza de recursos, cultivarão uma pressuposta solidariedade que se estenderá a quem as procura, normalmente sedento da segurança que a hospitalidade confere enquanto meio que poderá contrariar o sentimento de

insegurança alimentado pela distância entre os locais de residência e de lazer. Claro que nós vimos que se, por vezes, as comunidades insulares tendem a olhar com desconfiança os visitantes, porém este aspeto é por via de regra secundarizado pela publicidade, ressaltando-se antes a existência de uma contagiante felicidade. A simplicidade, modéstia e um primitivismo abstrato confundido com pureza original preservada aparecem então como explicações para essa cativante alegria e bem-estar que é, afinal, o que o turista procurará a maioria das vezes olhando as ilhas como “periferias de prazer”.

O turismo busca a felicidade, proporciona o seu encontro e, pela experiência efetivamente vivida com a estadia, o seu contágio. Curiosamente, como vimos igualmente, são construídos “enclaves” nos limites das ilhas que, oferecendo o prometido isolamento insular sobre as águas, se tornam ilhas fisicamente artificiais e autossuficientes quase separadas da terra das ilhas reais e dos seus habitantes. A hospitalidade é então inteiramente manipulada e gerida pelos agentes turísticos, perdendo uma autenticidade tradicional e ganhando, talvez, uma autenticidade encenada.

Corre-se naturalmente o risco de aquilo que se ganha em segurança, prazer e conforto se perder em termos de equilíbrio entre a expectativa da preparação da viagem e da partida e a experiência vivida de que depois poderão ainda resultar testemunhos negativos, tudo dependendo aqui, como é óbvio, da própria natureza e intensidade daquelas expectativas e das representações que o turista fará a partir do olhar com que viu o que se passou à sua volta. Neste ponto é particularmente interessante confrontar-se a complementaridade e tensão entre as “imagens universais”, as “imagens induzidas” e os “testemunhos” dos “agentes orgânicos”.

É muito possível, contudo, que, em vez de testemunhos negativos decorrentes de uma decepção quanto à expectativa de contacto com uma autenticidade tradicional indexada a um passado supostamente identitário, surjam testemunhos positivos que exaltem a beleza de uma autenticidade turística que

é expressão das construções da atividade turística no terreno para além dos esquemas e estratégias da sua atividade promocional. Em causa estará indubitavelmente o potencial de interatividade e encontro intercultural entre o turista e as comunidades insulares para além de episódios pontuais inerentes ao serviço prestado. Predominarão então os pressupostos e estereótipos, eventualmente alimentados pelos próprios habitantes à procura de pequenas vantagens económicas, sem prejuízo de se vir a instalar uma perigosa passagem da hospitalidade à hostilidade.

Estes fenómenos, no caso das pequenas ilhas, não poderão deixar de se subordinar, a maioria das vezes, ao estereótipo central do exotismo tropical que, como vimos oportunamente no nosso estudo de casos, se estende desde as Caraíbas até à promoção das ilhas do litoral francês do Mar do Norte... Importa, porém, não considerar que, sem mais, o turista adota o que lhe é sugerido pelos promotores turísticos nacionais e internacionais e até pelas entidades governamentais pois ele procura ser atualmente, muitas das vezes, o autor da planificação das suas viagens e das suas opções de destino, inclusive pelos já referenciados desejos de autenticidade, de aventura e de felicidade, em conjugação, no âmbito do nosso estudo, com o desejo de ilha. Ora, foi nesta perspetiva que se atestaram algumas pistas, mas sempre numa lógica que tem e terá de aceitar a resiliência dos olhares, das visões e das representações do turista, o qual tende a resistir cada vez mais às pressões de forças, designadamente promocionais que, utilizando de novo uma expressão que faz parte da rede concetual e da terminologia foucaultiana a que fizemos referência no corpo do nosso trabalho, pretendam eventualmente exercer um “poder panótico”.

Daí a prudência que colocamos nas nossas conclusões, certos de que a margem de subjetividade inerente ao campo problemático da nossa investigação deixa latentes as representações que os turistas fazem dos seus destinos e das suas experiências, inclusive em termos axiológicos. É assim que ao assumirmos em larga medida a conceção do turismo como uma atividade construtora de

sentido(s), nós próprios tivemos de adotar abordagens de cariz hermenêutico, cientes também de que, numa ótica bachelardiana, a racionalidade das nossas interpretações foi ela mesma construtora do turismo insular enquanto objeto de estudo. Daí também o delineamento de um percurso algo exótico, revisto e reorientado em cada uma das suas etapas, num esforço contínuo de recentração da problemática e da conceitualização adotada perante a qual os obstáculos epistemológicos do senso-comum constituíram sempre motivo de vigilância crítica.

Pensamos que o marketing turístico terá muito a ganhar se se deixar interpelar por olhares externos e multidisciplinares como tentou ser o nosso. Para nós próprios a tentativa de o fazer foi muito frutuosa pelos recursos epistemológicos e hermenêuticos que nos obrigou a mobilizar e os espaços de problematização que nos abriu. Possivelmente não tanto pelas conclusões...

Acresce que julgamos ser importante vir a desenvolver estudos setoriais, partindo de referenciais e categorias como as utilizadas neste trabalho, estudos construídos a partir de áreas geográficas, processos históricos, relações com os continentes e/ou afinidades culturais.

Referências bibliográficas

Abdallah-Pretceille, Martine (1986), *Vers une pédagogie interculturelle*, Paris, Publ. de la Sorbonne

Agacinski, Sylviane (2000), *Le passeur de temps, modernité et nostalgie*, Paris, Seuil

Albuquerque, Klaus de; McElroy, Jerome L. (1992), « Caribbean small-island tourism styles and sustainable strategies », in *Environmental Management*, nº5, pp.619-632

Agamben, Giorgio (2016), *L'aventure* (trad.), Paris, Rivages

Aguirre Oraa, José Maria (1998), *Raison critique ou raison herméneutique?*, Paris, Cerf

Albuquerque, Luís de e Vieira, Alberto (1987), *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura

Amirou, Rachid (2000), *Imaginaire du tourisme culturel*, Paris, PUF

Ângela, Borges Gonçalves e Nunes, Rui Sotero (1990), *Ilhas de Zargo – Adenda.*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal

Ankor, Jo; Wearing, Stephen (2016), "Gaze, encounter and philosophies of otherness", in *ResearchGate*, www.researchgate.net/publication (30.09.17), pp.178-189

Ansart, Guillaume (2000), « Aspects of Rationality in Diderot's "Supplement au voyage de Bougainville" », in *Diderot Studies*, nº 26. pp. 11-19

Apostolopoulos, Yorghos; Gayle, Dennis (2002), *Island tourism and sustainable development*, Praeger Publishers

Ardoino, Jacques (2000), *Les avatars de l'éducation*, Paris, PUF

Arendt, Hannah (2000), *Philosophie de l'Existence (trad.)*, Paris, Payot

Argod, Pascal (2016), « La médiatisation d'un tourisme « hors des sentiers battus » dans une édition touristique créative », in *Via(@)Tourism Review*, 2016-1 (9). <http://viatourismreview.com>

Augé, Marc (2009), *Pour une anthropologie de la mobilité*, Paris, Payot

Augé, Marc (1992), *Non-lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil

Augé, Marc (1997), *L'impossible voyage. Le tourisme et ses images*, Paris: Payot

Auvray, Bénédicte (2012a), « L'Enclavement touristique dans les îles tropicales: Polynésie française, Maldives, République dominicaine », in *Mondes du Tourisme*, n° 6, consult. 29.08.16, pp. 99-101

Auvray, Bénédicte (2012b), « L'enclave touristique: déclinaison exotique de la communauté fermée? », in *Les Cahiers du Développement Urbain Durable*, n° 14, Université de Genève, pp. 85-100

Bachelard, Gaston (1940), *La philosophie du non*, Paris, PUF

Bardin, Laurence (2013), *Análise de Conteúdo (trad.)*, Lisboa, Edições 70

Barros, Victor (2009), *As ilhas como espaços de deportação e de prisão no Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra

Bataillou, Christian (2007), *Voyages, raisons et pratiques*, Presses Univeau Perpignan

Beller, W.; **d'Ayala**, P.; **Hein**., P., eds. (1990), *Sustainable development and environmental management of small islands*, Paris, Parthenon

Beni, Mário (2003), *Análise estrutural do turismo*, 9^a ed., São Paulo, Senac

Bennett, M.J. (1986), "Towards ethnorelativism: a developmental model of intercultural sensitivity", in *Cross cultural orientation: new conceptualizations and applications*, Nova Iorque, University Press of America, pp. 27-70

Bertrand, Georges (1982). « Construire la géographie physique », in *Hérodote*, n° 26, pp. 90-116

Bloch, Ernst (1976), *Le principe espérance* (trad.), Paris, Gallimard

Bonnemaison, Joël (1990a), « L'espace réticulé », in *Tropiques, lieux et liens*, Paris, ORSTOM

Bonnemaison, Joël (1990b), « Vivre dans l'île (une approche de l'iléité océanienne) », in *Espace géographique*, vol.19, n° 2, pp. 119-125

Bouchard, Christian (2004), *Les petits états et territoires insulaires*, Réunion ODR

Boudon, Raymond (1999), *Le sens des valeurs*, Paris, PUF

Bourdeau, Philippe (2013), « Interroger les mutations et les recompositions en cours », in *Hugues François et al. (dir.), Fin (?) et confins du tourisme*, Paris, L'Harmattan

Brigand, Louis (2009), *Besoin d'îles*, Paris, Ed. Stock

Brown, D. (2003), "Perception differences among visitor groups: the case of horse-attraction versus other-attraction tourist markets in Lexington, Kentucky, in *Journal of Vacation Marketing*, 9 (2), pp.174-187

Brown, Lorraine (2013), «Tourism: a catalyst for existential authenticity», in *Annals of Tourism Research*, vol. 40, pp. 176-190

Brunet, Roger (1997), «Quelle est la plus grande île du monde? », in *MappeMonde*, n° 4, pp. 40-41

Butler, R. W. (1980), « The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources », in *Canadian Geographer*, n°24, pp. 5-12

Butler, R.W. (1991), "Tourism, environment and sustainable development", in *Environmental Conservation*, n°18, pp. 201-209

Butler, R. W. (1993), "Tourism - An Evolutionary Approach," in J. G. Nelson, R.W.

Butler and G. Wall (eds.), *Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning, Management*, Waterloo, University of Waterloo, pp. 27-44

Camprubi, Raquel; **Guia**, Jaume; **Comas**, Jordi (2009), "La formación de la imagen turística inducida: un modelo conceptual", in *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol. 7, pp. 255-270

Carnicelli-Fillho, Sandro (2013), « The emotional life of adventure guides », in *Annals of Tourism Research*, vol. 43, pp. 192-209

Castelain, Jean-Pierre (2006), "Approches de l'île", in *Ethnologie Française*, vol. 36, PUF, pp. 401-406

Chérubini, Bernard (2002), « Les DOM d'Europe: une ethnologie de l'ultrapériphéricité comme frontière et rhabillage du local », in *Frontières*, Desplat Christian (coord.), actes du 125ème Congrès national des Sociétés historiques et scientifiques de Lille, Éditions du C.T.H.S., pp. 87-101

Cohen, Erik (1979), "A phenomenology of tourist experience", in *Sociology*, n° 13, pp. 179-201

Cohen, Erik (2013), "Tourist Myths – a comparative examination", in *Acta Turistica*, vol. 25, n° 1, pp 7-20

Cohn, Lionel (1976), *La nature et l'homme dans l'œuvre d'Albert Camus et dans la pensée de Teilhard de Chardin*, Paris, L'Âge d'Homme

Cole, S. (2007), « Beyond authenticity and commodification », in *Annals of Tourism Research*, vol. 34, pp. 943-960

Conlin, M.V., **Baum**, T., eds. (1995), *Island tourism: management principles and practice*, Chichester, Wiley

Cuisenier, Jean (2006), « Fictions homériques et réalités insulaires », in *Ethnologie Française*, vol. 36, PUF, pp. 407-420

Cuvelier, Pascal (2012), *Anciennes et nouvelles formes de tourisme*, Paris, Montréal, L'Harmattan

Deleuze, Gilles; **Guattari**, Felix (1991), *Qu'est-ce que la Philosophie?*, Paris, Minuit

Deleuze, Gilles (2002), “Causes et raisons des îles désertes”, in *L’île déserte*, textes et entretiens 1953-1974, Paris, Minuit

Deleuze, Gilles (2010), *Empirisme et subjectivité*, Paris, PUF

Delumeau, Jean (1997), *Mil anos de felicidade, uma história do paraíso*, trad., Lisboa, Terramar

Demangeot, Jean (2000), *Os Meios “Naturais” do Globo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Derrida, Jacques; Dufourmantelle, Anne (1997), *De l’hospitalité*, Paris, Calman-Lévy

Derrida, Jacques (2001), «Une certaine possibilité impossible de dire l’évènement», in Alexis Nosis et al., *Dire l’évènement est-ce possible? Séminaire de Montréal*, Paris, L’Harmattan

Dewey, John (2011), *Démocratie et éducation* (trad.), Paris, Armand Collin

Dewey, John (1983), “Creative democracy”, in J. A. Boydston (ed.), *Later Works*, Carbondale, Southern Illinois Press

Dias de Carvalho, Adalberto (2014), «Hospitalidade: do conceito à prática antropológica», in Márcia Santos, Isabel Baptista (org.), *Laços Sociais, para uma epistemologia da hospitalidade*, Ed. Universidade de Caxias do Sul

Dias de Carvalho, Adalberto (2013), *Antropologia da Exclusão ou o Exílio da Condição Humana*, Porto, Porto Editora

Dias de Carvalho, Adalberto (2016), *Acerca del exilio de la condición humana* (trad.), Bogotá, Magisterio Editorial

Diderot, Denis (2013), «La quête du bonheur peut-elle rendre malheureux? », in Frédéric Lenoir, *Du bonheur, un voyage philosophique*, Paris, Fayard, pp. 121-125

Doumenge, François (1985a), « Les Iles et les micro-états insulaires », in Herodote, pp. 37, 38; 297-327

Doumenge, François (1985b), «The viability of small intertropical islands», in Dommen E. e Hein P., eds. (1985), *States, microstates and islands*, Croom Helm, Londres, pp. 70-118.

Dupin, Frédéric (2015), « Editorial », in *Le Philosophe*, n° 44, pp.5-9

Ellemers, N.; **Barreto**, E. (2001), « The impact of relative group status; affective, perceptual and behavioural consequences », in R.J. Brown e S. Gaertner (eds.), *The blackwell handbook of social psychology*, Oxford, Blackwell, vol. 4, pp. 324-343

Fabre, Michel (2009), *Philosophie et pédagogie du problème*, Paris, Vrin

Faessel, Sonia (2006), *Visions des îles: Thaiti et l'imaginaire européen, du mythe à son exploitation littéraire (XVIIIe-XXe siècles)*

Fernandez, Bernard (2001), « L'homme et le voyage, une connaissance éprouvée sous le signe de la rencontre », in R. Barbier (org.), *Éducation et sagesse: la quête du sens*, Paris, Albin Michel

Ferry, Luc (1998), *La sagesse des modernes*, Paris, R. Laffont

Filep, Sebastian; **Deery**, Margaret (2010), «Towards a picture of tourists'happiness », in *Tourism Analysis*, 15(4), pp. 399-410

Fiske, J. (2001), *Television culture*, Londres, Routledge

Fornet-Betancourt, Raúl (2011), *La philosophie interculturelle, penser autrement le monde* (trad.), Paris, Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières

Foucault, Michel (1966), *Les Mots et les Choses*, Paris, Gallimard

Foucault, Michel (1969), *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard

Foucault, Michel (2001), « Des espaces autres (1967), Hétérotopies », in *Architecture, Mouvement, Continuité*, n° 5, outubro 1984, pp. 46-49

Foucault, Michel (2001b), *L'herméneutique du sujet*, Paris, Seuil/Gallimard

Friedman, V.J.; **Antal**, A.B. (2005), "Negotiating reality: a theory of action approach to intercultural competence", in *Management Learning*, n° 36(1), pp. 69-86

Fuss, D. (1995), *Identification papers*, Londres, Routledge

Gadamer, Hans-Georg (1976), *Vérité et méthode, les grandes lignes d'une herméneutique philosophique* (trad.), Paris, Seuil

Gay, Jean-Christophe (2013), « Les îles du Pacifique dans le monde du tourisme », in *Hermès*, pp. 84-88

Garcia, Didier (2009), «Les îles de Jean Grenier», in *Le matricule des anges*, n°105, julho-agosto

George, E.W.; **Reid**, D.G. (2005), "The power of tourism: a metamorphosis of community culture", in *Journal of Tourism and Cultural Change*, vol. 3, pp. 88-107

Graburn, Nelson (2009), “Antropologia ou antropologias do turismo?”, in Nelson Graburn et al., Turismo e antropologia: novas abordagens, Campinas, Papirus

Grenier, Jean (1977), Les îles, Paris, Gallimard

Guibal, François (2013), Philosophe à l’écoute du monde, un chemin de pensée, Paris, PUF

Hartman, K.B. et al. (2009), «Culture cushion: inherently inter-cultural tourist experience», in International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research, n° 3(3), pp. 259-268

Henry, Michel (2003), De la phénoménologie, t.1, Paris, PUF

Hollinshead, Keith; **Kuon**, Vannsy (2013), “The scopic drive of tourism: Foucault and eye dialectics”, in The host gaze in global tourism, ed. Omar Moufakkir e Yvette Reisinger, Wallingford, Cabi Publishing

Huetz de Lempis, Christian (1994) «L’Histoire et les îles» in Hérodote , n°74-75, pp. 32-44

Innerariti, Daniel (2008), Ética de la hospitalidade, Barcelona, Ed. Península

Islam, S.M. (1996), The ethics of travel: from Marco Polo to Kafka, Manchester University Press, Manchester

Jacques, Francis (1982), Différence et subjectivité, Paris, Aubier

Jankélévitch, Vladimir (2017), L’aventure, l’ennui, le sérieux, Paris, Flammarion

Jonas, Hans (2006), Princípio Responsabilidade (trad.), Rio de Janeiro, Contraopondo

Kaës, René (1998), "Une différence de troisième type », in R. Kaës et al. (coord.), Différence culturelle et souffrances de l'identité, Paris, Dunod

Kaneman, Yoko (2013), "Social construction of touristic imagery: case of Fiji", in Annals of Tourism Research, vol. 43, pp. 456-481

Knudsen, Daniel; **Rickly** J. M. Jillian; **Vidon** E. (2016), « The phantasy of authenticity: touring with Lacan », in Annals of Tourism Research, vol. 58, pp. 33-45

Kolodny, Émile (1974), La population des Îles de la Grèce. Essai de géographie insulaire en Méditerranée orientale, Aix-en-Provence, Edisud

Kotler, Philip et al. (2017), Marketing for hospitality and tourism, Edimburgo, Pearson Education Limited

Lapouge, Gilles, « Des îles pour utopie », in Ethnologie Française, vol. 36, PUF, pp. 497-500

Le Blanc; Brugère Fabienne (2017), La fin de l'hospitalité, Paris, Flammarion

Lockhart, D.G.; **Drakakis-Smith**, D.; **Schembri**, G., eds. (1993), The development process in small islands, Londres, Routledge

Leclerc, Gérard (2015), Le désir de voyage et la quête de l'autre, Paris, L'Harmattan

Lévinas, Emanuel (1988), Totalidade e Infinito (trad.), Lisboa, Edições 70

Lévi-Straus, Claude (1973), Anthropologie structurale deux, Paris, Plon

Levitas, Ruth (1990), The Concept of Utopia, Londres, Philip Allan

Longhlin, John (1992), « Le développement des îles de la Méditerranée », in *Révue d'Économie Régionale et Urbaine*, n°4, pp. 619-628

MacCannell, Dean (1973), "Staged authenticity: arrangements of social space in tourism settings", in *American Journal of Sociology*, n° 79(3), pp. 589-603

MacElroy, Jerome L.; **Albuquerque**, Klaus de (2002), "Problems for managing sustainability tourism in small islands", in Apostolopoulos, Yorghos; Gayle, Dennis, *Island tourism and sustainable development*, Praeger Publishers

Maffesoli, Michel (1997), *Du nomadisme, vagabondages initiatiques*, Paris, Librairie Générale Française

Maffesoli, Michel (2000), *Le temps des tribus*, Paris, La Table Ronde

Maler, Henri (1995), *Convoiter l'Impossible*, Paris, Albin Michel

Marcel, Gabriel (2005), *Homo viator* (trad. esp.), Salamanca, Ed. Sígueme

Maslow, Abraham (1943), « A Theory of Human Motivation », in *Psychological Review*, no 50, pp. 370-396

Mathews, Marcel Mowl (2001), *Paul Gauguin: on erotic life*, Yale University Press

McKercher, B. (2002), "Towards a classification of cultural tourists", in *International Journal of Tourism Research*, vol.4, n° 1, pp. 29-38

Meistersheim, Anne (1993), "Figures de l'iléité, image de la complexité", in *Îles des merveilles: mirages, miroir, mythe*, colloque de Cerisy, Paris, L'Harmattan, pp. 109-124

Meistersheim, Anne (2006), «Le malentendu. Entre imaginaire insulaire et imaginaire continental», in *Ethnologie Française*, vol. 36, pp. 503-508

Milani, Carlos S. (2002), *Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal (Cabo Verde)*, Paris, UNESCO

Moles, Abraham (1982), “Nissonologie ou science des îles”, in *L’espace géographique*, tomo 11, n° 4, pp. 281-289

Muñoz, Jacobo (2005), “Experimentum mundi (nota sobre la ontologia trágica de Eugénio Traís)”, in Jacobo Muñoz, Francisco José Martín (eds.), Madrid

Nietzsche, Friedrich (1998), *Assim falava Zaratustra*, trad., Lisboa, Relógio D’Água Editores

Olsen K. (2002), “Authenticity as a concept in tourism research. The social organization of the experience of authenticity”, in *Tourist Studies*, n°2, pp. 159-182

Paquot, Thierry (2014), *Le voyage contre le tourisme*, Paris, Eterotopia

Pearce, Philip L.; Packer Jean (2013), «Minds on the move: new links from psychology to tourism», in *Annals of Tourism Research*, vol. 40, pp. 386-411

Péron, Françoise (1993), *Des îles et des hommes*, Rennes, Ed. Ouest-France

Péron, Françoise (2005), «Fonctions sociales subjectives des espaces insulaires (à partir de l’exemple des îles du Ponant)», in *Annales de Géographie*, vol. 114, n° 644, pp. 422-436

Philippe, Nora (2003), « Du spirituel dans l’île », in *Tracés. Revue de Sciences Humaines*, n° 3, disp. 26.01.2009, cons. 22.08.16

Pineau, Gaston (2009), "Le voyage comme initiation aux arts de la voie", in *Le Journal des Psychologues*, outubro, nº 271, pp. 71-74

Platenkamp, Vincent; **Botterill**, David (2013), «Critical realism, rationality and tourism knowledge», in *Annals of Tourism Research*, vol. 41, pp. 110-129

Popper, Karl (1970), "Utopía y violencia", in A. Neusüss (trad.), *Utopía*, Barcelona, Barral Ed.

Ram, Y. et al. (2016), "Authenticity and place attachment of major visitor attractions", in *Tourism Management*, nº 52, pp. 110-122

Redmond M.V. (2000), "Cultural distance as a mediating factor between stress and cultural communication competence", in *International Journal of Intercultural Relations*, nº 24(1), pp. 151-159

Ricoeur, Paul (1969), *Le Conflit des Interprétations. Essais d'Herméneutique*, Paris, Seuil

Rodriguez, Juan Ramón; **Parra-Lopez**; **Yanes-Estévez**, Vanessa (2008), "The sustainability of islands destinations: tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife", in *Tourism Management*, vol. 29, nº1, pp. 53-65

Quivy, Raymond; **Campenhoudt**, Luc Van (1995) *Manuel de recherche en sciences sociales*, Paris, Dunod

Ricoeur, Paul (1991), *Ideologia e Utopia* (trad.), Lisboa, Edições 70

Salomé, Karine (2006), "Les îles bretonnes au XIXe siècle entre éloignement et isolement", in *Ethnologie française*, vol. 36, PUF, pp. 435-441

Scheyvens, Regina; **Momsen**, Janet (2008), « Tourism and poverty reduction: issues for small island states », in *Tourism Geographies*, vol. 10, n°1, pp. 22-41

Serres, Michel (1985), *Les cinq sens*, Paris, Hachette

Serres, Michel (2001), *Hominescence*, Paris, Ed. Le Pommier

Sharma, P. et al. (2009), "Demystifying intercultural service encounters: toward comprehensive conceptual framework", *Journal of Service Research*, n° 12(2), pp. 227-242

Simmel, Georg (2002), *La philosophie de l'aventure*, Paris, L'Arche

Simmel, Georg (1981), «La sociabilité. Exemple de sociologie pure ou formale», in *Sociologie et épistémologie*, Paris, PUF, pp. 121-136

Smith, Melanie Kay; **Diekmann**, Anya (2017), Tourism and wellbeing, in *Annals of Tourism Research*, vol. 66, pp. 1-13

Soica, Simona (2016), "Tourism as practice of making meanings", in *Annals of Tourism Research*, vol. 61, pp. 96-110

Spinoza, Baruch (2013), «Bonheur individuel et bonheur collectif», in Frédéric Lenoir, *Du bonheur, un voyage philosophique*, Paris, Fayard, pp. 113-119

Steiner, C.; **Reisinger** Y. (2006), "Understanding existential authenticity", in *Annals of Tourism Research*, vol. 33, pp. 299-318

Stylos et al. (2016), "Destination images, holistic images and personal normative beliefs: predictors of intention to revisit a destination", in *Tourism Management*, n° 53, pp. 40-60

Taglioni, François (2011), "Insularity, political status and small insular spaces", in *The International Journal of Research into Island Cultures*, 2011, vol.5, n° 2, pp.45-67

Tasci, Asli D.A.; **Ko Yong Jae** (2015), "A fun-scale for understanding the hedonic value of a product: the destination context", in *Journal of Travel Tourism Marketing*, vol. 33, série 2, pp. 162-183

Taylor, Charles (2009), *Multiculturalisme, différence et démocratie* (trad.), Paris, Flammarion

Tcherkezoff, Serge (2005), « La Polynésie des vahinés et la nature des femmes: une utopie occidentale masculine », in *Clio. Histoire, femmes et sociétés*, pp. 63-82

Trías, Eugénio (1991), *Lógica del límite*, Barcelona, Ed. Destino

Tucker, Hazel (2016), « Empathy and tourism: Limits and possibilities », in *Annals of Tourism Research*, vol. 57, pp. 31-43

Urbain, Jean-Didier (2011), *L'envie du monde*, Paris, Ed Bréal

Urbain, Jean-Didier (2002), *L'idiote du voyage, histoires de touristes*, Paris, Payot et Rivages

Urry, John (1990), *The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies* Londres, Sage

Veijola, Soile et al. (2014), *Disruptive Tourism and its Untidy Guests Alternative Ontologies for Future Hospitalities*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan

Vergopoulos, Hécate (2016), "Breaking and entering, or a feeling of heterotopia in tourism situations. A study of two borderline tourism cases", in *Via(@)Tourism Review*, 2016-1 (9). <http://viatourismreview.com>

Vergopoulos, Hécate (2012) «L'expérience touristique dans les guides: une subjectivité à lire, écrire et raconter», in Flon Emilie, Belgeo, <http://belgeo.revues.org/7173>

Vieira, Alberto (2014), "O arquipélago das Selvagens. Um mundo de ilhas portuguesas com história", in *Anuário de estudos atlânticos*, nº 61: 061-006. <http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/9306>

Virilio, Paul (2000), *A velocidade de libertação* (trad.), Lisboa, Relógio d'Água Ed.

Vogt, Christine (2016), "Collaborative tourism planning and subjective well-being in a small Island destination", in *Journal of Destination Marketing & Management*, nº 5, 2016, pp. 36-43

Wearing, B.; Wearing S. (1996), "Refocusing the tourist experience: the flâneur and the chorister", in *Leisure Studies*, nº15, pp. 229-243

Wearing, S.; Wearing, B. (2001), "Conceptualizing the selves of tourism", in *Leisure Studies*, nº 20(2), pp. 143-159

Wearing S. et al. (2010), *Tourist cultures: identity, place and the traveller*, Londres Sage

Weaver, David Bruce (2016), "Core-periphery relationships and the sustainability paradox of small island tourism", in *Tourism Recreation Research*, pp. 1-11

Woodside, Arch G.; **Martin**, Drew (2015), "The tourist gaze 4.0: uncovering non-conscious meanings and motivation in the tourists tell of trip and destination experiences", in *Journal of Tourism Anthropology*, vol. 4, n°1. pp. 1-12

Xin, Shuang; **Tribe** John; **Chambers** Donna (2013), "Conceptual research in tourism", in *Annals of Tourism Research*, vol. 41, pp. 66- 88.